



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Esta reunião objetiva a realização de audiência pública referente à Convenção-Quadro sobre o Controle do Tabaco.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, que também seja convidada a Srª Conselheira Mariângela Rebuga de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para que participe desta audiência representando o Ministério das Relações Exteriores.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Damos as boas-vindas ao Dr. Humberto Costa, Exmº Sr. Ministro da Saúde.

Convido a Conselheira Mariângela Rebuga de Andrade Simões, Chefe da Divisão dos Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para estar aqui à Mesa.

Passamos, agora, à audiência pública relativa à Convenção-Quadro.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Fernando Bezerra é o Relator desta matéria e pede pela ordem para fazer uma comunicação, antes de ouvirmos o Ministro Humberto Costa e todos os convidados que vou listar daqui a pouco.

Senador Fernando Bezerra, eu gostaria, primeiramente, de listar todos os convidados para a nossa reunião.

Já estão à Mesa o Dr. Humberto Costa e a Conselheira Mariângela Rebuga de Andrade Simões, esta, representando o Ministério das Relações Exteriores.

Realizaremos, hoje, a audiência pública, em decorrência de requerimentos dos Senadores Sérgio Zambiasi, Rodolpho Tourinho e também de minha autoria, para ouvirmos, sejam os representantes de produtores de tabaco, sejam também aquelas diversas entidades representantes de Associações de Oncologia e médicos, de tal maneira que possamos ouvir os mais diversos pontos de vista a respeito deste importante acordo.

Lerei a lista de nossos convidados.

Srª Margareth Matos, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, indicada pelo Dr. Drauzio Varella.

Drª Tânia Cavalcante, Chefe da Divisão de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, que está representando o Dr. José Gomes Temporão, Diretor-Geral do Inca.

Sr. Wilson Rabuske, do Movimento dos Pequenos Agricultores, representando o Dr. Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.



Dr^a Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica.

Dr. Adib Jatene, que havia indicado o Dr. José Rosemberg, mas que indicaram ambos a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, do Projeto Esperança/ Co-Esperança.

Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, representando o Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. O senhor está presente? Carlos Rivaci Sperotto.

Sr. Ezídio Pinheiro e Sérgio de Miranda, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag.

Sr. Heitor Álvaro Petry, Presidente da Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, representando Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul.

Sr. Antoninho Rovaris, Presidente da Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

Sr. José Zeferino Pedroso, Presidente da Faesc – Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Fulbra – Associação dos Fuimicultores do Brasil, representando o Sr. Ademir Müller, Presidente da Fetaesp – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Esta audiência tem como objetivo a oitiva das autoridades e profissionais de Saúde e dos representantes da cadeia produtiva do fumo, no sentido de conceder a oportunidade de se manifestarem acerca do impacto para os setores do Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, que tramita nesta Comissão, além de orientar os membros desta Comissão sobre as implicações políticas, econômicas e sociais do projeto, objeto dos Requerimentos nºs 26 e 27, de 2004, aprovados em 26 de agosto de 2004.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, Relator designado para o projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, demais autoridades, representantes do Ministério das Relações Exteriores, empresários, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, fui designado por V. Ex^a Relator desta matéria, que trata de apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que tem o nº 1.281, de 2004, na Câmara dos Deputados, e que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

Trabalhei intensamente na apreciação da matéria e cheguei praticamente à conclusão em um parecer em que me manifesto, em princípio, de forma favorável.

Entretanto, em respeito a essa audiência pública, quando aqui serão ouvidos todos os interessados da matéria – e eu não os vi –, estive conversando particularmente com o pessoal da área de Saúde, com aqueles



que estão envolvidos na questão do combate ao câncer no Brasil. Essa matéria me sensibiliza bastante, tem amplas implicações de ordem econômica. Isso tem que ser levado em consideração também, apesar da compreensão da gravidade da questão. Isso porque duzentas mil pessoas morrem de câncer no Brasil.

Vou pedir a V. Ex^a que permita que eu apresente o parecer em outra oportunidade, após esta audiência, exatamente em respeito às pessoas que aqui vieram discutir essa matéria.

Além do mais, Sr. Presidente, encontro-me em uma situação extremamente delicada. Sabe V. Ex^a que sou o Líder do Governo no Congresso Nacional. E o Congresso Nacional se reunirá agora para apreciar matérias relativas a créditos, matérias que são importantes para o Governo. O Sr. Ministro da Saúde sabe disso e tem interesse em alguns créditos que estão em discussão no Congresso Nacional. Assim, peço sinceras desculpas a todos os convidados. Minha assessoria vai permanecer aqui, acompanhando detalhadamente todo o decorrer da discussão, que certamente virá enriquecer o parecer, que posteriormente apresentarei nesta Comissão.

Com essas palavras, Sr. Presidente, peço licença a V. Ex^a para me retirar. Espero que entendam que não se trata de desrespeito, mas o Parlamento, às vezes, caminha de forma desorganizada. Tenho o dever agora, como Líder do Governo, de estar no Congresso, mas gostaria muito, como Relator dessa matéria, de acompanhar os trabalhos aqui. Mas tenho que fazer uma opção. É muito importante a matéria que o Congresso vai apreciar e aqui também há um debate que reputo da maior importância. Vou deixar assessores para acompanhar o debate, que certamente vai contribuir para que eu possa emitir um parecer, que será apreciado em outro momento pela Comissão de Relações Exteriores.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço licença a V. Ex^a para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quando V. Ex^a me informou, pela manhã, que considerava importante ouvir as partes que aqui estariam prestando seus esclarecimentos, considere também que seria de bom senso que V. Ex^a aguardasse todo o debate, para então completar o seu parecer

Poderemos, em princípio, estabelecer para a próxima semana, quando houver reunião deliberativa, a colocação da matéria em pauta. Isso porque até lá V. Ex^a terá tido a oportunidade de examinar, inclusive todas as notas taquigráficas de tudo que foi exposto nesta audiência pública.

Dessa forma, iremos levar em consideração o ponto de vista dos mais diversos segmentos, que hoje foram ouvidos aqui da forma mais democrática possível.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Quero assumir um compromisso aqui. Estamos num processo parlamentar muito ativo e em vésperas de eleições. Eu queria que houvesse compreensão de V. Ex^a com relação a esse aspecto. E o meu compromisso é no sentido de fazer tudo o



mais rapidamente possível. Formado um juízo de valor sobre as questões que estão sendo colocadas aqui, eu trarei o parecer para esta Comissão apreciá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Isso é mais do que justo e será por todos nós compreendido e respeitado, Senador Fernando Bezerra.

Passamos a palavra ao Exm^o Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, a quem agradecemos pela presença.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quero apenas salienta a V. Ex^a – sei que a reunião é muito importante, está aqui o Ministro, está aqui praticamente todo o Brasil – que, ali, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está-se fazendo um acordo em torno de uma matéria da maior importância, que, talvez, seja até votada hoje à tarde. Por isso observe V. Ex^a que não há nenhum Senador aqui, porque praticamente todos os Senadores estão sendo convocados para a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se exatamente do entendimento sobre o acordo da biossegurança. Tenho de ir para lá, porque sou membro daquela Comissão. Se eu não votar a matéria, vão cobrar de mim o porquê de eu não ter votado.

A reunião está aí, uma linda reunião. Todos vieram de fora. Já vi que o Ministro está todo empolgado para começar, mas é delicado o fato de estarmos discutindo aqui e lá, na outra Comissão.

Por isso, aliás, quero dizer ao Ministro José Dirceu e a todos os Senadores que estão aqui – até há dez minutos, havia oito Senadores na reunião – que os Senadores ausentes estão lá, na outra comissão. Haverá um amplo debate e talvez se esteja chegando a um acordo sobre uma matéria da maior importância. Eu até vou ter de pedir desculpas, mas terei de ir lá, porque, se eu não votar, vou ter de explicar por que não votei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, estou percebendo o impasse que estamos vivendo, mas todos hão de convir que pessoas vieram aqui de muitos lugares do Brasil para esta reunião. É importante o diálogo entre os que vieram, inclusive dos produtores de tabaco e daquelas pessoas que têm muita preocupação com respeito à questão da saúde. A oportunidade do encontro dessas partes também é muito importante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O que é importante é não ter nenhum Senador assistindo. Isso é trágico!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É trágico, mas deverão os Senadores ter a oportunidade de examinar o que for registrado. As notas taquigráficas existirão. A reunião está sendo gravada para ser transmitida e para o conhecimento dos Srs. Senadores, e não será tão fácil trazer todas as pessoas de novo para este encontro tão positivo. Quem sabe! Se, daqui a pouco, houver acordo, V. Ex^a e os demais Senadores voltarão ao convívio deste encontro tão importante.



15/09/04

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V. Ex^a entende a minha saída?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A tranquilidade é que não haverá votação, até por que não há nenhum Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dada a decisão do Senador Fernando Bezerra, o parecer será objeto de debate com os subsídios que aqui serão trazidos pelos presentes, mas, certamente, conforme o Senador Fernando Bezerra disse, todos os subsídios aqui colocados serão considerados por ele e, obviamente, pelos demais Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Peço licença, espero poder voltar, mas preciso dar o meu voto na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. Obrigado.

Concedo a palavra ao Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, demais integrantes desta audiência pública, quero, primeiramente, louvar a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores em realizar esta audiência pública até para que possamos claramente colocar o que de fato estabelece o contraditório, neste momento, em nosso País, e deixar absolutamente claro o que de fato é objeto da discussão, que é trazer o debate no que diz respeito à Convenção como um todo. Então, eu queria, inicialmente justificar a necessidade de o Congresso Nacional brasileiro ratificar.

É importante dizer que a Convenção-Quadro começou a ser elaborada a partir de 1999, quando 122 países demandaram à Assembléia Nacional Mundial da Saúde a negociação de um tratado internacional para o controle do tabaco. Por que, isso? Porque o tabagismo, hoje, é reconhecido, sem qualquer grau de contestação, como uma doença crônica, na verdade, uma dependência que está incluída inclusive no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde. É comprovadamente, por estudos científicos os mais diversos, um fator de risco para doenças graves e fatais como o câncer, as doenças cardiovasculares, enfisemas e outras. A comprovação científica de que o tabagismo passivo, ou seja, as pessoas que convivem com fumantes, faz com que essas pessoas tenha aumentados os riscos de câncer, infarto, infecções respiratórias e outros agravos, de que o tabagismo passivo é considerado risco ocupacional e que o tabaco mata por ano 5 milhões de pessoas no mundo, sendo que no Brasil 200 mil morrem anualmente. O tabagismo agrava a fome, a pobreza e dificulta o desenvolvimento sustentável, porque ele se concentra na população de baixa renda e de baixo nível de escolaridade. Hoje, dos 1,3 bilhões de fumantes no mundo, 80% deles estão em países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos já criaram um esforço importante para estabelecer a redução do consumo e é uma dependência que leva os chefes de família, principalmente aquelas de baixa renda, a substituírem a aquisição do alimento e de outros produtos essenciais pelo consumo de cigarros.

Hoje, por exemplo, há estudos que demonstram que num país pobre como Bangladesh, se as pessoas deixassem de fumar haveria 10 milhões a



menos de pessoas desnutridas por conta do desvio do recurso que sai do consumo para a aquisição de cigarros. E, em muitos países, inclusive no Brasil, é mais barato comprar cigarros do que comprar muitos alimentos. É por conta dessa realidade que instituições internacionais, algumas delas, digamos, inquestionáveis do ponto de vista do seu compromisso com o sistema capitalista, entre elas o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições das Nações Unidas, têm desenvolvido ações para que tenhamos uma redução do consumo do tabaco em nível internacional. Inclusive, um dos estudos mais profundos sobre a vinculação pobreza e consumo de tabaco foi desenvolvido pelo Banco Mundial e apresentado o ano passado aqui, no Congresso Nacional. Uma outra constatação é que o tabagismo é também uma doença pediátrica. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos de idade. A idade média de iniciação acontece aos 15 anos e, no mundo, 100 mil jovens começam a fumar a cada dia. Desses 100 mil, 80% vivem em países pobres. Portanto, o tabagismo, hoje, é claramente uma doença da pobreza também.

Quais são os determinantes da expansão do tabagismo? Primeiro, as estratégias da indústria do tabaco, que se valem, primeiro, da garantia de fácil acesso aos jovens. No Brasil, apesar de tudo que tem sido feito para impedir esse acesso, ainda é um acesso fácil, algumas empresas utilizam-se inclusive de eventos que elas organizam para tentar estimular o consumo de cigarros, contratam monitores, jovens monitores que são encarregados de propagar nas escolas as "benesses" do consumo do cigarro. Segundo, o fato de que temos, no Brasil, o sexto preço mais barato de cigarros no mundo inteiro. A outra ação que a indústria do tabaco desenvolve é a publicidade e a promoção, que, no Brasil, graças inclusive ao Congresso Nacional, hoje passa por um processo de restrição quase que absoluta. Outro, o mercado ilegal, a produção clandestina, o contrabando e o *lobby*, naturalmente. Isso gera para o País, para o mundo um grave problema de saúde pública, porque todas essas ações ou essa situação levam a um estímulo à iniciação e dificultam a cessação de fumar.

Para dar alguns exemplos de como essa publicidade atuava no período em que tínhamos no Brasil ainda a possibilidade da publicidade, da promoção do consumo do cigarro. Por exemplo: minha cabeça está aberta 24 horas por dia para grandes saques e depósitos interessantes. Acho a vida muito boa para ser levada a sério, é só uma questão de escolha.

Vemos que tudo é dirigido para jovens, adolescentes e isso faz parte de uma estratégia muito bem trabalhada e muito bem bolada.

Em outros casos, como, por exemplo, a venda de cigarros em máquinas associada a outros produtos como refrigerantes, biscoitos, etc; tudo isso não é uma estratégia não pensada. Faz parte de uma estratégia elaborada, pensada, produzida, avaliada sobre como poder influenciar os jovens para o consumo do cigarro.

Para isso basta analisarmos alguns textos que as próprias companhias de cigarro têm elaborado. Por exemplo, em relação aos jovens, a RJ Reynolds, em 1975, os jovens representam um negócio de cigarros amanhã. À medida que o grupo etário de 14 a 24 anos amadurece, ele se



tornará parte chave do volume total de cigarros, no mínimo, pelos próximos 25 anos.

A Philip Morris em 1957: atingir o jovem pode ser mais eficiente, mesmo que o custo para atingi-lo seja maior, porque eles estão desejando experimentar, têm mais influência sobre os outros da sua idade e do que eles terão mais tarde e porque são muito mais leais à sua primeira marca.

A globalização da economia expandiu, funcionou como potencializador da expansão do tabaco. Como isso tem acontecido? Nos países desenvolvidos, graças às ações legais e às ações do sistema de saúde pública, o consumo vem caindo. No entanto, o consumo vem crescendo nos países em desenvolvimento, nos países pobres. Então, o que temos visto é uma expansão da indústria do tabaco exatamente para aqueles países em processo de desenvolvimento ou países pobres efetivamente, em que as grandes transnacionais migram para esses países porque neles há poucas restrições, a mão-de-obra é barata e sua população, em sua maioria, é jovem. E essas estratégias para expansão são transnacionais, que restringem a capacidade dos países de regular o tabaco por medidas que sejam unicamente nacionais ou medidas domésticas. Portanto, o que vemos é que a estratégia hoje de globalização parte para explorar esse mercado dos países mais pobres.

E aí estão exemplos de globalização das propagandas, no esporte, principalmente, na moda, na atividade cultural e a propaganda subliminar. Hoje, há vários estudos demonstrando que a indústria do tabaco tem financiado produções cinematográficas, inclusive para o simples fato de que o artista apareça fumando como forma de estimular ou de procurar uma emulação da conduta.

Globalização e a expansão do consumo do tabaco. Vamos ver aqui o que mais recentemente elas têm dito. O consumo de tabaco nas nações desenvolvidas seguirá uma tendência de redução até o final do século, ao passo que nos países em desenvolvimento o consumo poderia aumentar em 3% ao ano, um quadro verdadeiramente promissor. Não deveríamos estar deprimidos somente porque o mercado total do mundo livre parece diminuir. Dentro do mercado total existem áreas de sólido crescimento, particularmente na Ásia e na África. Existem grandes oportunidades de aumentar a nossa participação no mercado em algumas regiões da Europa, indústria sistematicamente rentável, e há oportunidades de aumentar ainda mais essa rentabilidade.

Próximo. Mais ainda, a média de expectativa de vida em relação a Burquina Faso em 1988, é 40 anos; a mortalidade infantil é alta; os problemas de saúde que alguns dizem serem causados por cigarros não serão percebidos como um problema. Esse é um mercado com enorme potencial, o índice de crescimento demográfico é 2,2% ao ano, e 40% da população são menores de 18 anos.

Próximo. Bom, o que tem acontecido, de fato, com a expansão do consumo do tabaco no mundo? Ela tem aumentado. No entanto, tem aumentado às custas dos países em desenvolvimento. Dos países em desenvolvimento com maior expressão, a China é aquele com o maior peso,



onde, nos últimos anos, aumentou em 8% o consumo do tabaco. Hoje, mais de 35% do consumo mundial são de responsabilidade da China, que não só assinou a Convenção-Quadro do Tabaco, como vem iniciando medidas exatamente para conter o consumo. Isso deve ter um impacto importante no consumo mundial. Outros países importantes: Indonésia, Síria e Bangladesh.

Hoje, a OMS estima que, com a ampliação de consumo de tabaco em termos internacionais, concentrada nos países em desenvolvimento, daqui a 10 anos, deveremos dobrar o número de pessoas mortas anualmente por doenças geradas pelo consumo do tabaco; portanto, 10 milhões de mortes ao ano e 70% delas concentradas nos países em desenvolvimento.

Bom, diante desse quadro, houve uma reação mundial para construir um tratado de saúde pública da história da humanidade. Essa Convenção foi negociada durante quatro anos por uma comissão encabeçada o tempo inteiro pela representação diplomática do Brasil.

No primeiro momento, pelo atual Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; no segundo momento, pelo nosso representante, Embaixador em Genebra junto à Organização das Nações Unidas, Seixas Corrêa. Hoje, a coordenação ainda está a cargo do Embaixador Seixas Corrêa, Presidente da Comissão Intergovernamental para Implementação da Convenção-Quadro. Essa Convenção foi aprovada, por unanimidade, na Assembléia Mundial da Saúde no ano passado.

O objetivo da Convenção é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Reduzir, de maneira contínua e substancial, a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. Portanto, esses são os objetivos da Convenção. Procura-se vender a idéia de que o objetivo da Convenção é erradicar a produção do tabaco como sendo o eixo principal. Não é isso. O eixo é que possamos proteger as gerações futuras das conseqüências do consumo do tabaco e, ao mesmo tempo, reduzir o consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

Então, estão aqui os diversos pontos que compõem a Convenção-Quadro: introdução, objetivo, princípios norteadores, medidas relacionadas à redução da demanda, medidas relativas à redução da oferta, proteção ao meio ambiente, questões relacionadas à responsabilidade civil, cooperação científica e técnica e comunicação da informação, mecanismos institucionais e recursos financeiros, solução de controvérsias, desenvolvimento da Convenção-Quadro e disposições finais.

Medidas relacionadas à redução da demanda. Várias delas já compõem a legislação brasileira. É importante dizer, Senador Eduardo Suplicy e Parlamentares presentes, que a grande maioria dos aspectos que compõem a Convenção-Quadro do Controle do Tabaco já existem na legislação brasileira; fazem parte da nossa legislação e de ações que o Governo vem desenvolvendo, medidas relacionadas a preços e impostos. O Governo, no ano passado, aumentou em 20% o imposto para o cigarro, elevando o preço do cigarro nesse montante.



Já estamos desenvolvendo um estudo, juntamente com a Secretaria da Receita Federal, para calcular uma margem segura dentro da qual possamos aumentar o preço sem estimular o contrabando nem a produção ilegal. Além disso, a Secretaria da Receita Federal e a Polícia Federal têm desenvolvido ações importantíssimas para conter a produção ilegal e o contrabando, envolvendo, inclusive, entendimentos com governos fronteiriços ao nosso, com países que fazem fronteira com o Brasil.

Proteção contra a exposição à fumaça de tabaco: todo o arcabouço legislativo brasileiro já garante as condições para que isso aconteça. Cabe aos municípios e aos estados o efetivo cumprimento dessa lei.

Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco: isso, também, a Anvisa fez e continua a fazer em nosso País.

Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco: isso também a Anvisa, o Ministério da Saúde e os meios de comunicação têm feito.

Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco: o Brasil já tem uma legislação muito dura em relação a essa questão.

Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público: isso já é feito rotineiramente por meio de ações na área de educação, da própria área da saúde e dos meios de comunicação.

Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco - o Brasil tem, também, uma das leis mais avançadas em relação a isso.

Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco: também estão na legislação brasileira.

Ora, na verdade, nós estaremos ratificando aquilo que nós já estamos praticando há muito tempo. Portanto, de onde vem essa postura de disseminar um verdadeiro terrorismo na sociedade brasileira quanto às repercussões que a implantação e a ratificação da Convenção-Quadro irão trazer ao nosso País? Esse temor é absolutamente infundado.

Pode passar.

Aonde é que a coisa está pegando? Quando nós discutimos as medidas relacionadas à redução da oferta de tabaco. Comércio ilícito de produtos de tabaco: o Brasil está combatendo, inclusive, em diálogo com a própria indústria. Eu já tive a oportunidade de, mais de uma vez, receber representantes da indústria do tabaco para discutir ações que evitem o contrabando e a produção ilegal.

Venda a menores de idade e por eles: isso é contemplado pela legislação civil brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis: vamos colocar a questão nos devidos termos.

A implantação da Convenção-Quadro, com todos esses aspectos que nós listamos, vai levar, necessariamente, a uma redução do consumo de tabaco no mundo. As medidas que a China – hoje, o maior consumidor de tabaco internacional – começa a adotar vão reduzir, significativamente, o consumo do tabaco no mundo, o que significa que esse é um mercado em processo de diminuição. Ainda que hoje haja uma expansão e, até 2010, as



previsões são de que possa haver uma expansão, a médio e longo prazo, esse é um mercado em retração.

A Convenção-Quadro colocou o art. 17. Vou ler esse artigo para que nós saibamos o que nós estamos discutindo. Esse artigo diz, claramente, o seguinte:

“Art. 17 – As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais, internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.”

Antes de ser um artigo para prejudicar o pequeno agricultor e o pequeno varejista, é um artigo para protegê-los, para que, quando as repercussões da redução do consumo do tabaco, em nível internacional, começarem a atingir o pequeno produtor ou o pequeno comerciante, os governos tenham a responsabilidade de viabilizar alternativas que sejam economicamente viáveis e lucrativas na mesma dimensão que a atividade da produção do tabaco. Esse é o objetivo da proposição no art. 17.

Quando isso está proposto não vem para prejudicar o pequeno agricultor. Ao contrário, vem para fazer com que, como acontece em muitas outras atividades produtivas que cessam, a indústria depois não deixe ao deus-dará aqueles que antes produziam a matéria-prima para a industrialização que lhe corresponde e lhe cabe.

A Convenção apresenta outros aspectos que também trabalham nessa linha. Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar, a médio e longo prazo, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas em nível nacional, devem ser reconhecidos e abordados no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável a importância de assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores, cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco nas partes que sejam países em desenvolvimento e nas que tenham economia em transição.

Portanto, Senador, está absolutamente claro que no dia em que essa Convenção entrar em vigor, não sairá do Governo Federal uma operação da Polícia Federal para dizimar o cultivo de tabaco que há no Brasil. O tabaco é um produto legal. A Convenção não está transformando o tabaco num produto ilegal. O que esses artigos abordam é que temos que garantir que os que hoje sobrevivem dessa cultura possam ter meios para sobreviver mais a frente, quando ela deixar de se tornar uma cultura rentável por conta das ações de controle do tabagismo.

Além disso, qual é o *status* da Convenção? Cento e sessenta e oito países já assinaram, entre eles grandes produtores de tabaco ou países que tem indústria de tabaco forte. Assinaram os Estados Unidos, a Índia, a China, a Indonésia... O Brasil foi o segundo país a assinar essa Convenção, e alguns já ratificaram. No caso da Índia que a ratificação é feita pelo Poder



Executivo, já houve a ratificação, e é um grande produtor de tabaco. Trinta países já ratificaram. Quando completarmos 40, a Convenção entra em vigor.

No entanto, quais são as conseqüências de não assinarmos a Convenção? Quais são os desdobramentos? A partir do momento em que a Convenção entra em vigor, em primeiro lugar, vamos ter a conferência das partes, que envolverá todos aqueles que ratificaram a Convenção, para discutir os protocolos, que, então, definirão como vamos implementar cada uma daquelas ações de ampliação do controle de políticas para apoiar a cessação de fumar, inclusive como vamos criar as condições para dar suporte àqueles países em desenvolvimento no caso de uma eventual substituição de cultura que ocorra pela redução do consumo em nível internacional.

Ora, se o Brasil não ratificar, ele não fará parte da elaboração desses protocolos. Não vamos ter acesso, inclusive, à assistência técnica e financeira em um momento em que a nossa cultura vier a ser substituída decorrente da redução do consumo do mercado nacional e internacional, para que possamos fazer isso de forma a beneficiar a nossa população que hoje se dedica a essa atividade.

A liderança do Brasil no controle do tabagismo. O Brasil já cumpre a maior parte das propostas da Convenção. O Brasil presidiu o órgão intergovernamental, durante quatro anos, que criou a Convenção; foi o segundo país a assiná-la; o nosso programa é um dos mais avançados do mundo; temos reduzido a proporção de fumantes na população de 32%, em 1989, para 18,8%, em 2003. Já temos números mais novos que demonstram, inclusive, que houve uma redução nesse percentual.

No Brasil, houve uma redução de 42% **per capita** no consumo de cigarro. A proporção de fumantes, como disse, caiu de 32% para 18%, atingindo em alguns casos patamares inferiores aos que existem nos Estados Unidos e no Canadá.

O Brasil, no Governo Lula, assumiu um compromisso com essa Convenção. Em 2003, foi criada por decreto presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro. Neste ano, definimos a garantia do atendimento gratuito para quem quiser deixar de fumar, inclusive na atenção básica, com distribuição de medicamentos; mudamos as imagens de advertência nos maços de cigarros para imagens mais fortes e informativas e veiculamos contrapropaganda e mensagens de advertência durante a transmissão de eventos internacionais patrocinados por marcas de cigarro. Portanto, o Brasil tem reafirmado seu compromisso.

Vamos lembrar quais as implicações de não ratificarmos a Convenção: o Brasil ficaria de fora das negociações dos protocolos da Convenção e, assim, das discussões sobre alternativas de apoio técnico e financeiro. Perdem principalmente os produtores rurais. A imagem do Brasil fica dúbia ao liderar o controle do tabagismo, mas ceder à pressão das grandes transnacionais de tabaco.

Independente de o Brasil ratificar ou não a Convenção, o cenário está posto: a redução da demanda vai acontecer no longo prazo e com ela acontecerá impacto sobre a demanda de produção. Portanto, se ratificarmos



esta Convenção, estaremos salvando vidas. Em verdade, esta é a grande questão.

Por último, ainda que fosse uma definição internacional, que não pode ser imposta a nenhum país, e que se procedesse a uma erradicação das culturas do tabaco – digamos que saísse essa decisão estapafúrdia que não consta do processo da Convenção-Quadro –, o Brasil não estaria obrigado a assumir essa definição. E ainda que o fizesse, o ritmo dessa definição seria uma decisão do País e não de fora.

Por isso, é absolutamente equivocado propor que não se ratifique a Convenção, esperando que outras ratificações aconteçam. Ao contrário, vamos ratificá-la e, assim, teremos absoluto controle do processo.

O Ministério da Saúde tem tido atitude altamente responsável no que diz respeito às atividades econômicas no Brasil. Recentemente, foi discutida na OMS da estratégia mundial da atividade física e controle das doenças crônicas, envolvendo diabetes, doenças cardiovasculares etc. Havia, na estratégia global, uma proposição que falava do consumo de açúcar que gerava uma certa dubiedade quanto à possibilidade de adoção de subsídios para outros alimentos em detrimento do açúcar em outros países. A posição do Brasil foi construída em uma negociação entre o Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde, e conseguimos mudar o conteúdo da Convenção-Quadro porque tínhamos a dimensão de que aquilo era algo que poderia se prestar a uma interpretação para a geração de subsídios de outros produtos para estabelecer uma contraposição em relação ao açúcar e prejudicar o País.

Não temos nenhuma preocupação, nenhum desejo, nenhuma vontade de prejudicar os produtores de fumo no nosso País. Não é essa a nossa posição, não é essa a postura da Comissão Intergovernamental. Temos discutido o assunto, inclusive com a participação do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E as decisões que temos produzido são geradas pelo consenso.

Portanto, apelo aqui aos Senadores do Brasil para que possamos, de fato, fazer essa ratificação. Há hoje uma expectativa mundial sobre a posição do Brasil em relação ao tema e à ratificação. Quaisquer que sejam as salvaguardas que os produtores de tabaco no Brasil queiram tomar em relação a esse processo estamos perfeitamente abertos a discutir. Não podemos condicionar a aprovação da Convenção a algo desse tipo porque isso, na verdade, é um dos artigos. A indústria do tabaco não quer que o Brasil ratifique aquele conjunto de outros artigos, que são as ações para eliminar e reduzir o consumo do tabaco e enfrentar os malefícios que a indústria do cigarro tem produzido para o mundo.

Não somos adversários do pequeno produtor, do agricultor, mas queremos a implementação dessa Convenção para que vidas, no mundo inteiro, sejam salvas porque hoje elas estão sendo dizimadas por um produto que não gera nenhum benefício à saúde da população. Nenhum! Nenhum! Absolutamente nenhum! Não há qualquer comprovação científica de qualquer benefício que o tabaco gere, mas, ao contrário, de malefícios que tem gerado para a humanidade.



Assim, faço esse apelo para concluir minhas palavras.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Ministro poderá ouvir uma parte da audiência.

Alternaremos as pessoas convidadas para representar os produtores de tabaco e as representantes das entidades oncológicas e preocupadas com a saúde.

A Conselheira Mariângela de Andrade Simões, que representa o Ministério das Relações Exteriores, ouvirá toda a audiência e terá a palavra ao final.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do requerimento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB-RS) – Sr. Presidente, com a sua democrática compreensão e com a assinatura do Senador Rodolpho Tourinho porque não sou Membro da Comissão. Agradeço a oportunidade da manifestação e cumprimento o Ministro pela sua brilhante exposição.

Sr. Ministro, estou vindo da Comissão de Educação. Estávamos discutindo o Conselho de Jornalismo, que, guardadas as proporções e pelas próprias desinformações, acaba gerando uma tensão e uma angústia que se reflete na casa do agricultor, trazida agora para a nossa Comissão. Por isso, a importância deste momento.

Cumprimento V. Ex^a porque sou absolutamente favorável à sua manifestação até para que não fique nenhum tipo de dúvida.

Como cidadão, jornalista, radialista e Parlamentar, sempre fiz manifestação de combate permanente ao cigarro até porque tive, em minha família, vítima do cigarro e da bebida. Bebida alcoólica e cigarro são dois componentes que combinam mortalmente. Falo tranquilamente.

Às minhas costas, Sr. Ministro, não há nenhum representante de fábrica, mas representante dos agricultores, que queriam ouvi-lo. A audiência pública tem este objetivo: a palavra do Ministro para levar tranquilidade a quem estava entrando em pânico muito pela desinformação, muito pela contra-informação, muito pela contrapropaganda. E, em consequência, entendo que, se conseguirmos trabalhar as questões com serenidade, como o senhor expôs aqui, serena, aberta e tranquilamente, o Brasil não ficará fora dessa Convenção. Poderá assiná-la, sim, contanto, obviamente, que o Governo diga ao agricultor: “estou contigo, agricultor; eu sou o teu Governo e estou te apoiando”. É isso que o agricultor quer ouvir. Ele quer saber como se vai proceder a essas substituições. Estou vendo aqui a Irmã Lourdes Maria, de Santa Maria, com um belíssimo projeto, mas, infelizmente, a cidade de Venâncio Aires, que é do lado, não conhece esse projeto. Candelária, que fica do outro lado, também não o conhece. Eles são seus vizinhos: imaginem o Brasil!

Então, há toda uma proposta, mas, lamentavelmente, aquele pequeno agricultor – que trabalha em dois, três, cinco hectares, onde a produção é manual e há aclives e declives – acaba não tendo acesso à discussão.



Sr. Ministro, entendo que, atualmente, essa oportunidade só o Congresso Nacional pode dar democraticamente, sem carimbar, produzindo informações. V. Ex^a produziu uma aula especial. Talvez, alguns esperassem de V. Ex^a uma radical posição com relação ao agricultor, que estava sentindo-se agredido, atingido, mas V. Ex^a disse que gostaria de encontrar uma maneira de protegê-lo.

Recebi um documento do Movimento dos Pequenos Agricultores. O que está dito nele? Vou ler três frases:

É de suma importância que o Senado Federal discuta o tema do fumo e da Convenção-Quadro em toda a sua abrangência e com toda a profundidade, ouvindo todas as partes e todos os setores envolvidos, antes de votar a sua ratificação.

Enquanto o Ministério da Saúde participa da discussão, o Ministério da Agricultura e o BNDES financiam algo em torno de R\$500 milhões por ano, para sustentar e expandir a cultura do fumo. Então, não deixa de haver um contra-senso, o que causa um pânico.

Queremos que V. Ex^a discuta intensamente com Ministro da Educação, Tarso Genro, para que essa questão seja obrigatória em sala de aula desde a creche, porque, quem sabe, ali, vamos criar as consciências necessárias, para, futuramente, conseguirmos esses objetivos, que são saudáveis. O problema é a discussão emocional.

Assisti, nos corredores, à emocionalidade e a ouvi na Casa do Agricultor. Foi isso que me motivou, pois ela pode levar-nos a ações de radicalização. Quando Estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que são os maiores produtores, discutem um tema como esse, sem a informação necessária, acabam gerando pânico entre os pequenos.

Penso que devemos tirar a discussão lá de Genebra ou daqui de dentro da Comissão e chamar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – que tem um contato cotidiano com o agricultor –, o MST, os pequenos agricultores, a Fetag, enfim, todas as pontas, para dizermos que é possível levar a discussão a um ponto de solução, sob pena de instalarmos o pânico e não traduzirmos em resultados o que esperamos.

Queria deixar muito clara a minha posição. Boa parte do Rio Grande do Sul sabe claramente como me posiciono a respeito da questão, mas ouvi a angústia. Estive no meio dessas pessoas em inúmeras caminhadas que fiz na região produtora de fumo do Estado e descobri que ela não é só a Vale do Rio Pardo. A região produtora de fumo no Rio Grande do Sul se expande por praticamente todo... ela só não está em nosso litoral, e como discutimos esse assunto? Que informação estamos levando para essas pessoas?

Então, quero parabenizá-lo por estar aqui, falando para essas pessoas e dizendo-lhes que o Governo não é inimigo do fumicultor, não é adversário do agricultor, é parceiro e não está acabando com a fumiicultura. A substituição é um processo gradativo, lento, que tem que ser experimentado, porém o Governo tem que dizer que há garantias para isso, porque, por enquanto, a informação que o agricultor tem é esta aqui, do próprio Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). De um lado, o esforço sobre-humano do Ministro e de todas essas entidades – aqui está presente a



Associação Médica do Rio Grande do Sul, e eu estava agora mesmo falando com um de seus diretores, preocupado com a questão e me questionando sobre meu posicionamento. Não sou contra o agricultor, não posso ser, Ministro. V. Ex^a não é, nem o Governo; agora, tenho consciência da importância da conscientização e trabalho nesse sentido.

Deixo isso claro, para evitar eventuais carimbos com relação à razão da audiência pública, porque é muito fácil emocionalmente induzir segmentos a pensar isso ou aquilo. Li duas publicações em que constava meu nome, promovidas por dois cidadãos que me visitaram, um do Incra, o Presidente, e o outro da Sociedade de Oncologia de Minas Gerais, se não me engano, que estão nessa luta, mas quero dizer publicamente que o que eles escreveram não foi o que conversamos. E levo, novamente, a comparação ao que estávamos há vinte minutos, aqui na Comissão de Educação, discutindo: a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Se, nesse segmento, Ministro, há dificuldade de compreender a criação de um Conselho; se ela existe entre pessoas com formação superior, formadoras de opinião... E não é só patrão, vi aqui agora; saí da Comissão e encontrei dez colegas jornalistas: “E daí? Qual é tua posição?” Eu disse: “Calma, o projeto está na Câmara! Tem muito para andar, há muito para discutir, estão fazendo audiências públicas”. “Mas tu és contra ou a favor?” Não me deram chance nem de dizer que estamos discutindo, já que não sabia se eu era contra ou a favor. Eu disse:

“Olha, não sou contra, não sou a favor, muito pelo contrário, quero discutir o projeto. Pode ser aperfeiçoado, ouvi da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que o projeto pode ser aperfeiçoado. Eles têm alternativas ao projeto, ótimo, que maravilha, a democracia permite isso.”

Quero desculpar-me pelo tempo que estou tomando, mas acho fundamental até criar esse paralelo, colocar essas duas questões que, coincidentemente, estão sendo discutidas em salas próximas. Se, de um lado, há esse clima todo entre formadores de opinião, se pessoas com oportunidade de receber uma carga de informação permanente tem reações, imaginem lá na periferia, aonde dificilmente chega informação ou, muitas vezes, chega distorcida por um lado ou outro. Por isso, mais uma vez, parabéns! Achei brilhante sua exposição. Enfim, espero que, ao final, encontremos uma solução adequada ao problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos, agora, ouvir um representante dos produtores, o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), que está representando o Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Eu pediria a gentileza de que venha ocupar... Irmã, a senhora daria... Nós vamos ter que nos revezar na Mesa ou, então, usar esse lugar mais em frente ao microfone porque assim daremos oportunidade a todos de estarem na mesa.



Em princípio poderemos estender a reunião até às 14 horas e 30 minutos, quando começa a sessão do Senado. Portanto, fazemos um apelo a todos para sintetizarem os argumentos para dar oportunidade a todos.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Suplicy, estão me chamando para fechar a sessão do Congresso.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Sr Presidente Eduardo Suplicy, eu diria da nossa satisfação em poder trazer contribuição a esse processo. O tema foi aqui abordado magistralmente pelo Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, que trouxe justamente uma visão a respeito do tema. S. Ex^a foi bastante objetivo ao concluir dizendo: “Estamos abertos a discutir o assunto”.

No meu entendimento, os que vêm a esta Casa, Srs. Senadores e Sr. Ministro, possuem esse intuito. As representações aqui vêm no sentido de trazer a sua colaboração, justamente para abirmos o tema e analisarmos seus reflexos. E foi muito objetiva a convocação feita pelo Senador Eduardo Suplicy, no sentido de verificarmos os impactos que a matéria possa vir a determinar.

Não há dúvida de que, após as apresentações das diversas instituições aqui presentes, estará o Senado com uma informação muito rica, muito preciosa em torno desse tema, que sem dúvida envolverá a Região Sul, onde 884 mil toneladas de fumo são produzidas, uma economia que representa R\$20,491 bilhões. Trata-se de dados importantes, representando o envolvimento direto de 900 mil pessoas; 40 mil empregos diretos vinculados à produção; 1,64 milhão de pessoas envolvidas indiretamente. Logicamente isso representa uma economia. E o nosso presidente da Famurs manifestará o sentimento dos que têm lastreado justamente nessa economia a sobrevivência de seus Municípios.

Não estamos, de forma alguma, esquecendo as 200 mil pessoas que morrem anualmente pelo uso direto do tabaco. No entanto, temos que refletir que, se haverá uma regressão, que esta não venha de imediato ou em uma ação precipitada causar a desestabilização de um setor que eu diria que tomamos como modelo. Modelo de uma relação em toda a cadeia produtiva. Modelo de uma integração. Buscamos e pregamos a cadeia produtiva, mas vamos buscar justamente na cadeia do setor fumageiro o exemplo de procedimentos a adotar.

Então, temos um respeito muito grande por essa atividade. Diríamos que essa economia representa, no Rio Grande, a terceira rubrica de renda do Estado. Portanto, para a Região Sul é significativo. E logicamente, dentro desse quadro, não poderíamos deixar de pedir a permissão de V. Ex^a para, em oito minutos, mostrarmos aqui uma imagem do que é essa cadeia, da forma como atua e de como percebermos que essa contribuição não pode ser esquecida. A qualquer momento, precisamos analisá-la com todo o carinho para verificarmos os caminhos que deveremos traçar.

Portanto, Sr. Presidente, peço a permissão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quanto tempo daqui para frente?



O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Em oito minutos encerraremos a nossa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos lá.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Vamos deixar que os demais concluam com a apresentação.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A imagem não vai aparecer? (Pausa.)

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – E a imagem? Onde está o técnico?

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Infelizmente, não está dando para ver a imagem. Vamos guardar o vídeo para depois, se conseguirem consertar a imagem.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Sr. Presidente, sendo assim, deixarei o vídeo com V. Ex^a. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vai aparecer a imagem agora?

O SR. (Orador não identificado) – Não. Houve um problema no funcionamento do equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se não está funcionando... Se, ao final, for possível consertar o aparelho, poderemos ver novamente o vídeo.

Agradeço ao Sr. Carlos Rivaci Sperotto.

O que está escrito? Bateria fraca? É preciso rever o que está ocorrendo. Talvez seja preciso trocar a bateria pelo que está escrito.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ao final da audiência, voltaremos ao vídeo se for possível.

Sr. Carlos Sperotto, agradeço a atenção de V. S^a.

Neste momento, vamos dar prosseguimento à audiência. Passo a palavra a Sr^a Margareth Matos, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, que também está representando o Dr. Drauzio Varella.

A SR^a MARGARETH MATOS – Boa tarde a todos os presentes. Faço um cumprimento especial ao Presidente da Mesa, Ex^mo Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O enfoque que demonstrarei é decorrente de um procedimento investigatório que tramita na Procuradoria do Trabalho no Paraná desde 1998. Todas as informações que serão trazidas estão baseadas em estudos e também em uma pesquisa e na entrevista de centenas de produtores de fumo.

O Paraná representa pouco – apenas 15% – em relação ao Rio Grande do Sul e à Santa Catarina. Mesmo assim, o Estado apresenta um número expressivo de pequenas propriedades plantando o fumo – mais de 40 mil propriedades. E a grande empresa contratante no Paraná é a Souza Cruz.

O agricultor é a primeira vítima do tabaco. É importante abordar esse fato, porque quando falamos do controle do tabaco esquecemos que quem



planta também morre por estar plantando um produto nocivo à sua saúde tanto quanto para quem fuma.

Outra situação bastante interessante em relação aos contratos mantidos pelas fumageiras com os pequenos proprietários agrícolas é a natureza desse contrato. O nome que se dá a esse contrato é de que ele teria uma natureza jurídica civil, um contrato de venda da produção. Mas, na verdade, se houver uma análise mais aprofundada desses contratos, vamos perceber que eles encerram muito mais obrigações que um contrato de trabalho clássico, no qual o empregado assume apenas a obrigação de prestar um serviço e, em contrapartida, o seu empregador vai reonerar esse serviço.

Quanto ao sistema de integração imposto pelas fumageiras, considerei extraordinária a vivacidade com que foi pensado este sistema de integração, que vincula de tal forma o pequeno produtor que coloca não apenas a sua força de trabalho à disposição das fumageiras, como também a sua propriedade, que serve inclusive de aval para que ela possa financiar a própria cultura. Então, ela disponibiliza a sua propriedade como garantia dos empréstimos bancários que ele vier a receber para construção, por exemplo, dos barracões de secagem do fumo, e não só ele tem a sua força de trabalho expropriada, a sua propriedade colocada em risco como garantia de um empreendimento econômico que não lhe traz lucro, como também a sua família é envolvida neste trabalho, porque, se não houver o envolvimento da família, a rentabilidade não será alcançada.

É um engodo dizer que existe retorno financeiro muito vantajoso para os pequenos proprietários, porque a análise que fazemos de todas as propriedades no Paraná não passa de aproximadamente um salário mínimo por pessoa da família. Quando dizem, por exemplo, que outras culturas pagam menos, não podemos esquecer que, enquanto o milho consome somente 22 dias/ano da mão-de-obra de uma pessoa, o fumo consome 211 dias. Então, temos que levar isso em consideração na hora de avaliar quanto realmente está rendendo esta produção.

Outra situação bastante interessante é que este contrato que não é um contrato de emprego, e caso o fosse, traria muito mais vantagens para o produtor rural, também impõe a esse produtor rural um pacote tecnológico no qual está incluída a obrigação de comprar a semente, o fertilizante, o inseticida, a assistência técnica, que, diga-se de passagem, é extremamente deficiente, e também de vender com exclusividade aquele produto. O que se vende é uma verdadeira ilusão para os pequenos produtores. Os técnicos fazem as visitas, dizendo que, se o produtor vier a plantar, terá grande lucratividade e todas as facilidades para começar esta atividade, dizendo, por exemplo, que só pagará esses pacotes tecnológicos depois que produzir. Então, a empresa adianta – digamos assim – esse pacote que representa um valor para que ele pague somente depois. Mas, em contrapartida, ele tem que fazer um financiamento bancário para custear a infra-estrutura necessária. Deve haver um galpão para a secagem das folhas. No Paraná, esse galpão demora. Por exemplo, gastam-se cinco anos para pagar um financiamento bancário. Então, o produtor necessariamente vai ficar



vinculado a este contrato por cinco anos. Mesmo que queira dele sair, não poderá fazê-lo, porque ele já deu a sua propriedade em garantia e ainda tem cinco anos para pagar. Então, vende-se uma ilusão, um sonho de que ele vai ter um retorno financeiro que, na verdade, não está acontecendo.

Outra situação bastante interessante é em relação à classificação do fumo, que é unilateral, é imposta. Quem faz a classificação é a empresa e, então, ocorre mais uma vez a situação de extrema subordinação do produtor, porque, se a empresa ficar encarregada de dizer qual a classificação e o preço do produto, implicará dizer que inclusive o valor da sua mão-de-obra poderá ser reduzida neste momento. Não sabe quanto vai ganhar, nem como seu fumo será classificado. Quem dirá isso serão as empresas. Então, querendo ou não, ele fica à mercê todo o tempo das indústrias.

Não há, por outro lado, nenhuma discussão da lucratividade que as empresas hoje têm obtido e do retorno que isso pode trazer para os pequenos produtores. Sempre há uma discussão muito acirrada, a portas fechadas. Há todo aquele protocolo. O preço é discutido a portas fechadas, com alguns segmentos que representam os trabalhadores, ou seja, as federações de trabalhadores rurais e que não abrem as portas para uma discussão maior com a Fetraf-Sul ou com o MPA, que tem uma representatividade no Rio Grande do Sul, ou mesmo com algum órgão como o Ministério Público do Trabalho, caso queiram participar de uma negociação – e só não participam porque isso se dá a portas fechadas.

Não há também a intenção de se repassar para o produtor o lucro que as empresas obtêm. Para termos uma idéia, a Souza Cruz, em menos de dois anos, dobrou seu patrimônio, algo que não conseguiu fazer nem em cem anos de sua história, mas nenhum centavo disso chegou às mãos dos produtores. Então, há uma desvalorização da mão-de-obra.

Se há um item que causa impacto para o produtor, esse é a mão-de-obra, que, no campo, tem sido cada vez mais escassa. No Paraná, de um ano para outro, houve uma alteração no preço da diária de mão-de-obra de R\$8,00 para R\$22,00, o que inviabiliza que o pequeno produtor contrate terceiros para ajudá-lo na produção. Ele, então, é obrigado a trabalhar extenuantemente por 24 horas, 365 dias ao ano, envolvendo até mesmo crianças abaixo de sete anos na produção.

A valorização do trabalho humano, que é um princípio constitucional, está absolutamente sendo violado nessa situação da fumicultura no Brasil. Se verificarmos os valores pagos pela mão-de-obra ao brasileiro, está em torno de US\$1,40 no Brasil; nos Estados Unidos, sobe para US\$5; na Europa, US\$10. Na Argentina, para não irmos muito longe dos padrões culturais e até da situação econômica, pagam-se US\$2, um valor acima do que é pago no Brasil.

A dependência provocada pelo endividamento tem condicionado a permanência dos pequenos produtores nesse tipo de atividade. Grande parte dos produtores do Estado do Paraná não quer mais continuar produzindo fumo, mas não têm obtido a ajuda necessária e nem há uma política governamental de ajuda.



É verdade que, quando o Ministro fala sobre o protocolo-quadro, se pensa que, com a redução de consumo, haverá um impacto na produção, mas isso deve ser pensado como uma transição na redução do impacto da produção.

Pelos produtores, essa Convenção-Quadro já deveria ter sido ratificada, pois eles querem mudar a produção. Eles querem medidas de governo no âmbito federal, estadual e municipal, para modificar a sua cultura, porque o desgaste que vêm sofrendo não só econômico como para a sua própria saúde é tão grande que não há mais vantagem.

Segundo o MPA, o BNDES tem financiado a cultura de uma forma vergonhosa, e penso que o fato deve ser levado como denúncia para que seja objeto de auditoria. Pelo menos até onde acompanhei, a partir do Governo Lula, a cultura não estaria mais sendo financiada pelo Pronaf, o que ocorreu até o Governo anterior. O Pronaf estaria financiando essas culturas, mas o Pronaf é recurso do BNDES, é recurso público, e não houve uma discussão com a sociedade brasileira sobre se ela queria financiar esse tipo de cultura. Não é alimento, não está combatendo a fome, que é um dos pilares atuais deste Governo. Por outro lado, está causando a morte no campo. E estamos incentivando, com recursos públicos, esse tipo de atividade.

Há o agravante ainda da denúncia de que as fumageiras intermediavam esses recursos e repassavam para o trabalhador sem que esse tinha sequer o conhecimento de que era por intermédio do Pronaf. Muitas vezes ele assina sem ter conhecimento, as letras são miúdas, e até eu tenho dificuldades de analisar. Ele assinava sem saber que eram recursos do Pronaf, e a diferença dos valores praticados pelo mercado e dos valores do Pronaf não era repassada para o trabalhador. Fizemos essa denúncia nos autos que entendo deve ser investigada com bastante rigor, e a estou encaminhando às esferas competentes.

O aumento da área plantada tem ocorrido mesmo, mas não porque os pequenos produtores estejam satisfeitos. Como disse, os técnicos hoje perdem muito mais tempo visitando quem ainda não produz, para que passem a produzir o fumo, dizendo que vão ficar ricos, que será muito bom, que terão carro e casa nova, em vez de prestarem a assistência técnica que é devida aos pequenos produtores.

A informação que temos é de que eles chegam a visitar esporadicamente, de três a seis meses, cada produção, mas todos os dias conseguem novos produtores para fazer esse tipo de atividade.

O desmatamento causado por essa atividade tem um impacto ambiental enorme. Falou-se do reflorestamento, e é certo que as indústrias o têm incentivado, até por uma obrigação legal, mas isso não significa que houve recuperação da área, ou, ainda, que a área nativa continua sendo preservada. Não há. É o produtor que paga pelo reflorestamento; ele é obrigado pelas indústrias a pagar pelas mudas. A indústria não gasta um centavo com isso. O produtor paga e planta. Se existe reflorestamento, ele é feito pelo produtor, com recursos próprios e com sacrifício.



Outro ponto sério diz respeito à saúde do trabalhador. Embora sejam trabalhadores rurais, não deixam de ser trabalhadores, e todos temos que nos preocupar com a saúde das pessoas que plantam e que cultivam o fumo. O fumo necessita constantemente de agrotóxico. Nem vou discutir com relação à quantidade. Se consultadas, as indústrias dirão que reduziram bastante a quantidade. De fato, reduziram; mas aqui não importa a redução, mas a necessidade da utilização. Mesmo que o agrotóxico fosse banido, ainda assim o cultivo teria impacto na saúde, pois a nicotina é causadora de problemas tão graves quanto os próprios pesticidas, principalmente no momento da secagem, quando a fumaça tóxica contamina o ambiente.

Atualmente, quanto ao agrotóxico, normas internacionais exigem que haja garantia de treinamento e de segurança das pessoas que manuseiam o produto. Contudo, por mais que as indústrias digam que existe assistência técnica, não há como garantir às propriedades agrícolas produtoras de fumo efetivo treinamento e segurança aos seus trabalhadores. É uma constatação que é impossível, e desafio a indústria a fazer uma contraprova. Se disser que sim, estará mentindo. Não é possível.

Por essa razão, a discussão é no sentido de que em pequenas propriedades, onde realmente não conseguimos fazer o controle do uso dos agrotóxicos, haja o treinamento adequado. Onde não é possível sequer uma fiscalização, com o tempo, possamos eliminar dessas pequenas propriedades o uso de agrotóxicos. Que passem a produzir alimentos orgânicos, como forma de preservar não a saúde de quem consome, mas, principalmente, de quem nela trabalha.

Várias doenças estão associadas ao uso de agrotóxicos utilizados no fumo. As mais relatadas são: depressão, ansiedade, disfunções neurológicas, dores musculares, tremores ocasionados pelo mal de Parkinson, diarreias, miopia, defecação involuntária, miocardite, olhos lacrimejantes, sangramentos de nariz, desmaios e, principalmente, um alto índice de suicídio. São dados observados em estudos realizados em algumas comunidades. Um estudo de 1996 constatou o índice de suicídios sete vezes superior à média nacional nas comunidades fumicultoras.

Outra situação também preocupante é a discrepância na classificação dos agrotóxicos pela Organização Mundial de Saúde e a praticada no Brasil. No Brasil, a maior parte dos agrotóxicos utilizados na cultura do fumo está enquadrada no índice 4, enquanto a Organização Mundial de Saúde enquadra no índice 2. Precisamos fazer uma revisão a esse respeito, já que existe essa discrepância, talvez causando um impacto muito ruim na saúde do trabalhador, sem um estudo maior.

Com relação ao outro produto, também ele é utilizado. A indústria pode dizer que não, mas possui receituários assinados por profissionais de fumageiras, em meu procedimento, indicando o Orteni. Só para que V. Ex^{as} tenham idéia, ele nunca foi liberado no Reino Unido. Na Inglaterra, ele não é utilizado, foi banido, justamente pelo impacto causado à saúde do trabalhador. Inclusive existe um comentário muito interessante de um médico da Universidade de Duke, na Carolina do Norte, que estuda a questão dos agrotóxicos. Muitas pessoas dizem que os pesticidas tóxicos são eliminados



do organismo rapidamente. Ele diz que uma bala também, mas o estrago provocado pelo agrotóxico não tem comparação. Portanto, as pessoas devem deixar de vender a idéia de que o agrotóxico é eliminado rapidamente.

A saúde e a segurança dos agricultores, dos trabalhadores em regime de economia familiar, que representam 90% da produção, não podem ser deixadas de lado com a auto-regulamentação das indústrias transnacionais.

Por fim, não poderia deixar de falar, Senador, do trabalho infantil, pois foi esse o motivo de ter me envolvido com o tema.

Estudo realizado por uma entidade do Governo do Estado do Paraná, em 1999, avalia que, para cada propriedade, há o envolvimento trabalhista de, pelo menos, duas crianças. No Paraná, há 40 mil propriedades. Se as multiplicarmos por dois, resultará em 80 mil crianças trabalhando na fumicultura. Elas até vão para a escola, mas, em algum momento, elas serão envolvidas no plantio ou na colheita do fumo. Então, há um verdadeiro exército de crianças trabalhando na cultura. E o programa O Futuro é Agora, que possivelmente será divulgado pela indústria, é muito mais de *marketing* do que de impacto, de efetivo resultado. Estou falando isso como conhecedora de causa, de quem foi a campo e entrevistou os produtores. Acho que para reconhecer a representatividade de alguns setores para dizer "sou do campo", e não é isso que acontece, teríamos que trazer mais elementos aqui, porque isso realmente acontece, além do prejuízo à escolaridade dessas crianças.

Então, o apelo é pela ratificação da Convenção-Quadro, que aliás já deveria ter sido ratificada por tudo que já foi exposto. Não há nem moral, nem ética, legalmente não há nenhum motivo para que não haja ratificação. O Brasil não pode deixar de integrar esse esforço mundial muito valoroso. Tenho certeza de que o Senado Federal não se furtará à sua responsabilidade.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr^a Margareth Matos.

Deputado Adão Pretto, alternarei o uso da palavra para dar oportunidade aos produtores de tabaco de se expressarem agora; depois, novamente, se manifestarão os representantes da oncologia.

V. Ex^a não gostaria de falar mais ao final, depois de ouvirmos todos? Preocupo-me em ouvir todos os convidados. Mas é claro que garantirei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Senador, se possível, gostaria de falar agora, porque a Sr^a Margareth abordou um tema que estou defendendo na Câmara. Acho importante falar um minutinho agora sobre ele. Mas, se não for possível, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas pergunto se V. Ex^a poderia falar depois de ouvirmos os outros. Assegurarei aos Senadores e Deputados o direito de falar. V. Ex^a terá mais elementos ainda depois de ouvi-los.



A Dr^a Tânia Cavalcante representará o Ministro Humberto Costa, porque Sua Excelência tem agora outro compromisso, vai precisar sair. Mas o Ministério da Saúde, assim como o Ministério das Relações Exteriores, continuarão presentes, ouvindo nossa audiência.

Agradeço muito ao Ministro Humberto Costa pela atenção de ter vindo aqui, participado e feito uma brilhante exposição, muito esclarecedora sobre a natureza desse Acordo-Quadro. O Ministro mostrou a relevância para o Brasil da assinatura desse acordo, ao mesmo tempo, em que fala das garantias aos agricultores, no sentido de caminhar por uma transição na qual se garanta o respeito e o direito daqueles que estão preocupados também com a sobrevivência, que executam um trabalho que inclusive é tradição em muitas das áreas, inclusive tradição por gerações.

Portanto, para se despedir, tem a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade de aqui comparecer. Ao final, gostaria de fazer um convite a todas as entidades que estão aqui e que vieram exatamente para fazer esse contraponto em relação à Convenção-Quadro. Como Presidente da Comissão Interministerial que vem tratando da implementação da Convenção-Quadro, gostaria de convidá-los a participar de uma reunião comigo, para que possamos exatamente discutir esses aspectos aqui relatados, como é o caso do processo de transição. Assim, em outubro, ao votar a Convenção, possamos garantir aos produtores que eles não serão prejudicados. Então, faço esse convite, que, depois, formalizarei.

Agradeço ao Senador Suplicy por essa grande oportunidade, propiciada pelo Senador Zambiasi, para que pudéssemos aqui discutir essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro. (Aplausos.)

Concedo a palavra aos Srs. Ezídio Pinheiro e Sérgio de Miranda, que falarão em dobradinha, ou em nome dos dois, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

O SR. EZÍDIO PINHEIRO – Senador Eduardo Suplicy, obrigado por esta oportunidade. Eu, que passei por esta Casa, sei valorizar este momento, a importância que tem essa mediação e a responsabilidade que tem esta Casa quando vai votar algumas matérias que são de interesse de uma categoria como o setor do fumo. Saúdo os Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, que deve ter se retirado e também solicitou esta audiência, nossos Deputados Federais, a comitiva que veio do Rio Grande do Sul, Deputados estaduais, Sindicalistas, a Fubra, e dizer que é um momento importante. É uma grande oportunidade porque representamos essa categoria do pequeno produtor.

A minha fala não será do Ezídio Pinheiro, do Presidente da Fetag; eu gostaria de falar tentando representar os pequenos produtores do Rio Grande do Sul. Hoje, nesta safra, vamos atingir mais de 90 mil famílias de pequenos produtores que plantam fumo. Se contarmos uma média de quatro pessoas por família, além dos assalariados rurais, chegaremos a 500 mil pessoas



envolvidas nessa cultura. Isso dá a dimensão da nossa responsabilidade ao discutir esse assunto. É algo muito sério. Estávamos acompanhando com atenção o que dizia o Ministro no sentido de que o fumo causa a pobreza e a miséria tendo em vista o fumante. Precisamos ter cuidado para não criar o inverso. Essas famílias que plantam um hectare, dois hectares em regiões em que a média das propriedades não chega a 11 hectares.

Digo isso não por questões técnicas, mas por sentimento. Seria interessante saber o que pensa esse produtor de fumo. Seria bom se tivéssemos tempo para envolver esses 500 mil produtores do Rio Grande do Sul, em vez de decidirmos por eles se devem ou não plantar fumo. Queríamos ter essa oportunidade de não atropelar e ter que votar porque alguns países votaram. Acompanhamos essas questões de mercado na área da agricultura, a restrição que tantos países têm pelos nossos produtos, as cobranças de taxas para exportação. Então não vamos ser usados porque eles estão querendo. Temos um envolvimento muito grande nisso.

Não contestamos isso, até porque não sou fumante, mas não estou me representando e sim aqueles que produzem, aqueles que sobrevivem à custa disso. Produz-se muita coisa que não serve também para a alimentação. Uns dizem que a plantação de fumo se é viável, outros dizem que não o é. Plantei fumo mais de 20 anos e o fiz porque era viável. Ninguém estaria plantando fumo se fosse inviável, se fosse dar prejuízo, pois ele teria outras culturas para desenvolver. Não se pode alegar que o fumo é prejuízo, mas sou obrigado a plantar. As condições dele talvez o leve a plantar fumo.

Eu não queria que, dentro de um acordo desses, Senador Eduardo Suplicy, fosse forçada uma redução, eliminando aquela família, largando-a na desgraça. O que está se propondo é aumentar taxaões, é não financiar. O que está se propondo é que ele vá empobrecendo e que, daqui a quatro ou cinco anos, não possa mais se manter no setor. Aceitamos discutir uma forma em que seja reduzido o número de produtores, mas que os que ficarem lá fiquem bem. Pelo que está se propondo hoje, vai ser inviável produzir o fumo. Eu queria que fosse viável, mas que se reduzisse, para que quem tivesse de produzir ficasse bem.

A região do fumo, o Vale do Rio Pardo, é uma das melhores regiões do Estado em termos de habitação, das propriedades, da forma de organização.

Então, queríamos expressar essa preocupação, mas que não fôssemos eliminados do processo por interesses de outros países. Podemos começar a discutir essa questão. Não sou contra a Convenção-Quadro de maneira nenhuma, mas vamos dar um tempo e ver o que o Brasil pode fazer.

Estamos trabalhando em muitas campanhas importantes, como foi dito aqui pelo Ministro, como campanhas para a redução do fumo, mas vamos também fazer campanhas para mudar a cultura. Não temos nenhuma proposta que diga: não se plantará fumo, mas terá dinheiro para plantar outra cultura que lhe dará rentabilidade. Estamos mexendo com a família que está na terra. Eu não tenho o direito de dizer que vão aprovar uma Convenção e que o produtor se vire e que deve ser eliminado. Nossas condições são uma questão do Brasil, não da Convenção. Penso que o Governo está interessado



nisso. Vamos fazer uma proposta de reestruturação. Daqui por diante, não vão entrar mais novos produtores. Os que estão ali dentro vão sair por conta própria e vão diminuir, mas não vamos cortar o crédito dos que permanecerem.

Há pessoas que produzem surdina de carro, o que não se come, mas é o pão deles. Para nós, o fumo é a farinha, o milho, o feijão, a nossa comida. Quando estamos tratando disso, tocamos num ponto muito importante.

Esta Casa terá o tempo necessário para discutir. Seria injusto que chegássemos lá e estivéssemos com medo. O temor é muito grande. Vamos lá falar com o produtor de fumo e ele não quer. Temos conversado com ele para achar a fórmula de fazer isso. Eu não estou aqui para defender a indústria, mas para defender o produtor. Temos dificuldades nas negociações. Talvez isso ocorra com todos os tipos de produção, mas tenhamos cautela. Que possamos ir, Senador Eduardo Suplicy, à região dos produtores de fumo, para falar com aqueles que estão vivendo lá, para ver como está a situação, qual a alternativa que eles teriam, se não plantassem. Eles vivem com dois hectares de terra plantada com fumo – talvez sejam as terras mais dobradas que se têm.

Como Federação, representando os produtores, a nossa liderança sindical tem mais de 200 sindicatos. Acompanhamos mais de 200 Municípios. Acompanho, com muito sentimento, há mais de 30 anos, a negociação do preço do fumo, que tem altos e baixos. A cada ano, discutimos uma dificuldade, que é a dificuldade de toda a nossa agricultura.

Então, eu queria parabenizar todos pelo esforço. Sei que os nossos Senadores aqui presentes também têm esse pensamento. Vamos procurar avançar. Não temos de dar exemplo para o mundo. Temos de dar exemplo para nós. Podemos fazer nossa parte aqui, discutindo a questão claramente com nossos produtores. Na hora em que o momento chegar, podemos votar a Convenção-Quadro, sem dúvida nenhuma. Isso são coisas importantes.

Mais uma vez, nosso muito obrigado. Vamos com cautela. Vamos chegar lá, porque conhecemos essa área e o produtor pensa diferente de muitos que ainda vão se pronunciar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ouvir agora a Dr^a Tânia Cavalcante, chefe da Divisão de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, que está também representando o Dr. José Gomes Temporão, Diretor-Geral do Inca, e o Ministro Humberto Costa.

Também seja bem-vinda a Deputada Yeda Crusius.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTE – Boa tarde a todos. Em nome do Dr. José Gomes Temporão, Diretor do Instituto Nacional de Câncer, gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos nesse debate que cria todo um espaço democrático e transparente para que possamos estar, realmente, apresentando todos os aspectos reais da Convenção-Quadro. O Dr. Temporão me pede, inclusive, para se desculpar por não estar presente. Ele está na Alemanha, discutindo junto à Organização Mundial da Saúde o papel do Instituto Nacional de Câncer enquanto centro colaborador para o controle do tabagismo.



Em seu nome, trago algumas mensagens no sentido de tentarmos esclarecer as informações que vêm sendo apresentadas na mídia, de forma muito equivocada, para não dizer maliciosa, para tentar criar esse terror que existe hoje, principalmente no meio dos fumicultores, tentar criar um clima de hostilidade e rejeição para a Convenção-Quadro.

Gostaria de mostrar uma proposta – já pedimos para colocar – em que procuramos pegar as últimas informações que estão sendo plantadas na mídia para criar esse clima. Vamos mostrar a realidade que está por trás de cada afirmação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Enquanto ligam o aparelho, informo que também está presente a Instituição Tabaco Zero, com a Sr^a Paula Johns, que veio aqui participar da rede de desenvolvimento humano.

Tem a palavra a Sr^a Tânia Cavalcante.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTE – Na verdade, procuramos colocar a apresentação em termos de mitos e verdades. Esse é o título. Entendemos que foram plantados alguns mitos exatamente para criar uma certa, vamos dizer, rejeição e dificuldade nesse processo de tramitação da Convenção-Quadro.

Próximo. Essa frase, por exemplo, foi pinçada de um jornal da Região Sul, em que foi divulgada a seguinte mensagem: a Convenção só entra em vigor quando os agricultores tiverem feito a convenção para outros cultivos. O que queria deixar claro é que a Convenção não tem como objetivo acabar com o fumo nem impõe que ele seja substituído. Substituirá quem quiser. Esse é um dos aspectos que gostaria de deixar aqui.

Como já foi muito dito pelo Ministro da Saúde, a Convenção tem por objetivo reduzir o consumo para reduzir mortes e doenças causadas pelo tabaco. A Convenção, como foi bem mostrada aqui, preocupa-se com os fumicultores. Ela não quer antagonizar os produtores. Pelo contrário, quer discutir mecanismos para ajudá-los a encontrar alternativas economicamente viáveis no futuro.

Próximo. Um ponto extremamente claro que estou vendo aqui é que o Brasil não deve ratificar e tem que encontrar alternativas. A Convenção vai entrar em vigor independente de o Brasil ratificar ou não esse tratado. Independente da ratificação ou não do Brasil, todo o mundo já está se organizando, como já foi dito aqui, para reduzir o consumo do tabaco e aderir aos termos da Convenção. O processo de negociação da Convenção por si só já está fazendo países que jamais haviam pensado em investir recursos para reduzir o consumo a se organizarem para criarem programas nacionais para o controle do tabaco. Recentemente, o Uruguai, último país a ratificar o acordo, onde, até pouco tempo, o Ministério da Saúde sequer contemplava a questão do controle do tabagismo, já está negociando até aumento de imposto, já está com plano de ação forte para proibir propaganda e todas essas ações que o Brasil já faz, como já foi mostrado aqui pelo Ministro. Na Argentina, a mesma coisa. E, assim, vários países do mundo, a partir do processo de negociação da Convenção, passaram a se sensibilizar e a se mobilizar para que a Convenção adotasse ações para reduzir o consumo. Cento e sessenta e oito países já assinaram e 32 já ratificaram. Isso já foi



mostrado pelo Ministro, não me vou deter mais nisso. Praticamente, faltam oito ratificações para que a Convenção entre em vigor.

Temos que entender a Convenção como uma reação do mundo para os cinco milhões de mortes anuais causadas pelo consumo do tabaco e para as projeções de dez milhões, se nada for feito para reduzir a expansão do consumo, como foi bem mostrado aqui pelo Ministro da Saúde. E a Convenção também, como foi mostrado pelo Ministro, é uma reação do mundo à dinâmica da globalização do mercado, que tem deslocado o consumo dos países ricos para os pobres.

É extremamente importante que se entenda esse cenário global. Já foi mostrado que algumas instituições desenvolvimentistas, como o Banco Mundial, por exemplo, na década de 80, chegaram até a estimular os países a plantar fumo. Mas, a partir da década de 90, reconheceram os efeitos extremamente graves do tabagismo e mudaram a sua política. Não só excluiu o financiamento do tabaco da sua política, como passou a estimular que os países adotem essa ação. O Banco Mundial tem liderado isso. Inclusive foi publicado um livro pelo Banco Mundial, estimulando os países a adotarem um leque de medidas, entre elas o aumento de preço, para poder reduzir o consumo entre os jovens. E o Fundo Monetário Internacional é alinhado com essa política. Então é preciso que se entenda esse cenário global que independe de o Brasil ratificar ou não a Convenção.

Aconteceu no Brasil a 11ª Conferência Quadrienal das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, este ano, em junho, que abordou a questão do tabaco e gerou um documento que convida os estados-membros das Nações Unidas para fortalecerem medidas para o controle do consumo do tabaco em seus programas nacionais, inserindo essa questão nas suas agências de desenvolvimento. O mundo olha o controle do consumo do tabaco como uma questão de desenvolvimento. Então é preciso que também estejamos enxergando dessa forma. E a Convenção é alinhada com essa idéia.

Essa é uma frase de um documento do Banco Mundial que coloca exatamente esse pensamento, ao mesmo tempo em que os argumentos em favor do livre comércio, em geral, são fortes, o tabaco é claramente mais danoso do que a maioria dos outros bens de consumo comercializados. A questão chave para os governos é decidir como controlar o tabaco sem pôr em risco outras conseqüências benéficas do livre comércio. E aquela reunião da Unctad, que mencionei anteriormente, já fala nessa questão de considerar o tabaco de forma excepcional nos acordos multilaterais de comércio, como acontece com as minas terrestres, as armas e outros produtos extremamente perigosos.

Então o que acontece no Brasil hoje? Já foi mencionado pelo Ministro que o Brasil tem liderança no controle do tabagismo, que houve uma redução expressiva no consumo nacional de produtos do tabaco. Mas sabemos, e temos acompanhado esse processo, que houve um aumento da produção do tabaco e que, segundo dados da própria Afubra, Associação Brasileira de Fumicultores, 85% da produção é para exportação, para um mundo que está mudando o seu olhar em relação ao tabagismo, um mundo que se está



preparando para reduzir o consumo. E o Brasil, por conta dessa dinâmica de produção, passa a ser o segundo maior produtor e o primeiro exportador de folhas de tabaco. Então esse é um cenário que não ignoramos e com o qual realmente nos temos preocupado.

Mas é preciso que entendamos como vemos as informações de que o Brasil, ao ratificar a Convenção, vai gerar desemprego. Se não ratificar, todos vão perder, principalmente o agricultor, porque o Brasil, como já foi mencionado, vai ficar de fora das futuras negociações de mecanismos para apoiar os produtores de tabaco na busca de alternativas economicamente viáveis. Ganham as fumageiras, porque a gente percebe essa dinâmica de informação como a tentativa de esconder esses cenários daquele pequeno produtor que está lá aterrorizado lá no Sul do País, principalmente. E exatamente tentando manter esse clima de euforia com relação à produção do fumo, para que mais e mais famílias, como já foi dito aqui, no Rio Grande do Sul, cada vez mais famílias que nunca plantaram fumo estão aderindo à plantação do fumo.

Então, é importante que esse cenário seja apresentado claramente para aquelas pessoas que estão induzidas por esse clima de euforia, aderindo à plantação do fumo, no momento em que o mundo se prepara para reduzir o consumo.

Outro mito que vem sendo plantado: se o acordo Convenção-Quadro, no caso, vigorar, o sindicato a indústria do fumo estima que 33 mil empregos nas cidades e mais de 100 mil no campo serão cortados no Estado, que também diminuirá em 15% as exportações. A Convenção quer acabar com a fumicultura. É preciso que entendamos que não é verdade. Eu acho que passou demais.

Lerei aqui, na verdade, em que nos contrapomos a essa informação. Existe um estudo da FAO que mostra que a redução do consumo por meios dessas ações que o mundo vem investido para reduzir consumo não será abrupta, será gradativa. A FAO é a Organização das Nações Unidas que lida com a questão de agricultura e alimentos. É uma instituição bastante séria, que lançou, agora em 2003, uma análise de tendência no setor fumo. No Instituto Nacional de Câncer nós fizemos a tradução deste documento, que estará à disposição para quem tiver interesse em tê-lo para analisar melhor.

A FAO faz uma projeção até 2010 de que ainda vamos aumento da demanda total, principalmente às custas de países em desenvolvimento: 80% do consumo até lá será em países em desenvolvimento. E haverá, e de qualquer forma já está acontecendo, uma redução da velocidade do crescimento que existia no consumo de tabaco e derivados no mundo, por conta de todas aquelas estratégias que foram apresentadas pelo Ministro da Saúde. Mas já há uma redução da velocidade de crescimento. E o consumo por adulto ou por pessoa tenderá a declinar não só nos países desenvolvidos como em países em desenvolvimento em 10% a 20% a partir de 2010. Então, não há razão para esse pânico que está se tentando apresentar de que, se o Brasil ratificar, amanhã perderemos empregos e será gerado um caos no Rio Grande do Sul e as pessoas ficarão ao Deus dará.



É preciso que se entenda isso, isso é um estudo sério, que foi feito por uma instituição séria, que mostra exatamente que isso não acontecerá assim.

Outro mito é que não nada é tão rentável quanto a fumicultura. O fumo é uma cultura mais rentável do País, segundo a FUBRA, entidade que reúne os produtores, um hectare rende 7.275 ao ano, enquanto o milho e o feijão propiciam ganhos de 1.130, etc.

Recentemente, a **Folha de S.Paulo** fez uma matéria, que podemos disponibilizar, no dia 9 de agosto de 2004, lá na Região de Santa Cruz do Sul, de uma entrevista, uma outra experiência ligada à Igreja Luterana, o Capa, onde se observa que há um movimento de busca de alternativas e existe a possibilidade de conversão para outras alternativas, que têm pelo menos o mesmo patamar de rentabilidade que a cultura do fumo diz ter.

Um economista que tem trabalhos publicados na área de tabaco, não na área de saúde, de como que se dá uma dinâmica de produção de tabaco no Brasil, ele deu uma entrevista à **Folha**, dizendo:

“Os agricultores conseguiram mostrar que é possível encontrar alternativas ao fumo no maior pólo da indústria do cigarro. Há dez anos, isso seria impensável.”

Então, realmente, temos que mudar essa visão de que é impossível e, por isso, vamos ficar de braços cruzados. Esta é a idéia que se tem de plantar na região dos fumicultores: que é impossível. Na realidade, o Brasil é pioneiro em mostrar que isso é possível.

A irmã Lourdes, que falará aqui, é uma das pioneiras em mobilizar a sociedade local, na região de Santa Maria, uma das regiões, onde mais se planta fumo no Brasil e onde, há 13 anos, o grupo da igreja católica está trabalhando para encontrar alternativas, porque os fumicultores estão insatisfeitos com a vida que levam, com a vida que dizem que é maravilhosa, mas que, na verdade, é tudo isso que a Dr^a Margareth acabou de falar. Em razão disso, a adesão tem crescido a cada ano. Portanto, essa afirmativa de que não existe alternativa precisa ser olhada, analisada e desmistificada.

Temos aqui um exemplo da Igreja Luterana. Um casal plantou fumo e, hoje, lida com a produção de verduras e geléias. Ele diz, claramente, que o que eles ganham hoje é mais do que eles ganhavam na época em que plantavam fumo.

Com relação à consciência que existe hoje na região fumicultora, essa reportagem traduz exatamente por que as pessoas estão trocando; trocam por questões éticas e pela preocupação com questões ambientais e sociais. Essa é a expressão do pensamento das pessoas que estão lá envolvidas com o fumo e principalmente daquelas que estão buscando deixar a plantação do fumo.

Temos aqui uma entrevista com um jovem agricultor que trabalha com o grupo do Capa, da Igreja Luterana, que deixou de plantar fumo ou está em fase de troca. Tive a oportunidade conhecê-lo, e ele expressa que não quer mais produzir veneno com veneno, o que foi abordado pela Promotora Margareth, porque considera o fumo um veneno e que se tem que usar



veneno para se produzir veneno. Hoje, ele produz morango, sem agrotóxicos, e diz que a rentabilidade com essa produção é grande. Inclusive ele expressou para nós, em uma entrevista, que não está dando conta da demanda da sua produção. Há pessoas indo à porta dele atrás do produto.

Então, é possível? É. Isso é claro. O Brasil é pioneiro nessa experiência.

Outro mito que foi colocado: “Faz mais de um século que o fumo é a base da economia da região. Santa Cruz iria perder a identidade e se transformar em um pequeno Município”. Isso foi divulgado na mídia. Não inventei nada. Tirei a notícia de jornais que circularam de um mês para cá.

Esse retrocesso – escrevi com letra maiúscula porque justifica o que vou falar à frente – seria multiplicado na sociedade, atingindo médicos, dentistas e estudantes, segundo um representante do Sindifumo.

A Convenção-Quadro não pode ser vista como um retrocesso. Ela visa o bem da humanidade, inclusive o do próprio produtor rural, que é hoje o elo mais frágil da cadeia produtiva e o mais lesado nesse processo.

Se considerássemos esse raciocínio, os médicos, dentistas e outros profissionais de saúde também deveriam estar preocupados, porque eles vão perder clientes, porque as pessoas vão deixar de ter câncer e infarto.

Vemos aqui a presença das sociedades médicas: a Associação Médica do Rio Grande do Sul; o Conselho Federal de Medicina; vários representantes da área de saúde; a Dr^a Anísia, que vai falar aqui, que é representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Temos que ver a Convenção-Quadro como uma coisa boa, positiva, e não como algo que vai trazer o caos, que é o que estão tentando divulgar na mídia, para induzir, realmente, esse sentimento de terror que estamos tentando desmistificar aqui.

Para concluir, eu gostaria de registrar que hoje, com todo o conhecimento que temos, que a ciência nos propiciou, nenhum profissional de saúde pode ignorar que o tabagismo causa doenças graves e fatais e que o fumante é uma pessoa doente também e deve receber tratamento para se livrar da sua dependência.

O Ministério da Saúde está fazendo a sua parte. Nenhuma família pode mais aceitar que os seus filhos e filhas sejam induzidos a consumir produtos de tabaco. Tenho essa experiência na minha casa. A minha filha, com treze, quinze anos se tornou dependente. Lutei com isso e, graças a Deus, consegui. Ela está com 19 anos e conseguiu parar de fumar. Foi difícil, porque um adolescente se tornou dependente porque ela foi induzida por todo esse clima de se criar a aceitação social do tabagismo.

Para finalizar, gostaria de deixar registrado que nenhum governo pretende proibir plantar o fumo. A Convenção não pretende proibir plantar o fumo, ao contrário, a Convenção quer, sim, ajudar aqueles que hoje plantam fumo e que estão, hoje, nessa situação de extrema dependência. No entanto, nenhum governo pode mais ignorar que o controle de tabagismo deve estar nas suas prioridades e desenvolvimento sustentável. Essa é a realidade e o mundo está caminhando para isso. Graças a Deus.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Dr^a Tânia Cavalcante.

Gostaria de informar que vamos assegurar não apenas aos Senadores mas também aos Deputados presentes como Adão Pretto, Kelly Moraes, Leodegar Tiscoski, Luis Carlos Heinze e outros aqui presentes, que também poderão falar nas arguições e na parte final.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Heitor Álvaro Petry, Presidente da Famurs – Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, que está representando o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Comunico ao orador que às 15h30min começa a Ordem do Dia. Portanto, vamos avançar até esse horário para darmos a oportunidade a todos para falarem. Portanto, peço a todos que levem em consideração o limite do horário.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRY – Saúdo o nobre Senador Eduardo Suplicy, que preside esta Comissão, e aos demais membros da Comissão, Senadores e Deputados, e também os Prefeitos, representantes de nossas organizações.

Ao falar em nome da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul não poderíamos deixar de cumprimentar esse espaço que foi aberto para uma discussão. Aliás, era tudo que se queria: que o setor tivesse pelo menos uma oportunidade para debater o assunto. Até então nós todos estávamos alheios ao andamento da discussão no âmbito do Congresso e até a nível internacional. Creio que isso é em função da ansiedade que o setor vive, da cadeia produtiva que nossos pequenos agricultores vivem, porque não tiveram até agora participação para discutir.

Gostaria de fazer uma referência de que havia, ao contrário dos que entendiam que o assunto não deveria ser debatido, e como referência temos a **Folha de S.Paulo**, em que o Dr. José Gomes Temporão dizia que a audiência pública solicitada pelo Senador Zambiasi causaria atraso na votação, porque através dela os produtores queriam detalhes da Convenção. Parece-me que isso está traduzido no jornal e, felizmente, agora estamos tendo espaço para nos manifestar.

Não viemos aqui para defender o cigarro. Também defendemos a saúde. Mas estamos discutindo em campos diferentes. Enquanto se enfoca, por um lado, a questão da saúde, a nossa preocupação é exatamente no aspecto econômico, social e tributário, aquilo que sustenta a nossa economia, e as nossas riquezas nas regiões produtoras de fumo.

Gostaria de pedir o apoio para passar algumas lâminas que traduzem um pouco daquilo que entendemos. Como foi colocado aqui, já temos uma série de restrições de uma legislação bem ampla que estabelece restrições quanto à demanda, oferta, questões relacionadas ao meio ambiente, questões da responsabilidade civil.

Portanto, a legislação brasileira já atende a totalidade das proposições. A nossa legislação, já foi dito aqui, é uma das mais modernas. É mais moderna que a canadense, a americana e a própria australiana.



Chamo aqui a atenção. Por vezes eu não entenda essa matemática, que, por um lado, dizemos reduzir a demanda e que isso não afetaria o lado produtivo. Mas de qualquer forma já existem medidas no sentido de que o consumo seja reduzido, e pela própria questão tributária. E, diga-se de passagem, temos municípios hoje cuja estrutura de arrecadação é alicerçada em torno de 80% na produção e no beneficiamento de fumo. Muitos até só da produção primária, outros que elevam, através da indústria, a sua arrecadação.

O fato que nos chama a atenção é quanto às medidas para reduzir a oferta. E aqui está claro: é substituição de cultura. Se não produzirmos mais, alguém ocupará esse mercado internacional - 85% vão para a exportação. Alguém vai ocupar esse espaço. E aí veremos que os Estados Unidos, entre outros países produtores, ainda não ratificaram. E temos a idéia de que os Estados Unidos e a União Européia são exemplos para o mundo de países desenvolvidos. E não seria o caso de eles darem um exemplo ao mundo de nos antecederem na ratificação? E perdermos? Ao passo que o Brasil tomar essa iniciativa por primeiro, de perdermos esse mercado internacional que hoje sustenta as nossas economias?

Vejo que por vezes existe também na outra parte de quem defende a Convenção-Quadro um certo radicalismo e uma cultura do medo, daquilo que representa o fumo. Vemos na outra parte a nossa preocupação com as mais de duzentas mil famílias que dependem da fumicultura, das estruturas que se criaram ao longo dos anos para a produção que sustenta a nossa economia. Temos de pensar nas questões que estão relacionadas a reduzir a demanda e a oferta, o quanto o setor pode perder em termos de competitividade. Foi dito que linhas de financiamento seriam um dos meios, um dos instrumentos para reduzirmos o meio produtivo.

E a nossa exportação, como fica? Os nossos dois milhões e quatrocentos mil empregos diretos e indiretos da cadeia produtiva? E os tributos que hoje representam mais de seis bilhões de arrecadação, tanto da União quanto dos Estados e Municípios. Até diria que nós da região fumageira poderíamos dizer: quem sabe o Governo Federal dá o primeiro passo e abre mão da sua arrecadação oriunda da fumicultura e deixa nos municípios? Porque todos os municípios têm fomentos, programas de fomento na área da diversificação, agroindústria, culturas alternativas. Só que há um detalhe, quando entra no campo da rentabilidade, notamos que o agricultor se sente desestimulado.

Portanto, queremos ser parceiros de uma conversão, mas que se tenha tempo e prazo para implementar este trabalho. Portanto, não podemos abrir mão das nossas arrecadações de impostos gerados pela fumicultura. E a questão da rentabilidade também já foi tratada aqui. Para se ter uma renda equivalente a um hectare de fumo, temos que cultivar sete hectares de milho. Perguntamos como vamos viabilizar os pequenos produtores, quando nas nossas regiões as propriedades médias não ultrapassam a 10 hectares. E é a maior cadeia produtiva de inserção de pequenos agricultores no processo produtivo. Digo isso com muita tranquilidade. Se olharmos o Rio Grande do Sul, vamos ver as Missões, parte da zona sul, parte da fronteira oeste, vamos



ver que lá já não existem outros pequenos produtores, porque tiveram que vender as suas propriedades para os grandes proprietários, migraram, e muitas vezes acabaram indo para o Movimento dos Sem-Terra, procurando novamente acesso, porque lá não tiveram culturas produtivas alternativas suficientes para que viabilizassem a sua permanência no campo. Enquanto que na fumicultura temos esse exemplo de inserção. Até desafio que se faça um levantamento em meio ao movimento dos sem-terra para saber quantos são oriundos das regiões fumageiras. Então, o processo de inserção do agricultor, de acesso à produção. Então, vemos o Brasil como segundo maior produtor, segundo maior exportador mundial, 4,5 bilhões em vendas, 2,4 milhões de empregos, e o terceiro produto agrícola de pauta de exportação no Rio Grande do Sul, apenas perde para a soja.

Portanto, o que notamos hoje, que se fala e que se prega, é um período de transição. É um momento em que possamos trabalhar, de fato, conjuntamente, para implantar outras alternativas, porque entendemos que terminar com a fumicultura não representa o fim do consumo de cigarro. Se o Brasil deixar de produzir, os fumantes aqui vão continuar consumindo. E nós, ao invés de exportar, vamos importar produtos, não sabemos de que qualidade; teremos evasão de divisas, e o Governo continuará gastando na área da saúde com relação aos consumidores.

Portanto, se os tributos gerados pela cadeia produtiva fossem mais canalizados, até para os nossos Municípios, poderíamos, de fato, contribuir muito. Também não podemos concordar com algumas questões colocadas quanto ao uso de agroquímicos na fumicultura. Evidentemente, são utilizados. Eu também sou um agricultor e um produtor rural, e os agroquímicos são utilizados, sim. Todavia, enquanto na fumicultura se usa 1kg de produto químico ativo por hectare, na soja são 2,2kg; no feijão, 3kg, e no moranguinho, pasmem, são mais de 8kg por hectare. Os agroquímicos estão no que consumimos nas nossas sobremesas e nos nossos alimentos; no tomate, são mais de 8kg também.

Portanto, não queremos aqui defender o uso de agroquímicos, mas apenas fazer um comparativo do que representa uma cultura em relação à outra. Quanto ao sistema integrado, não dá para contestar uma organização que se criou ao longo dos tempos, nessa parceria entre as organizações e as empresas, com problemas, dificuldades e necessidades de ajustes. Mas isso existe e é um verdadeiro exemplo.

Vou citar duas questões. A primeira: quantos pequenos agricultores e produtores já perderam as suas safras de cebolas, de batatas, de frutas, e assim por diante, porque não tinham mercado assegurado? Enquanto isso, o produtor de fumo sabe onde vai comercializar e a que preço vai fazê-lo, pois o seu produto tem mercado garantido.

Na outra parte, o sistema construiu, ao longo dos anos, um seguro mútuo. Um exemplo para todo o País. O Governo luta até hoje para criar um seguro agrícola, com todas as dificuldades. E o sistema lá conseguiu, ao longo dos anos, construir.

Portanto, para encerrarmos, aplaudo muito as alternativas aqui apresentadas. Se cada fumicultor achar uma nova alternativa, para mim, é



uma alegria, principalmente, se ele vier a produzir alimentos. Agora, devemos ter a responsabilidade de entender a dimensão das alternativas. Uma alternativa para uma família ou meia dúzia de famílias não representa uma solução para o conjunto das 226 mil famílias. Não se pode ter essa dimensão em termos de amplitude, para alternativas que se construíram, que se encontraram, de maneira isolada.

Então, colocamos de uma maneira muito enfática que, hoje, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como grandes produtores de fumo, entendem que está sendo muito precipitada a votação da Convenção IV. Ela estabelece de maneira muito clara as restrições quanto ao consumo e quanto à produção. E entendemos que o agricultor, de certa forma, tem, sim, uma razão de ter ansiedade, porque ele não participou desse processo de discussão; ele não teve, até agora, oportunidade.

Volto a dizer o que estava colocado aqui antes com relação a essa questão. A audiência pública até foi vista por algumas pessoas como um processo que estaria retardando a votação. E hoje estamos tendo a oportunidade. Queremos novamente cumprimentar esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por ter aberto essa possibilidade. Depois que se começou um trabalho de articulação, aqui em Brasília, percebemos que o projeto já tinha sido votado na Câmara dos Deputados, por acordo de Lideranças, e já estava na pauta para ser votado em regime de urgência no Senado. Felizmente, os nossos Senadores tiveram a visão e o entendimento de abrir o espaço para discussão.

Ao encerrar, faço uma pequena referência ao trabalho infantil, que é tão batido. Veremos que até houve citações por parte da ONU, bem como ações que estão sendo desenvolvidas hoje, muitas delas em parcerias com os Municípios, no combate ao trabalho infantil. São verdadeiros exemplos até para outras situações no Brasil. Não quero ver uma criança, para sobreviver, catando lixo, como temos tantos e tantos exemplos em nosso País. Quero ver crianças também na escola. E nós, na nossa região, estamos dando exemplos de parceria com as nossas instituições, com as nossas organizações, muitas vezes, com as próprias empresas, para que a criança esteja no seu lugar certo, esteja na escola, e possa aprender e ter oportunidades nesse conjunto do nosso Brasil.

Agradecemos a oportunidade que nos foi dada, ratificando a nossa posição: queremos tempo para que essa conversão ocorra, de maneira gradativa, que não venha imposta por uma Convenção, que vai logo surtir seus efeitos. Não podemos correr o risco de, primeiro, haver uma crise no setor, para, depois, irmos ao encontro da solução. Queremos o processo inverso. Primeiro, queremos levar alternativas para o setor para depois fazermos o processo de conversão gradativamente.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Heitor Álvaro Petry, presidente da Famurs.

Agradecemos a presença dos prefeitos Sérgio Moraes, de Santa Cruz do Sul, e Glauco Scherer, de Venâncio Aires.

Há mais algum prefeito presente?



Sejam todos bem-vindos.

Também há vários candidatos! Que bom que a democracia vive intensamente!

Passaremos a palavra ao Sr. Wilson Rabuske, do Movimento dos Pequenos Agricultores, que está representando o Dr. Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a poderia presidir a reunião por um instante? Voltarei em seguida.

O senhor tem a palavra.

O SR. WILSON RABUSKE – Boa tarde a todos. Pediria ao Senador Pedro Simon autorização para ler esse documento, após o que farei um pequeno comentário. (Pausa.)

Posição do Movimento dos Pequenos Agricultores sobre a atual situação do fumo e a ratificação da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde.

É de suma importância que o Senado Federal discuta o tema e a Convenção-Quadro em toda a sua abrangência e com toda profundidade, ouvindo todas as partes e todos os setores envolvidos antes de votar a sua ratificação.

O MPA vem, por meio deste documento, expressar a sua posição sobre o atual momento do cultivo de fumo no Brasil. Enquanto houver mercado e produção de fumo, haverá uma enorme multidão de pequenos agricultores envolvidos nessa atividade produtiva. Isso deve ser encarado sem preconceitos. Não aceitamos acusações de espécie alguma sobre os agricultores produtores de fumo, que vêm nessa atividade um meio de sustentar suas famílias.

O Governo Federal não pode ter ambigüidades em suas políticas em relação a esses agricultores. Por exemplo, enquanto o Ministério da Saúde quer implementar a Convenção-Quadro, o Ministério da Agricultura e o BNDES financiam em torno de R\$500 milhões por ano para sustentar e expandir a cultura do fumo.

A produção de fumo tem o mérito de contribuir com a permanência dos pequenos agricultores na terra. Sob esse aspecto, supera a cultura da soja, que, ao longo do tempo – e agora ainda mais com os transgênicos – tem concentrado terra, renda e provocado a expulsão dos pequenos do campo.

Os malefícios à saúde também têm que ser tratados de maneira global. Uma agricultura e uma pecuária baseadas e dependentes de enormes quantidades de insumos químicos, agrotóxicos, anabolizantes, hormônios e, ultimamente, a transgenia não fazem bem à saúde humana. Há resíduos de produtos maléficos à saúde em quase todas as cadeias produtivas dependentes do modelo da revolução verde.

Nesse contexto, o fumo não pode ser um bode expiatório por mais que estejam provados os malefícios que faz à saúde. Por isso, o MPA tem afirmado, de forma insistente, a necessidade de mudança do modelo agrícola e do modelo tecnológico da agricultura brasileira, optando por tecnologias de base ecológica e orgânica para todos os produtos agrícolas.



Nesse sentido, em relação à cultura do fumo, temos proposto um consórcio fumo-alimentos, inclusive os de subsistência familiar, e a produção de fumo a partir de insumos orgânicos e do manejo ecológico do solo.

Essa mudança deverá se dar em um processo gradual de transição, pois assim traria também uma grande redução de danos em termos concretos de impactos à saúde, tanto entre agricultores como em consumidores de cigarros.

Porém, antes e acima de tudo, o agricultor precisa ser respeitado. Tem sido ele, até hoje, o elo mais frágil dessa cadeia produtiva. Enquanto os governos muito arrecadam, as empresas ampliam seus parques industriais, crescem e enriquecem, remetem lucros ao exterior, os pequenos agricultores têm empobrecido, afundando-se em dívidas, aumentando a área cultivada de fumo e vêm obtendo menores ganhos com seu trabalho. Constatam-se, entre as famílias de agricultores, o aumento das doenças causadas pelo trabalho estafante e pelo pacote químico utilizado.

Nesse sentido, não abriremos mão que o agricultor seja bem remunerado pelo seu trabalho, incluindo nessa remuneração adicional de insalubridade pelo manuseio de venenos e pela exposição da família, dia e noite, ao calor das fornalhas na cura do fumo. Também exigimos remuneração justa e critério objetivo pela classificação do fumo. Nosso trabalho agrega enorme valor ao produto, sem que sejamos dignamente remunerados por isso, e sem que tenhamos condições objetivas de acompanhar a reclassificação definitiva que é feita pela indústria que determina o preço pago ao agricultor. Continuamos defendendo que a classificação para fins de preço também seja feita no município ou na região onde residem os agricultores. Também propomos a diminuição de números de classes de 48 para 12, no Virgínia; e de 29 para 9, no Burlei. Discordamos, também, do sistema de contrato de crédito e de fornecimento de produtos individualizados, em que o nível de informação dos agricultores é mínimo. Além do mais, adota-se um sistema de negociação superado, pelo qual a maioria das entidades que negocia em nome dos agricultores não tem mais representatividade e legitimidade para fazê-lo, ou porque não há incidência na cadeia produtiva, como é o caso das federações da agricultura, ou porque há pouco debate com os reais interessados: a massa de produtores de fumo. Isso vai criando um fosso muito grande entre os representantes e os representados, que, ao longo dos anos, será extremamente prejudicial ao conjunto da cadeia produtiva de fumo.

Propomos um processo de negociação e contratos coletivos entre as indústrias produtoras organizadas. Em relação à Convenção-Quadro, o MPA propõe uma ampla discussão com todos, com toda a sociedade, com audiências públicas nos Estados para ouvir os setores envolvidos, antes de ratificar a respectiva Convenção. Propomos, também, que antes de qualquer medida que vise implementá-la, busquem-se soluções concretas para os pequenos agricultores, que estão simplesmente em pânico com a notícia de que serão proibidos de plantarem fumo, sem ter qualquer alternativa disponível e viável em termos de produção agropecuária para substituí-la, principalmente em pequenas áreas de terra.



Antes de tudo, o Executivo ou o Legislativo precisa pensar em propor globalmente políticas que possam, de fato, serem efetivadas. Qualquer política de redução da área plantada de fumo deve estar acompanhada de políticas de preços que estimulem a produção de alimentos, que desapropriem latifúndios, e distribuam terra. É preciso que se dê assistência técnica que auxilie na viabilidade técnica da produção e nas pesquisas que criem alternativas para a pequena propriedade. Vemos, nesse momento, uma grande oportunidade para debater e repensar todo o modelo de produção agrícola brasileiro e não só o fumo.

Perguntaram o que faremos com os problemas da saúde que é provocado por carnes de frangos produzidos com hormônios e anabolizantes, com tomates e batatinhas abarrotadas de veneno, com soja transgênica com altas doses de fungicidas etc.

Não aceitamos o caminho fácil de culpar o agricultor, quando 95% das pesquisas da Embrapa estão dirigidas para esse modelo, quando o crédito induz para esse modelo, quando as escolas técnicas em agropecuária, as faculdades de agronomia e veterinária são, em sua maioria, escravas dos conhecimentos, dependentes do modelo da revolução verde.

Hoje, há conhecimentos disponíveis e soluções técnicas para implantar um novo modelo de produção saudável, justo e sustentável. É preciso vontade política e um projeto estratégico para implementá-lo. A solução para os problemas do fumo está em uma ação conjunta, atendendo ao interesse de todos os envolvidos: indústria, produtores e governos. Da parte do governo, é muito importante cumprir o seu papel regulador e fiscalizador, reprimir o contrabando de fumo e cigarro, apoiar e estimular a organização autônoma e livre dos agricultores e exigir a transparência contábil e documental das empresas fumageiras frente aos agricultores.

Em cima disso, gostaríamos de complementar dizendo que também não aceitamos a forma que foi usada nos últimos dias, principalmente na região de Santa Cruz, para que os agricultores ficassem mais desinformados como estão hoje. Entidades usaram a imprensa de cinco em cinco minutos, usaram a mídia escrita com notas de página inteira onde simplesmente colocavam: querem acabar com a fumicultura, criando um pânico no interior. Os agricultores, a maioria deles, em cima dessas notícias e dessas informações, que são desinformações, estão ansiosos esperando que não se ratifique a Convenção-Quadro.

Então, hoje, o MPA, para que essas informações realmente cheguem aos agricultores, como o Ministro Humberto Costa as colocou, como a doutora colocou, propomos que o Ministério da Saúde venha a Santa Cruz. Nós nos propomos a trazer os agricultores para que vejam realmente o que é a Convenção-Quadro e não sejam manipulados dessa forma, não sejam usados, como foram usados, da forma que considero leviana, porque até abaixo-assinados circularam pelo comércio, pelo interior, sem ter muitas vezes cabeçalho. Simplesmente as pessoas chegavam e diziam: "Assine aqui porque querem terminar com o plantio de fumo. Se tu não assinares, amanhã não plantas mais fumo".



Senador Eduardo Suplicy, essa é a nossa posição. E estamos deixando inclusive o jornal para que o Senado veja a forma que foi usada nos últimos dias para se criar um pânico desnecessário.

Sabemos que é importante que se discuta todos os aspectos, sabemos que a indústria está usando a Convenção-Quadro para, mais uma vez, prejudicar o agricultor, porque enquanto se discute o possível término da cultura do fumo, não se discute preço, não se discute os problemas que estão vindo das últimas safras; nos últimos dias, ninguém mais falou a respeito dos prejuízos que os agricultores tiveram nesta safra e nas muitas outras.

E lanço um desafio a todos que dizem que o fumo dá tanto lucro para os agricultores: tragam produtores que plantam fumo há 30, 40, alguns há 50 anos e provem o capital que eles acumularam nesses anos. A maioria dos agricultores está com dívidas impagáveis, dívidas, muitas vezes, como denunciemos nesses documentos, que o próprio Governo, por meio dos órgãos públicos, dos bancos públicos, do Banco do Brasil, oferece condições favoráveis para que as indústrias endividam o agricultor, na maioria das vezes sem o agricultor saber o que está assinando. Temos quatro casos, os quais estamos cobrando via judicial, já que a empresa Souza Cruz não dispôs aos agricultores os contratos que eles solicitaram. São quatro agricultores que, no ano passado, construíram estufas, as famosas LL. Tinha até uma disputa judicial entre as indústrias, as famosas LL, a um custo de R\$13 mil, acertado com os orientadores, com o prazo de pagamento de sete anos, sem juros. Para surpresa dos agricultores, este ano – temos provas – os quatro agricultores foram procurados pela empresa para que assinassem os contratos do dito financiamento no valor de R\$14,8 mil, com juros de 8,75% e com cinco anos para pagar. O financiamento era do Banco do Brasil e do BNDES. O mais grave é que dois desses agricultores hoje estão devendo ao Banco do Brasil, mas não assinaram nenhum dos contratos.

Quando os pequenos agricultores têm que buscar financiamento para custeio de alimentos, milho, soja, feijão, necessitam de cinquenta assinaturas, são exigências das mais diversas. Conseguimos diminuir um pouco essas exigências, devido à nossa luta, mas para as grandes empresas fumageiras, o contrato nem vem para o banco, fica na empresa e simplesmente é enviada uma relação com o nome, CPF e o valor que o agricultor financiou.

Temos tudo isso documentado e queremos deixar aqui como denúncia, para que seja apurada. É inconcebível que empresas multinacionais, como foi dito há pouco, que faturaram em dois anos mais do que o patrimônio que elas possuíam, precisem buscar dinheiro público, dinheiro do BNDES, que poderia ser investido na diversificação, tão importante para que o agricultor não precise, a cada ano, plantar cinco, dez, quinze mil pés de fumo a mais para ganhar menos.

O aumento na área de produção é decorrente da exploração que os agricultores estão sofrendo nos últimos anos. Queremos que o Governo Federal, por intermédio dos órgãos competentes, do Banco do Brasil, do BNDES, ajude nessa reconversão com financiamentos para que se possa mudar essa história. Se for necessário, que se plante fumo ainda. Vai se



plantar fumo para os próximos cinquenta anos, com certeza, mas que o agricultor não precise plantar tanto fumo, pois ele não tem mais tempo de plantar um pé de repolho, de cuidar de uma vaca leiteira, de deixar um poteirinho para botar uma vaca leiteira, um esterneiro.

Isso é o que acontece nas regiões onde se produz fumo. Na nossa região – e todos os meios de comunicação acompanharam o fato –, veio o dinheiro para um mini Ceasa em Santa Cruz, mas o dinheiro foi embora. Recentemente, buscou-se novamente dinheiro do Governo Federal, do Pronaf, infra-estrutura, para implementar esse mini Ceasa. Tomara que não fique só na promessa pré-eleitoral. Tomara que esse prédio que está sendo comprado perto da minha casa sirva efetivamente para um mini Ceasa, para que muitos agricultores possam começar essa transição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Wilson Rabuske.

Passamos a palavra, agora, à Dr^a Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Associação Paulista de Oncologia Clínica.

A SR^a NISE HITOMI YAMAGUCHI – Boa tarde a todos.

Eu queria parabenizar a Mesa e o Senador Eduardo Suplicy, pela magnânima condução desse processo, que é muito difícil, porque envolve aspectos importantes da subsistência dos fumicultores, de Estados, de Cidades e também aspectos fundamentais na questão da subsistência de seres humanos no planeta.

Ocorre um bilhão de mortes por tabaco no momento. Há também um outro problema muito sério, porque não se trata apenas da morte, mas também da desabilitação da pessoa. Se vocês já acompanharam um paciente com doença pulmonar obstrutiva crônica sabem o que é viver mal, com falta de ar. Há três dias, no Hospital Sírio Libanês, onde tenho o privilégio de atender – atendo também no Hospital das Clínicas e no Instituto do Câncer, onde sou responsável por pesquisas clínicas –, uma paciente, tabagista a vida toda, com câncer de pulmão do tipo mais freqüentemente associado ao cigarro, falou-me balbuciando – ela tirou a máscara que ela usa o tempo todo, porque sem ela não consegue mais respirar –: “Nise, não vale a pena viver assim.”

Chamei a família da paciente – os filhos estavam juntos, mas o resto da família, não; os netos tinham acabado de passar por ali – e agradei a ela duas coisas. Falei: “Minha querida, agradeço a confiança que você teve em mim nesses quase três anos em que lutamos juntas. Agradeço a sua equanimidade neste momento, em que seria muito difícil uma decisão da sua família com relação a esta situação, porque a alternativa seria te colocar num tubo na UTI para você ficar respirando, e você não consegue mais isso. Eu te agradeço a grandeza que você está demonstrando neste momento de compreensão. Eu sinto muito você estar tão mal, e sabemos por quê.”

Essa paciente vinha ao consultório com cigarros de plástico, porque ela tinha que ficar o tempo todo com um cigarro na mão. Não há dinheiro que pague – ela vai deixar muitos bens – o sofrimento de um paciente com câncer. Que se dirá de milhares de pacientes? Tivemos aqui o caso trágico



do filho do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve uma morte precoce. Um dos aspectos da morte dele foi o tabagismo. Não dá para dizer que fosse o único. Temos o caso trágico de jovens que entram no cigarro aos 12, 13 anos de idade, tornando-se uma pessoa que vai ficar afetada – porque é uma doença o vício do cigarro – e vai ter mais 50 outras doenças, além de sofrer a pecha de que não pára porque não quer. Não é, é porque não consegue, é porque é viciado.

Agradeço a presença da ABAC-Luz, uma entidade maravilhosa que cuida de pacientes com câncer. A Dr^a Lucy Ishii, grande trabalhadora, com suas co-trabalhadoras, têm prestado grandes serviços aqui no Distrito Federal. Sou Vice-Presidente do Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer, o Napacan; represento a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, pela minha jurisdição, a paulista. O Dr. Roberto Gil está na Espanha. Represento uma mãe que não quer que seus filhos tenham acesso ao cigarro dessa maneira; represento uma filha que não quer que seus pais morram de câncer ou de outras doenças; represento um ser humano e uma cientista.

Desenvolvo o meu trabalho na pesquisa do câncer. Dirigi um congresso latino-americano de câncer de pulmão, orientado por uma entidade internacional. Na semana passada, estivemos, por quatro dias, no Algarves, em Portugal, discutindo o que podemos fazer para tratar o câncer. Eu disse que estaria aqui discutindo com V. Ex^{as} e que esta era uma atitude política fundamental das sociedades de câncer do País, ou seja, tentar fazer com que a Convenção-Quadro seja ratificada.

Também estavam presentes naquela oportunidade o Presidente da Sociedade Europeia de Oncologia Clínica, o Presidente da Sociedade Americana de Oncologia Clínica, a Presidente da ISLC, além de 100 cientistas que se dedicam dia e noite a essa área.

Ficou certo que cada um voltaria para o seu país – da América Latina só eu estava presente – imbuído da ação conjunta que teria que ser feita. Por isso, se faltam oito, em breve, os outros oito acordos serão ratificados. Essa questão de se dizer que, se a Convenção-Quadro for ratificada no Brasil, implica uma imediata aplicação, isso não é verdade. Está havendo uma grande confusão.

A ratificação do Senado e a ratificação do Congresso é quanto à Convenção Mundial, o quanto vai ser possível implementar a gradação. A forma é uma questão estratégica que vai ser discutida em fóruns específicos. São duas coisas diferentes. Uma coisa é a ratificação da Convenção-Quadro, em nível internacional.

Acredito ser fundamental que todos os senhores – que estarão envolvidos na agilidade ou não desse processo, que estão envolvidos com inúmeras outras questões de grande magnitude dentro dos panoramas nacional e internacional; que vão ser responsáveis pela representação de todos nós, cidadãos brasileiros, nesse momento – pensem no seu irmão, no seu filho, no seu pai ou na sua mãe, que teve alguma doença ligada ao cigarro, porque certamente houve alguém. É fundamental que os senhores pensem no quanto o seu voto, nesse momento, não deve ser atrelado a quaisquer outros tipos de interferências, se não o precípuo papel que um



representante do povo deve ter, que é o de lutar pelo povo, com sabedoria, lutar pela instalação de mais vida e não de menos vida.

Somos o maior exportador de tabaco do mundo, o que mostra a competência dos processos. Se usarmos esses processos instalados, edificados, as cooperativas, os projetos para alicerçarmos outros tipos de coisas, outros tipos de cultura, vamos ter um país cada vez mais pujante, não vamos ter a pecha de sermos o maior exportador de morte do mundo.

Penso que é uma coisa muito séria termos tanto problema causado por uma coisa que é algo tão delicado.

Não consigo isentar a minha vida do paciente. Penso que essa discussão não pode ser feita somente no âmbito econômico; ela tem que ser feita dentro do sofrimento de milhões de famílias no mundo, porque, se somos o maior exportador, quantos países no mundo compram o nosso produto? E se não ratificarmos a Convenção-Quadro, quando formos os líderes na elaboração dessa ratificação Quadro, estamos descumprindo o nosso papel de país emergente que quer mudar a ordem social do mundo. Estamos nos condenando a uma pecha que vai ser muito desagradável. Quero ver como é que os senhores, quando forem representar o Brasil em qualquer fórum internacional da Organização Mundial da Saúde ou de qualquer fórum de desenvolvimento sustentável vão ter a coragem de entrar lá, sabendo que não cumprimos o nosso papel de casa.

Então, senhoras e senhores, em nome de todos os pacientes, em nome de todas as famílias, em nome de todos os amigos, por favor, passem essa Convenção-Quadro imediatamente, porque temos que estarmos lá liderando os quarenta países que já ratificaram, para trazermos as nossas dificuldades, inclusive dos nossos fumocultores, para que nos ajudem com estratégias, nos ajudem com verbas, com coisas técnicas, para que possamos realmente fazer com que essa seja uma transição adequada, elaborada, científica, pautada no respeito, inclusive à inconsciência das pessoas que estão fazendo o plantio de fumo; no respeito àquelas pessoas que estão impossibilitadas de terem outros meios de sobrevivência; no respeito à inconsciência daqueles que ditam as normas do livre mercado de comércio; no respeito à inconsciência e à inseqüência das propagandas enganosas, nefastas aos milhares de jovens de todo o mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Dr^a Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Sociedade de Oncologia Clínica.

Registro a presença dos Deputados Júlio Redecker e Ênio Bacci.

Passamos a palavra ao Sr. Antoninho Rovaris, Presidente da Fetaesc, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Muito boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Senadores e Srs. Deputados presentes, conterrâneos e colegas da área científica, senhores da imprensa, queremos, em rápidas colocações, até pelo adiantado da hora, externar basicamente alguns fatores, entrando um pouco na questão da Convenção e também na questão da área da produção. Acho que isso é fundamental.



Em primeiro lugar, queremos que fique claro para todos os presentes que, ao salientarmos a questão da fumicultura, que se trata de um processo, assim como outros em nossa agricultura, de integração. Conseqüentemente, um processo de integração tem as suas vantagens e as suas desvantagens, principalmente para o nosso pequeno agricultor. Se olharmos para o âmbito da suinocultura, no Estado de Santa Catarina, mais propriamente no oeste do Estado, vamos ver hoje Sadia, Perdigão, Chapecó e outras agroindústrias de grande porte, inclusive com capital internacional, provocando uma devastação muito forte, em razão dos dejetos de suínos, depositados em todos os rios daquela região.

Assim, praticamente todo o processo de integração é um processo de degradação. Isso não é diferente com relação à questão da fumicultura. Ou seja, os vestígios existem e irão permanecer.

O que quero colocar com isso é que temos que ter consciência clara de que a fumicultura, apesar de produzir algo extremamente danoso, como está sendo colocado e amplamente comprovado, é hoje uma atividade da qual depende a sobrevivência de mais de duzentas famílias de trabalhadores rurais.

A Convenção-Quadro, do jeito como está sendo colocada, poderá regulamentar da forma mais concreta e legal possível o fim da fumicultura. Mas entendemos que esse fim não será drástico. Será gradativo.

As tendências mundiais, conforme as colocações aqui feitas, se baseiam em todos os exemplos já colocados pela União Européia e pelos americanos. Aí vem o questionamento que inclusive o representante das prefeituras da região coloca, ou seja, será que tudo que vem da Europa ou dos Estados Unidos é moderno? Será que tudo isso é bom para nós? Outra questão são os financiamentos, como foram aqui colocados. Obviamente, grande parte dos fumicultores é financiada, ainda hoje, com uma parte de dinheiro público. Embora não esteja aqui justificando nada por meio da indústria – que isso fique muito claro –, grande parte é de recursos dos próprios bancos, e a grande maioria assina, sim, seus contratos. Nesse caso, as indústrias entram como aval dessas operações de financiamento.

Outra questão que queria deixar muito clara principalmente para os Senadores aqui presentes é a de que, quando olhamos o aspecto da saúde, estamos totalmente favoráveis à situação, à forma em que o fumo é colocado. Mas gostaria – isso não foi aqui falado em nenhum momento – de questionar as bebidas alcoólicas. Quando se fala no tabaco, no fumo, vê-se que ele é muito vinculado a essa questão. A pergunta é: qual a convenção que vem para trabalharmos a questão da bebida alcoólica neste Brasil? Essa é uma pergunta; a segunda foi tocada aqui e diz respeito ao trabalho infantil. É um tema polêmico, sabemos disso, mas perguntaria: nós, que estamos aqui, em grande parte, passamos por essa atividade no meio rural, como eu. E trabalhávamos: na oportunidade, na parte da manhã, íamos à escola – sou um agricultor, fui e ainda permaneço com o meu pé lá – e, à tarde, ajudávamos a família nos mais diversos afazeres, às vezes, trabalhando com o fumo. Pergunto: será que somos tão malformados assim? As nossas crianças, hoje, não podem mais minimamente ajudar a família de trabalhador



rural em sua atividade, seja ela fumo ou outro produto? Outras questões relativas ainda à Convenção-Quadro. A maior temeridade que temos é a de que se faça, mais uma vez, neste País, a ratificação de algo que não foi discutido com a sociedade e apenas com uma parte dela e que as conseqüências disso venham acabar, para os principais atores desse processo todo, que, diga-se de passagem, são os mais mal remunerados de toda essa cadeia. Essa é uma verdade. Precisamos, gradativamente, trabalhar um processo de melhor remuneração, porque para mim não vale o nosso País, Brasil, estar como o primeiro maior exportação de fumo do mundo, sendo o nosso fumo vendido a preço de banana lá no exterior. Então, o Senado Federal e a própria Câmara Setorial da fumicultura, hoje existente, poderão estar ajudando-nos nesse processo, para que possamos garantir a permanência do nosso agricultor no campo – com políticas sólidas que propiciem formas de transformação da fumicultura em outras atividades – e, principalmente, na agricultura, na fumicultura propriamente dita, de forma que tenha rentabilidade, uma vida digna e possa continuar na atividade. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Antoninho Rovaris.

Passamos, agora, a palavra à Sr^a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, que havia sido indicada pelo Dr. José Rosemberg, que havia sido indicado pelo Sr. Adib Jatene. Ela é do Projeto Esperança/Co-Esperança.

A SR^a IRMÃ LOURDES MARIA STAUDT DILL – Uma saudação muito especial ao Senador Suplicy, aos demais Senadores e Deputados, aos gaúchos e gaúchas em grande peso aqui e a todas as pessoas que vieram de outros Estados, de outras instâncias, debatendo um tema de tamanha importância. De fato, este é um momento ímpar para o Brasil e para os países que querem de fato ratificar a Convenção-Quadro.

Venho em uma dimensão profética, em nome também da Igreja, que defende a vida em primeiro lugar. Pergunto: quem de nós não quer qualidade e quantidade de vida? Se não quiséssemos qualidade e quantidade de vida já estaríamos talvez no fundo da cova. Então, queremos, sim, quantidade e qualidade de vida. Queremos defender a sustentabilidade especialmente na agricultura.

A doutora falava que no Brasil, por um lado, alguns se orgulham de exportar 85% do fumo, mas tenho tristeza em falar isso. Se temos que exportar 85% de morte para outros países, o Brasil tem que passar vergonha. Portanto, quero dizer que é urgente, sim, aprovar e ratificar a Convenção-Quadro, para que de fato, no processo que foi colocado pelo Ministro da Saúde, encontremos perspectivas de alternativas de sustentabilidade.

Ao nos referirmos à questão do tabagismo não podemos tratar apenas do lado econômico, pois isso é muito pouco, é quase nada. Temos que falar na dimensão da vida, na dimensão social, na dimensão econômica inclusive, na dimensão da saúde e na dimensão da sustentabilidade. E a grande pergunta que se coloca é: hoje o fumo dá lucro a quem? Ao pequeno produtor? Não é verdade, ele sobrevive mal e muito mal. Somente o produtor



que tem mais terras poderá estar um pouco melhor, porque tem condições de contratar pessoas para trabalharem com ele.

O pequeno produtor não está bem. Venho da região centro do Rio Grande do Sul, que também é plantador de fumo, perto da região Santa Cruz, onde o pequeno produtor de fumo não está bem. Ele trabalha como escravo, dia e noite, com toda a família, com a criança, o jovem e o adulto, e muitas vezes com pessoas de até mais de 70 anos, como escravos de uma profissão mal remunerada.

Então, quando falamos em sustentabilidade e lucratividade não podemos tomar como modelo o fumo para a agricultura. Podemos tomar, sim – como foi dito antes –, para as fumageiras, para as empresas que têm outro canal de lucratividade.

Nesse sentido também queria, em nome de uma grande multidão – a que me referirei posteriormente –, repudiar o que a imprensa gaúcha fez, causando especialmente ao plantador de fumo um grande terror. Foi algo meio parecido com o dia 11 de setembro. Isso foi ruim. A imprensa gaúcha, a grande mídia fez dessa idéia de ratificar a Convenção-Quadro um grande terror, e não era para acontecer isso. Temos que debater, queremos debater com o Senado, com o Congresso, com o Governo e com a sociedade como um todo, inclusive de produtor para produtor, porque é o pequeno produtor quem mais sabe se está ou não dando renda.

Defendo a questão da sustentabilidade e da vida em primeiro lugar. A vida não se compra, a vida se cultiva. E com certeza não cultivamos mais quantidade e qualidade de vida consumindo venenos, consumindo produtos como o tabaco e outros. Com certeza, na medida em que tivermos uma alimentação sadia, aumentaremos nossa quantidade e qualidade de vida.

Em segundo lugar, quero também dizer que o Rio Grande do Sul, um dos maiores exportadores de fumo do mundo, com certeza também acrescenta ao cenário importantes experiências. Conforme foi dito antes, embora muitos não conheçam, o Rio Grande do Sul tem, sim, muitas e infinitas experiências de alternativas à cultura do fumo. Estou falando de uma experiência nossa, que é o Projeto Esperança/Co-Esperança, da Diocese de Santa Maria, que há 20 anos vem trabalhando com a organização do pequeno produtor, com a perspectiva de trabalhar o associativismo, o cooperativismo, agricultura familiar, agroindústria familiar e, nessa nova dimensão, de rever o modelo tecnológico, o modelo econômico dentro da idéia da sustentabilidade e agora, no Brasil, a segurança e soberania alimentar.

Nesse sentido, então, há 20 anos trabalhamos, em diferentes eixos, essa experiência, que conclui numa etapa muito importante e fortalecedora, que é a comercialização direta. É o consumo justo, ético e solidário.

A pessoa que pensa na vida, na qualidade de vida, na saúde não consome produtos cheios de veneno, produtos contaminados. Ela prima por uma agricultura familiar ecológica, onde, de fato, sua família, seu grupo possa ter uma vida mais digna e mais justa.

Nesse sentido, então, experiências como a do Projeto Esperança/Co-Esperança são multiplicadoras. O Capa é uma delas. Muitas outras



experiências de outras organizações do MPA, do próprio Movimento Sem Terra e outras organizações fomentam hoje essa perspectiva.

Criamos, no Rio Grande do Sul, uma marca dentro da indústria chamado o Selo Sabor Gaúcho, um programa que foi instalado há quatro anos, sendo um programa que vem solidificar muitas experiências de alternativas da cultura do fumo. Na nossa região, criamos também uma marca chamada Sabor da Terra, onde garante produto com qualidade, sendo produzido sem veneno, um produto que, de fato, agrega valor àquilo que o pequeno produtor cultiva na sua propriedade. E tudo isso de forma organizada, articulada e regional.

Temos hoje, na região, mais ou menos 200 empreendimentos de economia popular solidária na área urbano e rural e que congregam mais ou menos 3.700 famílias que sobrevivem dessa renda. E posso garantir que vivem com uma renda melhor do que aquele pequeno produtor que planta fumo, porque têm ainda para a sua família, sua comunidade e tem tempo para aquilo com que a vida nos brinda: lazer.

Infelizmente, o pequeno produtor escravo do fumo não tem mais tempo hoje nem para o lazer nem para a família, e muito menos para a comunidade. Então, isso também nos reporta à dignidade de vida a que nós, como seres humanos, temos direito.

Nesse complexo – Senadores e Deputados aqui também conhecem a nossa experiência – temos um espaço físico de comercialização direta. Recebemos há pouco tempo a visita do Senador Pedro Simon e também de Adão Pretto, que é um grande animador de uma feira estadual e nacional de cooperativas que temos. É nesse espaço que os agricultores comercializam diretamente, sendo um espaço fixo que existe há 15 anos, onde a cada sábado acontecem importantes feirões coloniais, oferecendo produtos ecológicos na mesa do consumidor, que assim os quer e opta.

Temos dentro projeto um Centro de Economia Popular Solidária bem no centro de Santa Maria, onde também o produtor tem possibilidade de comercializar direto ao consumidor. Temos um armazém da colônia bem no centro de Santa Maria, que – para quem conhece – fica na rua central, sendo também um espaço onde o produtor comercializa direto o seu produto. Além do Sabor Gaúcho, Sabor da Terra, dos quais já falei, há mais ou menos na região 35 pontos de comercialização direta, onde os produtores urbanos e rurais articulam entre si, para poderem colocar diretamente na mesa do consumidor os seus produtos.

Então, aquele espaço e aquele lucro que o atravessador ganharia quem está ganhando hoje é o próprio produtor. E quando teve início essa experiência, o próprio produtor resistia e dizia que a sua missão não era vender ao consumidor. Hoje são pessoas extremamente realizadas em poder se organizar, produzir e comercializar diretamente. É uma proposta que deu certo e com a qual, com certeza, vamos cada vez mais fortalecendo essa perspectiva na região.

Dentro da proposta e da urgência da Convenção-Quadro, entendemos que, de fato, deve-se debater com a sociedade. Apoiamos essa idéia, mas não podemos deixar para o dia de São Nunca, essa é uma



preocupação. A Convenção-Quadro tem que ser votada e ratificada, sim, no ano de 2004, para que possamos ter sintonia com os demais países, para poder agilizar aquilo que de fato se quer em termos de política pública.

Queríamos deixar um grande apelo ao Senado, ao Congresso, ao governo, à sociedade, às organizações que aqui estão, para que se agilize no Brasil, com muita urgência, um crédito especial para aqueles produtores que livre e conscientemente desejam e querem trocar o fumo por outras alternativas. Até sugerimos que poderia ser um braço do Pronaf, mas não para financiar a questão do fumo, como já foi em outros tempos, que fosse criado um braço ou no Pronaf, ou um outro programa de política pública junto com a idéia da Convenção-Quadro para financiar, de fato, alternativas à cultura do fumo, e que houvesse também a possibilidade de um acompanhamento técnico para que possa se avançar nessa perspectiva.

Temos certeza de que essa perspectiva vai crescendo gradativamente na consciência do produtor de fumo, da sociedade e também daqueles que vão consumir os produtos produzidos por essas organizações. Temos certeza de que hoje, no cenário do mundo globalizado, a questão do consumo está se tornando, cada vez mais, uma coisa de consciência, especialmente na linha da saúde, onde as pessoas hoje escolhem o que consomem. Não se consome qualquer tipo de produto, e essa consciência está crescendo mundialmente, isso é muito positivo, as pessoas estão optando por produtos de garantia e de qualidade para poder ter uma vida mais próspera, mais digna e mais qualificada em termos de saúde. E trago o apelo de muitos da nossa região que já deixaram a produção de fumo e optaram por alternativas.

São as mais variadas iniciativas. Vou dar o exemplo de uma, os nossos Deputados e Senadores conhecem a região de... município da quarta colônia. Lá, há poucos meses atrás, o Ministério Público fechou todos os açougues porque estavam trabalhando clandestinamente, e havia muitos problemas na questão da carne. Nesse município, há três anos atrás, foi financiado um abatedouro, tanto para abate de suíno quanto de gado de corte. Esse grupo que está integrado no Projeto Esperança fornece para toda essa região carne de altíssima qualidade, produzida numa região onde antes produzia fumo. Esse grupo mesmo faz o gerenciamento, é responsável, é dono desse abatedouro. Uma das experiências, assim são muitas. Alternativas têm, temos que ter coragem, ousadia, vontade política para fazer essa mudança. Temos certeza de que esse processo vai se consolidando passo a passo, e ninguém vai criar um terror nem diante das fumageiras, nem diante do agricultor e muito menos perante a sociedade. Queremos trabalhar com consciência.

Para concluir, quero dizer e afirmar que, se trabalharmos a idéia dentro de um processo, vamos fortalecer nossas experiências. E nós nos inspiramos muito também, nessa experiência do Projeto Esperança/Co-Esperança, num provérbio africano que diz assim: "Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra."

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr^a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, do Projeto Esperança/Co-Esperança.

Passamos agora a palavra ao representante do Sr. José Zeferino Pedroso, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Sálvio Osmar Tonini. São três depoimentos finais.

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Boa tarde a todos. Os meus cumprimentos ao Senador Eduardo Suplicy por este trabalho.

Aqui represento o nosso Presidente, José Zeferino Pedroso, da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Sou Sálvio Osmar Tonini.

Tudo isso começou errado, porque se fizeram as coisas sem se discutir com a sociedade brasileira. Se as coisas tivessem sido discutidas com a sociedade brasileira, não estaríamos aqui – um de um lado dizendo que é bom; e o outro, do outro lado, dizendo que é ruim ou vice-versa. Se nós tivéssemos, desde o início, discutido e buscado o consenso, não estaríamos aqui hoje.

Só tenho que parabenizar V. Ex^a, Senador, porque teve a competência e a inteligência de trazer a sociedade para a discussão. Até então, o segmento estava esquecido.

Ficamos preocupados, pois soubemos dos fatos, Senador, de forma clandestina, não de forma correta ou de forma precisa. Se isso tivesse sido conduzido de forma correta, o debate seria muito maior na Câmara dos Deputados. Indaguei a alguns Deputados, e eles não conheciam esse tema e nem sabiam do que se tratava. Ficaram sabendo na data de hoje, em função dessa mobilização.

Contudo, evidentemente, há os trâmites legais na Casa – não sou um parlamentar –, mas a sociedade poderia ter discutido. Preocupa-me, sim, o fato, porque a maneira como se traduz muitas vezes em comentários não se refere apenas à exclusão do fumo da área da produção, mas também à maneira como passa a ser tratado, em termos de conceito social, aquele que produz.

Quem me garante que nós, ao assinarmos a Convenção-Quadro, ao vermos a nossa sociedade prejudicada, tenhamos a coragem de fazer o que fez os Estados Unidos, que deu ignorância ao Tratado de Kyoto, muito menos confiança ao Rio+10 e defendeu o seus interesses? Quem vai ter a competência de, quando vir a nossa sociedade prejudicada, tomar posições e exigir do mundo que se faça o mesmo?

Eu sou a favor da saúde – e quem não o é? Graças a Deus, tenho saúde e estou sentado aqui hoje. Quero ter sempre saúde. Eu tive um pai que morreu de câncer, mas nunca fumou. E aí? O que eu vou dizer? Mas também não quero criar polêmica, porque não sou médico, porque essa não é a minha área.

Mas fico preocupado, sim, Senador. Gostaria, Senador Eduardo Suplicy, que V. Ex^a capitaneasse a discussão e que, antes de levarmos a matéria a uma plenária, onde Senadores votarão e ratificarão essa Convenção-Quadro, ao menos uma, Senador, ao menos uma audiência ocorra no seio do setor produtivo. Gostaria que o Sr. Ministro da Saúde, que



fez um belo pronunciamento, dissesse o mesmo que disse para nós aos interessados lá do fundo, porque o terrorismo, Senador, com certeza, não fomos nós que o pregamos. Eu disse isso em Santa Cruz do Sul. Quem está aqui presente sabe disso. Eu vi nos jornais representantes do Ministério dizerem “se virem, porque vai acabar”. Em outras simples palavras, eles diziam “corram atrás, porque isso aqui vai acabar, vocês têm que se virar”. E não fomos nós. Essas coisas têm que vir à tona.

Se sentarmos e discutirmos com a sociedade, com certeza assinaremos as melhores das convenções deste mundo, mas precisamos dialogar, precisamos mostrar a verdade. Precisamos mostrar à sociedade o que realmente se discutiu em Genebra.

Por que, quando se pensou na Convenção, em 2003 – parece-me que foi nesse ano ou antes –, não se pensou em trazer para o meio a cadeia produtiva? Por que vínhamos preparando o ambiente? Não, desconhecíamos. Ninguém aqui pode dizer que conhecia, porque sou coordenador da área de fumicultura pela minha Federação e nunca ouvi falar. Ouvi falar aqui, em Brasília, quando me disseram.

Quero destacar que somos entidades reconhecidas, sim, e temos competência para negociar qualquer coisa em qualquer lugar, no que tange à agricultura do nosso Estado. Digo também que ninguém planta porque é na marra. Este País é democrático, graças a Deus. É uma opção. Quando a minha opção não dá certo, tenho de mudá-la; mas, na marra, ninguém planta.

Digo mais, se há um segmento que preserva o meio ambiente, que tem lutado, esse é o plantador de fumo. Se há uma cultura em que a cobertura natural nativa se encontra em maior proporção, essa é o plantio do fumo. Isso está tecnicamente provado.

A SR^a (Oradora não identificada) – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Não sei, não quero discutir com V^S os detalhes. Respeitei o pronunciamento de V. S^a e peço que respeite o meu. (Palmas.)

Temos que olhar o Brasil para dentro, mas muitas vezes olhamos para fora. Temos que ter os pés no chão.

Irmã, em minha terra temos uma irmã que se tornou Santa, a senhora sabe disso. Devo dizer para a senhora que, se tivermos de olhar microalternativas, Irmã, levaremos 200 anos para transformar todo produtor de fumo em produtor de outra cultura. Então, temos que buscar visão macro, grandes alternativas, que englobem todos. Não podemos pegar um pequeno segmento e discutir em uma dimensão em que pouco mais de dois milhões de pessoas estão envolvidas, porque não são apenas aquelas duzentas mil famílias, mas dois milhões de pessoas para as quais temos que buscar alternativa. A senhora concorda, Irmã?

A SR^a (Oradora não identificada) – Pedirei licença ao Senador para ler uma frase depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Depois. Deixe-o fazer...

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Então, isso nos preocupa. Não somos contra a Convenção-Quadro, muito pelo contrário, mas a sua entrada,



o seu início não foi... É isso que nos deixa preocupados, é isso que deixa o segmento produtivo preocupado, é isso que deixa o pequeno produtor de lá preocupado.

Creio que temos que buscar, nesses nossos encontros, um consenso. Não podemos trazer aqui a vontade segmentada, mas a global.

Portanto, temos que levar isso para o meio. Temos que buscar essas alternativas, temos que ir ao cerne das coisas. Digo mais, temos que ter cuidado, porque, que eu conheça, não existe nada no mundo que pague uma vida. Não existe. Não existe.

Mas não podemos fechar os olhos, tomar uma atitude precipitada e deixar tanta gente à mercê da própria sorte. Se é para fazer e, depois, ver no que vai dar, então, vamos nos precaver, façamos o que é correto, de forma planejada, consistente, sustentável – também esse é um aspecto que deve ser visto –, e que todos saiam satisfeitos, porque só aquilo que todos adubam dá fruto. Quando poucos adubam, não há a frutificação que todos desejamos.

Se formos lá e discutirmos, assinaremos essa Convenção-Quadro, todos nós que estamos aqui, Senador, todos, com a consciência tranqüila do dever cumprido e com a certeza de que chegaremos ao futuro que todos almejam, que é mais vida e mais qualidade de vida. Entretanto, chamo a atenção dos senhores: não é com restrições que chegaremos lá, nem pensando em bloquear recurso, porque a cultura do fumo é livre neste País, é legal. Não é fazendo restrições de acesso ao crédito porque aquele produtor optou por aquilo. Ninguém o obrigou. Ele tem o mesmo direito que qualquer outro produtor de ter a linha de crédito. Não é fazendo assim, não é fazendo esse tipo de restrição. Estou dando um exemplo. Tenho certeza de que a vontade da maioria aqui presente é a vontade de ter qualidade de vida, e qualidade de vida é ter boa saúde. Quero boa saúde para todo mundo.

Quero dar aqui um exemplo meio antagônico, meio contraditório. Refiro-me a uma região do Alto Vale do Itajaí que envolve uma série de Municípios produtores de fumo. Em uma palestra da Secretaria da Fazenda do meu Estado, foi dito que essa região arrecadou R\$52 milhões em impostos. Senador, sabe quanto correspondia à área fumageira? Quarenta e nove milhões de reais. O valor de R\$3 milhões correspondia a outros segmentos produtivos. É antagônico, mas desses R\$49 milhões saíram saúde, educação, estradas. Quando falo da mudança, entendo que temos que discutir nas bases e trazer uma proposta consistente, para que não tenhamos no futuro certos dissabores e manifestações que todos não queremos. Queremos um Brasil forte, um Brasil líder, um Brasil com gente de bem, um Brasil com o povo cheio de dinheiro e de saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora gostaria de fazer uma breve exposição?

A SR^a (Oradora não identificada) – Ele me provocou, e eu gosto de provocação. No final da minha fala, eu ia dizia que tudo que nasce grande vira monstro, e o que nasce pequeno vira processo. Da sua fala, entendi que pequenas iniciativas valem pouco ou nada. Se mudarmos os paradigmas do



pequeno agricultor que hoje está no fumicultura e trabalhar o processo, um dia ele poderá ter um negócio maior que hoje. É o processo que valorizamos na economia familiar.

(Palmas.)

A SR^a (Oradora não identificada) – Com relação à **(inaudível)** da mata nativa, não pode ser entendido como uma referência ao Estado do Paraná, porque essa não é a realidade de lá. O contexto não pode ser global.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Ordem do Dia pode ser iniciada a qualquer instante e, aí, teremos que interromper nossa reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, que está representando o Sr. Ademir Muller, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

O SR. HAINSI GRALOW – Boa tarde a todos. Quero saudar com todo carinho o Presidente, Senador Eduardo Suplicy, e dar o testemunho da sua grandiosidade quando proporciona, na verdade, a primeira oportunidade aos fumicultores de participar de uma reunião sobre a Convenção-Quadro.

Também quero me referir ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, ao Senador Paulo Paim, que não está presente, ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Senador Pedro Simão e a todos os Senadores aos quais fomos encaminhados e a quem agradecemos pela oportunidade de participar desta reunião.

Em nome dessas pessoas, queremos saudar os Deputados Estaduais, os palestrantes, os colegas que estavam aqui defendendo tanto um quanto o outro lado. Como é bonita a democracia, na qual se pode, efetivamente, demonstrar o que se pensa! Rico é exatamente dizer o que pensamos.

Eu poderia e deveria saudar outras pessoas. No entanto, não o faço porque sinto a ansiedade do nosso Presidente pelo horário que está se aproximando.

Senador, com a permissão de V. Ex^a, eu gostaria de usar o microfone sem fio e falar perto do quadro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É claro que o senhor tem essa possibilidade.

Em 2003, houve um seminário internacional sobre a Convenção-Quadro para o controle de tabaco da Comissão de Seguridade Social e Família, presidida pelos Deputados Roberto Gouveia e Angela Guadagnin, em que estiveram presentes o Ministro da Saúde, Humberto Costa; Gilberto Verne Sabóia, representante do Ministro das Relações Exteriores; representantes do Mercosul etc. Faço esse breve registro sem causar polêmica. É verdade que, naquela ocasião, talvez não tenha havido a presença tão significativa de pessoas, como os senhores, que estão representando os produtores.

Estou até esquecendo da alimentação. Estamos aqui desde as 9h30min, pois houve uma primeira reunião. Posso transmitir ao senhor com toda certeza que eu e certamente todos os Senadores e Deputados



presentes estamos aprendendo muito, ouvindo todos os senhores e as senhoras. Hoje é um dia de aprendizado muito importante para todos nós. Estamos muito mais bem informados do que antes do início desta audiência pública. (Palmas.)

O SR. HAINSI GRALOW – Muito obrigado. Mais uma vez, isso prova a grandeza de nosso Presidente e das demais pessoas já nominadas.

Vou colaborar com os trabalhos, fazendo uma pequena e rápida menção sobre o que foi dito aqui de que poucas pessoas sabem efetivamente o que é a Convenção-Quadro. Ela começou lá com 192 países e 28 ONGs, que eram contrárias ao tabaco. No final de todas as manhãs e tardes, no fundo do plenário, eles tiveram a possibilidade de se manifestar. Nós também estávamos lá, mas lá fora, onde não podíamos participar. Lamento a dor da funcionária de Genebra que, por um lapso, me deu um crachá errado, permitindo-me entrar no plenário. Mas eu não entrei. O que aconteceu? Foi arrancado meu crachá, e me disseram: “Não. Você fica lá”. Eu estava lá.

Cento e sessenta e oito países assinaram e 30 países ratificaram as assinaturas. Digo e confirmo: os fumicultores não tiveram acesso. Teria sido tão bom se fosse aqui, em uma reunião como esta, em que podemos nos manifestar contrariamente. Não seremos agressivos. Deus nos criou com toda paz. Não queremos nos bater, não queremos usar, de forma nenhuma, de agressividade. Assim não será nossa apresentação.

Algumas vezes, foi dito aqui que houve violência. Sr. Presidente, essa página foi publicada por nós nos jornais porque não agüentamos mais os agricultores que foram à Fubra, com a página de jornal, dizendo: “Representante do Ministério da Saúde sugere que produtores pensem em novas alternativas de sobrevivência”. Sobreviver é brabo! Quer dizer, mal e mal, mas para sobreviver pode se fazer isso.

A previsão é de que as exportações sofram sérias restrições. Quantas campanhas, no Brasil, todos assinamos e até apoiamos? Agora temos até um lugar para vender nosso produto. De lá também vão nos tirar? Com a plena vigência da norma, a pessoa tal avaliou que as exportações de fumo brasileiro vão sofrer muitas restrições. Já se falou até em prazo: em cinco a dez anos, o cenário para a exportação será hostil e os reflexos vão ser sentidos – aqui está muito ruim de ler.

Então, o que provocou essa pane foi essa notícia que também foi assinalada pelos jornais e pelas rádios. Isso correu muito rápido. E, quando se fala em sobrevivência, quando se diz que também aqueles 85% exportados vão ser restritos, aí evidentemente o agricultor entra em pânico. Nós não temos mais do que a responsabilidade de encarar essa situação.

Esses são os países que ratificaram a assinatura. Apenas um tem expressão na cultura do fumo. Nós marcamos, com muita propriedade, a Índia, um grande produtor de fumo, que realmente ratificou. Gostaria de ver os outros vinte maiores produtores de tabaco do mundo, dos quais cinco são das Américas. Olhem para a cor verde: Argentina, Brasil, México, Estados Unidos e Canadá. Aí é que está o grande suporte. O que vamos ver agora? Países que já ratificaram – não vou ler todos: Bangladesh, Butão, Brunei



Darussalam, Cook Island, Fiji, Trinidad e Tobago, Srilanka, Solomon Island, Eslováquia, Cingapura, Seychelles, São Marino e assim por diante.

Então, se formos localizá-los, veremos que são pequenas ilhas, que, a olho nu, nós nem encontramos, mas aqui posso mostrar. Não conseguimos distinguir algumas flechas – não são produtoras de fumo, menos a Índia e mais alguns outros, contra os quais... Gostaríamos de ter os grandes países produtores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como V. S^a mencionou que, nas Américas, o México é um grande produtor e foi um dos que ratificou, este deveria estar em amarelo ali. Pelo seu critério, se me permite.

O SR. HAINSI GRALOW – Senador Eduardo Suplicy, tenho amigos fumicultores no México. Atualmente, eles ainda produzem 40 mil toneladas contra 850 mil, contra 2,4 milhões de toneladas da China, contra 400 mil toneladas dos Estados Unidos. Realmente, o México é um pequeno produtor.

Continuando, gostaria de estar no meio desses. O que temos em aspectos econômicos? Não dá para separar o econômico do social. É evidente que o que interessa é o social, mas quero ver desenvolver o social sem o econômico. Os maiores exportadores do mundo, 85%... Já foi dito tantas vezes aqui... Vamos passar adiante para colaborar com todos.

O que nós temos mais? Essas estufas, esses galpões, esses equipamentos para a secagem (**inaudível**) por lei, representam 2,7 bilhões de reais. Quero saber se vamos ser indenizados pelos 2,7 bilhões de reais. Quem vai pagar-nos? O que é para fazer? É para botar fogo? Como é que nós vamos destruir isso, quando muitas dessas pessoas têm financiamento em quatro, cinco, seis anos, conforme foi dito aqui? Como é que vai funcionar isso aí?

O tabaco representa um PIB de R\$12 bilhões. Pode dizer isso para alguém, que nem me interessa, mas é a grandiosidade do nosso Brasil, é a nossa participação que nos ensinou tantas vezes a sermos os melhores produtores e conseguimos ser, muito pequenos mesmo, mas somos eficientes.

O que é que temos? Essa é a renda. Vocês não querem R\$9 mil, então botem R\$7 mil. O fumo não está a R\$7 mil? Esse é o valor calculado. Um hectare de milho dá R\$1.220,00, um hectare de feijão dá R\$1.234,00. Temos 37 mil agricultores que não possuem terras. Eles moram na propriedade de alguém que cedeu dois a três hectares. Eles estão sobrevivendo com suas famílias naquele local, com seus filhos, indo à mesma escola, em que vão os filhos do proprietário da terra. Eles vão às mesmas festas, integram-se na mesma sociedade, e não queremos ver aquelas pessoas fora da sociedade. Aqui também já foi dito – dois mil para quatro milhões – não vamos repetir, 3,6 bilhões de receita para os fumicultores, aqui está nossa distribuição fundiária: sem terra, 37.620, 19,8%; de um a dez hectares, 69.790, ou seja, 36,7%. Se somarmos os que não têm terra e os que têm terra até 10 hectares, temos 56,5%. Então, realmente somos pequenos, extremamente pequenos. Eu desafio que alguém plante milho e feijão por mais. Isso precisa ser plantado. Eu quero aqui só lembrar algo: a Afubra tem, inclusive, uma exposição, uma expoagro para



diversificação de culturas. Estamos trabalhando, sabendo como poucas pessoas sabem – aqui está o Prefeito de Santa Cruz, a nossa Deputada de lá também – que aquilo em que mais se investe é exatamente em diversificação. No entanto, isso tem que ser programado. Esse é o nosso trabalho. Os senhores viram aí, rapidamente – para ganhar tempo – pessoas ainda trabalhando com tração animal.

A cobertura florestal. Se alguém quiser, podemos fornecer nominalmente. Todos, porque são cadastrados; eles são cadastrados e pode chegar lá para verificar se está certo: 26,3% de nossas pequenas propriedades são cobertas com florestas. Querem que eu assinem? Eu assino. Isso foi feito no cadastro. Por que no cadastro? Porque temos um seguro agrícola, em que não se fazem estatísticas, e sim cadastro. É por causa disso que temos tanta segurança em formar isso aí.

Mais um pouco sobre a Convenção-Quadro: num primeiro momento, os que estiveram lá discutindo – e estávamos do lado de fora, naturalmente participamos – diziam o seguinte: “Vamos erradicar o fumo em nível mundial”. Isso foi dito e repetido.

Segundo: “Substituir o tabaco por uma coisa alternativa”. Ah, ficou muito mais bonito esse discurso, muito melhor! É esse que aplaudimos. E queremos realmente fazê-lo.

Terceiro: “Cada país criar mecanismos para alcançar o objetivo”. Primeira reunião, segunda reunião, terceira reunião, quarta reunião, podem verificar quanto os países ricos aportaram de recursos para formar o Fundo Internacional para fazer a conversão, a reconversão. Ninguém aportou nada. Aí, na última reunião: “Agora vocês coloquem dinheiro lá, porque precisamos dizer para todo mundo que não vai faltar dinheiro, vamos fazer a reconversão custeados”. Aí os senhores sabem quantos vieram? Nenhum país! Nenhum país colocou um centavo sequer. Mas aí se dizia o seguinte: “Está gravado e posso ser chamado para provar isso aí. A Convenção-Quadro tem que ser feita. Isso não tem como não fazer”. Então, já que nenhum país colocou recursos financeiros para isso, cada país resolve seu problema com seus agricultores.

Quarta: agora se diz “ratificar para depois negociar”. Como? Primeiro vamos lá assinar e, quem sabe, um país agora vai ficar generoso conosco e colocar dinheiro lá? Não. É o que eu estava entendendo que agora temos que ratificar. E aí vamos negociar. Sabe o que vamos negociar? A maior ou a menor exigência em relação a deixar o tabaco. Eu subscrevo, mas quero também saber quem é que está com o caixa.

Quinto: a nossa definição, a nossa sugestão, definir primeiro todo o processo de reconversão e ratificar depois. Aí, sim, temos poder de fogo. Muito bem. Alguém acredita que os antitabagistas, os outros países, não querem que o Brasil ratifique? Eles querem, sim. O nosso voto para isso é preciosíssimo. Agora, se já assinamos, para quê? Vai continuar como em nossa discussão em Genebra.

Já estou concluindo. Nós entendemos, e essa é nossa proposta, que a ratificação da Convenção-Quadro contra o fumo não pode ser aprovada sem antes ser definido – nada de radical –:



1. Apresentação de alternativas viáveis com garantia de preços e de mercado. Que atividades e culturas podem substituir o fumo a médio e longo prazo. Por favor nos inspirem para nos dar essa resposta. Definir antes todo o processo de reconversão. Essa é a nossa proposta.

2. Definição dos recursos para reconversão, mas queremos saber onde, como e quanto de dinheiro. De onde virão os recursos para atender 226.650 famílias do Brasil, não só do Sul. Não vamos esquecer o Nordeste, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, que têm produtores de tabaco para charuto ou então para aromático.

Com quem fica a administração dos recursos? Quem vai administrar esses recursos? Primeiramente quem vai administrar, quem vai dizer isso? Qual a garantia de que os recursos estarão disponíveis em tempo hábil? Plantar, a gente planta. E nós, principalmente no Sul, uma vez ao ano, porque temos quatro estações. Aí sim, serão necessários no mínimo 10 anos de experiência com outras atividades. Vou explicar o porquê. Quem tem uma criação de suínos agora está feliz da vida, porque, há muitos anos, não era tão bem pago.

Então, o que aconteceu? Quantas vezes os criadores de suíno faliram? Já que o preço estava tão baixo, ninguém criou, então, o preço agora está alto. O que vai acontecer? E podem me cobrar, dentro de um ano, no máximo dois, o preço vai estar lá embaixo. O que vai acontecer? Evidentemente vamos falir novamente. E nós, fomicultores, não queremos ser colocados dentro desse pretexto aí.

Resumindo, quando tiverem sido encontradas alternativas que realmente substituam o fumo, o projeto de ratificação pode voltar e ser apresentado. E vamos apoiar com muita segurança, como temos o hábito de realmente assumir os fatos.

Parece que li na memória dos Senadores o que estavam querendo fazer, mas peguei essa informação por aí. Convidamos os Senadores e os Deputados a visitarem as regiões fumageiras do Nordeste e do Sul do Brasil. Queremos que as pessoas que decidirão o nosso futuro, o que vamos fazer, vão lá, olhem o que estão fazendo. E se aí acreditarem que tudo deve ser desmontando, tudo bem. Por causa disso elegemos as senhoras e os senhores.

Naturalmente, com isso, quando falamos em atividades alternativas, entendemos que nem todos podem substituir uma cultura, temos consciência disso. Se uma atividade cultivada for aprovada, evidentemente com teste de 10 anos, vamos mudar naquela modalidade. Enquanto não for uma outra atividade, talvez, a segurança não suportou, vamos ter que começar a procurar outra cultura. Para isso, vamos nos unir, com amor e carinho, para buscar soluções.

Fiquei feliz quando o Ministro da Saúde, hoje pela manhã, nos convidou para ir ao Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, na administração anterior – não sou político – não consegui uma vez falar com o Ministro da Saúde, estava umas 10 vezes lá. E veio na nossa localidade, dizendo: vocês são fomicultores e eu até quero que



vocês plantem mais fumo para exportar. Porém, não quero que vocês o usem no Brasil. Pelo amor de Deus!

O nosso Governo mudou. O Presidente da República tem carinho pelo povo e não tem maldade em seu coração, pelo que eu conheço.

Eu diria que realmente valeu este convite.

Vou lá e também quero que as pessoas vão lá. Aliás, há seis anos, algumas pessoas vieram a Santa Cruz – oito Ministérios. Creio que foi extremamente louvável a vinda deles.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Os nossos agricultores necessitavam daquela informação que precisávamos dar. E foi certo. Hoje, estou mais convencido do que nunca, porque se chamou a atenção para o problema. Se não tivéssemos feito isso, não teria ocorrido essa situação. O que ocorreu no primeiro momento, quando ligamos? Disseram: “Será votado”. Todos sabemos disso. Quando chegamos aqui para expor a nossa verdade aos Senadores, S. Ex^{as} falaram sobre o assunto com muita responsabilidade – isso me fez bem ao coração: “É verdade, o problema é um pouco maior do que imaginávamos. Devemos discutir esse assunto com mais profundidade”.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Afubra.

Neste momento, ouviremos a palavra conclusiva da Conselheira Mariângela Rebuga de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, que está representando o Ministro Celso Amorim.

A SR^a MARIÂNGELA REBUGA DE ANDRADE SIMÕES – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Em nome do Ministro Celso Amorim, quero cumprimentá-lo. O Ministro está participando de uma reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus. Por esse motivo, estou aqui representando S. Ex^a.

Sr. Presidente, queremos cumprimentar V. Ex^a, porque o espírito da Convenção-Quadro é justamente este: um espírito democrático. Essa Convenção foi adotada pelo consenso de 192 países, depois de muitas discussões. O Brasil teve um papel de liderança baseado em sua legislação interna, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma legislação avançada, como já foi dito aqui por outros expositores.

Serei breve, dado o avançado da hora. E o Brasil continua como Presidente do Comitê Governamental que está na fase de implementação da Convenção.

É importante assinalar que essa é uma Convenção-Quadro. Como o próprio nome está dizendo, não se trata de uma convenção fechada, que impõe uma camisa-de-força aos países. É uma Convenção ampla, aberta para os países tomarem as suas medidas de acordo com a sua legislação interna, de acordo com a sua economia, respeitando todos os setores da sociedade civil e também os setores econômicos. É uma Convenção, portanto, democrática.



O debate que estamos tendo aqui não visa à colocação de dois pólos opostos. Ao contrário. Pretende justamente aproximar pelo debate democrático, que é o objetivo da Convenção. Portanto, temos todo o interesse que esse debate prossiga.

No início das negociações, em 2002, foi realizada uma audiência pública. A Convenção foi entregue à ratificação em agosto de 2003, também com um debate público sobre o tema.

Agradeço muito o convite. Estamos também abertos para discutir o processo da Convenção-Quadro.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Quero assinalar que está presente nesta audiência o Deputado Henrique Fontana Júnior.

Passo a ouvir agora os Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, o debate foi formidável. Entretanto, lamento estar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reunida neste exato momento para, novamente, tentar votar, ainda hoje, o projeto relativo à Biossegurança.

Por isso, peço desculpas pelos Senadores ausentes nesta reunião, tendo em vista S. Ex^{as} se encontrarem reunidos em outra reunião.

Repito: esta reunião foi realmente muito importante. Lamentavelmente, a Câmara cometeu um erro gravíssimo. Às vezes, a Câmara e o Senado cometem erros. O tal acordo de Lideranças é um absurdo! Acordo de Liderança deve ocorrer quando o assunto já está debatido, discutido e esclarecido, não havendo problema algum. Então, faz-se acordo de Lideranças. Agora, fazer um acordo de Liderança para um projeto, que chega aqui hoje, e, amanhã dá origem a um projeto como esse!? Isso não tem lógica. Os que reclamaram aqui, o fizeram com a mais absoluta razão. Não tem lógica! E, quando verificaram que o projeto estava aqui no Senado e que já estava sendo discutido na Comissão, assustaram-se, dizendo: “No Senado, será como na Câmara, ou seja, passará correndo”.

Realmente, a Câmara cometeu um equívoco grande. E não só a Câmara faz isso, o Senado também o faz, os chamados acordos de Líderes, em que se reúnem todos os Líderes. Caso todos forem favoráveis, se não houver ninguém contra, vota-se a matéria no mesmo dia. Quer dizer, não precisa passar por Comissão, não há prazo, não há nada. É algo que, na minha opinião, inclusive deve terminar.

Acredito que a reunião foi muito boa, Sr. Presidente. Mas, nem oito, nem oitenta. Nesta reunião, todos que falaram saíram satisfeitos, por pensarem que falaram bem. Eu penso que todos falaram muito bem e que todos têm razão. Temos que buscar exatamente a nossa responsabilidade. Onde está a virtude?

Em primeiro lugar, não é possível discutir que o fumo não tem, hoje, o mundo, a humanidade inteira contra ele. Quando meu primeiro filho nasceu, eu fumava cachimbo no quarto dele e não havia problema, porque diziam que a fumaça do cachimbo não fazia mal. Há dez anos, nasceu um outro filho



meu, e não me deixaram fumar cigarro nem a dez metros de distância dele. Por quê? Porque a concepção mudou. Aqui no Senado, por exemplo, não se fuma em lugar nenhum, nem nos corredores da Casa se pode fumar. Então, é uma prática que vem crescendo a cada dia, à qual temos que nos submeter. Algo semelhante vai acontecer em um determinado dia em que poderão suscitar a questão da bebida. Por que não a bebida? Um dia vamos chegar lá.

A Ministra do Itamaraty foi muito feliz ao dizer que não há legislação mais rígida no mundo do que a brasileira a respeito do tabaco. Estamos fazendo todo que é possível, inclusive por meio da televisão, para mostrar que o cigarro causa câncer. Quem fuma tem que escolher a marca, geralmente não querem aquele cigarro que causam outros males além câncer, escolhem um outro tipo de cigarro. Isto é uma realidade.

Devemos ser contra o fumo? Devemos ser contra o fumo. Vamos acabar com o fumo? Vamos acabar com o fumo. Vamos fazer uma campanha nesse sentido? Vamos fazer uma campanha nesse sentido. Agora, vamos ficar aqui. Além da Índia, qual outro país assinou? O Projeto de Kyoto o mundo inteiro assinou. Nós todos o assinamos. O americano não deu bola para ninguém. “ Eu não o assino, porque vai de encontro aos interesses da indústria americana. O que nos importa é a nossa indústria. Que se lixe o mundo!” Foi essa a resposta americana, e até hoje eles não o assinaram.

Como a senhora disse, é um quadro aberto. Cada um faz o que pensa que deve fazer. O que creio que o Brasil pode fazer, é até um belo trabalho nesse sentido, é o Itamaraty iniciar uma grande campanha para que os produtores de fumo, inclusive os norte-americanos e outros grandes produtores, assinem e, quando isso ocorrer, também assinaremos. Por que devemos tomar a iniciativa? Será até uma forma de pressão. Se assinarmos logo, não valerá mais nada. A nossa assinatura não valerá dois mil reis. Contudo, se o Brasil, que é o terceiro produtor, não assinar, teremos autoridade para falar. Vamos nos reunir com os grandes produtores para discutir com eles qual a saída comum.

Com toda a sinceridade, se somos o terceiro produtor do mundo e o primeiro exportador, temos que valorizar a nossa posição. Se assinarmos, desaparecemos, somos um zero à esquerda. Se o Itamaraty coordenar e reunir os que ainda não assinaram para saber por que não assinaram, ver como é, vamos dar uma saída para os produtores. No caso, teremos uma fórmula aparecendo e que está comandando o processo e não caindo fora dele.

Penso que é por aí: o Brasil topa o negócio, vamos reunir, vamos ver o americano assinar, vamos ver o Europeu assinar e, juntos, vamos encontrar a saída do processo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

A Conselheira Mariângela Rebuca de Andrade Simões gostaria de fazer uma breve observação sobre as suas palavras.

A SR^a MARIÂNGELA REBUCA DE ANDRADE SIMÕES – Permita-me, Senador, apenas para esclarecer. Os Estados Unidos já assinaram a



Convenção. Cento e sessenta e oito países assinaram e agora estamos no processo para ratificar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Queira me desculpar, mas estou falando na ratificação. Os países assinaram como o americano assinou a de Kyoto, mas na hora de ratificar não a ratificou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Assinou também a de Kyoto e só falta ratificar? (Pausa.)

Não assinou. Assim, é um pouco diferente.

A SR^a MARIÂNGELA REBUA DE ANDRADE SIMÕES – No caso da Convenção do Tabaco, como é a Convenção-Quadro, agora é que será implementada.

A ratificação dos países permitirá que participemos plenamente do processo de implementação e, aí sim, é que temos que colocar os interesses e que ela seja implementada da melhor forma possível. Ela coloca a descrição dos países para tomar as medidas que julgue necessárias, isto é, não implica em que estejamos colocando toda a nossa economia à disposição da Convenção. Ao contrário, é uma Convenção bastante razoável em termos de nossa legislação que é mais restrita. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Deputado Adão Pretto havia pedido a palavra anteriormente, mas pediram aquela questão de ordem.

V. Ex^a tem o direito à palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, estou saindo porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está se reunindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se V. Ex^a puder me representar lá, agradeço-lhe.

Deputado Adão Pretto, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador Eduardo Suplicy, e demais colegas Deputados e entidades aqui presentes, gostaria de dizer que o Senador Pedro Simon reduziu em poucas frases o que realmente, na Câmara, deixamos passar despercebido.

Houve um acordo de lideranças e, como dizemos na Câmara, há o baixo clero e os iluminados. Quem não é líder, muitas vezes vai a reboque das lideranças, mas no Senado queremos cumprimentar V. Ex^a e o Senador Sérgio Zambiasi que tomaram a iniciativa, o que serviu para esclarecer os fatos. Na verdade, não é um bicho de sete cabeças como estavam pintando.

No Rio Grande do Sul, nesse fim de semana, passei na região que mais planta fumo, como Santa Cruz, Venâncio Aires, e ali realmente a grande preocupação do agricultor era se o Lula iria acabar com os produtores de fumo - nem foi o Lula quem tomou essa iniciativa; mas se passou a imagem de que o Governo Lula ia acabar com o plantio de fumo.

Essa reunião serviu para esclarecermos e quase todos que aqui falaram foram solidários com as argumentações do Ministro. Portanto, não há grande divergência e o que faltava era o esclarecimento.

Uma coisa que foi repetida e quero não ficar alheio ou batendo na mesma tecla é que a grande preocupação é com o produtor e que o agricultor terá que ser o mais privilegiado nessa história. E vejo que o agricultor poderá



deixar de plantar fumo no momento em que for possível uma produção tão ou mais rentável do que o fumo. O Governo terá de oferecer a oportunidade para que o agricultor saia dessa situação. Ele não pode ser atingido.

Senador Eduardo Suplicy, eu quis intervir no momento em que a companheira do Estado do Paraná referiu-se a interesses pessoais meus. Pretendia falar a respeito do que falarei agora. Todos falaram em defesa do agricultor. Ninguém é contra o agricultor. Isso é uma beleza. Existe um projeto de minha autoria na Câmara dos Deputados que trata da classificação do fumo. V. Ex^{as}, Deputados e Senadores, sabem que o fumo é pago conforme a classe do produto. O fumo que vale mais, pela última informação que obtive, vale R\$76,00 a arroba. E o fumo que vale menos, vale R\$4,00 a arroba. Existem 48 classes. O agricultor classifica o fumo em casa. Digo isso com conhecimento de causa porque também plantei fumo, e uma das tarefas que considerava mais difícil era classificar o produto. Naquela época, havia 18 classes; atualmente são 48. O agricultor classifica o fumo em casa e o entrega às fumageiras, que classificam novamente. Elas têm o patamar de R\$76,00 a R\$4,00, e 48 opções. Que opção vão escolher para pagar o agricultor? O agricultor entrega o produto e fica de braços cruzados na expectativa. Não sabem quanto vão receber.

Recentemente, estive no Paraná debatendo o projeto, e um agricultor do Município de Marmeleiro ofereceu-me inclusive a cópia de uma nota. Ele vendeu fumo B-1 em dois fardos. Um colocou em seu nome, e outro em nome do filho. Pelo seu fumo foi pago determinado valor e para o filho pagaram a metade do valor, dizendo que era de outra classe – e foram retirados do mesmo monte, do mesmo galpão! Para que V. Ex^{as} tenham idéia de como é explorado o agricultor.

Se é verdade que os Parlamentares estão tão preocupados com o agricultor, por que não são favoráveis a que o agricultor participe da classificação do produto? De acordo com o projeto inicial, o fumo deveria ser classificado na propriedade do agricultor. Para evitar que o projeto fosse derrotado na Comissão de Agricultura, foi retirado de pauta seis vezes, pois sentimos que seria derrotado. Então, negociamos e deixamos claro que não somos radicais: concordamos em classificar o fumo na sede do Município, desde que não seja distante mais de 100Km. E que os agricultores participem, juntamente com as fumageiras, na classificação do produto. Quando vejo os Parlamentares preocupados com o agricultor, fico na expectativa de que o projeto agora obtenha sucesso na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado Adão Preto.

Concedo a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e também ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do requerimento, por trazer assunto tão importante e exposições favoráveis e contrárias à Convenção-Quadro. Creio que o ponto principal é este, em que podemos esclarecer. Não aconteceu como na Câmara dos Deputados, como



já ressaltou o Senador Pedro Simon com sua inteligência, em que, na calada da noite, alguma coisa foi aprovada praticamente sem a Casa saber. Houve um acordo de Líderes, em uma tarde de quinta-feira, quando há votação de matérias não se sabe bem a respeito de quê. E o questionamento que eu e certamente todos os Parlamentares, não apenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sempre tivemos a esse respeito: como vocês votaram? Quer dizer, foi colocada essa situação e nem nós sabíamos desse assunto: quando se viu, passou.

Então, o importante é que se tenha traga esse ponto ao debate, Senador Suplicy, porque estamos falando de algo muito sério. Quando eu falava com V. Ex^a ontem, V. Ex^a me dizia: “Vamos ouvir os produtores, mas também queremos ouvir os oncologistas”. Acho que isso é importante, Dr^a Tânia, que está representando o Ministro da Saúde agora.

Quero ressaltar, Dr^a Mariângela, algo que nesses acordos é muito importante. Há alguns anos, quando resolveram, no mundo, que iriam acabar com os subsídios agrícolas, o Brasil foi um dos primeiros a adotar essa medida – o Brasil, acatando recomendação dos Estados Unidos da América do Norte e dos países europeus. O Brasil, peitudo, resolveu acabar com os subsídios agrícolas no fim dos anos 80. E o que fizeram os norte-americanos e os europeus? Pisaram fundo no acelerador, Senador Suplicy, e hoje são os que mais subsidiam no mundo, enquanto nós estamos praticamente sem subsídios agrícolas.

Vejam o absurdo que cometemos há alguns anos, quando resolvemos acabar com os subsídios. E o que fazem os Estados Unidos? Como eles não têm preço hoje, não têm competitividade para concorrer com os brasileiros, subsidiam. Hoje, os agricultores europeus e americanos se assemelham mais a funcionários públicos, porque recebem de suas respectivas sociedades para plantar. Que não pequemos, neste caso, sendo novamente ousados, porque já tivemos esse exemplo negativo lá no fim dos anos 80, quando resolvemos acabar com os subsídios no Brasil. Alguns países nos acompanharam, mas os Estados Unidos e os europeus não. Esse é o primeiro ponto.

Foi exposta pelo ministro uma situação: para termos financiamento, temos que acatar o que diz o FMI e o Banco Mundial. Pergunto, Dr^a Mariângela: para pagarmos os mais de R\$140 bilhões de juros da dívida interna e externa, que tínhamos que pagar em 2003, quem nos ajuda com isso? Falta dinheiro para a agricultura, para a educação, para o saneamento e para a saúde, Dr^a Tânia! Infelizmente, isso não aparece, e temos que pagar os juros que o FMI nos cobra aqui.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, pela percepção que tem, e seu partido, Senador Suplicy, têm que pensar nessa gente que está aqui atrás, essa gente que está ajudando a pagar os juros que o País deve. Falta dinheiro para muita coisa, e isso ocorre justamente em função da exploração daqueles que vêm nos impor o que estão querendo fazer hoje.

Dr^a Mariângela e Dr^a Tânia, sou um engenheiro agrônomo, sou um produtor rural da cidade de Candelária, que é o segundo maior produtor de fumo do Brasil. Conheço a minha terra, Heinze, porque nasci lá, nos anos 50,



e vi o desenvolvimento que teve através dessa atividade. Há mais de quatro mil pequenos agricultores sobrevivendo disso. Ouvi alguém falar aqui que são explorados – acho até que são – pelas multinacionais do fumo, mas eles ainda têm uma renda que outras atividades não proporcionam.

É muito bonito bravatear, dizer que vamos abolir, que vamos substituir a cultura do fumo. Por quê, por que atividade, Dr^a Tânia e Dr^a Mariângela? No Brasil, hoje, há mais de seis milhões de propriedades rurais. De zero até cem hectares – portanto, pequenas propriedades –, temos em torno de 5,3 milhões.

Vou lhe passar alguns dados, Senador Suplicy – depois vou trabalhar melhor esses números, que são resultado de um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa, portanto idôneos, é trabalho que se chama “Pobreza Rural”.

Nessas propriedades de até cem hectares – eles fizeram isso há seis ou sete anos, e o faturamento é medido em salários-mínimos –, na Região Norte, a média das propriedades fatura, em salário-mínimo de R\$260, de hoje, R\$6,667 mil. Se tivermos renda líquida de 10%, eles estão faturando R\$666 por ano, quer dizer, não chega a três salários-mínimos. Três salários-mínimos, se tiver renda, pois às vezes têm prejuízo – sou agricultor, sei disso. Na Região Nordeste, o faturamento é de R\$6,240 mil – renda bruta, por ano, e o faturamento líquido, se for 10%, será de R\$624; na Região Centro-Oeste, é de R\$13 mil, bruto, por ano; Região Sudeste, R\$25 mil, bruto, por ano; e Região Sul, R\$28 mil, bruto, por ano. Com R\$28 mil bruto por ano, Senador Eduardo Suplicy, daria R\$2,8 mil, 11 salários mínimos de R\$260,00 bruto por ano.

Então, vou substituir por essa atividade que é explorada pelas multinacionais, como disseram aqui. São 2,5 hectares de fumo, área média das mais de 200 mil famílias que existem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Eles estão faturando bruto R\$28 mil por ano, Deputado Fontana. Isso dá uma média líquida de R\$5 mil.

Vamos contar com a mão-de-obra que, segundo a doutora, é escrava. Se eu lhes contar que 90% da mão-de-obra são pessoas da família dá mais R\$8 mil. Sabe quanto ganha uma família dessas com 2,5 hectares de fumo? R\$13 mil por ano. Quem ganha R\$1 mil por mês hoje no Brasil com essa atividade? Querem substituir pelo quê?

É por isso, Senador Eduardo Suplicy, que os agricultores não querem mudar. Foi dito que nós temos programas de diversificação. É ótimo. A irmã fala em três mil famílias. O que vamos fazer com 225 mil famílias? O Brasil tem dinheiro para reconverter essa economia? Acho difícil que tenha; não tem. Está aqui o crédito rural, outro dado para V. Ex^a, Senador Suplicy.

Hoje, o Presidente Lula, o Ministro Roberto Rodrigues e o Ministro Rosseto anunciam mais de R\$40 bilhões de recursos para financiamento da agricultura. Sabe quanto representa isso? Trinta e cinco por cento dos agricultores têm acesso a esse crédito, com juros de 4% a 30%. E como o restante é financiado? Não existe dinheiro. Esse é um problema sério. Não podemos nos sujeitar ao que o FMI, o Banco Mundial e outros querem fazer,



como o exemplo que dei sobre o que aconteceu com os subsídios agrícolas no Brasil.

Infelizmente, vamos ter que conviver com esse fato. Ouvi os oncologista falarem. Senador Eduardo Suplicy, não somente o fumo causa câncer. A minha mãe teve câncer no fígado devido a cirrose hepática e nunca ingeriu uma gota de álcool. Existem outros fatores que causam o câncer. Há fumantes com 70 anos, 80 anos, 90 anos que estão vivos e fumando. Quer dizer, não é somente o fumo que causa o câncer. Esse é um dos fatores. Hoje, as ciências que estudam a mente falam disso. Tenho um caso particular com câncer de pulmão de um fumante. Os médicos, em Santa Cruz do Sul, disseram que ele estava com três meses de vida, Sr. Cláudio. Isso foi há um ano, em setembro de 2003. Usei a Medicina e outras coisas mais, e ele não morreu, está cuidando de seu bar em Candelária. Esses são pontos que temos de analisar. Quer dizer, não é só o fumo que mata. Outras coisas matam muito mais que o fumo. Quem sabe o número de desempregos que poderemos ter com essas mais de 500 mil famílias entre produtores rurais e todo o complexo do agro que gira em torno disso! Quem sabe essas pessoas, sem uma atividade para fazer, estarão se suicidando! Essa é uma preocupação.

Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, por estarmos discutindo essa questão, tendo a oportunidade que não tivemos na Câmara dos Deputados, quando, na calada da noite, aprovaram um assunto tão importante que mexe com a vida de 500 mil famílias no Brasil. Depois, quero ver como o Governo dará condições a essas famílias, se não tem dinheiro – vamos ser realistas –, não tem recursos para fazer o que promete. No papel é muito bonito.

Foi citado aqui o Protocolo de Kyoto. Os americanos acabaram com os índios, acabaram com a floresta; os europeus também fizeram isso; agora, o Brasil tem que preservar os índios, a floresta amazônica... Tudo para eles. Eles não respeitam o Protocolo de Kyoto, não respeitam nada. Quem nos paga são esses agricultores. Parabéns a vocês que trouxeram esses agricultores para mostrar aos Senadores o que não foi mostrado na Câmara dos Deputados. Eles estão trabalhando e se não mudam de atividade é porque não têm opção. Dê-lhes outra opção.

Sei da miserabilidade em que vivem os produtores de leite, frango, suínos, soja, arroz. Sou agricultor e conheço regiões, Dr^a Tânia, no Estado do Rio Grande do Sul e pelo Brasil afora, com esses dados, com 50, 100 hectares, que não têm uma cadeia produtiva organizada como essa, em que, mesmo explorados pelas multinacionais, estão tendo esse padrão de vida. Conheço a minha terra, conheço a região toda, porque ando lá. Quero que vejam as casas onde eles moram, o padrão de vida que eles têm que, infelizmente, milhões de agricultores brasileiros não têm, porque não têm uma cadeia organizada e uma atividade que possa lhes render o que está rendendo.

Quanto ao trabalho escravo, como foi falado aqui, eu trabalho, Senador Eduardo Suplicy, desde os seis anos de idade. Se eu não trabalhasse atrás do balcão, com meu pai e minha mãe, eu não teria chegado aqui hoje. Então, jamais é trabalho escravo, como estão dizendo, botarem os



filhos para trabalhar. Eu trabalhei e, se não tivesse trabalhado, eu não estaria aqui hoje. Foi para me sustentar, junto com meu pai, minha mãe e meus irmãos, para fazer isso aí. Quanto ao trabalho escravo, como estão dizendo, as pessoas trabalham porque precisam trabalhar. Vão fazer o quê, se os pais estão se arranhando no arado de boi, como mostram as fotografias exibidas aqui?

Então, parabéns por estarmos discutindo esse assunto. Tenho certeza de que os Senadores vão fazer aquilo o que não fizemos na Câmara dos Deputados e vão corrigir essas aberrações que estão criando. Que o Governo brasileiro, Dr^a Mariângela, consiga discutir a proposta que o Senador Pedro Simon apresentou: vamos atrás dos outros, deixem os outros ratificarem para que, depois, ratifiquemos. Vamos fazer o que outros não fizeram? Por que não fizeram isso? Porque eles temem o Brasil, pela qualidade da nossa gente. (Palmas.)

Hoje, o Brasil é respeitado no mundo inteiro. Um produtor rural que não tem os subsídios que têm os europeus e os norte-americanos e que está batendo recordes de produção realmente é um herói. O produtor rural é um herói, por estar fazendo o que está fazendo, contrário ao que os norte-americanos, europeus e tantos outros estão fazendo hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado Luís Carlos Heinze.

Agora, passo a palavra à Deputada Kelly Moraes, também do Rio Grande do Sul, do PTB.

A SR^a KELLY MORAES (PTB-RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas informar que estão aqui o Coordenador do Programa de Controle de Tabagismo do Distrito Federal, Dr. Celso Antonio Rodrigues; o Dr. Paulo César, da Associação Médica de Minas Gerais; também o representante da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Francisco Jardim, e a Dr^a Luci Ishii, Presidente da ABAC-Luz.

Deputada Kelly Moraes, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a KELLY MORAES (PTB-RS) – Cumprimento o Presidente desta Comissão e agradeço pela oportunidade de abrir o debate; o Sr. Gralow, que está representando a Santa Cruz e, sem dúvida nenhuma, toda a região dos fumicultores; o nosso Senador Sérgio Zambiasi, que também nos trouxe essa oportunidade; os colegas Deputados; e todos que estão aqui.

Vou dar um testemunho não como uma pessoa que foi lá visitar os agricultores. Vou dar um testemunho de duas coisas que quero deixar registradas, pois me chamaram a atenção. Por isso, vou dar o testemunho com muita propriedade. As pessoas da minha região e de Santa Cruz sabem que moro no interior de Santa Cruz do Sul e que, lá, os meus vizinhos são agricultores. Não vi nenhum morrer até hoje, por plantar fumo. Outra coisa que me chamou muita atenção: que eles trabalham 24 horas por dia. Isso não é verdade. Não posso concordar com isso.

Também no Vale do Rio Pardo – o Prefeito de Santa Cruz está aqui e representa o Vale do Rio Pardo –, não tenho conhecimento de trabalho infantil na área do fumo. Eu até gostaria de fazer um registro, pedindo ao



Ministério do Trabalho que nos apresente esses números. Não adianta vir aqui, falar na Comissão e não apresentar esses números. Então, quero deixar isso registrado neste momento. Vou fazer oficialmente ao Ministro do Trabalho o pedido sobre os dados do trabalho escravo. Então, não concordo com isso.

Sabemos de muitas coisas que foram debatidas aqui, mas os próprios colegas que foram agricultores estão aqui hoje, felizmente, nesta Comissão, debatendo e defendendo o tema. Meu colega aqui foi agricultor. Então, precisamos ter cuidado. É preciso também que o Ministério da Saúde e as entidades que estão defendendo cada um a sua área terem cuidado para não gerar pânico, porque as pessoas estão morrendo dia a dia. Respeito todos, mas também vamos ter o cuidado de dizer que os agricultores e as crianças estão morrendo. Por favor, vamos ter um pouco de coerência.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputada Kelly Moraes. Tem a palavra o Deputado Júlio Redecker.

A SR^a MARGARETH MATOS – (Fora do microfone. Inaudível) ...Ministério do Trabalho, possivelmente em razão das informações que eu trouxe da exploração do trabalho infantil no Paraná, que é de cerca de 80 mil crianças, sim, mas passa ao Ministério Público do Trabalho, órgão ao qual pertencço, porque o Ministério do trabalho não vai nem saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

A SR^a KELLY MORAES (PTB-RS) – Peço os números para a senhora. A senhora os tem aí?

A SR^a MARGARETH MATOS – Tenho o procedimento inclusive aqui.

A SR^a KELLY MORAES (PTB-RS) – Então, fale se a senhora tem os números.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um momentinho.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem. Vamos manter as inscrições com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Se a senhora, depois, tiver os dados... Porque ela mencionou a situação no Município dela. A senhora estava falando no Paraná. Ela perguntou se a senhora tem os dados do Município...

A SR^a MARGARETH MATOS – No Vale do Rio Pardo. Quanto ao trabalho escravo, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora tem os dados do Vale do Rio Pardo?

A SR^a MARGARETH MATOS – Ela não falou do Vale do Rio Pardo. Está contestando a licença do trabalho infantil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ela falou. Sr^a Margareth, a senhora tem os dados do Vale do Rio Pardo?

A SR^a MARGARETH MATOS – Não tenho, mas coloco à disposição desta Comissão a cópia integral do procedimento investigatório, com mais de doze volumes, com toda a pesquisa que mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora não respondeu.



A SRª MARGARETH MATOS – Do Vale do Rio Pardo? Tenho o estudo do Ministério do Trabalho, que também posso mandar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se a senhora tiver os dados sobre o Vale do Rio Pardo, a senhora encaminha que os encaminharei à Deputada Kelly Moraes.

Tem a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, convidados, palestrantes, caros colegas, essa questão do Acordo-Quadro remete o Parlamento brasileiro a um dia de tristeza, porque, nos muitos anos que estou aqui, não consigo imaginar como, no dia 13 de maio, esse Acordo-Quadro entrou na Câmara e, por voto das Lideranças, foi aprovado e remetido ao Senado no mesmo dia. Furtaram o direito do debate, suprimiram a democracia na Câmara dos Deputados. Por isso, estamos no Senado, nesta oportunidade na Comissão, agradecendo ao Presidente Eduardo Suplicy a oportunidade de a Câmara também ter a participação e expor aquilo que seus representantes entendem por representar esse Acordo-Quadro.

É vergonhoso que a Câmara, com 513 Deputados, permita que uma matéria de tal importância passe batida dentro da Casa, secretamente, sem que a grande maioria dos deputados federais possa estabelecer o princípio do contraditório, que é salutar e necessário para a manutenção de qualquer democracia, principalmente no Parlamento brasileiro.

Registro aqui o meu descontentamento com a atitude que foi tomada pela Câmara dos Deputados e pelas Lideranças, que fizeram essa matéria de tamanha importância tramitar de maneira incompreensível, Sr. Presidente. Por isso, quando falam em acabar com o Senado – porque sempre há aquelas vozes dizendo: vamos diminuir a participação parlamentar, vamos acabar com o Senado –, quero dizer que o Senado é fundamental como Câmara Revisora e, neste caso, é demonstrada claramente a fundamentabilidade do Senado para permitir que possamos, quando erramos na Câmara, ter o Senado que possa corrigir ou, mesmo errando e voltando à Câmara, possamos ter o princípio do contraditório restabelecido nas nossas Casas.

O Brasil é um País magnânimo. Lembro-me aqui – o Senador Paulo Paim conhece muito bem esse assunto – quando tomamos a posição unilateral, no Governo passado, de proibir a exportação de armas leves para a América Central e América do Sul, estabelecendo tarifas de 150%.

Talvez o maior beneficiado tenha sido George Soros, um dos maiores acionistas da Smith & Wesson americana, que tomou conta do mercado da América Latina de armas leves, já que, nos Estados Unidos, as fábricas brasileiras têm 20% desse mercado.

Quer dizer, o Brasil entrega de bandeja um mercado. Não consigo entender o meu País, quando quer restringir o plantio sem fazer uma reconversão, porque se está lixando para o que vai acontecer com milhares de homens e mulheres que, não tendo outra atividade tão rentável, não saberão o que fazer. É um País que não se estrutura para proibir o contrabando, Sr. Presidente, que hoje ocupa um terço do mercado brasileiro



do consumo de cigarros; são 26 indústrias fabricantes no Paraguai, onde não há inspeção sanitária, nem cobrança de imposto. Um terço do mercado brasileiro de mercados, hoje, é por meio do contrabando fabricado no Paraguai, que entra aqui dentro. Um País que não tem controle sobre seu mercado quer, mais uma vez, prejudicar a indústria legal e os produtores rurais, que não têm outra opção, neste momento, de promover uma reconversão com o mesmo ganho.

O Deputado Heinze, que falou aqui, o Henrique Fontana, o Adão Pretto, a Kelly e o Senador Suplicy, que tem sido um combatente incansável para a erradicação da pobreza, sabem que a campanha eleitoral é um benefício para a classe política, que consegue ver as mazelas do que acontece nos rincões do Brasil e nos interiores da grande cidade.

Fazendo campanha em Novo Hamburgo, encontrei uma senhora com 34 anos e oito filhos de quatro pais diferentes. O menor estava, desculpe a expressão, "cagado"; o dia inteiro ele não usava fralda. E ali estamos produzindo um cidadão. Lá, onde não há emprego, onde não há atenção do Estado, onde não há a participação de ninguém, onde não há o planejamento familiar, onde não há o reconhecimento de que temos uma tarefa de solidariedade com a nossa sociedade, não estamos agindo com a mesma veemência.

Quem é do comércio internacional sabe dos interesses: não há bonzinho, só chute na canela. Países se armam para desestruturar a produção de outros. Com todo o respeito ao nosso colega do Mercosul, fui Presidente da Comissão, conheço, tenho o maior respeito, trabalho pela integração, mas o próprio Presidente Kirchner, agora, está colocando mais restrições aos nossos produtos. Os Estados Unidos cansam de usar barreiras tarifárias, não-tarifárias e sanitárias contra os nossos produtos. O Embaixador Rubens Barbosa, quando da sua passagem por Washington, e também o Embaixador Paulo de Tarso faziam relatórios das barreiras que chegavam a elevar as tarifas até 48% sobre os produtos que eram mais vendidos pela nossa economia aos Estados Unidos. A questão da febre aftosa, o que sofremos aqui no Brasil! E vamos ajudar, neste momento, a levar o terror e o desemprego a milhares de famílias!

Não fumo, não há ninguém que fume na minha família, mas gostaria de dizer, com toda sinceridade, que a questão do emprego, a questão econômica – respeito que pensa diferente – é o suporte do social. Não há o social sem economia. Queria ver se haveria a atuação do Estado, se não houvesse salário para pagar os seus servidores; se não houvesse a economia no Brasil, onde se pagam 40%, Senador Eduardo Suplicy, quando a intervenção tributária na Argentina, no México, na Eslovênia, na Coreia do Sul é 20%. Os nossos concorrentes mundiais têm um ganho de produtividade de 20% sobre o Produto Interno Bruto, para fazer massa salarial aumentada, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e tantas outras coisas, e o Brasil, quando tem um nicho para fazer exportação, para gerar emprego e bem-estar social, para diminuir a criminalidade...

Quero convidar as pessoas para irem a Santa Cruz do Sul – estão aqui o Prefeito Sérgio Moraes e a Deputada Kelly Moraes –, ao Bairro São



João, e olharem um projeto social que foi estabelecido lá, por meio do qual se reduziu a criminalidade, em um ano, em 83%, fruto da atuação e da solidariedade social das empresas associadas aos produtores.

Senador Eduardo Suplicy, gostaria de fazer um apelo – sei que V. Ex^a é magnânimo nessas situações e em tantas outras em que conversamos e trabalhamos juntos – para que os senhores Senadores dêem oportunidade às pessoas que aqui expuseram com convicção – e não duvido da convicção de ninguém – que o cigarro faz mal. Sei disso e não fumo.

O cigarro realmente hoje está sofrendo uma cruzada internacional, mas disse Hainsi Gralow com total propriedade – muitas pessoas olhavam para o Hainsi, com seu sotaque alemãozinho do interior, porque temos uma imigração muito grande no Rio Grande do Sul – que essa é a característica do nosso agricultor, que vem de baixo, pega no arado, trabalha, tem fé neste País, acredita no Brasil, paga os seus impostos, ajuda no desenvolvimento deste País, mas se depara com notícias como essas, dizendo que o Governo assinará um acordo-quadro, que o projeto passou na Câmara – e sabemos da máquina compressora, do rolo compressor que o Governo tem dentro do Congresso Nacional, dentro da Câmara dos Deputados.

E isso não foi iniciativa da Oposição, mas do Governo. É o Governo que tem maioria na Câmara dos Deputados e tem essas iniciativas. Quando o Governo faz com que o projeto tramite por um dia – entrou no dia 13 de maio e saiu no dia 13 de maio –, o que os produtores rurais vão pensar? Pensarão que está armada alguma arapuca no Rio Grande do Sul, alguma armadilha. Na realidade, se houver conversão, como diz Hainsi Gralow, que representa os produtores rurais: “Ele topa, ele quer, ele deseja”.

Assim sendo, Senador Eduardo Suplicy, quero pedir com toda a sinceridade que façamos um estudo para saber quanto custaria uma reconversão para que o Brasil pudesse fazer com que os plantadores de fumo tivessem outra cultura, mas não agora, de uma hora para outra, espalhando o terror, fazendo com que os produtores não tenham a mínima perspectiva de substituírem suas lavouras.

Estamos vendo a situação lá no Rio Grande do Sul. As pessoas nos atacam nas ruas. Também represento aquela região de Novamburgo, da fumicultura, e as pessoas desesperadas atacam perguntando: “É verdade que nós vamos ser proibidos de plantar fumo? É verdade que vocês nem tiveram a possibilidade de discutir no Congresso, na Câmara dos Deputados, esse projeto?” Eu disse: “É verdade”. Eu não sabia. Como é que vou saber de um projeto que entra de manhã e sai de tarde por acordo de Lideranças? É inadmissível. Nem o Senador Eduardo Suplicy conseguiria, com a sua esperteza, detectar um projeto com essa rapidez. Esse caso deve entrar no livro Guinness, porque foi o projeto que tramitou mais rapidamente dentro da Câmara dos Deputados em toda a sua História.

E não querem que desconfiemos da atitude do Governo, Henrique Fontana. Com todo o respeito ao atual Governo, Governos anteriores também combateram o fumo – inclusive o ex-Ministro da Saúde, José Serra, que era do meu partido –, mas não da maneira como está sendo feito. Sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, espero que V. Ex^a resgate o



contraditório e nos dê a possibilidade de discutir o assunto lá, em meio aos produtores, para que eles possam conhecer o lado bom da política e não o lado rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Muito obrigado, nobre Deputado Júlio Redecker.

Finalmente, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana Júnior e, em seguida, à representante do Ministro da Saúde para concluirmos.

O SR. HENRIQUE FONTANA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. (Orador não identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRª (Orador não identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um minuto, por favor.

Foram convidados para falar aquelas pessoas e representantes de entidades aprovados em requerimentos encaminhados pelos Senadores. Essas pessoas é que estão tendo o direito à palavra, além dos Parlamentares.

Todas as pessoas cuja participação foi requerida regimentalmente estão tendo o direito de falar, inclusive com uma generosidade de tempo como poucas vezes ocorreu. Foi dado o direito de fala para todos os lados.

Então, por favor, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Obrigado, meu companheiro de Partido, Senador Eduardo Suplicy, nosso Presidente neste momento.

Quero cumprimentar os nossos convidados desta audiência pública: Drª Mariângela, Drª Tânia, ao Dr. Gralow, Srs. Parlamentares que falaram e a sociedade civil que está vivendo este momento democrático.

Quando temos uma discussão como esta, a população precisa ter o direito de fazer um debate que não seja marcado pelo maniqueísmo, pelo sectarismo, pela simplificação, pelo argumento do terror, pelo argumento do medo e assim por diante. É evidente que este assunto carrega um conjunto de contradições, como quase todos os que se discutem num Parlamento ou todos sobre os quais a sociedade decide. É evidente que as relações entre países, no âmbito do comércio internacional, como disse o Deputado Júlio Redecker, carrega um conjunto de contradições. É evidente que, quando vamos tomar uma decisão que pode incidir sobre um setor, há um conjunto de contradições dentro dela. Do meu ponto de vista, a maturidade de um dirigente político, de uma pessoa que atue na sociedade civil ou de qualquer um de nós exige que se busque uma composição, diante dessas contradições. E eu faço aqui um apelo – e vou debater este assunto muitas vezes – para que abramos mão do maniqueísmo, porque o maniqueísmo desinforma, assusta as pessoas e impede as pessoas de compreenderem o que está ocorrendo.

Então, por exemplo, quero fazer uma crítica pública ao meu colega de Parlamento Deputado Júlio Redecker. S. Exª se equivocou profundamente em uma informação que deu ao povo brasileiro que nos assiste pela TV Senado neste momento, quando disse que foi montado um rolo compressor de um ou de outros partidos políticos para aprovar essa matéria. Não! A



Liderança do Partido do Deputado Júlio Redecker, que é o PSDB, votou a favor da matéria. A Liderança do PFL, do PT, do PTB, de todos os Partidos que estão aqui votou a favor dessa matéria. Ele disse que o projeto entrou em um dia e foi votado no mesmo dia. Não sei. Vou tratar no campo dos equívocos de informação a fala do Deputado, mas esse projeto entrou aqui no dia oito de agosto do ano passado e foi votado em maio deste ano, ou seja, não foi em um dia e votou outro.

Foi feita, sim, uma reflexão e um estudo. Eu, por exemplo, estudei muito o projeto, li muitas coisas sobre o projeto. Então, não é razoável que se diga que o Parlamento vota sem saber o que está votando. Isso, aliás, nos coloca em demérito perante as pessoas que constituem o Parlamento. Eu estudei o projeto e quero ser franco com quem nos ouve, nos acompanha nesta audiência pública: é evidente que um parlamentar não pode compreender profundamente todos os projetos que são votados dentro do Parlamento. Estaríamos mentindo ao povo brasileiro se disséssemos que um parlamentar poderia estudar em profundidade todos os projetos que são votados no Parlamento.

Existem assessorias, equipes montadas, porque evidentemente tratamos aqui de temas que envolvem uma Convenção como esta, temas da transgenia, da saúde pública, da educação, do projeto Universidade para Todos, da infra-estrutura etc. É óbvio que um parlamentar não pode ler e estudar em profundidade todos os assuntos. Para isso existem assessorias que de, forma qualificada, informam os debates que ocorrem dentro das bancadas para que elas tomem as suas posições sobre como atuar.

Nós não podemos – e quero dizer publicamente, Senador, pela TV Senado – usar um assunto desses para fazer política partidária e eleitoral. Isso é uma irresponsabilidade. Eu tive que responder em três rádios nos últimos dias, Senador Eduardo Suplicy, a entrevistas que foram verdadeiros atos de terrorismo de candidatos a Prefeito que estão dizendo nos municípios que o Presidente Lula é contra o agricultor que planta fumo. Isso é uma mentira, uma manipulação de dados, terrorismo pré-eleitoral. Conheço esse tipo de guerra política. Sou jovem, mas já estou na política, militando e concorrendo a cargos eletivos há doze anos e passei por muitos momentos tensos de vésperas de eleição.

Então, apelo aos adversários políticos que tenho e que respeito não usem e não manipulem a consciência do nosso povo com assunto tão sério como esse. O Partido dos Trabalhadores, que represento nesta Casa, defende o agricultor brasileiro e as condições de vida do fumicultor e do seu plantio. Aliás, já que aconteceram alguns proselitismos normais num embate democrático como esse, vamos dizer aqui que o Governo que assinou o seguro agrícola é o governo que está dirigindo o país hoje, porque o agricultor lutou durante décadas pelo seguro agrícola e o agricultor familiar não tinha seguro agrícola e agora ele o tem, ainda de forma limitada.

O Governo que represento nesta Casa é aquele que elevou as fontes de financiamento para a agricultura familiar, os diferentes métodos e modos de Pronaf, de dois bilhões e duzentos milhões para sete bilhões. Em dois



anos, mais do que triplicou as fontes de financiamento para apoiar o nosso agricultor familiar e o nosso fumicultor.

Agora, devemos falar com franqueza ao nosso fumicultor e prepararmos esse trabalhador para essa longa transição, porque temos que buscar o equilíbrio. Sou médico, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Saúde e jamais utilizaria o argumento maniqueísta de dizer “parem de produzir cigarros amanhã”, porque isso é uma infantilidade, uma simplificação para quem tem uma sociedade tão complexa e cheia de problemas como a nossa. O mundo inteiro e o Brasil caminham para, progressivamente, de forma lenta, gradual, negociada, com mecanismos de compensação seguros, a fazer uma conversão lenta deste modelo.

Lembro-me de que, quando votamos uma lei que proibiu a propaganda de cigarros na televisão, como já existia em vários países, ouvi vozes que diziam que isso acabaria com o plantador de fumo. E era mentira. Não era verdade. E isso não vai acontecer de novo. O Presidente Lula, o nosso Governo, tem maturidade suficiente para continuar apoiando o fumicultor e compreendendo o peso que tem essa atividade no País. Agora, se os líderes desta atividade tentarem criar um ambiente de conflitividade e iludirem o nosso fumicultor de que ele não deve preocupar-se nas suas futuras gerações, dos seus filhos, dos seus netos, que ele vai precisar procurar encontrar outra cultura, que não substitua integralmente mas um pedaço progressivamente e dê boa rentabilidade, não estaremos protegendo o nosso fumicultor, e sim jogando-o numa crise futura que talvez seja incontrolável.

Essa questão deve ser dita ao fumicultor, e não dizer como alguns estão fazendo nas rádios do Rio Grande do Sul, na região de plantio de fumo, que eles devem votar em determinado prefeito porque o adversário é do PT e o Presidente Lula está contra o plantador de fumo. Isso é terrorismo, não é um debate adequado.

É evidente que a saúde pública e a atividade econômica precisam se equilibrar. Ninguém vai defender uma proposta simplificadora que diga para se tomar tal iniciativa a favor da saúde pública, mesmo que isso gere um conflito social enorme do ponto de vista do emprego. Agora, quando se usa um exemplo como o colocado pelo Deputado Heinze e talvez o Senador Pedro Simon indiretamente que vou contestar de que os Estados Unidos não assinou o Tratado de Kyoto – e vou acrescentar uma agora, porque eles não falaram – e não assinaram o acordo no Tribunal Penal Internacional para salvar as vidas que estão sendo chacinadas no mundo todo por ditaduras e por situações absurdas de desrespeito aos direitos humanos. Como dizer que isso é exemplo para o Brasil? Isso é um contra-exemplo. Os Estados Unidos precisam ser duramente criticados e não elogiados por isso. Senão, estaremos incentivando entre o nosso povo a cultura da submissão, estaremos afirmando que aquilo que os Estados Unidos fazem é bom para o Brasil, estaremos dizendo que, se eles não assinam tal acordo, também não devemos fazê-lo. Isso é cultura da submissão.



Quando os Estados Unidos erram – estou empolgado porque o embate está forte no Rio Grande do Sul –, devemos não seguir esse erro, mas trabalhar para que seja corrigido.

E a Convenção-Quadro – falo a todos os fumicultores que estão nos acompanhando – não tem o objetivo de prejudicar o plantador de fumo. Ela tem mecanismos para, de forma lenta e gradual, proteger nosso fumicultor, inclusive dando-lhe um espaço econômico melhor do que aquele ele tem para complementar a sua renda com outras alternativas e para criar uma curva, que é uma curva inexorável no mundo inteiro.

Em nome do Governo Lula, em meu nome, na qualidade de Deputado Federal, vamos acompanhar cada passo dessa caminhada e vamos com muita serenidade, sem maniqueísmo, com equilíbrio buscar uma alternativa adequada para os fumicultores e para o País. Tenho certeza de que isso é possível, e esse é o nosso desafio. O mais fácil neste momento é escolher um lado, fazer um discurso simplificador, sem, na verdade, encontrar uma solução real para um problema que é de fato desafiador para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Esclareço à Sr^a Paula Johns que eu já havia registrado a presença da Tabaco Zero, mas tenho que obedecer ao Regimento.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, sei da sua ansiedade, mas queria apenas 30 segundos para dizer três coisas, e faltou a resposta.

Disseram que há trabalho escravo no plantio de fumo. Não é um trabalho escravo igual ao que os fazendeiros têm. Domingo passei na região de plantio de fumo e vi jovens, mulheres plantando fumo, porque eram obrigados a plantar na época. Isso é um gesto de trabalho escravo.

Outra que não é mentira: o agricultor trabalha 24 horas por dia porque passa a noite cuidando do forno de fumo. E crianças trabalham, sim, na colheita do fumo. Sou testemunha disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Conselheira Mariângela Rebuga Simões.

A SR^a MARIÂNGELA REBUGA DE ANDRADE SIMÕES – Senador, muito obrigada. Serei muito breve. Somente responderei às anteriores observações. O Brasil tem participado dessas negociações, defendendo o interesse do País. E o interesse do País é a saúde pública e respeito à sua economia.

Estamos trabalhando de acordo com a nossa legislação interna. É por isso que o Brasil liderou o processo pela sua própria legislação interna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Concedo a palavra à Dr^a Tânia Cavalcante.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTE – Gostaria apenas de falar sobre um ponto a que o Senador Pedro Simon se referiu sobre os Estados Unidos. É apenas um complemento.



Os Estados Unidos já produziram mais tabaco do que o Brasil. Hoje os Estados Unidos estão muito abaixo do Brasil. Eles estão retraindo a sua produção. Está-se reduzindo o consumo, e os Estados Unidos não dependem da ajuda internacional que estamos buscando por meio da Convenção-Quadro para ajudar os seus fumicultores, porque eles já estão se resolvendo internamente. A Índia, sim, por isso que ratificou, e é o terceiro maior país produtor. O primeiro é China; o segundo, Brasil; e o terceiro, Índia. E a Índia já está brigando pelo seu quinhão. Temos que ratificar, sim, porque, senão, ficaremos de fora. Os Estados Unidos não precisam disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço. Muito obrigado, Dr^a Tânia Cavalcante.

Agradeço a todos a presença. Foram mais de cinco horas de audiência pública. Tenho certeza de que esta reunião contribuiu muito para o esclarecimento do Convênio-Quadro.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h10min.)



15/09/04

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para fazer a leitura do parecer do Item 3, relativo ao Sr. Cesário Melantonio Neto, que, além de ser embaixador na República da Turquia, está designado pelo Presidente da República para ser embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Relator, o Senador Luiz Otávio, dá o parecer favorável para a escolha do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, que hoje exerce a missão de embaixador na Turquia.

O meu parecer é favorável para que S. Ex^a, cumulativamente, exerça também o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Solicito a todos os Srs. Senadores que ainda não votaram que depositem seu voto nas três indicações. (Pausa.)

Solicito a presença dos Senadores Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque e Gilberto Mestrinho para fazerem a apuração dos votos, por favor. (Pausa.)

Para os três Embaixadores, Luiz Antonio Fachini Gomes, indicado para a República Islâmica do Irã; José Vicente de Sá Pimentel, indicado para a República da Índia; e Cesário Melantonio Neto, indicado para a República da Turquia e, cumulativamente, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Azerbaijão, não houve voto contra nem abstenção. Foram quinze votos favoráveis.

Meus cumprimentos aos Srs. Embaixadores.

(Levanta-se a reunião às 12h17min.)

1º - 15/09/2004

<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CRE/Notas/20040915EX016.rtf>

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – ...do tabaco e do fumo aqui na região produtora, requerimento este que foi aprovado unanimemente pela Comissão.

Sr. Sérgio Ivan Moraes, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Sul; Exm^o Sr.

Luís Augusto Costa Campis, magnífico Reitor da Universidade de Santa

Cruz; Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio

Grande do Sul, Deputado Vieira da Cunha; Srs. Secretários do Estado, da

Justiça e Segurança, José Octávio, Agricultura e Abastecimento em



exercício, Caio Rocha; José Otávio Germano Primer; da Educação em exercício, Neucy Muller; o Sr. Prefeito eleito de Santa Cruz, José Alberto Venzler; Sr. Delegado Federal da Agricultura no Rio Grande do Sul, Francisco Signor; Sr. Presidente da Farsur, Carlos Sperotto; Sr. Presidente da Fetag, Ezidio Pinheiro, iremos, com o prosseguimento dos trabalhos, apresentar todos os presidentes de entidades que irão participar desta audiência.

Objetivamos aqui ouvir tanto o ponto de vista dos agricultores, dos produtores, como também o ponto de vista dos responsáveis pela área de saúde pública no Brasil.

Em primeiro lugar, para ouvirmos uma exposição sobre o conteúdo da Convenção-Quadro, vamos ouvir o Professor Olgário Volgt, da Unisc, e vamos ouvir também a palavra do Dr. José Gomes Temporão, que, neste ato, representa o Ministro da Saúde, Humberto Costa.

Então, primeiramente, passo a palavra ao Professor Olgário Volgt.

O SR. OLGÁRIO VOLGT – Exm^{os} Senadores e demais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um momento apenas. Consulto os Srs. Senadores se querem falar previamente em todos os depoimentos.

Então, primeiro, vamos ouvir os expositores, e daí os Senadores, como normalmente ocorre na audiência pública, poderão não apenas falar, mas indagar dos expositores. Normalmente, o Relator é o primeiro que faz as indagações. Portanto, os Senadores falarão posteriormente.

Só por uma atenção ao representante do Governador Germano Rigotto, o Vice-Governador, Sr. Antonio Hohlfeldt, que aqui o representa, vamos passar-lhe a palavra para que faça a sua saudação em nome do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ANTONIO HOHLFELDT – Minhas senhoras e meus senhores, eu quero, em primeiro lugar, saudar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Eduardo Suplicy, o Relator do projeto de lei em debate, Senador Fernando Bezerra, e ainda o Reitor da Universidade de Santa Cruz, Prof. Luiz Augusto Costa Campis, por esta possibilidade de estarmos aqui fazendo este debate, que é fundamental para o Rio Grande do Sul.

Desejo também saudar os Senadores do Rio Grande, Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; saudar o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Vieira da Cunha; o Prefeito de Santa Cruz do Sul, Sérgio Ivan Moraes, e por intermédio dele a todos os prefeitos, especialmente o Presidente da Famurs, Heitor Álvaro Petry, que está nos acompanhando; os Secretários de Estado de Segurança, de Agricultura e



Abastecimento, Educação e Exercício, já mencionados pelo Senador Suplicy; saudar o Sr. Prefeito eleito de Santa Cruz; ao Sr. Delegado Federal da Agricultura; o Presidente Farsul, ao Presidente da Fetag, aos Deputados Estaduais que estão nos acompanhando, pois a presença deles aqui é fundamental, como também dos Deputados Federais do Rio Grande do Sul.

Antes de mais nada, Senador Suplicy, quero agradecer a sua gentileza, já que, mesmo a contragosto, na medida em que o Governador Rigotto está fora do Estado, não poderei ficar até o final desta reunião, porque evidentemente tenho que manter a agenda do Governador em Porto Alegre. Mesmo com a ausência física do Governador no dia de hoje, quero registrar que o Governo do Estado não está ausente. Após minha saída, o Secretário Substituto da Agricultura, Dr. Caio Rocha, ficará aqui para representar o Governo do Estado.

Quero trazer-lhes, portanto, a palavra e o apoio do nosso Governo. As convicções que temos sobre a questão que se debate hoje aqui já foram expostas ao Senado e ao Governo Federal de maneira insistente, reiterada e enfática. Somos contrários à Convenção-Quadro, ao menos neste momento, em especial ao seu art. 17. Unimo-nos à voz de produtores, de entidades de classe, de operários dessas indústrias. Unimo-nos à voz das pessoas sensatas, dos que percebem que a estratégia posta em marcha pela Organização Mundial da Saúde poderá criar terríveis problemas sociais, estimular o contrabando e enriquecer grandes produtores remanescentes.

Se há um país que não pode e nem deve ratificar o acordo neste momento é o Brasil. Se houvesse apenas um Estado brasileiro que devesse erguer sua voz contra essa convenção, este Estado é o Rio Grande do Sul. Mas, felizmente, não é assim. São muitas as economias, as unidades da Federação e os grupos sociais colocados nessa situação.

Estamos reunidos aqui para disparar uma sirene de alarme e afirmar que

não se pode simplesmente desestabilizar as economias gaúcha,

catarinense, paranaense, alagoana, baiana, para mencionar apenas os

maiores produtores. Não podemos aceitar mais essa agressão à Nação e

à autonomia dos Estados. Não podemos aceitar que se decida assim

sobre uma lavoura e uma atividade econômica que responde diretamente

pela ocupação de 1 milhão de pequenos produtores, pelo emprego direto e

indireto de 2,5 milhões de pessoas, por um produto econômico de quase

R\$15 bilhões, por divisas de US\$1,4 bilhão em exportação.

Somos 200 mil famílias rio-grandenses-do-sul, Srs. Senadores. Elas não podem ficar à mercê de decisões tomadas em outros lugares que não o



próprio País. Temos uma preocupação básica em relação ao que encaminhar e ao que fazer. Não queremos apenas promessas de reconversão, porque bem sabemos as dificuldades para a concretização dessas promessas.

Quer o Brasil, segundo maior exportador mundial, referendar em definitivo sua adesão à Convenção-Quadro? Pois que o faça, mas solicitamos que seja o último da lista, quando tudo estiver decidido, quando os recursos de compensação e suas fontes estiverem determinados e disponíveis. Jamais enquanto ela estiver firmada por países que quase nada produzem e que, portanto, não têm nenhum ônus social e econômico com sua adesão. Jamais enquanto concorrentes do mercado mundial, prudente e sabiamente, mantiverem a caneta no bolso. Isso para nós é inaceitável.

Também para o Brasil é hora de prudência. É hora do justo discernimento

e esta é a hora do Senado Federal. Aliás, na concepção republicana brasileira, é o Senado que fala pela Federação, pois o Senado, temos certeza, Senador Suplicy, Senador Bezerra, Srs. Senadores do Rio Grande, falará para o bem do Brasil. Acho que precisamos aqui registrar, de público, um agradecimento em primeiro lugar à articulação desenvolvida também a partir do nosso governo, mas com a participação do Governo Federal, através do Ministro José Dirceu, agradecer ao Senado, como Instituição e muito especialmente ao Senador Suplicy, à sensibilidade de V. Ex^a, do Senador Bezerra, que atendeu aos pedidos dos nossos Senadores do Rio Grande para se fazerem presentes neste momento. Seja qual for o resultado, confiamos na sensibilidade de V. Exas. Temos certeza de que V. Exas, em Brasília, ao decidirem o encaminhamento, terão na vista o que visitaram e o que viram hoje, aqui no Rio Grande do Sul. Quem sabe a chuva, que lá nos atrapalhou para o início da sessão no horário certo, não nos tenha ajudado, para que os Senhores possam ter visto com muito mais tranquilidade e objetividade, no caminho de Porto Alegre para cá, por terra, aquilo que significa a lavoura e



a fumicultura nesta região. Estaremos, em todo caso, vigilantes e atuantes. O Governo do Estado age de modo articulado e coerente com o interesse do povo gaúcho e continuaremos assim. Eu me permito, Senador, passar às mãos de V. Ex^a um quadro-resumo de números que tem a ver com a produção do fumo no Brasil, assim como também ao Senador Bezerra. Quero agradecer essa oportunidade e mais uma vez dizer que o Governo do Estado se manterá aqui presente, através do secretário Caio Rocha e, sobretudo, confiante com a participação do Senado brasileiro em defesa do nosso país e do nosso Estado. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Vice-Governador, Sr. Antônio Hohlfeldt. Pergunto ao Prefeito Sérgio Ivan Morais se gostaria de fazer uma saudação breve ao prefeito de Santa Cruz.

O SR. SÉRGIO IVAN MORAIS – Quero saudar as senhoras e os senhores; os deputados e deputadas presentes; secretários que aqui estão, e quero saudar especialmente o Senador Suplicy, o Senador Fernando Bezerra, que é o relator, e também quero saudar o Vice-Governador, que aqui representa o Governador Rigotto; saúdo ainda o Senador Paim; o meu prezado e ex-companheiro Vieira da Cunha, que é o Presidente da Assembléia Legislativa; nosso reitor da Unisc; o Senador Pedro Simon; o Senador Sérgio Zambiasi; o Turra, nosso Deputado Federal, que também foi meu colega.

Senhoras e senhores, vamos partir do seguinte princípio: se o Senador Bezerra, quando fizer o seu relato, queremos aqui lhe dizer que sabemos que o cigarro e o tabaco é prejudicial à saúde. Ninguém aqui nesta Casa, nesta reunião, está aqui para omitir ou para esconder isso da comunidade ou até mesmo do Senado, mas a nossa pergunta, Senador, sei que terá a responsabilidade do relato dessa questão, é o que vamos fazer com as 200 mil famílias que estão hoje produzindo tabaco no Brasil. Além disso, Senador, se pararmos de produzir fumo, sabemos muito bem que os fumantes vão continuar dentro de todo o Brasil e esses terão que buscar um cigarro, um produto contrabandeado, o dito mata-ratos, como se chama popularmente na nossa região. Ou seja, paramos de produzir fumo e vamos ficar com os desempregados, com os doentes e com uma economia totalmente prejudicada, porque produzimos o segundo exportado no Rio Grande do Sul e o sexto, no Brasil. Parece-me, no mínimo, que a Convenção-Quadro – (*inaudível*), da Fubra – está a serviço de outros países, que têm interesse que o fumo do Rio Grande do Sul, que é considerado o melhor fumo do Brasil, seja estancado, seja proibido, seja paralisado, para que



outros fumicultores, em outros países possam ter maiores subsídios, como em alguns países.

Eu não entendo por que chegamos a esse ponto. Onde está? Vejo alguns entusiasmados, Sr. Presidente – já vou concluir –, alguns entusiasmados, falando que temos que substituir por feijão e milho. Que bom se os nossos produtores pudessem em dois hectares manter o padrão de vida que hoje mantêm produzindo o tabaco, o fumo em nossa região.

Senador Suplicy, muito obrigado de coração, em nome da nossa comunidade, a todos os Senadores que aqui estão. É a primeira e única vez que vêm cinco Senadores para ouvir a nossa gente, para ouvir o nosso povo. Defendam a nossa gente, os nossos produtores.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sugeri ao magnífico Reitor Luiz Augusto Costa Campos que possa usar da palavra ao final, inclusive de estar concluindo toda a seqüência de depoimentos, então passo a palavra agora à fase da apresentação dos argumentos. Vamos pedir a todos os que serão convidados a procurar ser o mais objetivo, dado a produtividade que queremos alcançar nesta audiência.

Professor Olgário Volgt, da Unisc, para apresentar a Convenção-Quadro, que será complementado pela palavra do Dr. José Gomes Temporão.

Tem a palavra.

O SR. OLGÁRIO VOLGT – Exm^{os} senhores, demais autoridades aqui presentes, o que é uma convenção-quadro? Uma convenção-quadro é um instrumento legal, sob forma de um tratado internacional, no qual os países signatários concordam em empreender esforços para alcançar objetivos definidos previamente. Como uma Convenção-Quadro funciona? Uma Convenção-Quadro internacional não possui como meta resolver todos os principais problemas em um só documento, diferentemente de outros tipos de tratados, ela desmembra as questões em partes. Primeiro os países signatários adotam a convenção, comprometendo-se a implementar medidas para alcançar as metas gerais, paralelamente ou após a conclusão da negociação do texto podem ser elaborados protocolos relativos aos temas que necessitam de uma maior detalhamento técnico para sua aplicação. Nesse processo, as questões mais complexas são desmembradas e outras mais simples, estabelecidos planos e calendários distintos, que permitirão a implementação progressiva de cada medida.

Os países que adotarem a Convenção-Quadro têm ainda a opção de escolher a que protocolos irão aderir, de acordo com as suas respectivas legislações vigentes. O objetivo da Convenção-Quadro, conforme o art. 3º da convenção, o objetivo da Convenção-Quadro e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas, geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco.

Breve histórico, em 1999, os países membros das Nações Unidas propuseram durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde a adoção do 1º



Tratado Internacional da Saúde Pública da história da humanidade, a Convenção-Quadro para o controle do tabaco.

A partir da Resolução 5.218, da Assembléia Mundial da Saúde foi criado um grupo de trabalho para considerar a base técnica para convenção e seus protocolos. O grupo concluiu que as medidas necessárias para o controle do tabaco deveriam se concentrar principalmente nas estratégias para a redução da demanda. Na segunda fase, foi estabelecido um órgão de negociação intergovernamental para organizar as propostas com vistas à formulação do texto da Convenção-Quadro e de seus protocolos correspondentes.

Entre os anos de 1999 e 2003 essas propostas foram discutidas entre os 192 países membros, organizados em blocos regionais, e realizadas seis reuniões da ONI. A 6ª reunião da ONI ocorreu em fevereiro de 2003, ocasião em que o texto da Convenção foi concluído. Durante a 56ª Assembléia Mundial da Saúde, realizada em maio de 2003, em Genebra, a Convenção foi oficialmente aprovada, estando aberta para assinaturas pelos países até outubro de 2004, 168 países já haviam assinado. A partir de então, aqueles países que assinaram a Convenção entraram na fase de ratificação em que o texto da Convenção deveria ser aprovado nos Congressos Nacionais ou em outras esferas legislativas específicas aos regimes de cada país.

A Convenção-Quadro só entraria em vigor quando, pelo menos, 40 países a tivessem ratificado. Com a ratificação da adesão pelo Peru, no dia 30 de novembro de 2004, fechou-se a lista de 40 países necessários para que o Tratado entre em vigor.

Após a Convenção entrar em vigor, serão negociados entre os Estados

partes da mesma, futuros protocolos que irão detalhar mecanismos e

recursos para a implementação de objetivos gerais do seu texto guarda-

chuva.

O Brasil e a Convenção-Quadro do Controle de Tabaco, desde o início, ou seja, desde o ano de 1999, o Brasil desempenhou papel de destaque no processo de elaboração e negociação desse Tratado. O órgão de negociação intergovernamental da Convenção foi presidido primeiramente pelo atual Chanceler do Brasil, então Embaixador da Missão do Brasil em Genebra, Celso Amorim, posteriormente substituído pelo Embaixador Luis Felipe Seixas Corrêa.

Para subsidiar o governo brasileiro, então presidido por Fernando Henrique Cardoso, no processo de negociação dos diferentes temas da Convenção-Quadro, foi criada no Brasil a Convenção Nacional para o Controle do Uso do Tabaco, através do Decreto nº 3.136, de 13 de agosto de 1999.

O Brasil foi o segundo país a assinar a Convenção-Quadro, fazendo, no primeiro dia disponível, em 27 de agosto de 2003, deu-se início à



tramitação do texto da Convenção, no Congresso Nacional, onde foi apresentado pelo Ministro de Estado da Saúde, Dr. Humberto Costa.

Na Câmara dos Deputados, a ratificação da Convenção foi aprovada em 13 de maio de 2004, em caráter de urgência urgentíssima, portanto sem passar pela Comissão Especial. O texto seguiu para o Senado Federal, onde tramita, desde 21 de maio, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.281/04. Aquela Casa retirou o caráter de urgência da matéria, encaminhando-a em 24 de junho à Comissão de Relações Exteriores.

Principais pontos: A Convenção-Quadro é composta por 38 artigos. São disposições bastantes genéricas e sem data para implementação. Não há nenhuma medida que estabeleça a erradicação do plantio do fumo nos próximos anos. Tudo precisa ser regulamentado posteriormente pelos protocolos. Entre as medidas: medidas para reduzir a demanda por tabaco; medidas para reduzir a oferta por produtos do tabaco; medidas para proteger o meio ambiente; medidas relacionadas às questões de responsabilidade civil; medidas relacionadas à cooperação técnica-científica e intercâmbio de informações.

O maior temor do setor fumageiro em relação à Convenção-Quadro para o controle do tabaco da Organização Mundial da Saúde está no art. 4º, Item 6 e no art. 17 do Tratado. Eles versam sobre a busca de alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores atualmente envolvidos na cadeia produtiva do fumo. O texto, alegam as entidades representativas dos trabalhadores, não especifica como será feita a troca de atividades.

Exm^{os} Srs. Senadores, não são somente os plantadores e os operários que trabalham nas usinas de beneficiamento do fumo e nas indústrias de produção de cigarro que estão preocupados com o futuro da cadeia produtiva do tabaco. Governantes, industriais e comerciantes de outros setores, pesquisadores e as comunidades das regiões onde o tabaco tem importância econômica, preocupam-se sincera e honestamente com o seu futuro e o da região onde vivem e trabalham. Para evitar o caos social para centenas de milhares de famílias trabalhadoras há que se prever para o futuro formas de reconvenção. E para finalizar, em que o Brasil precisa avançar? O Brasil se encontra em situação confortável no que se refere ao cumprimento da grande parte da convenção, no entanto ainda precisa investir esforços para cumprir obrigações constantes em alguns artigos. Os principais pontos de fortalecimento são o alinhamento da política de preços, do controle do mercado ilegal, da produção do tabaco e do controle da venda a menores com a política pública de controle do tabagismo, a saber: aumento de preços, como medida efetiva para a redução da demanda, isso aconteceria principalmente entre os Estados de renda mais baixa e entre crianças e adolescentes, e aumentaria a arrecadação final, fortalecimento da fiscalização e monitoramento das diferentes reuniões do País que são rotas de distribuição ilegal de produtos derivados do tabaco. Atenção especial, através da obtenção de recursos técnicos e financeiros para que haja pesquisa destinada a apoiar os segmentos sociais diretamente envolvidos no cultivo e industrialização do tabaco.

Obrigado. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Passamos agora a palavra ao representante do Ministro Humberto Costa, Dr. José Gomes Temporão, e também sobre a natureza da Convenção-Quadro.

O SR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO – Exm^o Senador Eduardo Suplicy, em nome de quem cumprimento os demais Senadores presentes, gostaria também de cumprimentar o Prefeito de Santa Cruz, o magnífico reitor dessa universidade, Presidente da Assembléia Legislativa, secretários de estado, parlamentares, representantes do empresariado, minhas senhoras e meus senhores. Trago uma saudação fraterna do Ministro Humberto Costa, que não teve condições de estar aqui presente neste momento e me pediu que o representasse nesse evento.

Antes de tudo, gostaria de me apresentar, vocês não me conhecem, sou médico, sou professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e hoje presido o Instituto Nacional de Câncer. Trabalho há 28 anos na saúde pública, sou uma das pessoas envolvidas na construção do Sistema Único de Saúde lá nas suas origens, nos anos 80. Estou aqui principalmente para ouvi-los mas também para esclarecer e para propor soluções ao impasse que se criou em relação a esta questão. Queria chamar a atenção o que estamos discutindo é do mais alto interesse para o país, não só para os que vivem há muitas gerações do plantio do fumo, com certeza, quanto aos milhões de brasileiros dependentes de nicotina que, a cada ano, engrossam anualmente as estatísticas de mortalidade. Vejo como um momento histórico esse como estamos presenciando aqui. Como médico fiz juramento de defender a vida quando acabei de me formar. Mas entendo que defender a vida é também defender o trabalho e condições de vida dignas, por isso respeito e o reconhecimento da importância do movimento que vocês fazem aqui. Embora saiba que vocês conhecem os malefícios do tabagismo, quero rapidamente lembrar que estamos falando do consumo de um produto que mata pelo menos metade dos seus consumidores. Mata cerca de cinco milhões de pessoas por ano no mundo e 200 mil brasileiros por ano. É uma doença crônica caracterizada como dependência química à nicotina no Código Internacional de Doença da Organização Nacional da Saúde, causa doenças como o câncer, doenças cardiovasculares, enfisema e outras. O tabagismo passivo, entre não fumantes, aumenta muito os riscos de câncer, de infarto e de infecções respiratórias, ou seja são doenças graves, e eu, que dirijo o Instituto Nacional do Câncer, cotidianamente, defronto-me com brasileiros que tiveram a infelicidade de desenvolver esses tipos de doenças altamente evitáveis desde que não se fume. Todos nós sabemos disso. E concordamos com isso também. E o papel do Ministério da Saúde, e o papel dos sanitaristas é alertar, informar aos cidadãos brasileiros sobre essa realidade. Além disso, queria chamar a atenção que o tabagismo hoje é considerada uma doença pediátrica. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos dezenove anos. A idade média de iniciação é de quinze anos. No mundo cem mil jovens começam a fumar a cada dia. E o mais importante: 80% desses jovens fumantes que começam a fumar nessa idade vivem em países pobres ou em desenvolvimento.



O que está acontecendo no mundo neste momento? Há uma brutal redução do consumo do tabaco nos países ricos, uma grande redução. Acabei de voltar de um congresso internacional na Irlanda. O Parlamento irlandês proibiu o fumo nos *pubs*, que são os botequins, digamos assim, os espaços onde todos se encontram para bater papo e conversar, tomar cerveja e fumar. Proibiu. A Inglaterra, até o ano que vem, eliminará a autorização para fumar em ambientes fechados e restaurantes. E está havendo um aumento muito grande do tabagismo nos países pobres e em desenvolvimento. Se nada for feito para reverter essa tendência, as mortes, que atualmente são cinco milhões por ano, aumentarão para dez milhões em dez anos.

Como foi apresentado anteriormente, a Organização Mundial da Saúde, por solicitação dos países membros então, começou a pensar um tratado internacional que pudesse configurar, consubstanciar uma reação do mundo a uma epidemia extremamente grave. E a situação hoje da Convenção-Quadro, como vocês viram, é que cento e sessenta e oito países já assinaram, quarenta e oito países já ratificaram. Queria chamar a atenção que o Canadá, a França, o México e a Índia, que é o terceiro maior produtor do mundo, ratificou a Convenção-Quadro. E essa ratificação entra em vigor daqui a três meses. Ou seja, ela vira uma norma internacional em torno de março de 2005.

O Brasil não ratificou. Quais são as implicações? Em primeiro lugar, ficaremos de fora da primeira reunião que reunirá os países que ratificaram. Esses países é que vão discutir, do ponto de vista político, com peso político, os desdobramentos práticos, concretos. Em que isso nos interessa? É que esses desdobramentos implicam também em ter acesso a mecanismos, a fontes de financiamento internacional para uma futura reconversão. Por exemplo: O Banco Mundial, o BID, o BIRD só financiarão os países que tiverem ratificado a convenção.

Está se dizendo que se o Brasil ratificar haverá uma situação de caos entre os produtores. Trago para os senhores um documento oficial da FAO, que é o órgão das Nações Unidas para alimentação e agricultura, a projeção até o ano 2010, pelo contrário, é de um forte crescimento do mercado mundial. Haverá um aumento de demanda importante, embora comece a haver uma redução do consumo por pessoa. Mas como a população dos países consumidores cresce, o mercado cresce.

Por isso a importância da ratificação. Temos que nos preparar agora não é para o que vai acontecer nos próximos cinco ou dez anos, não vai mudar nada, do ponto de vista prático, temos que nos preparar agora para o que vai acontecer com os seus netos e os seus bisnetos, o que vai acontecer nessa região daqui a vinte, trinta ou quarenta anos.

Na realidade, como já foi dito, o Brasil já cumpre a maior parte da convenção. O Brasil, hoje, é um dos países mais avançados do mundo do ponto de vista da legislação das políticas de tratamento de informação ao câncer. Isso significa que à medida que o consumo interno no Brasil, que vem acontecendo, um dado importante, em quinze anos o Brasil reduziu em 42% o número de fumantes. E é interessante chamar a atenção: o Estado que



menos reduziu o número de fumantes foi o Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto a média brasileira foi de redução de 42%, no Rio Grande do Sul foi apenas de 14%.

Como 85% do que se planta aqui é exportado e se projeta para daqui a quinze, vinte, trinta anos uma redução, temos que começar a nos preparar agora para esse impacto futuro. Se ficamos fora do processo, ficamos fragilizados tipicamente.

Temos que enfrentar esse desafio de frente e entendo que este momento é fundamental para isso, para que possamos ouvir com toda a atenção as demandas, as posições, as angústias, as incertezas, os medos que vocês têm, que são absolutamente justas, para que possamos ter uma solução mais adequada.

Mas acho que poderemos também e porque não, aqui apontar algumas saídas para esse impasse. Entendo que a solução para esse impasse que se criou, por um direito que vocês conquistaram ao longo de décadas e de gerações, proponho, portanto, que os Srs. Senadores estabeleçam um conjunto de salvaguardas que garantam a continuidade da plantação, incluam a questão do financiamento, da assessoria técnica, de recursos específicos para realização de estudos para que possamos saber, em detalhes, qual será o impacto futuro se o Brasil vier a ratificar.

Segunda proposta: que em todas as instâncias oficiais que discuta na prática a implementação da convenção vocês tenham assento em Brasília. Vocês terão que estar naquelas famosas reuniões em Brasília, através de suas representações, dando o rumo, dirigindo, discutindo, apoiando e discordando no que for essencial. Este Governo do Presidente Lula veio para protegê-los e, em hipótese alguma, criará uma situação de desemprego ou de desamparo para os senhores e as senhoras.

Para concluir, peço a Deus que ilumine aos Senadores, produtores, profissionais de saúde, para que possamos sair daqui com uma solução que atenda os direitos e anseios dos Srs. e do país também por melhores condições de saúde e de vida. A luta pela saúde não pode andar separada da luta pelo trabalho e por condições dignas de vida para todos. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Dr. José Gomes Temporão. Anunciamos agora a palavra do representante da Organização Mundial da Saúde, proponente da Convenção-Quadro em Debate, Dr. Aloizio Achutti.

O SR. ALOIZIO ACHUTTI – Sr. Senador Eduardo Suplicy, demais autoridades presentes, Srs. produtores organizados ou pessoalmente, estou aqui mais para ouvir do que para transmitir alguma informação, que está toda escrita, é pública, e estamos bastante informados sobre todo o processo e acabamos de ouvir algum resumo.

Esse momento é de festejo e agradeço o convite do Senador de que a representação, que deveria ser da Dr^a Vera Luísa da Costa e Silva, uma brasileira que está norteando esse trabalho na Organização Mundial de Saúde, por estar impossibilitada de vir, deu-me essa missão.



Na realidade, esse momento me lembra a (*inaudível*) quando o parlamento é trazido para a praça, e a população pode diretamente, não só através de seus representantes, procurar entender, dar o seu depoimento e tomar uma decisão saudável. O que é mais importante para a vida de cada um do que a saúde, a vida e o bem-estar. Este é o único compromisso que a Organização Mundial de Saúde tem e está demonstrando durante todo o tempo de sua existência.

O que acontece é que não podemos nos silenciar – como já foi dito – frente a problemas como o tabagismo. Há poucos dias houve o recolhimento de um produto que causava danos à saúde e a mesma coisa acontece com outras substâncias, com agrotóxicos e alguém tem que assumir a responsabilidade de apresentar o problema para a população.

É óbvio que isto, com o tempo vai trazendo problemas para além da área da saúde com para a produção e é neste sentido e por este motivo que a Organização Mundial da Saúde, pela primeira vez na história, toma uma posição pioneira de ir além do setor saúde e procurar chamar o setor produtivo, todos os envolvidos, sejam fumantes ou não-fumantes, para que possam determinar o curso da história e o que será feito com o problema do tabagismo.

Todos nós sabemos que o Brasil está pleiteando, agora, um lugar, uma cadeira, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O Brasil não quer ir à guerra. O Brasil quer é estar presente na hora das decisões críticas e poder opinar e tomar as decisões, junto com os outros países, e não ficar ao beneplácito de outros que irão falar por ele. A mesma coisa se trata com esta ratificação que nós estamos esperando que o Brasil continue na sua linha de pioneirismo de, realmente, poder estar presente na mesa de discussões e poder. Nós não temos porque temer os outros e ficarmos afastados da mesa de discussão. Nós podemos participar e temos condições por sermos exatamente um País onde se têm todas essas experiências com relação a esta produção e podermos participar.

Sabemos da ansiedade que deve estar influenciando em todos os senhores. É exatamente por isto que a Organização pretende que seja ratificada para dar proteção e não deixar os produtores ao sabor de outros interesses e posso-lhes assegurar que, se há alguma organização que não tem conflitos de interesses outros do que a saúde e bem estar da população é a Organização Mundial de Saúde e nós estamos aqui para atendê-los e procurar compreender a ansiedade de vocês.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Gostaria de informar a todos que nós, aqui, estamos realizando uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e que está sendo transmitida pela Televisão da cidade de Santa Cruz, ao vivo.

Estão presentes neste auditório – estima o nosso prezado Reitor – cerca

de 900 pessoas. Há pouco, a imagem da TV Unisc mostrou que o Ginásio



da TV Unisc está inteiramente lotado e estima-se que aproximadamente 10 mil pessoas estão assistindo a nossa reunião neste instante. Eu estou vendo, e os Senadores da Mesa também podem ver a imagem – se puderem até mostrar a imagem de todo o Ginásio, pelo telão – a enorme tensão que esta audiência pública está provocando.

Informo a todos – vejam só: estão lá nos acenando – que providenciamos um entendimento entre a TV Senado e a TV Unisc, e que a TV Senado retransmitirá toda esta nossa reunião para que ela possa ser assistida por todos os brasileiros. Eu trouxe pessoalmente as fitas que serão utilizadas para gravar esta audiência inteiramente e, depois, informarei ao Prefeito, à Unisc e a todos os interessados.

Quero, ainda, salientar e agradecer a presença e o interesse enorme que esta audiência está tendo. Quero, então, agradecer, aqui, a presença de inúmeros deputados federais e estaduais, tais como os deputados federais Pompeu de Mattos, Nelson Proença, Paulo Pimenta, Mendes Ribeiro Filho, Luis Carlos Heinze, Kelly Moraes, Júlio Redecker, Adão Pretto etc. Se, por ventura, deixei de mencionar algum, por favor, informe à Mesa. E os deputados estaduais Adolfo Brito, Luiz Fernando Smitt que, inclusive, agora, está substituindo o Presidente da Assembléia Legislativa que precisou se ausentar, e mais: Paulo Azeredo, Osmar Severo, Edson Brum, Telmo Kirst, Heitor Schuch, Adão Villaverde, Dionilso Marcon, Elvino Bohn Gass, Estilac Xavier, Frei Sérgio, também o Deputado Federal Francisco Turra e prefeitos municipais, nada menos do que sessenta, se não houve engano da Mesa. Gostaria de citar todos, mas veio à Mesa o nome apenas dos seus Municípios. Então, numa das próximas ocasiões quero citá-los todos com os seus respectivos nomes em atenção às senhoras prefeitas e os senhores prefeitos porventura presentes. Peço a gentileza de o cerimonial da reunião providenciar os respectivos nomes por atenção aos prefeitos.

Passamos agora a palavra à Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra, por seu presidente, Haisi Gralow, para a sua apresentação. Tem a palavra o Sr. Hainsi Gralow, um dos que muito se empenhou para a realização desta reunião.

O SR. HAINSI GRALOW – Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar o Prefeito Municipal Sérgio Ivan Moraes; o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Suplicy; o Relator, Senador Fernando Bezerra; os Senadores do Rio Grande do Sul Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim. A todos o nosso agradecimento especial, porque foram pessoas extremamente importantes para que pudesse ser realizado este encontro.

Saúdo ainda o Presidente da Famurs, Heitor Petry; nosso reitor da Universidade, Luiz Augusto da Costa Campis; os colegas representantes de outras entidades de classe, aqui presentes; os deputados federais, estaduais,



amigos e amigos do Poliesportivo que estão nos assistindo — cerca de dez mil pessoas. O nosso abraço especial a todos vocês, que não estão dentro deste recinto mas acompanham com muito interesse o desenvolvimento desta reunião. Saúdo as senhoras e os senhores.

Peço seja preparado o audiovisual, porque, em vez de falar, eu gostaria fossem mostrados aqui quatro produtores.

Tenho certeza de que eles falarão melhor do que eu; transmitem com muito mais fidelidade do que eu, por maior que seja meu esforço. No entanto, enquanto o audiovisual está sendo preparado, convido a nossa secretária Neusa para entregar aos Senadores — as demais pessoas que queiram podem obter depois.

Quero dizer que temos em Santa Cruz do Sul um departamento de pesquisa, de estatística altamente confiável. É o Nupes (Núcleo de Pesquisa Social) da Unisc. Não foi a Afubra, não foi uma organização de interesse que fez essa pesquisa, de que o Sr. Relator vai precisar muito — tenho certeza. Eu gostaria que V. Ex^a analisasse. Se não quiser nos consultar, pode consultar quem fez a pesquisa.

Verificamos, então, alguns dados que eu não tinha revelado por considerar este um momento especial. Hoje, neste ano 2003/2004, 62% dos nossos agricultores possuem telefone; 98,5% possuem geladeira; 94,5%, freezer; 100%, televisão; veículos, se somarmos o caminhão, o utilitário, automóvel e bicicleta chega a 1,13% por família, e também para não esquecer de dar uma olhada na renda, porque nós agricultores que plantamos fumo plantamos também outras culturas.

Os fumicultores têm uma renda — e deve ser olhado para essa pesquisa — de R\$28.996,70. Os não-fumicultores aparecem com R\$12.985,00. Como isso é uma pesquisa isolada, parece, podemos olhar a de 2002. Quero dizer que a de 2002 tem dados tão interessantes que imaginávamos que precisávamos fazer em 2004, para ver se realmente o (*inaudível*) não se enganou.

Muito obrigado.

Quero, como propus, trocar a minha fala por 3 minutos e 48 segundos dos nossos agricultores.

(Palmas.)

O SR. (Orador não identificado) — O fumo garante o sustento de mais de 190 mil famílias no Sul do Brasil. Pela falta de tempo dos Srs. Senadores em visitar alguns agricultores da região, a Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil, gravou alguns depoimentos com fumicultores, que retratam a realidade desse setor, que gera mais de 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos e renda anual de R\$ 3,6 bilhões.

O SR. LAURI — Sou Lauri. Resido aqui, em Santa Cruz do Sul. Essa é minha propriedade, adquirida há dez anos, fruto da produção de fumo. Não tinha nada na estufa, nenhum tijolo para dizer a verdade. Construí as estufas, os galpões, faz dois anos que fiz a casa. A última safra sobrou R\$28 mil líquido de fumo. Trabalhamos só entre duas pessoas, não ajustamos nenhuma mão-de-obra.



Faço uma pergunta para os senhores: numa área tão pequena, tão acidentada, se não fosse a cultura do fumo, da onde tiraria o meu sustento para a minha família.

O SR. RENATO GUERC – Sou Renato Guerc. Estou morando junto com a propriedade do meu pai, que, hoje, temos em torno de 17 hectares de terra e dentre os quais plantamos dois hectares de fumo. Já estamos bastante adiantados na parte da diversificação de culturas, onde, hoje, plantamos soja, milho e outras culturas de subsistência, mas nada chega perto dos dois hectares de fumo que plantamos, onde, sem dúvida, é o carro-chefe da nossa propriedade.

O SR. (Orador não identificado) – *(Inaudível.)* Segundo, o fumo.

O SR. RENATO GUERC – Pois é, realmente é uma preocupação. Realmente não sabemos o que fazer, inclusive a preocupação é com as crianças que temos. Vamos poder dar estudos para elas? Terminar com a cultura do fumo realmente termina com a expectativa de vida.

O SR. MAURO AGNES – Sou plantador de fumo e, com isso, estou sobrevivendo e não tenho terra. Tenho terra arrendada, onde construí minha casa. Quero mostrar minha casa que construí com o dinheiro do fumo.

O SR. JOSÉ GRANDO – Srs. Senadores, dependendo do fumo, que nem o meu vizinho Mauro, como milhares de famílias. Não sei nem falar direito, mas tenho dois hectares de fumo para minha família sobreviver.

O SR. PAULO – Moro em Pinheiral. Minha esposa e o Charles me ajudam no fumo. Plantamos, há vinte e nove anos, fumo. Eu tenho oito hectares de terra. Planto fumo. É a única coisa que dá uma rentabilidade, que outras culturas não dão.

A SR^a (Oradora não identificada) – Que nem meu marido falou que o fumo é a nossa sobrevivência. Temos que viver com isso, porque nós só temos oito hectares.

O SR. (Orador não identificado) – Essa é a minha família. Estamos muito preocupados. A gente depende das decisões de vocês.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Também agradecemos à Afubra, ao Presidente Hainsi Gralow pelo cuidado que teve em apresentar, de maneira tão sintética, o depoimento de trabalhadores e agricultores do tabaco.

Em prosseguimento, passamos a palavra ao representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag, Sr. Ezídio Pinheiro.

O SR. EZÍDIO PINHEIRO – Boa tarde. Saúdo o Senador Eduardo Suplicy, em nome de quem saúdo os demais Senadores presentes, componentes da mesa e demais autoridades.

Senador Suplicy, creio que não cabe aqui repetir os fatos que nos foram colocados, o pensamento dos agricultores e a importância desta audiência pública.

No Rio Grande do Sul, há 97 mil famílias que produzem fumo, a grande maioria em pequenas propriedades, plantando em torno de 2 hectares.



Lembro-me – por isso a compreensão do Senador será importante – de que, na época do lançamento do Programa de Crédito Fundiário, V. Ex^a foi muito importante para que ele acontecesse. Com o programa foram financiadas, no Rio Grande do Sul, dez mil pequenas propriedades, e isso foi resultado da lei aprovada, que hoje produzem fumo.

Sabemos que as presenças de V. Ex^a e a do Senador Fernando Bezerra são fundamentais. O Rio Grande do Sul está mobilizado, tem consciência disso e tem a preocupação do que isso pode representar. Em nível de país, a discussão é menor, não pelo fato de o problema ser menor, mas, talvez, por falta de iniciativa.

O encaminhamento de V. Ex^{as} é fundamental para levar aos demais Senadores – e não estamos falando dos Senadores do Rio Grande do Sul, Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim – a nossa situação. Parece que a Presidência e a relatoria são fundamentais para se dar, neste momento, esse encaminhamento.

Estamos vivendo um momento muito difícil. Estamos prevendo uma crise em vários seguimentos da agricultura brasileira. O trigo não se adapta, mas também não está sendo mais um negócio viável. A soja passa por grandes dificuldades, assim como o arroz importado, a carne suína, o frango, a uva, o alho. Todas as culturas possíveis para esta região estão em declínio. Existe uma preocupação muito grande por parte do produtor. Este momento é crucial para nós. Eu diria que só a informação da Convenção-Quadro, que poderia limitar a cultura do fumo, já está trazendo prejuízos para o Rio Grande do Sul.

Senador Suplicy, hoje já existe essa preocupação porque é o salário de quem vive disso. Por isso, já está preocupado com o que pode ocorrer com sua família.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Reitor, na Unisc faltará matrícula porque é da cultura do fumo que se paga a faculdade. As pesquisas mostram o nível de educação dessa região. O trabalho, o cuidado e o esforço são muito grandes.

Não poderia haver Vale do Rio Pardo sem a cultura do fumo. Queremos colaborar com saúde, mas tudo o que é proibido será experimentado, como as drogas. Dependendo da maneira como trabalhamos, vamos provocar, incentivar que isso ocorra. Senadores, vamos discutir com mais tempo, vamos voltar a conversar, vamos ver o que se pode fazer para a transição. Os 10 mil agricultores que estão no ginásio vêm de todos os recantos do Rio Grande do Sul. Somos 97, mas há mais de 200 mil produtores no Brasil. E é a pequena propriedade ou o pequeno proprietário ou o parceiro ou o meeiro ou o arrendatário.

Em nome dessas pessoas, Senadores, reforçamos nosso pedido pela compreensão e pela cautela de vocês. Tenho certeza disso porque conheço aquela Casa, passei por lá e sei da responsabilidade dos senhores. Está em suas mãos. Nós, pequenos produtores, esperamos por essa compreensão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Ezídio Pinheiro.



Concedo a palavra ao representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, Fetraf-Sul, Sr. Alcemir Bagnara.

O SR. ALCEMIR BAGNARA – Boa tarde a todos e a todas que se encontram neste plenário. Estendo a saudação a todas as pessoas que estão no ginásio, ao Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a todas as autoridades da Mesa e as presentes no plenário. De modo especial, saúdo a todos os agricultores e agricultoras familiares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e do Brasil, porque, hoje, a Fetraf-Sul não abrange mais somente os três Estados do Sul, mas existe uma federação nacional que trata da questão do fumo.

Em primeiro lugar, reconhecemos a atividade do fumo como importante segmento que movimenta a economia não só gaúcha, mas nacional. Temos também de reconhecer que o uso do tabagismo é um grande problema social, ambiental e econômico. De acordo com as estimativas aqui apresentadas pelo Ministério da Saúde, ocorrem mais de 200 mil mortes por ano no Brasil e 40 doenças são provocadas pelo tabagismo. Tal estimativa não é pouco para a sociedade brasileira, assim como as perdas do setor de US\$200 bilhões no mundo, sem contar a questão ambiental.

Como Fetraf-Sul, entidade representante dos agricultores e agricultoras familiares, queremos fazer e enfrentar este debate. O debate da Convenção-Quadro não pode desvincular a luta histórica dos agricultores e agricultoras familiares quanto ao preço pago pelo produto fumo. Estão tentando escamotear isso neste debate para não levá-lo à tona. Há entidades que jogam isso para a sociedade, tentando amedrontar o agricultor que não mais poderá plantar fumo. Com certeza, também será um baita negócio para as empresas que não querem dar aumento para os agricultores. (*Palmas.*)

Acreditamos que, hoje, é inevitável o Brasil assinar a Convenção-Quadro. Por isso, tanto o Governo Federal, como o estadual, e todos os setores do Governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, têm um compromisso com a sociedade civil e com os agricultores. O compromisso com a sociedade civil é o de proteger e de levar em conta todos esses elementos colocados anteriormente e um compromisso com nós, agricultores e agricultoras familiares, é o da não exclusão da atividade. Portanto, nossa posição, enquanto Fetraf-Sul, é de defesa intransigente da agricultura familiar e de seus agentes. Quero dizer aqui também que há posição de agricultores, se conversarmos com um a um. Muitos deles querem deixar da produção de fumo, mas não têm alternativa.

Então, por isso temos que dedicar um tempo razoável de nossos debates

agora para construir essas alternativas, e a defesa dos agricultores e

agricultoras familiares nos leva aqui a sugerir para a Comissão a adoção

de algumas medidas. Uma é essa questão de fazer emendas para



salvaguardar os agricultores de fumo, assim como já constar no parecer do Relator isso, medidas que salvaguardem os produtores, para que, se isso for inevitável, se tenham prazos, se tenham políticas públicas, se tenha condição de se fazer essa transição.

A outra nossa preocupação e sugestão é de que se trabalhe no sentido de substituir a fumicultura por produtos alimentícios, que a agricultura familiar é uma grande produtora de alimentos e pode alimentar a Nação e o mundo. Para isso, também que se crie uma comissão que trabalhe junto com o Poder público, com o setor público, agricultores, técnicos – de todos os Ministérios possíveis envolvidos – para que se construam juntas a transição, porque tenho certeza de que, se a transição for construída de cima para baixo, pensada por algumas pessoas, essa transição não acontece e não vai servir aos agricultores e agricultoras. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Alcemir Bagnara. Quero também registrar a presença do Deputado Estadual Vilson Covatti – perdão por não ter seu nome na primeira chamada.

Agora vamos ouvir o representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sr. Sálvio Tonini. *(Pausa.)*

O Sr. Carlos Sperotto é que falará em nome da Confederação Nacional da Agricultura? *(Pausa.)*

Era o Sr. Sálvio? *(Pausa.)*

Qual é o nome do senhor?

O SR. SÁLVIO TONINI – Meu nome é Sálvio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sálvio Tonini?
(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Então, façamos o seguinte: o senhor esteja ao lado dele e faça um jogral ao lado dele. Por favor. *(Palmas.)*

Os senhores são coirmãos, então... Santa Catarina e Rio Grande do Sul

saberão se entender. Por favor, estejam ao lado um do outro, Sr. Sálvio

Tonini e Sr. Carlos Sperotto.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Com dois minutos já fico satisfeito. Deixo três minutos para o Tonini.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Senador, é uma imensa satisfação sermos recebidos aqui, Senador Eduardo Suplicy e Senador Fernando Bezerra, o importante é dizer a este Plenário que esta reunião não era para ter acontecido. Já estivemos em Brasília numa audiência acompanhados por nossos três Senadores – Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon e



Senador Sérgio Zambiasi – e lá já era praticamente para esse assunto ter sido encerrado, ante as posições que foram apresentadas, houve sensibilização, e uma sensibilização que entendo ser o primeiro passo a ser dado. Temos a certeza de que vamos continuar evoluindo, progredindo no sentido de trazermos justamente essa posição da necessidade de se avaliar **in loco**, e aqui, como a nossa é uma atividade a céu aberto, Senador Eduardo Suplicy, e desnecessário é dizer aos meus Parlamentares que aqui estão e demais componentes da Mesa, as atividades a céu aberto V. Ex^a viu que não conseguiu ir à propriedade visitá-la. Nós convivemos com isso o dia todo. Temos uma necessidade de continuidade. E os que aqui nos antecederam foram bastante objetivos, inclusive alertando o nosso reitor para o fato de que poderão sobrar vagas nessa universidade. Aliás, acredito que aquela menina loira presente no último depoimento esteja fazendo vestibular, se já não o fez.

Isso são condições de vida que podem ter, sim, os produtores – não apenas os 915 que aqui estão, como também os 10.134 que estão lá no estádio. Acreditamos que todas essas famílias estão justamente olhando o futuro dos seus descendentes. E nessa trajetória está algo que tem que ser valorizado: qualidade de vida. Isso é fundamental. *(Palmas.)*

Acredito que deveríamos ter mais uma cadeira aqui nesta mesa. Queria ver de um lado o Ministério da Saúde, onde o Dr. Temporão fez a sua apresentação, com toda a propriedade. E lhe digo tranquilamente, Dr. Temporão, que o senhor fez isso em um Estado cujo Judiciário proibiu o fumo em avião. E, a partir dali, sem qualquer contestação, iniciamos procedimentos de reservar ambientes. Portanto, a sua proposta é muito bem acolhida.

Do outro lado, eu gostaria de ver alguém da área socioeconômica também trazendo justamente a sua visão e mostrando os reflexos que a suspensão dessa atividade irão determinar no desequilíbrio econômico e social das propriedades. E não me refiro só às rurais, mas a todas as outras propriedades de todo segmento da economia que alimenta essas regiões. *(Palmas.)*

Parece-me que essas palmas são dos 322 Municípios que plantam o fumo e vivem de sua cultura. As palmas devem ter sido dos Prefeitos, que aqui estão justamente por anteverem a bancarrota de um setor. Não estamos discutindo o tabagismo, mas a produção econômica do fumo. É isso que, no nosso entendimento, tem que ser pautado. E não tenhamos a pretensão de que, em se parando de plantar no Brasil, estaremos bloqueando ou proibindo o fumo ou convencendo as pessoas a deixarem de fumar. Estaremos, sim, dando oportunidade para que os fumantes daqui paguem mais, tirem mais das suas economias e busquem o fumo importado – como aqui já dito também, de baixa qualidade, não com a qualidade que temos.

Acredito, inclusive, que o aumento de fumantes será muito grande, porque, quando se perde o objetivo do trabalho, quando se busca e se cria um quadro de desestabilização, aumenta o número de fumantes. Esses que não terão mais uma atividade compensada com a sua atividade incorporar-se-ão ao grupo dos que já fumam. O nervosismo leva a que se fume. *(Palmas.)*



Fiquei com muita satisfação ao ouvir a afirmativa do Dr. Temporão de que, quando um sujeito está nervoso, um dos neutralizadores é o cigarro.

Então, Srs. Senadores, Sr. Senador Bezerra, a sua caneta está pesada, mas temos certeza de que ela tem a tinta do sentimento, tem a tinta do entendimento, tem a tinta necessária para fazer com que todas essas famílias continuem sorrindo e com que essa região continue contribuindo para a economia do País. É a terceira rubrica de exportação.

Os caros Deputados que aqui acompanharam esse processo talvez estejam até preocupados: como votamos tão rápido, em 13 de maio de 2004, sem termos aberto a oportunidade de uma discussão ampla e aprofundada como a que o Senado hoje está fazendo? *(Palmas.)*

Não se trata de crítica aos nossos Parlamentares, pois temos aqui a declinar que sempre tivemos o apoio de S. Ex^{as} no sentido do acompanhamento de todas as causas que levamos àquela Casa. E participamos, sim, das reuniões em Brasília. Temos neles os nossos dignos representantes, os nossos Parlamentares.

Portanto, Senador Eduardo Suplicy, está nas mãos do Senado a

continuidade da felicidade dos semblantes radiosos. V. Ex^a viu, com a

simplicidade dos depoimentos prestados, que tipo de gente está ansiosa

por uma decisão. Temos a certeza de que esta Comissão, presidida por V.

Ex^a, acolherá o relatório do Senador Fernando Bezerra. Estamos sentindo

que S. Ex^a está anotando as sugestões. Embora a caneta seja vermelha,

servirá justamente para negar a adesão imediata à convenção.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Carlos Sperotto

Concedo a palavra ao Sr. Sálvio Tonini, da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina.

O SR. SÁLVIO TONINI – Creio que o Dr. Sperotto falou muito bem sobre o que pensa a Confederação Nacional de Agricultura.

Nós da Federação de Agricultura do Estado de Santa Catarina estamos plenamente solidários com a posição da CNA, com a posição da Farsul e com os demais integrantes representativos do setor produtivo do fumo.

Eu gostaria apenas de chamar a atenção para um tema. O Dr. Sperotto citou cerca de 300 Municípios. Tenho certeza absoluta de que, com a extinção do tabaco, deveríamos decretar, no mínimo, a falência de mais da metade desses Municípios. *(Palmas.)*

Citarei o exemplo que já mencionei em Brasília. Em relação à região do Alto Vale do Itajaí – para quem não conhece muito, refiro-me à região de C:\Documents and Settings\Erica Cavalcanti\Configurações locais\Temporary Internet Files\Content.IE5\HVJ045E6\Notas%20Taquiográficas[1].doc



Ituporanga, Rio do Sul –, o fisco estadual forneceu os números e não eu ou qualquer entidade representativa dos produtores; foi o fisco estadual. Na região do Alto Vale, foram arrecadados R\$52 milhões que retornaram aos Municípios para poderem fazer melhorias em educação, transporte, saúde e moradia. V. Ex^a sabe quanto arrecadou o fumo? R\$49 milhões dos R\$52 milhões. Os R\$3 milhões restantes foram arrecadados pelos demais segmentos econômicos que informaram o que arrecadaram. Vejam a importância da cultura do fumo.

Como representante da Federação, quero deixar um alerta. Não podemos levar esse debate do contra ou do a favor. Precisamos discutir com maturidade e encontrar uma alternativa correta que possa conduzir a uma alternativa possível, para que a sociedade brasileira e os produtores de fumo não sofram o que vêm sofrendo outros segmentos produtivos com sua receita, sua situação socioeconômica em frangalhos, caindo pelas tabelas, como se diz na gíria. Não podemos seguir por esse caminho do contra ou do a favor sem discutirmos um possível caminho, uma possível alternativa.

O Conselho de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina também comunga – conforme disse o nosso representante e Vice-Presidente que lá representa a Federação, Dr. Nelson –, com a idéia de que se busque uma alternativa, sim. Primeiramente, deve-se pesquisar uma alternativa de cultura de, no mínimo, dez anos, que, de fato, produza o mesmo retorno que dá o fumo tanto econômico quanto social, para depois, sim, ratificarmos a Convenção-Quadro. Se assim fizermos, agiremos bem.

Chamo a atenção, porque, de repente, queremos precipitar o passo, dando um passo rápido demais. É o exemplo daquele cidadão que tem uma casa razoável e deseja construir uma nova. Primeiramente, ele aloca os recursos e o material para depois destruir aquela em que vive. Do contrário, aquela estará destruída e não construirá outra nem terá onde morar.

Essa é minha mensagem. Quero trazer aqui o abraço de José Zeferino

Pedroso da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Fico feliz de ter ao meu lado o ilustre Presidente da Farsul, que tão bem tem conduzido as condições da agropecuária, participando das atividades em nível nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – (*Inaudível.*) de automóvel e pudemos, nós Senadores e o Dr. Temporão, ver com muita atenção as diversas áreas de produção do tabaco pelo caminho. Pelo menos, tivemos a oportunidade de ver. Obviamente é outra coisa estar em meio à plantação. Quem sabe, um dia, possa vir a esta região e acompanhá-los, trabalhando junto e aprendendo com os senhores e as senhoras.

Pediria a atenção dos Prefeitos e Prefeitas para colaborarem com a Mesa, porque ainda não chegou a relação dos 60 Prefeitos presentes, e eu



gostaria de citá-los. O Cerimonial está sentindo dificuldades de obter todos os seus nomes.

Ouviremos agora o pronunciamento do representante da Via Campesina, Sr. Gilberto Tuhtenhagen, do Movimento de Pequenos Agricultores. Se a pronúncia do nome estiver errada, por favor, corrija-me.

Como o tempo melhorou e o céu se abriu, teremos o prazo necessário para a audiência, apesar de alguns dos Srs. Senadores terem compromisso de viagem.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Tuhtenhagen.

O SR. GILBERTO TUHTENHAGEM – A pronúncia do meu nome está correta, Excelência.

Senador Suplicy, cumprimento em seu nome todas as autoridades da Mesa e outras presentes. Saúdo, de modo muito especial, os nossos trabalhadores do fumo, da indústria, além dos agricultores que aqui vieram nessa audiência pública.

Início agradecendo aos Srs. Senadores da República por atenderem ao nosso chamado e virem à Santa Cruz do Sul para debater com os pequenos agricultores e demais entidades as questões ligadas à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde.

Somos um movimento popular formado por pequenos agricultores e nunca abriremos mão de defender a nossa classe em qualquer situação que a nossa base definir. A marca do MPA é a organização de base e a luta para defender os pequenos agricultores, da qual não prescindiremos por nada deste mundo. Se tivermos que enfrentar governos, indústrias, associações, leis, convenções ou quem quer que seja, nós o faremos. Mas também estaremos sempre abertos ao diálogo e à negociação para encontrar a solução para os problemas da nossa classe.

Os Senadores tiveram a coragem de trazer à Santa Cruz do Sul um debate que só ocorria em Genebra, na Suíça, desde 1995, do qual entidades da fumicultura gaúcha e brasileira participaram. O Governo Brasileiro anterior foi Presidente do Comitê Internacional pró Convenção-Quadro por três anos.

Nós, do Movimento dos Pequenos Agricultores, não tivemos assento em Genebra nem acesso a informações sobre esse tema durante o Governo anterior. No entanto, todas as questões foram definidas naquela época e, agora, pegamos o “rabo do foguete”, quando tudo já está decidido e a Convenção-Quadro já está em vigor, porque foi aprovada e ratificada por 40 Países, o número mínimo exigido para que passasse a vigorar.

Estranhamos o fato de as entidades do setor que participaram das negociações em Genebra e tiveram acesso a todas as informações não terem reagido antes. Disseram até que a Convenção-Quadro era “tempestade em copo d’água”, conforme o Anuário do Fumo de 2002 e de 2003, uma publicação do setor fumageiro.

A própria Câmara dos Deputados, por meio de todos os Partidos, aprovou por unanimidade a Convenção-Quadro. O MPA estranha a posição dos que há um ano diziam que a Convenção-Quadro era “tempestade em copo d’água” e, agora, as mesmas entidades afirmam que é tempestade no oceano.



O que nos preocupa, Srs. Senadores, em relação à Convenção-Quadro, é o destino de 230 mil famílias de pequenos agricultores, pois no fumo só produzem os pequenos agricultores, não há grandes, e um terço deles trabalham em terras alheias como meeiros, arrendatários e parceiros que sobrevivem produzindo fumo cujo destino nos causa preocupação.

A preocupação do MPA é com o contexto global da questão. O Governo Federal e o Congresso Nacional não podem analisar a convenção-quadro só pelo ângulo da saúde pública, mas encarar o conjunto do problema que envolve um grave problema social e econômico do emprego de quem trabalha na indústria, mas principalmente na sobrevivência econômica e social de duzentas e trinta mil famílias de pequenos agricultores que sobrevivem produzindo fumo.

Por isso, Srs. Senadores, o MPA solicita que, antes de tomarem qualquer posição, reflitam profundamente sobre todas as conseqüências que a mesma terá. De nossa parte, não aceitaremos nenhuma decisão que venha a prejudicar os pequenos agricultores. Exigimos que o Governo intervenha e regulamente o setor fumo.

O Governo e o Congresso Nacional precisam elaborar e aprovar uma vigorosa legislação protetora dos produtores de fumo. Seu exemplo nos dignifica, Srs. Senadores. V. Ex^{as} vieram até Santa Cruz do Sul debater a convenção-quadro. Desejamos que seu exemplo seja seguido e que todas as questões ligadas à produção e à comercialização do fumo sejam discutidas aqui perto de onde o povo produz com enorme sacrifício, e não nas lindas e distantes praias de Florianópolis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Gilberto.

Informo que, representando o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim está presente o Secretário Adriano Putti. Fiz também o convite aos Ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Miguel Rosseto e Roberto Rodrigues para que pudessem enviar os representantes, mas avaliaram que...

O Ministério do Desenvolvimento enviou o representante, Sr. Nilton Deben. Muito obrigado por sua presença.

Ouviremos agora os representantes da indústria e dos trabalhadores da indústria. Primeiramente, o representante do Sindicato do Fumo do Rio Grande do Sul – Sindifumo, Sr. Cláudio Henn. (*Palmas.*)

O SR. CLÁUDIO HENN – Boa tarde a todos.

Cumprimentamos o Senador Eduardo Suplicy, os demais membros da Mesa, os Parlamentares presentes e o público em geral. Primeiramente cabe um agradecimento muito especial aos nossos três Senadores gaúchos, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Paulo Paim que juntamente com o Governador Germano Rigotto e com o Governo central proporcionaram esta audiência pública em Santa Cruz.

Esta é uma oportunidade em que o segmento pode se pronunciar e, como foi muito bem dito pelo Senador Eduardo Suplicy, durante o trajeto de



Porto Alegre para Santa Cruz, teve a oportunidade de ver inúmeras lavouras que, por sinal, estão muito felizes com as últimas chuvas.

Assim sendo, muito obrigado a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, proporcionaram este momento e que também atuaram em Brasília a fim de que não houvesse uma precipitação por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, aprovando a adesão do Brasil à Convenção-Quadro.

Quanto ao setor fumageiro, a legislação brasileira é a mais rigorosa do mundo, mais do que a do Canadá. As restrições previstas na Convenção-Quadro são amenas comparadas às nossas. As advertências estampadas nas embalagens de cigarro só existem no Canadá e no Brasil.

Há também a questão dos impostos brasileiros, que são altíssimos no que se refere ao cigarro, de aproximadamente 70%. Embora haja quem diga que o cigarro brasileiro é barato, ele é caro, considerando o poder aquisitivo do brasileiro.

Diante disso, um dos meios que a Convenção-Quadro estabelece para reduzir o consumo é aumentar o custo, o tributo dos cigarros. Hoje há 30% de contrabando. Deixamos de arrecadar R\$1,3 bilhões por ano, e os R\$6,3 bilhões que o cigarro proporciona à Fazenda Nacional também gradativamente deixarão de existir.

Existem 30% de cigarros fabricados em processos arcaicos, com qualidade e origem duvidosa, sem qualquer controle sanitário. Se o nosso cigarro não é bom para a saúde, imaginem esses. Existe um espaço muito grande para que esses 45 bilhões de cigarros ilegais possam ser eliminados.

Nesse ponto, há nossa adesão à Convenção-Quadro, que estabelece coisas boas, pois prevê o combate ao mercado ilícito e possui uma legislação que prevê o consumo para menores. Desde junho do ano passado, o Brasil conta com uma lei que é seguida com relação ao fumante menor. Também estabelece a eliminação de subsídios.

Na Europa, um bilhão de euros foram destinados para subsidiar 350 milhões de quilos de fumo, que faz concorrência ao fumo brasileiro. Como foi dito, há um questionamento quanto ao valor pago ao produtor do fumo brasileiro. São os subsídios de nossos principais concorrentes, que não aderiram até agora: Estados Unidos, China, países da Comunidade Européia, Argentina, países da África. Principalmente Europa e Estados Unidos, que subsidiam a produção, não aderiram e nem vão aderir.

Ora, se já existe uma legislação muito rigorosa e posta em prática no País, o que a Convenção-Quadro fará?

Quando foi apresentada à Convenção-Quadro a questão do meio ambiente, reflorestamento e trabalho infantil, nessa atividade o setor fumageiro, um sistema integrado há mais de 80 anos, dá um exemplo de como se organiza. Tenho certeza de que os mais de 10 mil produtores e trabalhadores que estão no parque da Oktoberfest com certeza estão vibrando com a presença dos Senadores, pois têm a oportunidade de ver, mais uma vez, o trabalho dos Senadores gaúchos, do Governo do Estado e do Governo central na busca do esclarecimento.



É importante que se diga que não somos contra a Convenção-Quadro. Só não queremos que seja feita atropeladamente. Graças à intervenção de V. Ex^{as}, isso já foi postergado. Por essa razão, pedimos mais uma vez muito carinho e muita atenção nessa questão. Por que o Brasil, maior exportador de fumo do mundo e maior produtor, com todo esse cenário de ameaças acerca da falta de alternativa na produção, vai se precipitar?

Mais uma vez, muito obrigado pela presença. O setor fumageiro, o Sindifumo e seus associados colocam-se à disposição dos senhores. Queremos ser parceiros nisso. Se tivermos que adaptar meios, processos, estamos dispostos.

Muito obrigado pela presença dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ouvimos o Sr. Cláudio Henn.

Vamos ouvir agora o Sr. Albino Guever, da Central Única dos

Trabalhadores.

O SR. ALBINO GUEVER – Boa tarde, Senador Suplicy. A terceira pronúncia estava correta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Pedro Simon disse que antigamente sabia de cor todos os nomes dos representantes da CUT. É que a CUT tem crescido tanto (*risadas e palmas.*) Felizmente pude vir a Santa Cruz do Sul para conhecê-lo melhor e saber pronunciar o seu nome. Desculpe-me.

Tem a palavra.

O SR. ALBINO GUEVER – Quero reiterar a saudação já feita pelo Protocolo, mas especialmente saúdo os Senadores gaúchos aqui presentes.

Sou técnico agrícola e represento a CUT na Câmara Setorial do Fumo, quando Pedro Simon era o governador do Estado, estava entre os maiores plantadores de fumo do Estado do Rio Grande do Sul, e também trabalhei, por um período de quatro anos, dentro da indústria fumageira.

Como já disse para os meios de comunicação e também em Brasília, nos dias 31 de maio e 1º de junho deste ano, em sessão solene na Câmara dos Deputados, quero reiterar aqui o que disse lá, mas está à disposição de todos os deputados federais, de toda a sociedade, o debate que fizemos em 31 de maio, na (*inaudível*), e dia 1º de junho a apresentação deste debate na Câmara dos Deputados.

Esse debate é por demais esclarecedor. Primeiro, todos aqui acompanham esse debate, e muitas manifestações ouvimos durante um período recente, de 12 de setembro para cá, que diziam: fim do fumo, erradicação da cultura do fumo, vai ser proibido plantar fumo. Ouviu-se de tudo. E quem falou isso demonstra um desconhecimento muito grande do que está sendo debatido, principalmente desconhece o texto da Convenção-Quadro. Então nada disso está presente na Convenção-Quadro e ficou claro aqui pelas manifestações de apresentação.

Quero fazer uma afirmativa que faço em todos os lugares, pela minha experiência de ter trabalhado na indústria fumageira por um período e depois



como plantador de fumo. Digo, sim, o fumo é um bom negócio, só que é um bom negócio para a indústria fumageira! (*Palmas.*)

Tem que ficar muito claro para todos que estamos falando de um monopólio internacional, estamos falando de empresas transnacionais que controlam a produção na Alemanha, nos Estados Unidos, na Argentina e aqui no Brasil. E elas têm um interesse sendo manifestado claramente ou por entre as flores, como se diz no popular. E aí o que vem na memória das pessoas, Senadores, quando falamos em lucro. Qual é o setor que tem o maior lucro no Brasil? Bancos? Não, é o setor fumageiro. Os bancos têm um lucro extraordinário, na ordem de 10%, 11%, 12%, 14%, que é o caso do Bradesco, isso sobre o patrimônio líquido. O lucro sobre o patrimônio líquido, em média, das indústrias fumageiras é de 55%. Está à disposição no *site* das empresas: www.souzacruz.com.br. Está lá, quem quiser olhar, o lucro é de 55% sobre o patrimônio líquido.

Então se é um absurdo, segundo alguns analistas, o lucro do setor

bancário, o lucro do setor fumageiro é um absurdo multiplicado por quatro.

Ao mesmo tempo o que nós trabalhadores do setor, o que nós fumicultores

recebemos, falou-se em pesquisas, olhem as pesquisas da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, lá está claro, recebemos menos de um

salário mínimo por mês, por pessoa/ano. Isso está claro na pesquisa.

Outro dado. Essa renda não pode ficar concentrada nas mãos de poucos, e esta renda que hoje é gerada aqui no Brasil é transportada para bolsos que não são brasileiros. Está na hora do Governo brasileiro assumir uma posição clara e que tenhamos uma política efetiva de distribuição da renda do setor. Qual é nosso principal problema atualmente por parte dos fumicultores? O fumo está ficando que nem feijão, quem nem milho, que nem soja, está sujeito à lei da oferta e da procura. Quando tem fumo em grande quantidade não tem preço para nós, para nossas famílias, para nossos agricultores. Quando o fumo falta, como faltou há dois anos, fazem leilão, fazem disputa correm atrás, pagam o dobro do que foi combinado nas negociações.

A sugestão que eu gostaria de deixar é que o Brasil precisa adotar um sistema de quotas de produção. Eu gostaria que isso fosse bem estudado, Senador Fernando Bezerra, que quem deveria autorizar o plantio do fumo, quanto cada produtor pode plantar, é o Governo, por meio de um estudo científico, comprovado, da lei de oferta e procura, da demanda de mercado.

Quero afirmar, para a surpresa de muitos, que os analistas de mercado, a FAO, o Ministério da Agricultura do Estados Unidos, várias entidades, apontam claramente a migração da produção de fumo para o Brasil. Quando o Senador Pedro Simon era Governador, éramos 60 mil



fumicultores. Hoje somos 200 mil fumicultores no Brasil e os dados apontam que seremos mais de 300 mil famílias plantando fumo em 2020, 2025, quiçá não chegar perto das 400 mil famílias. Crescerá a produção de fumo no Brasil porque aqui recebemos US\$1.20 pelo quilo enquanto na Europa pagam US\$10.00. Está certo, tem subsídio, só que o subsídio é um percentual disso. Lá, recebem em torno de R\$600,00 pela arroba, mas paga pela indústria fumageira que está aqui e está lá, R\$400,00 pela arroba assim como nos Estados Unidos existem subsídios mas o valor é praticamente seis vezes maior do que aqui.

Quero concluir dizendo que esse crescimento que se dará no Brasil segue e precisa ser acompanhado. As quotas de produção podem apontar esse crescimento, mas as quotas de produção serão importantes no momento em que tivermos de reduzir a produção de fumo, que, talvez, se dará daqui a 50 ou 60 anos. Gostaria de dizer que segue o debate na câmara setorial, viemos debatendo a Convenção-Quadro desde o início, desde a reunião de instalação no dia 12 de dezembro. O representante da Philip Morris pediu e pautou a questão, que vem sendo discutida.

Só quero fazer uma recomendação ao Governo Lula. Por favor, transfira a coordenação política das câmaras setoriais para a Casa Civil, para evitar que armadilhas políticas como essa sejam montadas novamente. *(Aplausos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Albino Guever. Eu queria informar que o Ministro da Agricultura está presente representado pelo Sr. Francisco, que logo mais virá falar pela Câmara Setorial do Fumo. Portanto, o Ministro Roberto Rodrigues também enviou o seu representante.

Outra observação: diversos deputados federais aqui presentes estão me informando que às vezes na Câmara dos Deputados toma-se uma decisão, digamos, porque o Ministro da Saúde, no caso, o Governo pediu muito ao Presidente da Câmara dos Deputados que pudesse dialogar com os Líderes para que uma medida tal como a ratificação da Convenção-Quadro pudesse ser votada com bastante atenção e rapidez, num regime de urgência, e foi o que aconteceu sem que pudesse os Parlamentares, Deputados Federais, sobretudo desta região, estarem com a possibilidade de dizer para fazer, antes, a audiência, mas que estão aqui presentes e tão preocupados quanto nós, Senadores, para que essa decisão seja tomada, com a colaboração deles nesse debate. Conforme todos que aqui



tiveram a iniciativa de nos convencer a nós Senadores que era importante fazê-lo felizmente, está procedendo como, aliás, o Sr. Cláudio Henn tinha ressaltado.

Senador Fernando Bezerra, os Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim já disseram que todos nós seríamos tratados com muita atenção e respeito. Com carinho mesmo.

Quisera que todas as reuniões, sobretudo para decisões tão importantes para o povo brasileiro, pudessem ser objetos de audiência pública como a que a Universidade de Santa Cruz e todas as entidades presentes hoje estão realizando. Nesse sentido, ouvimos opiniões tão interessantes que fazem desta audiência um exemplo de participação de todos os segmentos. Estamos aprendendo muito com a presença de todos aqui. *(Palmas.)*

Ouviremos agora a exposição do Presidente da Federação Nacional dos

Trabalhadores da Indústria do Fumo e Afins, Fentifumo, o Sr. Dorval Knak.

O SR. DORVAL KNAK – Srs. Senadores, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Afins, entidade que congrega todas as entidades sindicais da área fumageira constituída no Brasil, venho a este debate para dizer que nós da área fumageira representamos em torno de quarenta mil trabalhadores das indústrias com carteira assinada – esse segmento é na indústria, sem considerarmos os afins dessa área. Os trabalhadores do setor fumageiro e afins têm auferido e auferem salários acima da média nacional, além de gozarem de uma grande gama de benefícios sociais, extensivos aos seus dependentes, bem como de assistência médica, odontológica, ambulatorial e social. Eles usufruem, Srs. Senadores, de condições de trabalho dentro das normas editadas pelas autoridades brasileiras e internacionais.

Os trabalhadores do setor fumageiro e afins vêm acompanhando a extensiva campanha deflagrada contra a atividade econômica fumageira, sob o argumento de que fumo faz mal à saúde. As campanhas publicitárias têm dado ênfase ao movimento antifumo e, por conseguinte, causado intranqüilidade aos trabalhadores do setor fumageiro, que temem a exclusão social provocada pelo desemprego, causa maior dos males sociais de todo o mundo.

A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco certamente gerará efeitos catastróficos na massa salarial do setor. As empresas certamente irão reestruturar suas fábricas, transferindo os setores produtivos para outros países.

Convém lembrar também que os efeitos gerados com a campanha antifumo, uma advertência severa da nossa legislação antifumo, não têm diminuído o número de fumantes. Certamente, a ratificação dessa convenção



não irá reduzir o número de fumantes; esses passarão a fumar cigarro de inferior qualidade, de contrabando, sem controle sanitário das autoridades brasileiras. Esses, sim, Srs. Senadores, são prejudiciais à saúde, aos nossos empregos e aos cofres públicos.

Com tais considerações, pedimos a V. Ex^{as} para manifestarem a preocupação dos trabalhadores representados bem como a apreensão sobre os rumores que a campanha antifumo tem despertado no seio dos setores econômicos e sociais vinculados à cultura fumageira, ameaçada e reprimida pela intensa e unilateral campanha da mídia contra relevante precursora atividade econômica do País.

Srs. Senadores, a presença de V. Ex^{as} aqui hoje já foi abençoada por Deus, porque a chuva que hoje veio a cair em nossa região, certamente o fumo, que estava ameaçado quanto à sua qualidade, foi salvo. E eu não poderia medir quanto isso vai representar para o bolso dos produtores, mas, para os nossos trabalhadores urbanos temporários, com certeza, esta chuva de hoje vai proporcionar mais 20 ou 30 dias de trabalho.

Isto posto, Srs. Senadores, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores de Fumo, peço a V. Ex^{as} que reflitam antes da ratificação dessa Convenção-Quadro. Por enquanto, vamos discutir a importância dos nossos empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Dorval Knak.

Vamos, agora, ouvir alguns representantes das entidades estaduais e da Saúde. Primeiro o representante da Associação Médica do Rio Grande do Sul – Amrigs, o Sr. Luiz Carlos Correia da Silva, Coordenador do Projeto Fumo Zero.

O SR. LUIZ CARLOS CORREIA DA SILVA – Ilm^o Sr. Senador Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, demais autoridades da Mesa já mencionadas, minhas senhoras, meus senhores, inicialmente, queremos agradecer a oportunidade para manifestar a posição das instituições médicas do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Estamos aqui em nome não apenas da nossa Associação Médica do Rio Grande do Sul, que representa 20 mil médicos, mas também em nome do Conselho Federal de Medicina – são mais de 250 mil médicos do País –, em nome da Sociedade Brasileira de Pneumologia, que contém mais de três mil especialistas exatamente na área das doenças respiratórias, da



qual já fui Presidente. Atualmente, estou na Associação Médica do Rio Grande do Sul, depois de muitos anos trabalhar como médico na assistência diária aos meus pacientes.

Levado por uma série de circunstâncias, principalmente pela missão que penso que devo cumprir na minha profissão, hoje estou trabalhando bastante dentro do associativismo não só da classe médica, mas também na interface da classe médica com a comunidade.

Trabalho com pessoas doentes do pulmão e, para fazer talvez uma devolução ao que o senhor disse nesse grau, trouxe um paciente que peço a gentileza de se levantar, Sr. José Carlos Lemos, que é portador de enfisema pulmonar. Ele já usou oxigênio, hoje está em processo de reabilitação e representa aqui oito milhões de brasileiros que são portadores dessa doença.

Nós temos, no nosso País, nada mais, nada menos do que oito milhões de pessoas com enfisema pulmonar. E sabe-se que de cada 100 pessoas que fumam, 20 terão enfisema pulmonar.

Note-se que, dentro deste recinto, ninguém está fumando. Isso já reflete consciência e respeito, e o nosso País é exemplar nesse papel.

O tabagismo, durante muito tempo, foi considerado uma escolha para um estilo de vida; hoje a ciência médica considera o tabagismo uma doença crônica, causada pela dependência de uma droga chamada nicotina. Infelizmente, um dependente da nicotina não só, ao inalar a fumaça do cigarro, leva a nicotina, e sim mais 4.700 substâncias tóxicas para o seu pulmão e para o seu organismo.

As pessoas não fumam porque querem, como vi numa faixa na entrada da cidade. O cigarro não é escolha; é uma dependência. Hoje, qualquer profissional da área da saúde, qualquer pessoa informada sabe que um dependente químico não escolhe usar a droga; ele é compulsivo nesse sentido.

Os representantes das entidades da área da saúde que aqui estão vieram para cá porque têm grande consciência do problema, e não somente do problema atual. Temos estudos científicos indicando que, a continuar como a epidemia está indo, dentro de dez anos, teremos o dobro do problema. Sobre isso nós temos que pensar.

Os representantes da fumicultura presentes merecem todo o respeito. Nós compreendemos isso. Eles estão aqui defendendo os seus direitos adquiridos. E isso tem que ser considerado pelo nosso Governo no momento em que a Convenção for ratificada. E ela vai ser ratificada, mais cedo ou mais tarde. Se for mais tarde, perderemos a grande oportunidade de participar das decisões da fase da sua implantação que serão muito importantes.

Todos queremos a mesma coisa. Queremos saúde, qualidade de vida, boa renda. Nós, médicos – e eu vou fazer um parêntese para falar o que a medicina fez nas duas últimas ou três décadas.

Com a realidade da população brasileira, não poderia a medicina continuar sendo privada. E a saúde brasileira hoje é assistida pelo SUS que



é, digamos, o setor do Governo que cuida do cidadão, e por convênio, que são aqueles que fazem os contratos com os usuários, com os interessados, e depois os repassam para o profissional pelo seu trabalho.

Eu não tenho a mínima dúvida que se nós, médicos, fôssemos optar, jamais teríamos convênios, jamais queríamos SUS. Nós ganhamos muito menos com isso. Mas isso é necessário, se não fica restrita a assistência a um pequeno número, porque a nossa população, na imensa maioria, não tem poder aquisitivo.

A classe médica cedeu. Obviamente que não totalmente satisfeita. Ninguém fica contente porque vai passar a ganhar menos. Eu não sou satisfeito com isso. Mas me dobro diante da necessidade de saúde pública, a necessidade social que o País tem.

Neste momento em que discutimos se o Brasil deve ou não confirmar a sua participação nessa Convenção, gostaríamos de deixar claro alguns pontos. Primeiro sobre o lado da saúde. Você sabe que mais de cinco milhões de pessoas morrem no mundo, 200 mil no Brasil. E isso vai aumentando. Se nada for feito, isso vai me incomodar muito.

Sobre a Convenção-Quadro, já está praticamente ratificada pelo número mínimo necessário de países para o seu início. O Brasil não decide mais se a Convenção-Quadro vai em frente ou não; apenas tem-se que decidir se entramos no processo ou ficamos de fora.

Em nome das instituições que aqui representamos e dos cidadãos brasileiros que priorizam a saúde, queremos manifestar expectativa de que a decisão dos Srs. Senadores seja a mais sábia para o bem da nossa população.

Esperamos que o Estado do Rio Grande do Sul seja sempre lembrado na história futura, pelo seu desenvolvimento graças a grandes projetos de crescimento, sempre em benefício de todos e nunca em troca do prejuízo de milhões de cidadãos e de vidas. Que o Brasil não seja, em um futuro próximo, lembrado e estigmatizado como sendo um País que mais exporta um produto que mais malefícios causa hoje para a humanidade na área da saúde. Que os fumicultores brasileiros de hoje sejam amanhã beneficiados pelas políticas que serão implantadas, pela mudança de cultivo e que não tenham que enfrentar os prejuízos inerentes ao desaquecimento do setor, que acontecerá inexoravelmente nos próximos anos, porque o mundo do futuro é um mundo sem tabaco.

Todos nós sentimos isso. Que os políticos ora envolvidos neste processo sejam, para sempre, lembrados como iniciadores de uma nova era da Nação brasileira em que se prioriza a saúde, o bem-estar do cidadão, mesmo que isso tenha de acontecer em detrimento de resultados financeiros, passageiros, setoriais e imediatos. E que, se o contrário acontecer, que exista plena consciência da responsabilidade com as conseqüências que advirão das atitudes tomadas.

Que Deus os ilumine nessa tomada de decisão em que os médicos estarão sempre em prol da sua saúde.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos Corrêa da Silva, pelo seu importante depoimento do ponto de vista da saúde dos seres humanos.

O representante da Associação Médica de Minas Gerais, Sr. Paulo César Rodrigues Pinto Corrêa, informou que, por motivo pessoal sério, não pôde estar presente, agradecendo muito o convite.

Então, agora, passamos a palavra à representante da Diocese de Santa Maria, responsável pelo Projeto Co-Esperança, Irmã Lourdes Maria Dill. (Palmas.)

A SR^a IRMÃ LOURDES MARIA DILL – Uma saudação a todos e uma muito especial ao Dr. Eduardo Suplicy, coordenador desta Mesa e desta Comissão.

Com muito orgulho, sou a primeira mulher a ocupar a voz aqui nesta tribuna para defender a vida. A vida em primeiro lugar. (Palmas.) Tivemos também alegria de participar em Brasília, no dia 15 de setembro, de importante momento da audiência pública que lá se realizou.

Estou aqui representando o Projeto Co-Esperança da Diocese Santa Maria, a Cáritas do Rio Grande do Sul, que está presente hoje em mais de 200 países, defendendo a vida; o Consea do Rio Grande do Sul, Conselho de Segurança Alimentar; a Pastoral da Terra da Diocese Santa Maria, e as cinco dioceses que compõem o Interdiocesano Centro.

Gostaria de aqui refletir o que muitos já trouxeram: que este é um momento histórico, um momento altamente democrático em que ambos os lados temos o direito e também o dever de nos pronunciar sobre as nossas posições e as nossas posturas em favor da vida. Trago aqui a voz profética de uma grande multidão de pessoas que acreditam na vida e a defendem em qualidade e quantidade com relação a saúde, meio ambiente, alternativas à cultura do fumo, distribuição justa da terra e substituições para a cultura do fumo.

Para nós, a Igreja, profetizas e profetas, o fumo é uma cultura de morte. Mesmo trazendo benefícios econômicos, gera muitos custos aos cofres públicos, tirando muito mais dinheiro do que trazendo. Por isso, para nós, o fumo é uma cultura de morte. O fumo alimenta o quê? O vício. O vício, que causa a triste dependência, igual a outras drogas. Só fuma quem é dependente dele. O fumo enriquece a quem? A uma minoria. E temos certeza de que as falas aqui selecionadas cuidadosamente de produtores de fumo, com todo o respeito, não foram as falas da grande multidão de pequenos produtores que hoje plantam fumo e que estão sim em extrema pobreza. Alguns estão bem porque têm melhores condições.

Por outro lado, também não defendemos a idéia do fumo ecológico. O fumo, por si só, é uma cultura de morte. Queremos, e o Brasil é líder mundial nessa reflexão, criar a cultura de vida, produzindo alimentos saudáveis e ecológicos para que mais pessoas possam ter trabalho, dignidade e inclusão social.

Muitas pesquisas já foram realizadas e muitos produtores deixariam de plantar fumo se houvesse, de fato, alternativas viáveis. E há. Nós da Diocese de Santa Maria, por meio do Projeto Esperança e Co-Esperança, há



quase 20 anos, junto com a Diocese do Interdiocesano Centro, temos os seminários de alternativas à cultura do fumo. Faço já um grande desafio a todas as senhoras e senhores, e gostaria também da presença de alguns Senadores: no dia 30 de julho de 2005, na Diocese de Cachoeira do Sul, vamos debater as formas alternativas de substituição ao fumo. Na Diocese, temos hoje mais de 200 grupos que são trabalhadores urbanos e rurais que se organizam, produzem alimentos ecológicos, saudáveis. E hoje são mais de 3.700 famílias que sobrevivem desta renda. E esses trabalhadores urbanos e rurais, na sua maioria, têm hoje coordenados 40 pontos fixos de comercialização direta, onde quem estabelece o preço direto ao consumidor é o produtor.

Então, temos que reverter essa lógica. Primeiro, na produção de alimentos ecológicos. E estão aqui as sementes que, para nós, são vidas e vidas em plenitudes. E queremos fazer o resgate dessa semente crioula para que o produtor possa ter sua semente para produzir alimentos de qualidade.

O Brasil nunca falou tanto em segurança alimentar nutricional, sustentável como nesses dois anos. Em todo o Brasil, estão espalhados os Conseas – os Conselhos de Segurança Alimentar – que vêm debatendo política pública de segurança alimentar.

O nosso Consea aqui do Rio Grande do Sul, representado por minha manifestação neste momento, está se fazendo presente, e hoje inclusive tem a sua reunião em Porto Alegre para debatermos políticas públicas e de segurança alimentar para que, de fato, aqueles agricultores que queiram parar de plantar fumo tenham essa grande possibilidade. E respeitamos aqueles que querem continuar plantando fumo, com todo o respeito. Mas quanto àqueles que querem parar, os governos nas esferas federal, estadual e também municipal deveriam, de fato, proporcionar essa possibilidade, gerando fundos próprios com essas perspectivas, para que eles possam ter subsídio e condição de trocar a cultura do fumo por cultura de alimentos saudáveis. Para nós, não causa nenhuma alegria hoje o Brasil exportar quase 90% do tabaco para o mundo, porque isso significa uma exportação de cultura de morte. Se tivéssemos exportando alimentos saudáveis para muitos outros países, especialmente para os que mais necessitam, teríamos muito mais alegria.

E quero dizer que a posição dessas organizações que aqui representam defendem, sim, a urgência máxima, Srs. Senadores e autoridades aqui presentes, a urgência máxima de o Brasil ratificar a Convenção-Quadro.

O Brasil não pode ficar do lado de fora. O Brasil foi um dos líderes que ajudou construir essa Convenção. O Brasil precisa, sim, em nome da democracia, participar, respeitando as fumageiras e respeitando também os produtores de fumos que queiram continuar neste plantio. Mas precisamos olhar para aquela grande multidão de pessoas trabalhadoras que querem cultivar, sim, a cultura de vida, a cultura de alimentos saudáveis, e querem trabalhar a questão da Fome Zero, da segurança alimentar nutricional sustentável.



Quem bom que aqui ninguém fuma e que, no Brasil, temos uma das melhores legislações antitabagista. E eu lembro assim com muito carinho, Senador Eduardo Suplicy, que, no dia 15 de setembro, em Brasília, todas as falas favoráveis ao fumo. As pessoas iniciavam assim: “Na minha família ninguém fuma; temos consciência de que o fumo, sim, é uma cultura de morte, ela traz muitos problemas de saúde e ela causou muita morte precoce à humanidade, está causando e continuará causando.”

Então, temos consciência de que o fumo não é alimento, o fumo é uma cultura de morte, e queremos substituí-la, com muita urgência, por uma cultura de alimentos saudáveis. Estão aqui nossos senadores, deputados, prefeitos em tamanho número, agricultores – e quero saudar todos – que estão lá no ginásio, movimentos sociais e pessoas que acreditam na vida.

Queremos mandar também pelos representantes do Governo essa urgência máxima. As nossas dioceses do *(inaudível)* centro vão fazer uma referência piloto. E estamos dispostos a fazer uma referência piloto reforçada nessa experiência do Projeto e esperamos com esperança aqui na Diocese *(inaudível)* centro.

Gostaríamos que os senhores fossem nossos porta-vozes e levassem esse desafio ao Governo e que pudéssemos implantar no Brasil uma experiência piloto de alternativas à cultura do fumo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quero assegurar o respeito a todos os oradores, mas preciso fazer um aviso de urgência. Como alguns oradores falaram um pouco mais e é importante ouvirmos os Senadores, temos que limitar o tempo dos próximos oradores. Vou pedir que venham ao microfone, para falar um em seguida ao outro, o representante da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, o representante da Câmara Setorial do Fumo, Sr. Francisco Signor, a representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Cruz das Almas, Bahia, Josenita Souza Salomão, e o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz, Jânio Frantz.

Os senhores terão menos de cinco minutos cada um para que possamos ouvir os Senadores, dada a urgência de termos de nos deslocar para o aeroporto.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRY – Permita-me saudar a todos os integrantes da Mesa, todos os que estão aqui presentes, políticos, lideranças sindicais e principalmente os nossos produtores e também, com muita alegria, os nossos caros prefeitos, congregados através da Famurs, tanto os atuais como também um grande número de prefeitos eleitos e/ou representados, dos 342 municípios que hoje, na sua base econômica têm a produção de fumo.

Palavras comovem e exemplos arrastam. Quero também cumprimentar o Dr. Luís Carlos pelo exemplo de um paciente e dizer que neste ambiente não vejo ninguém fumando, mas também ninguém está bebendo. (Palmas.)



Meu caro Secretário de Justiça e Segurança, V. Ex^a é testemunha de que, neste exato momento, lá fora, alguém está morrendo ou matando no trânsito por embriaguez. (Palmas.)

Neste instante, principalmente crianças desprotegidas estão sendo espancadas por seus pais embriagados, o que não fariam sóbrios. Neste instante, alguém num hospital deve estar agonizando por ter contraído uma cirrose.

Não vim aqui defender o cigarro, mas, se entrarmos no campo da saúde, seria interessante que a Organização Mundial da Saúde incluísse também a bebida alcoólica, para fazer um pacote. Quando viemos para cá, havia um cartaz dizendo: “Não podemos exportar o progresso”. É verdade. Um país que precisa exportar não pode desconsiderar US\$1,6 bilhões na exportação. Não se pode abrir mão de um mercado internacional que compra as nossas safras.

Se a nossa produção de alimentos – belo exemplo, minha irmã –, fosse valorizada neste País e tivéssemos aqui uma política agrícola que valorizasse a produção de alimentos, não precisaríamos dizer para os nossos produtores pararem de produzir fumo. Aliás, quem falava que o acordo não prejudicava... O Mercosul também não era para prejudicar, mas vejam o arroz que está vindo dos nossos vizinhos sem que tenhamos o poder de trancar, afetando a nossa economia. Vejam a crise do feijão, da soja, da carne bovina.

Portanto, se houvesse, neste País, uma política para valorizar alimentos, certamente, todos os nossos fumicultores estariam produzindo alimentos com o maior prazer. (Palmas.)

Meu enfoque neste momento não poderia ser outro, a não ser em dois aspectos. Primeiro, aquilo que representa a fumicultura para as economias municipais – seis milhões de tributos que são gerados no País e que sustentam as nossas economias, meu caro Prefeito Devenan Soares, maior produtor de fumo, e que garante os nossos orçamentos municipais. Dos municípios gaúchos, 68% têm na sua economia a produção de fumo.

Nosso enfoque não poderia ser outro, a não ser aquele de defender quem produz o fumo, as nossas centenas de milhares de pequenos produtores rurais que hoje se dedicam à produção.

Se falarmos do campo tributário, meus caros prefeitos, lideranças, já não basta hoje termos essa extraordinária concentração tributária em Brasília, que detém praticamente 60% do bolo tributário, sem partilhar isso de maneira mais justa com os municípios. Parece-me que, agora, uma atitude dessas vai refletir direto na economia dos municípios novamente, vai prejudicar os municípios. A Nação, afinal, acha o seu jeito de sobreviver. O Governo Federal tem suas maneiras de criar contribuições, tributos que sustentam o Governo no âmbito federal, mas os municípios dependem diretamente desses retornos.

Já foi falado antes aqui, precisamos hoje elogiar a vinda dos Senadores aqui para a nossa Região. Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é testemunha de que muitas lideranças daqui estiveram em Brasília, e havia também na época quem dissesse que era querer criar terremoto em copo



d'água. E há de se lembrar que a aprovação na Câmara passou até despercebido por acordo de liderança de nossos Deputados, que não tiveram a oportunidade de, nem entre eles, debater o assunto, muito menos com os segmentos envolvidos. No momento em que foi interceptada tramitação do projeto no Senado, já em caráter para ser votado em regime de urgência, houve o aceno de nossos Senadores de pararem com a tramitação e começarem a escutar. O primeiro grande passo dos nossos Senadores. Senador Bezerra, foi realmente um gesto importante.

O segundo, foi criar a oportunidade de podermos ir a Brasília, numa audiência pública, levar também as nossas considerações de todos os setores. E o terceiro grande gesto foi vir hoje aqui para a nossa Região e nos ouvir, de poder levar daqui uma idéia de que a nossa preocupação é, sim, com a saúde. E ninguém veio aqui defender a morte. Aliás, se falamos em defender as nossas economias, estamos defendendo a vida das famílias de pequenos produtores rurais, que dependem desta economia, porque historicamente se criou essa cultura de produção de fumo, incentivada inclusive pelos governos. Se hoje o Governo quer inverter a matriz produtiva, precisa primeiro apresentar as soluções. Não adianta dizer que vai assinar o acordo, e depois vê como se resolve. O acordo estabelece restrições ao consumo, mas também à produção de tabaco. Portanto, queremos que, antes de assinar o acordo, haja o encaminhamento.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que, se temos por princípio básico o trabalho como um valor, como uma dignidade de vida, neste momento não podemos tomar atitudes que comprometam a retribuição pelo trabalho de nossos agricultores e agricultoras. Do contrário, não estaremos dignificando o trabalho. Ele não será visto como um valor essencial para suportar a nossa sociedade.

Portanto, leve daqui as nossas considerações, Senador Bezerra, também que no seu relatório, como tão bem diz o Esperoto: na hora de assinar, de relatar, leve em grande consideração a possibilidade de postergarmos isso pelo menos uns dez anos.

Para encerrar, meus caros Prefeitos, quem sabe lançamos a proposta, dizendo ao Governo Federal: tudo bem, querem fazer a conversão, deixem ficar nos cofres municipais tudo o que se arrecada neste País a título de tributos e impostos vinculados ao fumo. Vamos fazer a conversão. Somos parceiros do Governo Federal, do Estadual. Sempre fomos. Que este seja o primeiro sinal do nosso Governo Federal. Se realmente não quer prejudicar os pequenos produtores, que tome a atitude de descentralizar os recursos, deixar os municípios, que nós vamos saber aplicá-los. Afinal, fomento econômico nós também sabemos fazer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Representante da Câmara Setorial do Fumo e do Ministério da Agricultura, o Sr. Francisco Signor.

Eu peço aos três últimos oradores concisão, pois se não abreviarem, será impossível ouvir os Srs. Senadores.



O SR. FRANCISCO SIGNOR – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Senador Suplicy, demais Senadores, autoridades que fazem parte da Mesa e autoridades presentes neste auditório. Darei a rápida cronologia da Câmara Setorial do Fumo.

No dia 24 de outubro do ano passado, nós, neste mesmo espaço aqui, na (*inaudível*) nos foi propiciada a oportunidade de, através do primeiro diálogo, encaminhar a proposta de constituição da Câmara Setorial do Fumo.

No dia 12 de dezembro de 2003, também criamos aqui, neste mesmo espaço, foi instalada a Câmara Setorial do Fumo. E, a partir do dia 15 de janeiro de 2004, se iniciaram, então, as reuniões periódicas, propriamente ditas, da Câmara Setorial. E, até o presente momento, foram realizadas seis reuniões nos diferentes Estados do País onde se produz fumo e em Brasília.

Senador, queríamos agradecer a sensibilidade de V. Ex^{as} e dizer que a questão da Convenção-Quadro a discussão e que a anterior à criação da Câmara Setorial e deste Governo também. Quero também no momento externar aqui o nosso abraço em nome do Ministro Rodriguez, que gostaria de estar aqui presente e está muito preocupado. Eu registro a preocupação de S. Ex^a com a questão econômica, social e também com a saúde. Os debates que se sucedem na Câmara Setorial não são diferentes das manifestações que ouvimos aqui hoje, Senador. Por isso, entendíamos que, enquanto Câmara Setorial, deveríamos, sim, concordar com os Senadores e sugerir a S. Ex^{as} e aos Deputados que visitassem a região e, se possível, se realizasse aqui, neste espaço, uma audiência pública. Estamos percebendo, hoje, que ela tem muito êxito. E tínhamos uma preocupação muito grande, junto com as demais entidades representativas da Câmara Setorial, que ela transcorresse nesse clima civilizado que está ocorrendo com a qualificação do debate que está tendo.

Penso que esta orientação do Presidente Lula também, manifestando esse desejo de fazer com que esse debate fosse mais amplo e abrangente, para que a sociedade possa participar, enfim, dos resultados e dos desdobramentos que, com certeza, virão, também vêm ao encontro aos interesses coletivos de toda a sociedade. Por isso, creio que estamos de acordo e sintonizados com essa proposta. A Câmara Setorial é uma orientação do Presidente Lula implementada pelo Ministro da agricultura Roberto Rodrigues.

Então, queremos, Sr. Ministro, dizer que, como todas as Câmaras temos realmente nossos problemas e antagonismos; algumas questões são hegemônicas; outras são antagônicas, e trabalhamos essa lógica, oxigenando a realidade, o nosso dia a dia.

Percebemos hoje aqui que as manifestações, com certeza, orientarão os Srs. Senadores que já têm um acúmulo muito grande nessa área. Mas nada como estar presente no local, onde se produz o fumo e, particularmente no Rio Grande do Sul, que novamente detém a maior produção de todo o País, estar aqui hoje sediando a Câmara Setorial.

Nós gostaríamos, estou aqui abreviando, Sr. Ministro, Senadores, e também deixando alguns pontos para depois em função do o adiantado da hora. O objetivo da Câmara Setorial realmente é congregar a todos, ouvir



todos os segmentos, seja de que setor for, público, privado, órgãos de Governo, representações de Estado, de municípios e da União. E procuramos no meio de tudo isso equilibrar todas as tendências, procurando equalizar as questões mais polêmicas, dirimir muitas dúvidas, estabelecer um ponto de equilíbrio entre os interesses que são divergentes. É nessa linha que trabalhamos, orientados pelo nosso Governo Lula, e que esperamos continuar, a partir de agora, com certeza, pautando as nossas da Câmara Setorial, com relação à Convenção IV.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Francisco Signor.

Passamos a palavra à Sr^a Josenita Souza Salomão, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo de Cruz das Almas, Bahia. Pedimos também brevidade, por favor.

A SR^a JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Saudações aos Srs. Senadores, às autoridades presentes e às representadas.

Eu, como sou da Bahia, tenho a dizer que lá temos oitenta e poucos mil habitantes. Quinze mil habitantes dependem da indústria do fumo. Como temos seis fábricas de charutos – quatro são de plantio e beneficiamento do fumo.

Eu somente tenho a pedir a V. Ex^{as}, que envolve direto e indireto aos

beneficiamentos, sendo a fábrica e o charuto, né? Fica o pedido para que

não aprove a ratificação.

Como ficam essas pessoas que dependem dessa indústria do fumo? Teve a Suerdieck Charuto e Cigarrilha, que fechou e o comércio acabou. As pessoas passaram fome, necessidade. A Agro-Comercial Fumageira S.A. empregava 3.500 pessoas e 5.000 direta e indiretamente.

O que eu tenho a dizer é isso, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr^a Josenita Sousa Salomão.

Agora, o Presidente da Associação Comercial de Santa Cruz, Sr. Jânio Frantz.

O SR. JÂNIO FRANTZ – Boa tarde, Senador Eduardo Suplicy. Atendendo à solicitação de V. Ex^a de ser breve eu gostaria de fazer apenas duas ou três pequenas ponderações.

Em primeiro lugar, foi dito aqui, hoje à tarde, que em Santa Cruz do Sul, ou na comunidade, as pessoas que atendem ou que trabalham no segmento da produção de fumo seriam miseráveis. Eu contesto isso veementemente, porque há pouquinho enxergávamos, no Poliesportivo, mais de dez mil produtores. Eu não posso concordar que isso venha a ser uma verdade. Quem produz fumo tem dignidade, trabalho e capacidade produtiva.

Segundo aspecto. Na nossa economia, historicamente, as empresas tiveram envolvimento – e nós sempre víamos, do ponto de vista da nossa comunidade – com a tradição que o tabaco tem na nossa região, de mais de



oitenta anos. É um setor que produz independentemente, gera riquezas sem subsídios e bens para toda uma economia, toda uma estrutura que vem de encontro a trazer efetivamente capacidade de produção e gerar riquezas para toda uma região, especialmente a região aqui do Sul do Brasil.

Para finalizar, atendendo especificamente à orientação de V. Ex^a, eu quero dizer que a nossa economia depende exclusivamente, na sua magnitude, do setor fumageiro. Ele gera riqueza, renda e bem-estar social. Na medida do possível, quando declinarem sobre a ratificação, ou não, da Convenção-Quadro, nós gostaríamos que V. Ex^{as}, Senadores, fossem sensíveis à comunidade, aos anseios de toda uma população que realmente precisa ser considerada e atendida.

Um abraço e certeza nas decisões de V. Ex^{as}. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nós vamos passar, agora, a palavra ao Senador Fernando Bezerra, relator do projeto do decreto que aprova a Convenção-Quadro. Mas eu prometi, e vou cumprir. Eu vou pedir a cada um dos prefeitos que eu mencionar que se levante. Eu vou ter que fazer isso tão rapidamente, vai ter que ser telegráfico, mas assim o Senador Fernando Bezerra vai saber que está falando para tantos prefeitos aqui presentes: Lauro Reinoldo Reetz, de Agudo; Danilo José Bruxo, de Arroio do Meio; João Dalci Costa Ferreira, de Arroio do Tigre; José Carlos Silva Silveira, de Arroio dos Ratos; Sérgio Reginato Velere, de Arvorezinha; Luiz Raul Goulart da Silva, de Barão do Triunfo; Pedro Aelton Wermann, de Bom Retiro do Sul; Harry Schunke, de Boqueirão do Leão; Fernando Ruskowski Lopes, de Butiá; Pipa Germana, de Cachoeiro do Sul; João Carlos Fagundes Machado, de Camacuã; Eucy Simões de Oliveira, de Candelária; Cláudio Lesnik, de Dom Feliciano; Otacilio Anibal Ballestro; Jaime Ricardo Gonzatti, de Eldorado do Sul; Geraldo Fernando Mânica, de Estrela; Ademir Carlos Ruvier, de Faxinol do Soturno; José Luiz Martins Neto, de General Câmara; Coraldino Calmes da Silveira, de Erveiras; Alceu Jacinto Dal Ri, de Ibarama; Arthur Joaquim Bossebohn, de Lagoa Bonita do Sul; Gelci Helton Marende, de Marquês de Souza; Crespim Antonio Rizzi, de Mato Castelhano; João Aurélio Weldner, de Mato Leão; Gildo Giondo, de Nova Bréscia; Valério Helzio Laval, de Novos Cabrais; Elmo Ivo Schmengler, de Paraíso do Sul; Vanderlei Baptista da Silva, de Passa Sete; Airton Pedro Zekte, de Passo do Sobrado; Ernani José Altals, de Poço das Antas; Ângelo Bonasina, de Pouso Novo; Valmor Francisco Soleti, de Progresso; Jadir José Radaere, de Raiovago; Edmilson Meuler Brum, de Rio Pardo; Bruno Rossi, de Roca Sales; Antonio Pedro Salles Sartória, de Roque de Gonzalez; Lindomar Elias, de Salto do Jaqüi; José Antonio Adams, de Santa Clara do Sul; Sérgio Ivan Moraes, de Santa Cruz do Sul; Italmir Maldonado Chaves, de Santa Margarida do Sul; Alberto Zanotelli, de São José do Herval; João Paulo Gross, de Segredo; Elir Santoro Sartori, de Sério; Lindoberto Pontes, de Sertão Santana; Wilson Wons, de Senimbu; Lademiro Dorzi, de Sobradinho; Osvaldo Pereira Machado, de Itabaí; José Nelson Balense Ferdi, de Itapera; Cláudio Laurindo dos Reis Martins, de Itaquari; Ricardo José Bonstrupe, de Teotônio; Genésio Roque Hofster, de Travesseiro; Claucídio Wendel, de Tunas; Nelson Michel, de Vale do Sol; Roque Alvício Aiserman, de Vale



Verde; Glauco Scherer, de Venâncio Ayres; Heitor Álvaro Petry, de Vera Cruz; e ainda os recém-eleitos: Ari Alves da Anunciação, de Agudo; Atilio Passo, de Arroio do Tigre; Lauro Mainardi, de Candelária; José Valdemar Santana Filho, de Lagoa Bonita do Sul; Valério Enzo Laval, de Nova Cabrais; Júlio Miguel Nunes Vieira, de Sobradinho; Pedro Paulo Marques Amaral, de Serrador; João Dawel Goergen, de Boqueira do Leão; Adão Luiz de Toledo, de Campos Borges; Almeida Deteimbor, de Venâncio Ayres; Guido Hoff, de Vera Cruz; Elton Deteinborn, de Passo do Sobrado; Luiz Paulo Manini, de Progresso; José Alberto Wenzel, de Santa Cruz do Sul; Beatriz Krainovitz, de Vale do Sol; Emir Rosa da Silva, de Vale Verde.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Palmas.)

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei brevíssimo, até porque o meu papel é ouvir.

Ouvi muito bem o que disseram aqueles que defendem a questão da saúde como uma prioridade – que o Brasil subscreva na Convenção-Quadro –, assim como ouvi com muita atenção a área econômica, os plantadores de fumo, a sociedade de toda essa região. Eu queria dizer que se trata de uma situação, mas procurarei, no meu parecer, o equilíbrio, sempre procurei ter em toda a minha vida.

Venho de Santa Cruz também, de Santa Cruz do Rio Grande do Norte, onde nasci. Portanto, considero todos aqui meus irmãos de Santa Cruz do Sul. (Palmas.)

E sou um empresário, antes de ser político; tive a honra de presidir a Confederação Nacional da Indústria, por um período de 7 anos.

Queria apenas dizer o seguinte: vou falar pouco sobre a questão em si, mas, colocar com muita justiça o quanto o Rio Grande do Sul tem a felicidade de ter, no Congresso Nacional, a qualidade de seu representante. Quero falar de forma muito especial aos meus colegas Senadores, que são exemplos de homens públicos. Foram eles os principais responsáveis por essa audiência aqui e agora. Todos eles têm uma história de vida. O Senador Pedro Simon, como o mais velho, certamente ajudou a construir a história desse país, nos momentos mais difíceis e contribuiu para que pudéssemos, hoje, aqui estar exercitando, com tanta liberdade, a democracia.

Tenho também a honra de ser colega do Senador Paulo Paim, um homem sensível (Palmas.) as questões sociais e que tem, em todos os momentos de sua vida, defendido os direitos dos trabalhadores, por um salário melhor, por uma condição de vida melhor.

E tenho a grande honra de ser colega, de partido inclusive, do nosso PTB que aqui nasceu, no Rio Grande do Sul, pelas mãos do saudoso Presidente Vargas, de Sérgio Zambiasi. (Palmas.) Esse grande Senador, um homem extremamente sensível e duvido que o Rio Grande do Sul pudesse ter no Senado uma representação melhor, que pudesse fazer a defesa dos interesses do Rio Grande do Sul, do que os três Senadores que aqui estão.



Certamente isso se repete na Câmara Federal. São inúmeros os Deputados com quem me relaciono e vejo a garra com que eles defendem com a consciência que têm da representação do povo do Rio Grande do Sul.

Era preciso que dissesse isso, porque sobre a Convenção-Quadro devo falar muito pouco. O Governador aqui advertiu que todos nós deveremos ser prudentes, ouvi com muita atenção. Quero aqui, se me permitem, prestar uma homenagem ao Dr. José Gomes Temporão, que é um grande batalhador pelas causas de saúde, no Brasil, como também àqueles que representaram o governo em outras posições.

Mas, o governo brasileiro não tem uma posição fechada sobre isso. O

Ministro da Agricultura tem uma posição diferente do Ministro da Saúde.

Por isso, acho que seria prudente, e é isso Sr. Presidente, Senador

Eduardo Suplicy, que quero sugerir, que V. Ex^a proponha ao Governo

Brasileiro a criação de uma Comissão Mista do Legislativo, do Executivo,

com a participação dos representantes de toda a sociedade – muitos deles

foram ouvidos aqui – para que possamos com prudência, mas com

firmeza, tomarmos uma posição definitiva sobre essa questão. São

questões completamente diferentes. Eu defendo a questão da saúde,

claro, mas eu me preocupo muito com a questão econômico-social. E elas

não são conflitantes. Nós temos que encontrar um caminho. Quem de nós,

pode dizer a milhares de trabalhadores aqui, que amanhã, eles não terão

mais de que viver? Seria insano, seria loucura e nenhum de será capaz de

fazê-lo. Mas seria insano, também, dizer que o Brasil não deve se

preocupar com a questão de fumo. É no equilíbrio dessas duas questões

que eu prometo aos senhores que nós vamos produzir um relatório que

deixe nosso país bem, mas deixe nossa economia, que é a base

fundamental para a qualidade de vida do povo dessa região. Ela fica

preservada. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, dada a necessidade de sair daqui a instantes, assim como eu nos sentimos representados pela palavra do Senador Fernando Bezerra.

Eu quero agradecer, sobretudo, o nosso anfitrião, o Reitor Luís Augusto, e quero aqui passar meu livro de cidadania “A Saída é pela Porta”, e eu gostaria de transmitir, prezado Luís Augusto, a minha vontade é fazer, um dia, uma audiência pública sobre a renda básica de cidadania, tal como vocês fizeram.

Eu vou passar a palavra a V. S^a para concluir brevemente também.

O SR. LUÍS AUGUSTO – Bem, em primeiro lugar, eu quero saudar a todos os presidentes e em especial, Senador Suplicy com a sua sensibilidade de homem público, trouxe, a pedido dos senadores gaúchos e também a pedido do Senador Antonio Bezerra, para Santa Cruz este debate. Muito obrigado pela sensibilidade demonstrada e tenham a certeza que o exemplo democrático que vocês nos deram, será seguido. Gostaria também de dizer que a fumicultura aqui na nossa região, é um componente de identidade cultural muito forte. São 155 anos de produção. Por isso a importância de termos em cautela na discussão. Principalmente porque esta produção se deu, desde o início, sem a interferência do estado. Segundo lugar, citar que a fumicultura constitui a base de economia importante de grandes regiões do estado do Rio Grande do Sul, como já foi dito. Lembrar que ela está associada ao minifúndio, que de certa forma, tem nessa produção, uma importante estratégia de sobrevivência. Destacar, também, que a reconversão econômica de uma região é processo lento e complexo que não se faz do dia para noite, como nós sabemos. É um processo em médio prazo e ela requer envolvimento de muitos atores, especialmente dos governos e, também, de várias entidades que têm que promover pesquisas, como também financiamento, definição de responsabilidades e que tem que haver uma definição muito clara de cronograma. Gostaria de dizer alternativas. Nós temos que pensar, também, em alternativas de outros produtos do fumo. Nós temos uma grande identidade com o fumo, que o fumo já está sendo utilizado em muitos outros locais como instrumento para produzir remédios, roupas, papel. Para citar alguns que nós poderíamos, alguns subprodutos que o fumo vem fazendo. Essa é uma saída que nós temos com o fumo, o fumo como produção identificada nessa região. E gostaria de dizer, especialmente, que a universidade vem produzindo um trabalho de produção de fumo sem agroquímico, junto com a Afubra, com a Fundação Gaia e com o Sindifumo. Esse projeto está sendo entregue a todos os Senadores, porque aqui temos alternativa, para podermos, dessa maneira, chegar a uma nova necessidade.

Muito obrigado.

Um grande abraço.

Obrigado pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Deputado Severo.



Agradeço muito a atenção e a presença de todas as entidades, de todos os produtores, de todos os trabalhadores, de todos os familiares de agricultores, de todos os que trabalham na cadeia de produção do tabaco e do fumo e também de todas as entidades preocupadas com a saúde que aqui estiveram.

Infelizmente, temos de ir imediatamente ao aeroporto.

Posso lhes assegurar que essa foi uma das audiências públicas de maior valor na história do Congresso Nacional. Foi uma audiência pública exemplar, pelo carinho, pelo respeito e pela forma com que todos ouviram as opiniões. Foi um verdadeiro exercício da democracia.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

2ª – 06/12/2004

<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CRE/Notas/20041206EX019.rtf>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a vigésima segunda reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Solicito, em primeiro lugar, a dispensa da Ata da reunião anterior, que, com a anuência dos Srs. Senadores, é dada como aprovada.

Aprovada.

A presente reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal destina-se à audiência pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, conforme a aprovação do Requerimento nº 23/2005 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que é também o Relator da matéria.

Nós temos a felicidade, nesta audiência pública, de ter, aqui, no Paraná – e damos as boas-vindas –, o colega e amigo, Senador do Estado do Piauí, do PFL, Senador Heráclito Fortes, à minha direita, e Relator, como já foi dito, desta matéria no Senado Federal.

Fazem parte também da Mesa a Deputada Selma Schons, que está à minha direita, Deputada Federal pelo PT do Paraná; o amigo e Prefeito de Irati, Sérgio Luis Stoklos; também o Presidente da Câmara de Vereadores, que está cedendo este espaço bonito e agradável para esta reunião da Comissão de Agricultura, para a realização da audiência pública, Roberto Staehlin; e o Presidente da Amcespar, Prefeito de Guamiranga, João Orestes Fenker.

Destaco também para todos os presentes que esta audiência pública da Comissão de Agricultura está sendo acompanhada pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado. E a gravação desta audiência pública,

C:\Documents and Settings\Erica Cavalcanti\Configurações locais\Temporary Internet Files\Content.IE5\HVJ045E6\Notas%20Taquiográficas[1].doc

14/01/11 11:52



em Irati, com a participação de todos os presentes, será, na seqüência, divulgada por esses órgãos de comunicação para todo Brasil.

Então, este é um momento importante de discussão, de debate. É uma das tarefas do Congresso Nacional, nesses momentos e em todos os momentos, ouvir e debater com todos os setores da sociedade, para que os vários pontos de vista possam contribuir para uma aprovação no encaminhamento do Projeto de Lei e fundamentar o parecer do Sr. Relator.

É uma alegria estarmos em Irati para algo que tem uma repercussão não só regional muito importante, em função de todos os empregos, a renda, as famílias envolvidas, os equipamentos, mas esta discussão traz repercussão estadual, nacional, porque é uma decisão que o Brasil tem de tomar, e mundial, porque, na verdade, isso já foi debatido, sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde, na quinquagésima sexta Assembléia-Geral de Saúde da qual o Brasil participou. Então, este debate, com muita satisfação, será feito nesta ocasião.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de passar a palavra, para saudar a todos, ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí, grande amigo do Paraná, a quem todos nós realmente damos as boas-vindas de volta à nossa terra.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com muita satisfação, estou aqui, nesta manhã. A minha alegria! Quero ter certeza também, meu colega Flávio Arns, que ela é dupla. Primeiro, por estar aqui, nesta cidade, simpática, cercado pelo prefeito e por representantes da reunião; e a segunda, porque, finalmente – espero – vamos passar um dia sem ouvir falar em CPI.

Estaremos aqui, durante todo o dia, tendo a oportunidade de ouvir, de discutir esse tema, que é polêmico, mas em relação ao qual é necessário que tomemos uma posição, como representantes do Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, quero dizer, para que fique bem claro: não pedi para ser Relator desta matéria. Ninguém pede para ser relator de matéria como esta. Fui procurado pelo Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra, que alegou alguns argumentos para que eu aceitasse. Aleguei falta de tempo, compromissos em comissões; presido a Comissão de Infra-Estrutura e, no momento, a Comissão discute as PPPs. Aí, comecei a me sentir velho. A experiência como parlamentar já conta 25 anos, e o fato de ser de uma região que não está envolvida diretamente no processo, por não ser produtora de fumo, achou ele que, por esse fato, haveria pelo menos uma inversão na análise da questão. Não é bem assim. Aceitei e estou aqui, nesta manhã, exatamente para ouvir.

A minha providência foi solicitar essas audiências públicas. Deveria ter feito apenas em Brasília. Era mais cômodo, mas não era justo. Acho que o importante é seguir a fonte, seguir a base.

A minha escolha primeira caiu no Paraná, primeiro, por motivos afetivos; segundo, porque acho que a Bancada do Paraná é, talvez, a melhor do Brasil no seu conjunto. No Senado, há três representantes do Paraná que são impecáveis na atuação: o Flávio, que está aqui ao meu lado, foi meu colega na Câmara e sei da sua atuação, da sua determinação e, acima de



tudo, da sua seriedade; os irmãos Alvaro e Osmar Dias dispensam maiores comentários e são excelentes conhecedores da área agrícola do Brasil e, portanto, do Paraná.

A minha alegria de estar aqui com a Deputada Selma Schons, que representa a Câmara Federal nesta nossa audiência pública, o que já demonstra o que eu disse anteriormente: é uma Bancada altamente vigilante, presente, o que é muito bom para todos nós.

De forma que, quero cumprimentar o Prefeito e o Presidente da Câmara dos Vereadores. Quero cumprimentar o Prefeito por nos receber, por nos acolher aqui, nesta audiência pública, e por participar dela; e ao Presidente da Câmara. Se eu não o parabenizasse por nada, eu o parabenizaria por esse belo conjunto que nos mostra aqui.

A esta Câmara de Vereadores, quero dizer aos senhores: tenho viajado muito pelo Brasil, mas, talvez, esta tenha sido a construção mais lógica, mais objetiva e mais coerente para ser a Casa do Povo. O Presidente demonstra que não tem medo de povo, não tem medo de assistência e de presença na Casa. Portanto, parabenizo-o. É uma construção simples, mas altamente funcional. Acho que este é um momento em que deve haver, cada vez mais, esta aproximação; e esta sua iniciativa deixa a sua Casa com as portas abertas para a comunidade que lhe trouxe para cá.

Dito isso, agradeço antecipadamente o carinho de todos aqui, com a presença. E, a partir de agora, a minha posição será outra. Tenho certeza de que sairei daqui rouco de ouvir.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT - PR) - Passo, em seguida, a palavra à Deputada Selma Schons, do PT do Paraná, para saudar também os participantes desta audiência pública.

A SRª SELMA SCHONS (PT - PR) - Cumprimento os componentes corajosos desta Mesa. Como o nosso Senador Heráclito Fortes já falou é um tema polêmico. Saúdo especialmente o nosso Senador Flávio Arns, sempre presente na nossa região, no Paraná, e agora S. Exª atesta que está presente no Brasil - e isso é bom -, ao nosso Prefeito aqui sempre presente, ao Vereador Presidente desta Casa; ao Prefeito, Presidente da região, do nosso território aqui, de (?)Ipamiranga, representando os Prefeitos da região; assim como cumprimento também os demais Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, também os técnicos dos Ministérios aqui presentes, Brasília e Irati aqui nos ouvindo; e cumprimento especial aos agricultores que, neste momento, se apresentam de uma forma bastante inquieta, porque trabalhar em uma reversão de cultura não é fácil, quer novos pensamentos, quer novas adaptações, novas tecnologias, novos investimentos, isso nem sempre é fácil.

Então, eu me alio aos agricultores, sobretudo os da região. Eles sabem e eu tenho muita tranquilidade em falar com os senhores. agricultores aqui desta região, do Paraná, dada a preocupação que nós temos. E posso lhe informar, caríssimo Senador Heráclito, que aqui na região, nós estamos trabalhando, e no meu mandato tenho feito isso de forma intensa, inclusive



nas liberações de verbas, porque queremos trabalhar na implantação do nosso corredor de frutas, incentivando essa pesca na região. (?) sempre importante de pesca, de frutas, incentivo ao leite e à apicultura, porque também é outra região que está se preocupando com a questão das reservas. Então, a (?) conjugar frutas, abelhas, leite, que é um potencial intenso que temos nessa região. Fico muito tranqüila em debater isso com os agricultores aqui, não só porque acredito na agricultura familiar - e eu sempre digo que se ela chegou até aqui foi por teimosia -, porque nem sempre os nossos agricultores tiveram a atenção necessária dos nossos governos. Mas é preciso estar com eles. Então, sempre digo, não só por acreditar na saída da agricultura familiar e da necessidade de apoio, mas até porque venho da agricultura familiar. Se eu cresci, tenho crescido com o dinheiro inclusive do fumo que o meu pai e nós plantávamos em nossa casa. Mas entendo também que essa não é mais a cultura possível, dada a pressão nacional e, sobretudo, internacional que recebemos. E essa pressão não pode cair sobre o nosso agricultor. Nós temos de achar saída. Sou a favor da saúde, mas especialmente a favor do nosso agricultor, pois temos certeza de que se ele pudesse, ele estaria plantando outras questões. Hoje ele planta porque no hectare que se extrai a partir do fumo não se consegue com outras culturas. E isso é sério; e é isso que precisamos conseguir; é esse apoio nacional, de todos os Estados, de que precisamos.

Por isso, parablenzo o Senado por essas importantes audiências que vêm fazendo no Brasil, para debatermos isso, e sairmos desse enroscado, cujo Prefeito aqui da nossa região e aqui da cidade, sabemos o quanto isso pesa e o quanto precisamos estar do lado do nosso agricultor, que certamente está atento e quer produzir de forma mais limpa, investindo em orgânicos, produzindo frutas, quem sabe; produzindo mel, quem sabe; produzindo mais leite. E essas são questões alternativas importantes. Mas, para isso, o nosso agricultor precisa, especialmente o agricultor da base familiar, de apoio do Governo. Ele precisa se organizar, enfim, precisamos estar trabalhando juntos na capacitação e, sobretudo, termos acesso à tecnologia.

Quando estamos trabalhando a nossa questão da reversão da cultura nessa região das frutas, onde mais nós batemos, nosso Senador querido? Tecnologia, crédito; é ali que estamos encontrando dificuldade e precisamos trabalhar muito, para que o acesso à tecnologia e ao investimento esteja à mão do nosso agricultor, que, hoje, planta fumo – tenho certeza, por necessidade, e não porque ele quer. Então, ele vai estar conosco à medida que ele sabe que as lideranças estão com ele para produzir algumas saídas mais saudáveis para o Brasil e, especialmente, para suas famílias.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Agradeço à Deputada Selma Schons.

Concedo a palavra ao Prefeito de Irati, Sr. Sérgio Stoklos, que nos recebe neste Município e que, desde o primeiro momento, colocou-se totalmente à disposição, para que toda a infra-estrutura para esta audiência pública acontecesse.



Quero destacar a presença da Vice-Prefeita e amiga, Marisa Lucas, que está aqui, neste recinto, também, e quero destacar o belo trabalho que todos vêm fazendo a favor da comunidade.

Concedo a palavra ao Prefeito Sérgio Stoklos.

O SR. SÉRGIO STOKLOS – Bom-dia a todos! Quero saudar o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente desta Comissão; quero saudar também o Senador Heráclito Fortes, Relator, Senador do Piauí, que muito nos honra com a sua presença aqui, no Paraná, em Irati; a Deputada Selma Schons; o Presidente da Amcespar, João Orestes Finker; o nosso Presidente da Câmara e todos vocês que vieram até Irati.

Quero dizer a todos do Paraná e de outros Estados que sejam todos muito bem-vindos à na nossa cidade, à nossa região e que continuem vindo para cá para discussões como esta e outras.

Considero muito importante esta abertura que o Senado Federal está dando; é muito importante, é fundamental para que a discussão não fique restrita e possa aprofundar-se e ouvir as opiniões as mais diversas, o que, na democracia, é fundamental.

Irati, hoje, Senadores e Deputada, está muito orgulhosa, podem ter certeza, por ter a presença de vocês: Senador Heráclito Fortes, que veio de Brasília, que veio do Piauí. Isso, para nós, é orgulho e momento marcante na história de Irati; Senador Flávio Arns, com a sua presença constante; Deputada Selma Schons e todos vocês aqui presentes; Prefeitos de outras cidades; ex-Prefeitos de Irati, aqui presentes; os ex-Prefeitos Totti, Felipe, Rodrigo e Alfredo, que participam deste evento.

Estamos buscando aqui, dentro de Irati, uma grande união, em prol do nosso Município e temos conseguido isso porque todos temos muita responsabilidade. E, dentro dessa grande união, estamos fazendo um grande somatório, com a Câmara de Vereadores, também Legislativo e Executivo, em prol de Irati. Tem sido essa a tônica.

Para encerrar, quero dizer que o tema é polêmico, mas sei que haverá uma discussão em grande nível, no sentido de se buscar o melhor, principalmente para os nossos agricultores. E há, aqui, em Irati, e em nossa região, principalmente, muitos agricultores que carecem, que precisam de apoio de programas do Governo Federal, do Governo Estadual, dos Governos Municipais e dos mais diversos órgãos, para que possam continuar lá, nas suas casas, nas suas origens, trabalhando e produzindo para o nosso Brasil.

Esse apoio é o que queremos, acima de tudo, para que, em conjunto, com programas, os nossos agricultores tenham, cada vez mais, dignidade de vida, com saúde, e lutando para que o nosso Brasil, a nossa região seja cada vez mais forte.

Quero encerrar dizendo que Irati vai fazer 100 anos, Srs. Senadores e Deputados, em 2007. Estamos nos preparando para esse momento. Inclusive, hoje, está havendo primeiro fórum cultural de Irati, nossa região, para se discutir também a cultura, que é algo muito importante, que promove a chamada inclusão social.



Para encerrar, quero dizer: Viva o Senado Federal! E viva Irati e a nossa região.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a fala do Prefeito Sérgio Luís Stoklos. Quero na pessoa dele saudar também todos os prefeitos e vice-prefeitos e ex-prefeitos que estão aqui presentes. E para não cometer erros por esquecimento, peço que todos assinem a lista de presença para registrar, pessoalmente, todas as presenças.

Passo em seguida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Irati, esse belo espaço que está sediando essa discussão necessária no Brasil, Roberto Sequinel. E já na presença do Roberto Sequinel, colega parlamentar, saúdo também todos os vereadores dos vários municípios que estão presentes, particularmente os do Município de Irati, que estão todos presentes nesta audiência pública.

Com a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores de Irati.

O SR. ROBERTO SEQUINEL – Senadores, Deputada, Prefeitos, Vereadores e demais presentes, bom-dia.

Em nome do Poder Legislativo de Irati, quero agradecer a presença de todos em nossa Casa de Leis, nesse momento histórico.

Estamos felizes por poder sediar esta audiência pública. Portanto, senhores, sintam-se em casa.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço as palavras do Presidente da Câmara.

Passo, em seguida, a palavra ao Prefeito de Guamiranga, João Orestes Fenker, que é Presidente da Amcespar – Associação dos Municípios do Centro-Sul do Estado do Paraná, que é a região que nos acolhe hoje.

Com a palavra então o Sr. João Orestes Fenker.

O SR. JOÃO ORESTES FENKER – Quero saudar o nosso Senador Flávio Arns; o Senador Heráclito Fortes, Relator desta Comissão; a Deputada Selma Schons; o Prefeito de Irati, Sérgio, nosso anfitrião; o Roberto, Presidente do Poder Legislativo local. Quero cumprimentar os prefeitos da Amcespar, especialmente os prefeitos do nosso território, os Vice-Prefeitos. Até o Moacir, brincando, disse que há lugar para deputado, prefeito e vereador, mas não para vice.

Quero cumprimentar os presidentes das associações, especialmente todos vocês agricultores.

Quero dizer aos nossos Senadores aqui da preocupação em nossa região quanto ao que está andando e como está caminhando. Agradeço mais uma vez por estarem presentes aqui na nossa região, para ver e sentir os problemas que temos. E o nosso principal problema, o maior problema do nosso agricultor é que todos acham que está sendo feito algo para a proibição do plantio do fumo.

Creio que essa audiência está ocorrendo no lugar certo para que seja esclarecido que não se trata de proibir, mas simplesmente de mostrar para o agricultor que há outras alternativas.



Nesse sentido, creio que vieram ao lugar certo para conversar principalmente com quem está nessa lida. Temos na nossa região, por sorte, a plantação de fumo. Digo isso porque a plantação de tabaco conseguiu deixar nosso agricultor nos pequenos municípios, no interior do município. Sinto isso pelo meu Município, Guamiranga, onde nasceu 70% da população que mora no interior. Lá em Guamiranga temos 1.250 famílias que dependem diretamente do tabaco.

Por isso, creio que vocês vieram ao lugar certo para que essa discussão se aprofunde. Há os prós e os contras. Que todos aqui tenham a sua opinião para encontrarmos um denominador comum e resolvermos fazer um andamento melhor para os nossos agricultores. Agradeço mais uma vez por escolherem a nossa região para fazer esta audiência pública.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu quero justificar três ausências. A primeira delas é do Presidente da nossa Comissão, Senador Sérgio Guerra, Senador do PSDB de Pernambuco, que tem tido uma atuação das mais vibrantes também no Senado Federal. S. Ex^a é muito ligado à área da agricultura e pretende tornar a Comissão de Agricultura um espaço de negociação, de entendimento e de diálogo. Isso é fundamental para a sociedade. S. Ex^a não pôde estar presente, e, na condição de Vice-Presidente, com prazer, eu o estou substituindo.

Em segundo lugar, quero justificar a ausência do Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná, que, como todos sabem, tem uma história ligada também a um conjunto de áreas, particularmente à da agricultura. S. Ex^a me pediu também que justificasse a sua ausência, que ocorreu por vários compromissos que não poderiam ser desmarcados para que ele pudesse estar aqui presente. Mas pediu-me que enviasse a todos o seu abraço, particularmente ao Senador Heráclito Fortes, Relator da matéria.

O Senador Alvaro Dias também não pôde estar presente. Como o Senador Heráclito Fortes mencionou, as pessoas estão muito envolvidas com várias questões em Brasília, particularmente as CPIs. Mas o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, é solidário com essa área. Trata-se de uma questão, como todos sabem, suprapartidária. Ele enviou, inclusive, uma justificativa por escrito, dizendo que já esteve em Irati, recentemente, discutindo a questão que estamos debatendo hoje. S. Ex^a está-se colocando totalmente à disposição para todo debate que possa acontecer.

Destaco que esta é uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Oficialmente o Senado Federal está nesta região centro-sul do Estado do Paraná, bem de acordo com o que o Senador Heráclito Fortes colocou; ou seja, em vez de fazermos a discussão em Brasília, nós precisamos nos deslocar e fazer essas reuniões, com o maior número possível de pessoas, de entidade interessadas, na própria região.

Assim, de acordo com esse objetivo, vamos passar a palavra, na seqüência, a várias pessoas convidadas, para que elas possam expor seus pontos de vista. Peço a essas pessoas convidadas que falem da tribuna para facilitar a captação de imagens pela TV Senado e também a comunicação com o público presente. É importante observar ainda o tempo de cinco



minutos de fala para cada pessoa. Isso porque várias falas vão-se complementando na abordagem do tema.

Ao mesmo tempo, gostaria de pedir ao público presente, na medida do possível, que não se manifestasse, nem durante nem depois das falas. Isso porque nas audiências públicas não deve haver aplausos aos depoimentos, que são pontos de vista diferentes. Alguns podem nos agradar, outros podem não nos agradar. O mais importante é que todas as pessoas tenham o seu espaço para colocar o seu ponto de vista.

É com base nisso que o Relator vai fazer o seu relatório. Todos nós vamos ouvir. As pessoas têm toda a liberdade de falar aquilo que julgarem importante para subsidiar o que vem sendo debatido, o assunto em pauta, que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

Assim, peço a compreensão de todos no sentido de procurarem não se manifestar.

Quero dizer às pessoas que estão em pé que ainda existem alguns lugares e que se quiserem podem se sentar. Existem aqueles dois lugares lá do fundo. As Associações, Afubra e Fentifumo, também poderiam ter alguns representantes sentando aqui nos dois lugares. Então, passo a palavra, em primeiro lugar, à convidada do Ministério da Saúde, Dr^a Tânia.

A SR^a TÂNIA – Bom-dia a todos. Vou tentar ser o mais sucinta possível, mas queria trazer dados contundentes, concretos, que mostram que ratificar a Convenção-Quadro para o Brasil traz benefícios para os fumicultores. Ela não é uma ameaça; ela traz benefício, proteção para os fumicultores.

Em primeiro lugar, quero dizer o que é a Convenção e por que ela surgiu. Rapidamente, a Convenção, na verdade, é uma reação do mundo à epidemia do tabagismo, à epidemia de mortes relacionadas ao tabagismo que está ocorrendo no mundo. Então, 192 países pediram à ONU – Organização das Nações Unidas, a negociação de um tratado internacional para conter essa epidemia. São 5 milhões de mortes atualmente devido ao consumo do fumo. O tabagismo por si só é uma doença crônica, e, por conta de uma série de fatores que a ciência já mostrou de forma inequívoca, os países do mundo inteiro estão se mobilizando para conter as estratégias de mercado para expandir o consumo, principalmente entre crianças e adolescentes. O tabagismo também é considerado uma doença pediátrica, porque a maior parte dos fumantes começaram a fumar na infância, na adolescência, na fase em que não há discernimento para decisões, e se tornam dependentes; dificilmente conseguem deixar de fumar.

Essa Convenção aconteceu exatamente porque, apesar de a ciência hoje ter um vasto conhecimento dos graves riscos que o cigarro traz para a saúde das pessoas, para o meio ambiente, o consumo continua a crescer no mundo inteiro, principalmente nos países pobres. Por conta disso, os países se uniram e pediram esse tratado, para que houvesse uma redução nessa expansão das 5 milhões de mortes que acontecem hoje e que passarão a ser 10 milhões se não revertermos a tendência de consumo.

Além disso, o tabagismo, hoje, é reconhecido pelo Banco Mundial, pelo próprio FMI, como um fator que agrava a fome e agrava a pobreza. Esse



movimento vem acontecendo nos diversos países no sentido de que os países passem a incluir nas suas agendas de desenvolvimento estratégias para reduzir o consumo do tabaco.

O Banco Mundial publicou este livro. O Banco Mundial, na década de 80, estimulava os países a produzirem fumo como uma forma de criar oportunidades para a exportação, trazer riqueza para os países. Mas, a partir de 1991, o Banco Mundial mudou a sua política, passou a reconhecer que o tabagismo é um entrave para o desenvolvimento dos países e a estimulá-los a adotar várias medidas, que estão no texto da Convenção-Quadro, para reduzir o consumo. Então, essa publicação do Banco Mundial vem sendo disseminada em várias línguas, e vários países já vêm adotando as medidas preconizadas pelo Banco Mundial para reduzir o consumo.

A China, hoje, é o maior produtor e o maior consumidor de fumo do mundo, mas está investindo de forma maciça para reduzir o consumo. Aqui há uma série de materiais, documentos, mostrando que a China vem trabalhando para reduzir o consumo.

A situação é tão grave, que o relatório da reunião do Conselho Econômico-Social das Nações Unidas, em julho de 2004, reconhece que a redução do uso do tabaco ajudaria a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no sentido de reduzir a pobreza, as doenças, a fome e a degradação ambiental. A incorporação do controle do tabaco em programas de assistência voltados para atingir os Objetivos do Milênio poderia oferecer grandes avanços no combate à pobreza, à desnutrição e à preservação do meio ambiente. Então, sinteticamente, o que quis mostrar aqui nessa primeira parte é que existe uma movimentação do mundo para a redução do consumo, para reconhecer o consumo do tabaco como um problema, um entrave para o desenvolvimento dos países. Há uma grande mobilização mundial nesse sentido. E a Convenção-Quadro surge como um instrumento para que isso aconteça. O objetivo dessa Convenção, só para sintetizar, é proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais, econômicas, geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco.

Desafio a qualquer um aqui pegar o texto da Convenção e mostrar onde está dito que a Convenção vem para exterminar ou para prevenir quanto ao fumo. Pelo contrário, a Convenção não é uma ameaça, ela oferece proteção aos fumicultores. É isso que vim dizer, a coisa mais importante da minha fala é essa: dizer que a Convenção-Quadro oferece salvaguardas, ela oferece proteção para os fumicultores para um aspecto mundial que está acontecendo, que independe de o Brasil ratificar a Convenção. O Brasil ratificando ou não a Convenção, esse movimento veio... para reduzir consumo não vai mudar e a gente precisa se preparar para isso, até porque, segundo dados da Fibra, 80% do fumo nacional é exportado, ou seja, depende do que está acontecendo lá fora, até porque o Brasil já vem reduzindo seu custo no entorno.

Tivemos uma redução bastante expressiva no tabagismo nacional, graças a uma ação do Governo para proteger seus filhos, suas filhas, todas as famílias, das induções para o consumo do tabaco.



Então, aqui dentro do texto da Convenção temos, dentro dos princípios norteadores, os arts. 4º e 6º, que reconhecem a necessidade dos países de oferecerem assistência técnica, assistência financeira, para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores, cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência do Programa de Controle do Tabaco. Se por um lado a Convenção reconhece que é importante resgatar os fumantes da sua dependência, evitar que crianças comecem a fumar e ajudar aqueles que são dependentes a deixarem de fumar, ela também reconhece que é importante ajudar aqueles que hoje são economicamente dependentes da produção de fumo, estão presos na cadeia produtiva, nesse caso, o elo mais frágil dessa cadeia, que é o fumicultor.

O art. 17 fala claramente do apoio a atividades alternativas, ou seja, opcional, não é obrigado. Quem quiser continuar plantando fumo pode continuar. Mas, é importante que tenham alternativas para aqueles que acham que é melhor sair do fumo. E o art. 18 reconhece claramente que é importante que aqueles que continuam plantando fumo, estejam protegidos, que a sua saúde seja protegida. A gente sabe que hoje plantar fumo põe em risco a saúde do fumicultor, põe em risco a saúde da família do fumicultor, que está lá trabalhando junto com ele e traz danos para o meio-ambiente. Então, é importante que também fique claro que a Convenção protege o fumicultor nesse aspecto.

O art. 26 fala mais diretamente dos recursos financeiros para ajudar os fumicultores a terem alternativas. Então, aqui só na parte vermelha, depois quem quiser ler, lerá melhor, ele fala claramente que devem ser abordadas e apoiadas, portanto, no contexto de estratégia reacionária de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis para a produção de tabaco, inclusive culturas alternativas.

Então, queria saber onde está escrito no texto da Convenção que a Convenção veio para tirar empregos, para proibir a plantação, para exterminar a produção de fumo. Então, era isso que queria colocar.

Só para sintetizarmos, queria saber qual a lógica do que ele está falando, a gente só pode ratificar depois que tiver alternativa ou que o Brasil não pode ratificar a Convenção porque vai tirar os empregos dos fumicultores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Drª.... só pediria para concluir. V. Sª dispõe de um minuto para a conclusão.

A SRª TÂNIA - Está bem. 85% do fumo brasileiro é exportado por conta... do mercado internacional. O mundo está se mobilizando para reduzir o consumo. A tendência de retroação desse mercado, em longo prazo, não depende da ratificação pelo Brasil. A Convenção não oferece ameaça sem proteção. E a Convenção pode ajudar o Brasil a enfrentar redução da demanda, que poderá acontecer em longo prazo. Essa redução da demanda do fumo não vai acontecer do dia para noite. A FAL estimou que, nos próximos dez anos, vai haver um crescimento, embora em menor velocidade, da demanda por fumo.



Mas, agora, precisamos... agora, porque a Convenção-Quadro está aí, ela está trazendo mudanças e ela realmente vai, em algum momento, trazer a redução da necessidade de fumo, de exportação de fumo.

Ainda, só como último ponto, para terminar, é que a Índia, mesmo tendo ratificado a Convenção, desde fevereiro de 2004, a Índia aumentou suas exportações de fumo em 14% na safra de 2004 e 2005. E vem mostrando que nada disso que está sendo profetizado é verdadeiro.

Agradeço a atenção dos senhores. Há documentos aqui com mais informações, que coloco à disposição dos Senadores.

Era o que tinha a dizer. Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação da Dr^a Tânia.

Ressalto que todos os presentes têm uma cópia da Convenção Quadro*, editada pelo Senado Federal. Vários artigos também podem ser acompanhados com esse material impresso.

Em seguida, passo a palavra a Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil, na pessoa de Hainsi Gralow.

O SR. HAINSI GRALOW – Bom-dia a todos. Quero saudar o Prefeito Municipal de Irati, Sérgio Luiz Stoklos, o Senador Flávio Arns, o Senador Relator Heráclito Fortes, a Deputada Selma, a Câmara de Vereadores, o nosso Presidente Antonio Roberto Sekkel, o Presidente da Acepar, João Orestes Fenker, o nosso Prefeito Municipal José Alberto (Inaudível), maior produtor de fumo do Brasil, a (inaudível), o Heitor Petrin, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e da Alimentação da Bahia, a Dona Josenita. Em nome dessas pessoas quero saudar todas as autoridades. Mas, de uma forma especial e com muito carinho, quero saudar essas pessoas que não conseguiram entrar e que estão assistindo, através dos telões, este acontecimento.

E, para início, gostaria de ofertar para o Senador Relator – para as demais autoridades também poderei mandar – o relatório de atividades da entidade, da Afubra, para que se possa conhecer com mais profundidade a entidade que está representando os produtores.

Também gostaria que a equipe que está trazendo mais 31.516 assinaturas, em abaixo-assinados, pedindo a não ratificação da Convenção Quadro, se preparasse para que possa ser entregue também para as autoridades. Isso, além das 195.614 que foram entregues anteriormente. Nós só conseguimos 31.516 porque sabíamos desse acontecimento três ou quatro dias antes.

Mas, de qualquer maneira, é mais uma maneira de se mostrar o quanto para nós o tabaco é importante. Podemos começar a olhar alguns dados. Também gostaria de pedir para todas e para todos que olhássemos esses dados de uma forma realmente positiva.

Às vezes, dizem que a Afubra, os fumicultores, que estão em grande número aqui e lá fora, estão contrários à ratificação da Convenção Quadro. Quero deixar muito clara essa situação. Estamos contra a assinatura da ratificação da Convenção Quadro antes que seja feita a reconversão.



Faz-se, Deputada, exatamente o que se quer. Que sejam mudadas as culturas quando os agricultores tiverem outra atividade agrícola com a mesma segurança, na mesma intensidade. Não digo que plantar fumo seja o melhor negócio do mundo. Não é isso. Vocês sabem o quanto tenho lutado contra até a última negociação. Mas se com o fumo está ruim, sem o fumo será muito pior.

Penso, principalmente, nos agricultores que não colheram milho, que não colheram feijão, que não colheram... E, efetivamente, restou o fumo, ainda, para pagar as suas contas. Então, queremos que a ratificação seja guardada, que quando tiver sido feita a reconversão, quando os operários das empresas, das indústrias tiverem, efetivamente, outra atividade, assina-se. Ainda sob uma condição, que assinem também na China primeiro, que é o maior produtor e consumidor do mundo, que assine o líder mundial, os Estados Unidos, antes de nós, que assine Cuba, que coloca o fumo nos mais altos pedestais que nós conhecemos. Evidentemente, quando isso tiver acontecido, nós, também, precisamos fazer com que não fiquemos, de forma nenhuma, dependendo de uma atividade só. A Afubra – para os que não conhecem, está escrito no Relatório – tem agrônomos e técnicos agrícolas, que chegam a mais de uma centena, para a diversificação de culturas. Mas o que nós não podemos fazer é nos associarmos, simplesmente dar uma procuração para que o Brasil vá para os países no exterior e internacionalize a campanha contra o fumo, quando nós ainda estamos dependendo dessa atividade. Aqui nós olhamos o custo de produção de milho, feijão e fumo. Ele está à disposição e, se alguém quiser, poderá, posteriormente, solicitar de nós. E aí nós vemos o que nos traz o milho, e não o milho deste ano, porque neste ano não colhemos por causa da seca. Nós, no ano passado e no ano retrasado, ainda colhemos, e calculamos, aqui, o preço de R\$20,00. Os fumicultores é que julgam se esse preço está alto ou se está baixo. Nós, então, teríamos uma receita de R\$17,60 de lucro mais R\$324,90 de mão-de-obra familiar. Para o feijão – para ser mais rápido – R\$384,00 de mão-de-obra familiar, isso é renda que atende ao agricultor, e R\$329,60 de lucro, não os que produziram este ano, porque este ano não se chegou a produzir esse feijão.

E no tabaco – esse tabaco que é tão ruim assim! – nós temos uma mão-de-obra calculada em R\$3.618,00. Esse custo de produção é aceito inclusive pela indústria. Ela não tem como dizer que esse custo não é verdadeiro. E o que tenho? Um resultado de R\$2.000,00 por hectare.

Nós, então, estamos vendo que, por isso, nós não temos paixão pelo fumo. Nós estamos é necessitados. E por causa disso que é tão bom que vieram tantos Prefeitos e tantas autoridades para ver. Somos 2,4 milhões de pessoas no Brasil. Isso nos trouxe R\$3,6 bilhões, muito pouco. Nós queríamos mais que quatro, no mínimo. Dizia-se: “Ah, isto aqui é um pequeno problema”. Mas o quê? Os que não têm terra e os que têm até 10 hectares de terra somam 56%. Nós, efetivamente, somos os pequenos. Imaginem: sem terra, mas produzem. São meeiros, são arrendatários. E os que têm até 10 hectares, 56,8%. É este o povo que está aqui, é esta a gente que está aqui.
(?)



Nós escutamos, isso foi gravado na primeira audiência pública em (?) de julho de 2003, quando se dizia que os filhos, os filhos de vocês, agricultores, não estavam indo para a escola porque tinham que ir junto para a roça. E o que nós fizemos? Pedimos para o Núcleo de Pesquisas da Unisc fazer uma pesquisa sobre isso. E o que nós vimos? Aliás, isso aí... Eu troquei os (inaudível). Disseram lá nos corredores: “Olhem, o fumicultor mora...” – vocês estão escutando fumicultores? – “Eles estão morando em barracos. Nem o meu cachorro moraria lá”.

Isso foi para nós, os fumicultores, que escutamos, uma coisa muito forte. Pedimos à Unisc: “Vocês vão lá no Paraná, lá em Santa Catarina, lá no Rio Grande do Sul e verifiquem como essa gente mora”. Os senhores estão vendo lá: 53,9% de casas de alvenaria e 46,1% chalés. Eles têm, em média, mais do que uma casa, porque muitos têm uma propriedade (inaudível) tem mais de uma casa – 6,3 cômodos – e me parece que não é tão barato assim. As nossas casas são simples, é verdade. Temos 97,2% de energia elétrica instalada. Perguntamos: “Mas o que vocês têm mais?” A Unisc perguntou. Sessenta e dois por cento tem telefone. Esses dados estão à disposição. Eu posso dar ordem para que a Unisc forneça para todos. Noventa e oito e meio por cento tem geladeira, 95,4% tem televisão, aliás, freezer, e 100% tem televisão e até mais de 60% tem antena parabólica e até luz. Sessenta e três vírgula um por cento tem auto. Não é, Senadores, um carro zero quilômetro, mas eles têm a sua condução.

E aí nós ouvimos isso, está gravado na primeira audiência pública: “Os fumicultores...”

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Sr. Hainsi...

O SR. HAINSI GRALOW – Um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Mais um minuto.

O SR. HAINSI GRALOW – Certo. “Os fumicultores não estão deixando os filhos estudarem. Eles precisam ir para a roça.” (inaudível) 0,5%, Senadores, realmente são analfabetos. Não são os nossos filhos nem são os nossos netos. Sabem quem são? As nossas vovós e vovôs, que naquela época não tiveram como estudar. Então, nós encaramos realmente (inaudível) a escolaridade média é a sétima série.

Eu tenho muita coisa para mostrar. Eu não vou mostrar isso. É também um trabalho da (inaudível) universidade. Podemos passar adiante porque eu jamais quero ultrapassar o tempo, de forma nenhuma.

Isso aí mostra os Municípios produtores do Paraná. No ano passado, eram 164 Municípios; este ano, são 188. Cresceu. Aqui, eu poderia mostrar a renda, por exemplo, que representa um terço da propriedade de outras atividades ou cultura do tabaco no Paraná: 598 milhões, e outras atividades que produzem em áreas três vezes maior: 295 milhões.

Eu quero oferecer esses dados para o Senado. Que façam melhor uso disso. De forma nenhuma, eu não quero agredir ninguém. Agricultor não agride, mas é obrigado a esclarecer os fatos, porque os agricultores, os nossos associados são só 166 mil, Senador, e esperam que nós defendamos o interesse deles.

Muito obrigado. (Palmas)



O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a fala do Sr. Hainsi Gralow. Peço novamente que não haja manifestações nem contrárias nem favoráveis. Audiência pública tem justamente este objetivo: nós temos que trazer os pontos de vista, favoráveis e contrários. Gostamos de um ponto de vista, não gostamos do outro, mas esse é o objetivo da audiência pública.

Houve flexibilidade por parte desta Presidência em relação ao tempo das duas primeiras pessoas que falaram. Na seqüência, e tanto quanto possível, nós vamos intercalando pessoas que mostram à sociedade o que quer a Convenção Quadro e pessoas que se manifestam contrariamente àquilo que a Convenção Quadro propõe, mas que todas as pessoas que falem obedeçam ao tempo. Quando o tempo estiver esgotado, eu darei o sinal para dizer que há um minuto ainda para a conclusão.

Convido o Dr. Ricardo Meirelles, da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Fisioterapia.

Com a palavra o Dr. Ricardo Meirelles.

O SR. RICARDO MEIRELLES – Bom-dia a todos.

Agradeço o convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para estar neste fórum de discussão. Parabenizo a todos os Senadores e Deputados, Prefeitos e todos da Mesa.

Estamos em um país democrático. E, em um país democrático, só vamos conseguir chegar a um ponto com a discussão. Eu tenho pouco tempo para falar e queria alertar sobre algumas coisas que eu ouvi e vi hoje. A primeira, quando eu estava chegando aqui, vi uma faixa: “Fuma quem quer”. Não é verdade. Sou médico, sou pneumologista, tenho vinte anos de formado, há dezessete anos sou pneumologista, e fiz o juramento de tentar fazer com que as pessoas tenham melhor qualidade de vida, lutar pela vida das pessoas. Comecei a trabalhar com tabagismo exatamente por isso, porque via o sofrimento das pessoas que são fumantes e não conseguem deixar de fumar.

Não. Estamos lidando com uma dependência de uma droga chamada nicotina, que vocês devem conhecer. Vamos ficar falando aqui das 50 doenças causadas pelo tabaco. Duzentas mil pessoas no Brasil morrem, por ano, por causa do cigarro e vários fumicultores são fumantes, como vi lá fora.

Quero apenas alertar que o tabaco faz mal não apenas às pessoas que fumam, também às pessoas que não fumam e se comunicam com o fumante e, principalmente, a vocês, fumicultores. Está provado que a nicotina, além de ser uma droga, passa pela pele e atinge os fumicultores, as pessoas que manuseiam o tabaco. Está provado que essa substância causa lesões na pele, náuseas, vômitos, cefaléias, emagrecimentos, cólicas e diarréias.

Quantas crianças, quantos filhos de vocês também manuseiam o tabaco? Não podemos nos esquecer do que aconteceu no Município de Fernando Soares, onde houve um grande índice de suicídio, causado por quê? Pela fumicultura.

Portanto, além dos agrotóxicos que vocês colocam, vocês têm essa questão da nicotina. O que está sendo abordado aqui é muito importante. Nós dependemos da saúde; nós, como Sociedade Brasileira de Pneumologia,



defendemos que o nosso País precisa ser um país saudável. Sabemos do problema do tabagismo, entendemos o problema dos fumicultores e ainda acreditamos que a única solução para vocês, para nós, para a sociedade médica, para o Brasil em relação ao tabagismo é a ratificação da Convenção Quadro. Não há outra saída.

Não adianta pensarmos, primeira coisa, que não vai acabar o fumo no País. A Convenção Quadro – ratifico o que o Dr. Atena falou – não proíbe o fumo no País. Vocês não vão ser prejudicados se o Brasil ratificar a Convenção Quadro. Nós só estamos pensando em salvar vidas e estamos pensando salvar também a vida de vocês; não só de vocês, como das suas gerações futuras.

Vamos pensar uma coisa: 85% do fumo do Brasil são exportados, segundo a Afubra. A Convenção Quadro já existe no mundo, já é uma realidade. Ela não virá a acontecer. Ela já existe. Ela já foi aprovada. E o que vai acontecer? O consumo externo vai cair. As pessoas vão parar de comprar fumo – não agora, daqui a dez, quinze, vinte anos. Quem vai sofrer? Seus filhos, seus netos.

O consumo interno do Brasil está caindo. Caiu o consumo interno, caiu o número de fumantes no Brasil. Qual é o futuro da plantação do fumo para vocês? Não vejo. O único futuro para vocês é que o Brasil, e eu acredito no nosso Senado Federal, no nosso Congresso Federal, ratifique imediatamente a Convenção Quadro, porque, se a ratificarmos imediatamente, estaremos, no começo do ano que vem, discutindo o financiamento para vocês, para que vocês, com o tempo, possam substituir essas culturas...

(Tumulto no recinto)

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É verdade. Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Por favor, não deve haver manifestações. A pessoa que está na tribuna deve ter toda a liberdade de falar o que quiser, e escutamos. Podemos não concordar, mas é assim que acontece nas audiências públicas, e os assuntos são os mais variados. Temos que ter opiniões a favor e contra.

Então, ele tem cinco minutos para falar o que acha importante. Qualquer um, a favor ou contra. Está bem? Portanto, sem manifestações, por favor.

O SR. RICARDO MEIRELLES – Em relação a essa questão, temos informações de que o Pronaf já deu uma linha de crédito também para os fumicultores. Então, estamos tentando fazer a parte do Brasil, mas a nossa parte é fazer com que a população tenha uma vida saudável.

Já está terminando o meu tempo, mas pergunto a vocês, aos Senadores, ao nosso País: é válido darmos uma qualidade de vida boa para os nossos fumicultores como foi colocado? É claro que é. Queremos que todas as pessoas no Brasil tenham uma qualidade de vida boa. A saúde não é apenas cuidar da doença; a saúde é um bem-estar físico, social e mental. É muito mais amplo do que tratar doenças ou prevenir doenças. Ter qualidade de vida boa faz parte da saúde, mas seria muito melhor que vocês pudessem



ter essa qualidade de vida boa – e vão ter –, não manipulando um produto que faz mal a vocês e que mata 50% dos seus consumidores.

Hoje vemos o tabagismo como a doença seriíssima no País e no mundo, e nós que buscamos isso, todos nós, a sociedade civil, o Ministério da Saúde, o nosso Senado Federal que busca que o Brasil tenha uma vida boa, estamos no caminho certo da ratificação da Convenção-Quadro. Com certeza, nós que trabalhamos com saúde pensamos em vocês também. Não queremos que vocês, que seus filhos tenham intoxicações ou doenças manipulando essas plantas. Então, queria que os Srs. Senadores e Deputados refletissem a quem interessa realmente que o Brasil não ratifique a Convenção-Quadro. Não são os fumicultores, não é a sociedade civil, não é a sociedade médica e, com certeza, não é o nosso Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Vamos dar continuidade.

Passo a palavra à representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas – BA (Sintifa), Josenita Souza Maranhão.

A SRª JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Minha saudação aos Srs. Senadores, aos Prefeitos, aos Deputados Federais presentes, ao Presidente da Câmara e às associações, aos sindicatos, à Federação dos agricultores e a todos os operários da minha cidade.

Mais uma vez volto à presença dos Srs. Senadores, na qualidade de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação do Recôncavo Baiano. Externo a minha preocupação com os rumos da Convenção-Quadro. É deveras preocupante porque milhares e milhares de famílias dessa região encontram ocupação e, por conseqüência, o sustento nessas atividades, seja no cultivo do fumo, nos armazéns e no beneficiamento, nas indústrias manufatureiras de charuto ou na comercialização. Se fôssemos aqui enumerar as atividades diretamente envolvidas desde a produção do fumo e a comercialização, chegaríamos a mais de uma centena, representando emprego e renda.

Essa situação, meus senhores, tem causado preocupação diretamente aos fumicultores uma vez que eles têm cogitado uma atividade que substitua o fumo com a mesma rentabilidade e que lhes garanta um retorno imediato do capital investido e não encontram. Não quero aqui me referir à arrecadação de impostos para Municípios e para Estados e tampouco à geração de divisas para o País, mas ao caos econômico que isso trará para as regiões envolvidas.

Se essa situação for concretizada, quem arcará com o ônus da responsabilidade de transformar essas famílias em uma legião de necessitados? Quem se responsabilizará pelo aumento da marginalidade em decorrência da falta de emprego? Por isso, senhores, clamo, em nome de milhares de afiliados que represento, que tomem para si a grande tarefa de reverter essa situação tão catastrófica para as regiões envolvidas. Quem representará a sobrevivência e prosperidade de milhares de famílias?

Era só isso, Senadores, que eu tinha a dizer.



Também tenho um documento mandado pelo Prefeito da cidade de Cruz das Almas para os senhores.

Posso entregar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – É muito importante que o Senador Relator e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebam documentos.

Agradecemos.

Recebemos o documento.

É importante que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária receba documentos e posicionamentos por escrito. Muitas pessoas gostariam de externar pontos de vista e não terão oportunidade hoje porque são as entidades representativas que estão usando da palavra. Mas teremos o máximo prazer em receber ponderações por escrito.

Chamo, em seguida, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, na pessoa do Dr. Gilberto Martins, que está representando o Dr. Cláudio Xavier, Secretário de Saúde do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Martins.

O SR. GILBERTO MARTINS – Em primeiro lugar, meus cumprimentos a todos os presentes. Cumprimento o nosso Senador e, ao cumprimentá-lo, cumprimento a Mesa de trabalhos.

A Secretária Estadual de Saúde do Paraná se faz presente neste evento, por meio da minha pessoa, representando o nosso Secretário Estadual, Cláudio Xavier, e representando toda a estrutura de administração de saúde do Estado. Consideramos importante que a posição da Secretaria também seja explicitada perante toda a opinião pública do Estado e toda a sociedade paranaense.

Em princípio, estabelecemos claramente que a Secretaria é francamente favorável à assinatura da Convenção Quadro. Entendemos que a defesa da saúde da sociedade é fundamental e prioritária.

Quem ler atentamente o que está escrito na Convenção Quadro detectará, com toda a clareza, que praticamente a grande maioria das questões que a Convenção estabelece – as restrições em relação à publicidade, à produção, à venda, a toda a questão que tenta levar ao estímulo do consumo do cigarro – já são abordadas pela legislação estabelecida no Brasil. A sociedade brasileira, por meio das suas representações, que são os nossos legisladores, no Congresso Nacional, já estabeleceu legislação que regulamenta a maioria das questões estabelecidas pela Convenção-Quadro.

Na verdade, às vezes, podemos estar em um embate em que estamos nos perdendo em questões que podem ser até secundária em relação a essa discussão e, muitas vezes, podemos estar sendo induzidos a defender interesses que não são necessariamente os interesses que estamos querendo defender.

Entendemos claramente a preocupação dos trabalhadores da área do plantio do fundo e da revenda da folha do fumo. Entendemos também que a Convenção Quadro, inclusive, possibilita a discussão de alternativa para esse segmento da sociedade, uma vez que ela estabelece alguns parâmetros para



que haja uma discussão do ponto de vista de construção de alternativas econômicas, alternativas de produção para que esses produtores possam se destinar a outras atividades e possamos, inclusive, buscar subsídios para que eles se destinem a outras atividades e tentar resolver o problema que – sinto – mobiliza a resistência em relação à discussão da Convenção-Quadro: a preocupação – como vimos lá fora, em faixas, etc – com seu emprego, com sua produção, com sua capacidade de produção.

A Convenção estabelece a necessidade de se discutir, inclusive, subsídio para isso. Entendo que a assinatura do Brasil nessa Convenção, que o depósito do Brasil favorável a essa Convenção, pode abrir portas que hoje não temos no sentido de buscar solução, inclusive, em relação a esse problema. De repente, estamos todos mobilizados, tentando defender uma posição contrária a Convenção-Quadro no sentido de achar que estamos defendendo os nossos interesses, mas, na verdade, estamos defendendo os interesses de quem realmente ganha dinheiro com o cigarro.

É claro que faz parte da saúde das pessoas o direito ao trabalho, a perspectiva de poder produzir e trabalhar. Mas a saúde das pessoas está acima dos grandes interesses econômicos que mobiliza a questão do cigarro. Não é o interesse do pequeno produtor e do trabalhador que está na terra, plantando e fornecendo para as grandes indústrias, que está em jogo. Se fosse esse o interesse que estivesse em jogo, podem ter certeza de que, se esse não fosse o interesse da grande indústria, essa questão já teria sido afastada e já teriam passado por cima dos pequenos produtores há muito tempo.

Temos de pensar com inteligência e sabedoria. Temos de analisar os prós e os contras. E quando somos mobilizados para defender uma idéia, temos que pensar em que está por trás dessa mobilização e quem, efetivamente, estamos defendendo, a favor de quem estamos trabalhando. Acho que temos que trabalhar a favor da saúde das pessoas.

Os dados já foram colocados aqui com bastante profundidade, mas não nos podemos esquecer de que hoje um dos principais males à saúde das pessoas em que implica a qualidade de vida das pessoas, o tempo de vida das pessoas, infelizmente, está relacionado ao hábito do cigarro. Vamos procurar outra atividade que seja tão produtiva quanto essa, mas que resulte em benefício da saúde da população.

Essa é a posição da Secretaria de Estado, essa é a posição do Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. Gilberto, representando a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Passo em seguida a palavra ao Sr. José Miltom Kuhment, que é da Fentifumo, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins.

Com a palavra o Dr. José.

O SR. JOSÉ MILTOM KUHMMENT – Bom-dia a todos, às autoridades aqui já nominadas e à distinta platéia.



Certamente poderíamos falar durante algumas horas sobre as conseqüências que surgirão se a Convenção-Quadro for ratificada, porém vamos nos ater apenas a alguns dos pontos mais importantes.

A produção e o consumo de tabaco no Brasil são atividades legais, com uma das tributações mais elevadas de nosso País. São 60 mil trabalhadores com carteira assinada, sendo 40 mil empregos diretos na indústria, mais 20 mil indiretos, através de terceirização, que ingressarão nas fileiras do desemprego. Em toda a cadeia produtiva, como já foi colocado aqui antes, são mais de 2 milhões – 2,4 milhões de brasileiros – que dependem dessa cultura.

A aprovação da Convenção-Quadro não fará com que o fumante deixe de fumar. Muito pelo contrário. Ela abrirá, cada vez mais, caminho para o contrabando e o comércio ilegal de um produto sem controle sanitário, sem recolhimento de tributos e, assim, contribuirá, cada vez mais, para o aumento da corrupção em nosso País. Concordamos com a advertência de nossa legislação referente ao uso do fumo, mas não podemos perder nossa atividade para outros países, que serão privilegiados se aderirmos à ratificação.

Ratificada a Convenção Quadro, as indústrias provavelmente irão deslocar suas produções para outros países, causando enormes prejuízos aos nossos empregos, bem como aos cofres públicos, que deixarão de arrecadar seus impostos.

A indústria do fumo tem hoje um dos melhores programas para a erradicação do trabalho infantil.

Agora, de improviso, eu gostaria de colocar que concordo e que sou defensor do “fuma quem quer”, porque eu sou um exemplo disso. Não precisei de medicamento nenhum, de acompanhamento psicológico nenhum para deixar de fumar. Tenho 30 anos de emprego na indústria fumageira, sou do tempo em que a indústria fumageira distribuía gratuitamente 30 carteiras de cigarro por mês para quem quisesse delas fazer uso. Hoje temos muitos e muitos colegas que fumam e que podem deixar de fumar quando quiserem. Mais uma: se o fumo faz tanto mal assim, a expectativa de vida no País vem aumentando a cada ano que passa. Então, também há alguma contradição nesse sentido.

Para finalizar, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins, quero dizer-lhes que os trabalhadores do setor fumageiro acreditam e confiam no bom senso dos nobres Senadores e solicitam a não-ratificação da Convenção nº 4.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. José.

Chamo, em seguida a Fetaep – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa de Iraci Valmor Vettorazzi.

Com a palavra Iraci.

O SR. IRACI VALMOR VETTORAZZI – Bom-dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa os Srs, Senadores, Deputada Selma, os Srs. Prefeitos e o Presidente desta Casa.



Eu vou ser breve, até porque, com certeza, vou repetir algumas palavras faladas aqui.

Os fumicultores, nossos agricultores da nossa região, com certeza gostariam de entrar em outra atividade, não no fumo, essa que é a verdade. Mas as dificuldades, não é o que o companheiro falou aqui, no ano que vem vamos atrás de uma linha de crédito para os fumicultores.

Acho que seria de imediato. Antes de aprovar essa agenda, tinha que achar uma nova linha de crédito. Sabemos nós que o Pronaf dificultou muito neste ano para os fumicultores. Os fumicultores foram penalizados e, de tanto nós da Federação e os sindicatos batalharmos em cima, conseguimos mudar algumas coisas na cartilha. Mesmo assim, quando veio, veio tarde e o banco disse que não tem mais dinheiro. Quer dizer, dificultaram para os fumicultores que saíssem de uma atividade pessoas que gostariam de sair da atividade do fumo e não tiveram essa chance já neste ano.

Um exemplo disso somos nós, Prudentópolis, que tínhamos 1.130 pessoas inscritas no Pronaf investimento. Mais ou menos uns 70% seriam de fumicultores e não foram atendidos nem 10% desses fumicultores. Quando conseguimos retificar a cartilha, o banco disse que tinha vencido o prazo, que era até o dia 30 de maio e hoje não estão mais fazendo o seu investimento.

Acho que a falta de alternativa parte por parte dos órgãos que representam a agricultura e tinha que facilitar mais o financiamento para os fumicultores.

Outro ponto. Eu acho que há uma facilidade muito grande de se adquirir hoje uma estufa de fumo e o financiamento para o plantio. Nós temos no fumo o comércio garantido. Então, precisamos desses mesmos direitos que temos na fumiicultura, temos que ter por parte do Governo, facilitar ter um preço garantido. O preço mínimo hoje é uma vergonha, não cobre os custos de produção. O preço mínimo do feijão é uma vergonha. Eu acho que nós temos que partir por ali. Se querem diminuir a produção de fumo, dar mais apoio às outras culturas, que seria lavoura branca, milho, feijão, o que for. Hoje a pequena propriedade tem a maior dificuldade para vender qualquer tipo de criação. Porque nós não temos ... O fumo é uma cultura de pequena propriedade. Também estamos preocupados com a saúde. E eu sou testemunha também de que fuma quem quer. Eu fumei 20 anos e faz 24 anos que não fumo mais, e não precisei de médico nenhum. O dia que eu achei que não devia mais fumar eu não fumei mais. Eu mando na minha pessoa. Eu acho que todos nós sabemos nos mandar. Acho que seria isso. Temos que primeiro ir buscar uma nova alternativa, depois sim, aí temos que apelar para diminuição, para controle. Trabalhar em cima de quem na verdade precisa, que é o nosso (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação do Sr. Iraci.

Peço novamente que não haja manifestações nem favoráveis nem contrárias. Chamo em seguida o representante da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Sr. Heitor Álvaro Petri.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRI – Srs. Senadores, senhores integrantes da Mesa, caros produtores, lideranças que aqui estão, em



primeiro lugar gostaria de agradecer a deferência em receber o espaço, até porque o Rio Grande do Sul é o maior produtor de fumo, e isso diz diretamente respeito aos nossos municípios. Nesse tocante, gostaríamos de iniciar enfocando, dizer que no Rio Grande do Sul mais da metade dos municípios possuem produção de fumo em seus territórios.

E foi muito feliz aqui o nosso prefeito, da Ancespar, de dizer que o fumo ainda é uma atividade econômica que fixa o homem no campo. É motivo para nós hoje dizer aqui, e antes quero aqui dispensar a minha passagem pela universidade até pelo ensino primário, para dizer que com aquilo que aprendi com a minha mãe eu consigo interpretar o que está escrito aqui na convenção 4.

O controle de tabaco é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta. Vamos traduzir isto. Isto é claro e especificamente não é imposição para impedir a produção. E perguntamos: o que será dos nossos municípios? Seja no Rio Grande do Sul, permita-me a liberdade de falar também dos municípios do Paraná, Santa Catarina, que têm na sua base econômica a produção de fumo. O Senador Arns, o Senador ??? são grandes parceiros no movimento municipalista, aliás, foi o Senado que abriu as portas para que os municípios pudessem aumentar o retorno do FPM em 1%. E precisamos reconhecer isso aqui.

No entanto, Senadores, não podemos abrir mão hoje dos tributos que são gerados pela cadeia produtiva de fumo em nossos municípios. Se falarmos dos nossos municípios, queridos prefeitos, todos os prefeitos certamente têm programas que incentivam a diversificação na implantação de alternativas, e são inúmeros os casos de agricultores que tentam e logo em seguida voltam a plantar fumo porque é uma atividade mais rentável. Aqui foram relatadas pelo meu antecessor as dificuldades de outros setores: milho, arroz, soja, leite; o suíno que muitas vezes sequer mercado tem. Os fumicultores vêm aqui no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, apenas pedindo um direito constitucional, que consta no art. 5º, inciso XIII, o direito de trabalhar, o direito a uma profissão e o direito a produzir. Portanto, se tanta ênfase se dá aos malefícios do cigarro, que não queremos contestar, e nós ??? aqui os nossos fumicultores, os nossos municípios, por que não se combate na mesma veemência, por exemplo, a bebida alcoólica. E os alimentos que estão sobrecarregados de produtos químicos para a sua transformação? Conservantes, corantes, acidulantes. Enfim, basta ler em qualquer produto industrializado que contêm essas substâncias que são malélicas, são cancerígenas, mas o setor de saúde não tem a mesma preocupação de combater essa situação, que é o nosso argumento do dia-a-dia.

Portanto, em um País que quase perde as suas noções ao falarmos em milhares – podemos falar talvez em milhões, que não ecoa tanto – de US\$ 1,4 milhão exportados, de R\$ 3,6 milhões que geram as nossas safras, outros 2,7 milhões de hectares cultivados talvez se diluam, quando hoje se fala tanto em milhões. Porém, não podemos nos esquecer dos R\$ 6,5 bilhões de tributos gerados neste País, indispensáveis para os nossos Municípios em termos de tributos.



Para concluir, eu gostaria de externar aqui, caros Senadores, o agradecimento pela iniciativa dessas audiências públicas. Este é o fórum, é o momento de cada um expor exatamente o seu ponto de vista. Porém, não há como deixarmos de apelar para a sensibilidade das pessoas neste País, onde já existe um grande contingente de sem-terra, de sem-teto, de sem-emprego e não sei do que mais. Não é possível trabalharmos hoje para aumentar esse contingente.

É necessário, nesta hora, contarmos com a sensibilidade dos Senadores que olharam para os Municípios a fim de elevar o FPM e de contribuir com outros pontos do nosso movimento municipalista. S. Ex^{as} devem ser sensíveis, nesta hora, ao trabalhador do campo que ainda acredita que o trabalho é a melhor maneira de progredir, de sustentar a sua família, quando tantos outros exemplos nocivos existem neste País. Nesta hora, é necessário apelar para a sensibilidade dos nossos Senadores, do nosso Congresso. Infelizmente, os nossos Deputados, por um cochilo, aprovaram essa matéria por um acordo de liderança. Temos certeza de que os nossos Senadores serão sensíveis ao nosso trabalhador, serão sensíveis, Prefeitos, aos nossos Municípios que precisam manter o agricultor produzindo riquezas.

Portanto, não pode ocorrer a ratificação, sem que tenhamos alternativas para os pequenos agricultores. Isso foi enfatizado, destacado tantas e tantas vezes. Haverá alternativas para uma ou outra família, mas, em termos de escala, para 200 mil famílias, isso não se faz de uma hora para outra. Não vai ser uma Convenção-Quadro que vai resolver isso. Precisamos, sim – como aqui foi dito –, de políticas que dêem sustentação a outras alternativas na agricultura. Nem é preciso Convenção-Quadro. O agricultor está também sedento de outras alternativas em vez de produzir fumo. No entanto, ainda é a produção mais rentável, ainda é ela que lhe dá a garantia, por meio do trabalho, previsto na Constituição, de conseguir o seu sustento e o da sua família.

Portanto, é nesse sentido que apelamos para a sensibilidade dos Senadores, para que não aprovem essa matéria, sem que antes demonstremos alternativas claras, concretas, objetivas, ao conjunto de pessoas que está sendo e que vai ser atingido, não só no campo, mas também na cidade. Falo também em nome dos nossos Municípios que ainda precisam muito dessa estrutura econômica.

Era o que tínhamos a registrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. Heitor.

Chamo o Sr. Marcos Rochinski, Presidente do Deser – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais –, e Coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.

Com a palavra o Sr. Marcos Rochinski.

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Eu gostaria de saudar, inicialmente, o Senador Flávio Arns e, ao fazê-lo, saúdo os demais componentes da Mesa. Quero cumprimentar também entidades, Prefeitos e Vereadores presentes nesta reunião e, de modo especial, os agricultores e as agricultoras familiares



aqui presentes e, mais especialmente ainda, as pessoas que estão lá fora se manifestando.

A primeira consideração que eu gostaria de fazer é que, em um País democrático, precisamos respeitar todas as pessoas e também seus pontos de vista. Esse é o exercício da democracia. No entanto, percebemos hoje, no contingente de fumicultores, inúmeras divergências até entre vizinhos, entre comunidades que se digladiam por seus pontos de vista. Muitas vezes, esses pontos de vistas não são exatamente construídos democraticamente pelos próprios agricultores, mas, sim, por pessoas, por instituições que têm interesse e que usam os agricultores para construir o seu ponto de vista em relação, por exemplo, a este tema.

Nós, da nossa Federação, temos feito vários seminários, vários debates com produtores e resolvemos, numa plenária sindical nossa realizada em Chapecó, com a participação e com a representação de mais de 150 Municípios dos três Estados do Sul, lançar um documento para provocar o debate sobre a Convenção-Quadro e, nesse documento, nós abordamos alguns temas que já foram tratados aqui, porque a proposta da reconversão da cultura do fumo só será aplicada, do nosso ponto de vista, no caso de uma redução de interesse no mercado do tabaco brasileiro.

Não procede, no nosso entendimento, o boato de que os bancos ficarão proibidos de financiar o cultivo de fumo e a convenção também não prevê a extinção da lavoura de fumo. Não existe, no texto, qualquer menção de proibir os países, ou melhor, nós, agricultores, de plantar fumo, como também não estabelece qualquer prazo para implementação dessas medidas.

Então, para nós, a ratificação e a conseqüente participação do nosso País na conferência das partes seriam de fundamental importância para que conseguíssemos garantir algum tipo de negociação que permitisse que os agricultores fossem salvaguardados a partir do momento em que essa Convenção fosse colocada em prática.

Os países que não ratificarem a Convenção – por exemplo, no nosso caso, Senador – ficarão fora da comissão das partes. E se nós aderirmos tardiamente, não estaremos aptos a participar dos processos das negociações mais importantes, que serão tomadas nas reuniões dessa comissão. E, conseqüentemente, do ponto de vista da nossa federação, os agricultores, os fumicultores deste País ficarão sem algum tipo de proteção, sem algum tipo de resguardo, ou seja, submetidos a uma relação desigual da parte deles – nossa, porque eu sou produtor de fumo desde que eu tinha sete anos de idade, quando o meu pai colocou sua primeira estufa de fumo, e nós continuamos produzindo fumo até o presente momento.

É verdade o que foi dito aqui por aquelas pessoas, ou seja, que a cultura do fumo ainda se coloca como uma cultura de subsistência no campo. Como também é verdade que a grande maioria dos fumicultores produzem fumo não porque querem, mas por necessidade.

Mas nós entendemos, Senador Flávio Arns, que, a partir do momento em que o Brasil não aderir à Convenção-Quadro, o território brasileiro ficará livre para uma relação desigual entre empresas multinacionais e produtores.



Tenho dito para os fumicultores, e quero dizer mais uma vez - corro o risco de não ser bem interpretado, mas vou dizer -, que não ratificar a Convenção-Quadro neste momento significa darmos um atestado para que a exploração que vimos sofrendo nos últimos anos por parte das empresas fumageiras continue ainda de forma mais forte e contundente. Ratificar a Convenção significa termos algum tipo de salvaguarda e algum tipo de proteção na perspectiva de que consigamos minimamente nos defender dos interesses espúrios das grandes multinacionais, que atacam e perseguem o nosso capital brasileiro em detrimento do nosso desenvolvimento e da soberania do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Chamo em seguida a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – Amvarp, na pessoa do Sr. Almedo Dettenborn, indicado pela associação através de um expediente para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Sr. Prefeito de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

Com a palavra V. S.^a.

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Eu gostaria de entregar um material, uma revista, um texto rural.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Estamos recebendo. Por favor, com o máximo prazer, recebemos o material. (Pausa.)

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Senador Flávio Arns que preside essa democrática audiência.

É bonito a democracia, a liberdade de ir e vir, a liberdade de produzir. Há governos que prejudicam até as pessoas de fazerem a produção e a riqueza desse País. É isso que não estamos permitindo nesse momento, mas quero saudar os prefeitos aqui presentes.

O Vale do Rio Pardo, o maior produtor de fumo do Brasil e o segundo pólo maior produtor do mundo aqui representado pelo Prefeito de Santa Cruz do Sul, Alberto Venzel, aqui representando pelo ex-Prefeito de Vera Cruz, Emir (inaudível) que hoje representa a Famurs – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, pela nossa Afubra que tem sua origem em Santa Cruz do Sul, uma ordem exemplar não só para o Brasil, mas para o mundo, pelo Sindifumo e por outras entidades aqui presentes, vem aqui e vai em qualquer lugar desse País para defender a sua riqueza maior, Prefeito Sérgio Finker e Prefeito da Associação.

Nós estamos realmente preocupados com essa situação. Até vou falar de uma forma mais prática daquilo que ninguém falou. Nós convidaríamos a doutora legítima representante do Ministério da Saúde para que as suas idéias fossem implantadas em nossos Municípios da região. Gostaria que a senhora fosse lá e fizesse um grande projeto de mel, um grande projeto de milho ou de avicultura pra nós porque nós, os prefeitos, não temos conseguido mudar a nossa atividade econômica. A diversificação econômica é de discurso de campanha, é discurso de todos os Prefeitos do Rio Grande do Sul, mas cada vez mais e mais Municípios do Rio Grande do Sul estão aderindo ao plantio do fumo.

Eu quero incentivar a introdução da suinocultura, da avicultura no Município e não consigo. Eu gostaria que os subsídios, os recursos da



Convenção de Quadro, vindos do mundo que mudassem o nosso perfil econômico. Aí sim, eu seria o primeiro a aplaudir e a assinar a convenção. Mas, vamos, minha gente, primeiro introduzir novas fontes de renda para a nossa agricultura. Aqui a influencia não é tão grande, mas a nossa região é terrivelmente influente não só pela rentabilidade, mas especialmente pela cultura e não se muda a cultura e o costume de um povo em dez, em vinte, em cinqüenta anos. Leva-se séculos para isso, mas eu quero fazer uma pergunta.

Eu sou político e pela terceira vez prefeito. Uma pergunta forte, que o povo, que os colonos daqui também querem fazer, e nós estamos aqui para defender esses agricultores que estão aqui, verdadeiros agricultores da mão caalejada, não agricultores da lona preta, profissionais que estão por aí e que denigrem a agricultura, especialmente a agricultura familiar do nosso País.

Eu quero fazer uma pergunta. Será que este Governo, que tem mostrado, no âmbito federal, muitos indícios de corrupção, tem moral para impedir que o trabalhador rural, aquele das mãos caalejadas, tenha a liberdade de produzir aquilo que deseja? (Palmas.)

Quantas e quantas promessas são feitas neste País para que se mude a economia, para que se repassem recursos para o nosso agricultor, e os recursos não vêm. E não vão vir recursos para mudar, para substituir a fumicultura neste País. Não vamos destruir um modelo exemplar no mundo, que é o modelo aplicado na fumicultura, aquele projeto de integração tão importante para a nossa vida.

Por favor, vamos deixar que tenhamos liberdade de fazer aquilo que nós queremos. Aí este País será, por certo, muito melhor do que está sendo nos dias de hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradecemos a participação.

Chamo, em seguida, o representante da Fetraf-Sul, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul, o Sr. Albino Gewehr.

Com a palavra o Sr. Albino.

O SR. ALBINO GEWEHR – Bom-dia a todos. Na verdade, eu falo em nome da Central Única dos Trabalhadores, que represento na câmara setorial do fumo desde a sua instalação.

Sou técnico agrícola, trabalhei em indústria fumageira. Nos anos 84, 85 e 86 fui o maior produtor de fumo do País. Hoje, eu, pessoalmente, não me dedico mais ao fumo, mas a minha família ainda planta mais de dois milhões de pés de fumo na região de Candelária e um pouco em Santa Cruz do Sul.

Quero reiterar que este é um espaço importante, tão importante quanto aquela audiência que a Comissão de Relações Exteriores fez em Santa Cruz do Sul, e que este é o momento de confrontarmos posições. Digo isso porque, apesar de nossa família plantar fumo, ninguém assinou o abaixo-assinado, esse de que os senhores receberam mais de 30 mil assinaturas, porque chegou nas nossas propriedades dizendo: "Assinem aqui, senão vão nos proibir de plantar fumo".



E, certamente, muitos dos agricultores assinaram esse abaixo-assinado tendo presente essa informação, quando, na verdade, vemos aqui que a informação é bem outra. Na verdade, não quero repetir os argumentos já postos, mas a Convenção-Quadro, para nós, é uma salvaguarda, é uma garantia se, eventualmente, o negócio do fumo ficar ruim.

Nós queremos ter essas garantias, queremos que haja esse controle sobre as indústrias fumageiras. As indústrias, nobres Senadores Heráclito Fortes e Flávio Arns, não querem controle. As indústrias gostam de controlar. Elas controlam tudo praticamente ao seu redor, inclusive políticos. Na política, eles se gabam de controlar os políticos e dizem que eles votam de acordo com as suas pretensões.

Acho que este é o momento de o Senado mostrar claramente que tem posição, que tem independência para tomar decisões à luz de todo esse debate que será feito.

E quando falamos no momento atual do País, acho que é sempre importante lembrar o seguinte: qual é o setor neste País que mais lucro tem? Todos vão dizer que são os bancos. Não, os bancos têm um...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Inaudível.

O SR. ALBINO GEWEHR – Não. Os bancos têm o lucro sobre o patrimônio líquido na ordem de 10 a 12%. É um lucro absurdo! É um lucro de bilhões de reais. Sabem qual é o lucro sobre o patrimônio líquido das indústrias fumageiras? Sousa Cruz, ela tem lucro líquido, nos últimos três anos, superior a 60%. Então, ela dobra seu patrimônio em menos de dois anos. Eu pergunto: qual é o agricultor que, com menos de dois anos, pode comprar novo trator, a mesma propriedade, fazer uma nova casa, fazer uma nova estufa e aí na Câmara Setorial e no debate da negociação, quando nós falamos em distribuir a renda, que é concentrada nas indústrias, eles dizem: “não, o problema é a Convenção-Quadro!”, “O problema é o decreto do governador Rigotto que nos tirou 300 milhões”. E o que eles fazem? Eles carcam a mão sobre os nossos agricultores. O que eu quero fazer é um chamamento a todos os agricultores – fiz lá em Santa Cruz e eu vou fazer em todas as audiências – vamos ter essa mobilização, vamos ter essa força, vamos ter essa organização que nós estamos tendo para participar desse debate na hora de negociar o preço, na hora de distribuir a renda gerada no setor. E vamos aproveitar esse espaço, que os Senadores nos abrem, para ter mais clareza e mais conhecimento sobre esse assunto. E aí a importância de frisar que a indústria, a mesma que está aqui no Brasil, é a mesma que está nos outros países. Aqui, nós recebemos, Senadores, em torno de um dólar, um dólar e meio por quilo de fumo. Nos Estados Unidos, a mesma indústria faz por mais de seis dólares por quilo. Na Europa, Alemanha, Turquia, Grécia pagam mais de 10 dólares por quilo e, no Japão, pagam mais de 18 dólares por quilo. A nossa pergunta é: por que pagam tão pouco pela nossa? Será que nós temos algumas entidades que vivem alinhadas com ela e fazendo discurso muito mais defensor do núcleo das fumageiras do que elas mesmas. E aí, para finalizar o debate sobre a Convenção-Quadro, não podemos dizer que as indústrias são contra a Convenção-Quadro. Elas são a favor de vários aspectos da Convenção-Quadro. Está aqui o Dr. Cláudio está



com a gente e, certamente, vai falar depois... No combate ao contrabando, a Convenção-Quadro está sendo empregado em toda a sua eficiência no Brasil. Vamos ter um grande problema em Foz do Iguaçu. Terá que ter uma reversão na economia de Foz do Iguaçu, porque lá o contrabando de cigarro significa muito e está sendo combatido e será mais combatido ainda. Mas, também, é importante dizer que tem empresas que colocaram publicamente nota favorável à Convenção-Quadro. Eu sugiro ao Senador Heráclito Fortes, que consulte o site da Philip Morris Internacional, que é a segunda maior cigareira do país, responsável por mais de 50% da arrecadação de Santa Cruz do Sul, que ela tem uma posição favorável a ratificação da Convenção-Quadro, visando uniformizar, em todo o mundo, a legislação quanto o consumo de tabacos. E, fechando, é importante também registrar que, além da CUT, várias entidades já manifestaram, desde o início dos debates, a posição favorável. Assim como fez aqui o Governo do Estado do Sul, Contag, no site, tem a posição clara favorável à ratificação da Convenção-Quadro, assim como o conjunto da sociedade precisa fazer esse debate. Finalizo e quero disponibilizar aos Senhores Senadores, a revista mensal do Deserto, departamento que nos assessora, aonde vocês vão encontrar o relatório do Seminário do Futuro da Fumicultura que realizamos há poucos dias aqui em Curitiba. Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) –

Agradeço, passo, em seguida, a palavra a Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Maruxa... Depois, você nos diz como se pronuncia o seu sobrenome.

Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Maruxa... Qual seu sobrenome?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ininteligível.

A SR^a MARUXA GUITIÁN MONTERO – Bom-dia aos

trabalhadores e trabalhadoras rurais. Cumprimentando aos Senadores aqui presentes, Deputados, Prefeitos e Vereadores aqui presentes. Estou representando a Contag na pessoa do Sr. Antônio Rovaris, ele que é o diretor de política agrícola da nossa confederação. Quinhentos e cinco anos discursando em nosso País, levando propostas a toda a população, fazendo com que cada brasileiro e brasileira tenha uma condição de vida diferente. E buscamos a dignidade, principalmente na questão do campo.

A reconversão das atividades agrícolas, hoje proposta para nós, é um incentivo para a exterminação do plantio de fumo, por causa do seu veneno, por causa da saúde. Eu queria perguntar aos senhores se na lavoura branca não é usada a inseticida, a fungicida e que vai também atrapalhar a saúde do nosso povo? Eu queria saber se as pessoas que plantam milho, feijão, que são os pequenos agricultores, têm condições de vida digna dentro de suas propriedades? Como é a comercialização de seus produtos fora, da porteira para fora das suas propriedades? Ainda o fumo está dando condições de vida melhor para o nosso trabalhador, para a nossa trabalhadora. Mas quero dizer que tanto faz a lavoura branca como a do fumo, ela estragou a nossa terra bastante. Nós não temos água, nós não temos saúde e a diferenciação que



se toma por direito a nossa agricultura é que ainda há descaso dos nossos governos para a nossa agricultura familiar.

Quero deixar aqui os nossos avanços na nossa agricultura e dizer que o fumo faz mal à saúde e também aqui me somar àquelas pessoas que aqui disseram “fuma quem quer”. Eu digo fuma quem quer, porque há tempos atrás, eu fumava. Fumava escondido de minha mãe desde os 13 anos. Fumei por sete ou oito anos. Quando casei, pensei em ter um filho e pensei que tinha de parar de fumar. Não precisei de médico, porque o fumo até então não me trazia problema nenhum à saúde. Parei porque eu quis, porque sou dona do meu corpo e sei o que é bom para mim. E aquelas pessoas que tomam drogas, aquelas pessoas que estão envolvidas com a questão do craque, da cocaína, como elas estão? Como é que está a Convenção-Quadro sobre essa questão?

Quero agradecer a oportunidade que nos deram nesse espaço de tempo e dizer que se os senhores têm condições de fazer uma agricultura familiar digna, diferenciada, em suas propriedades, o Pronaf, com apenas um, dois mil reais ao ano, então que me apresentem uma justificativa melhor. Aí teremos condições de mudar radicalmente, no nosso propósito de trabalharmos com dignidade. E aí vem a questão da nossa Constituição de 1988, com o direito de ir e vir e permanecer, mas com uma vida digna relacionada ao bem-estar social. Quem não quer uma saúde preservada? Como está a nossa saúde diante dos Ministérios? Temos condições de escolher as especialidades que nosso corpo necessita? Não. É difícil chegarmos aos postos de saúde e buscarmos uma diferenciação na nossa saúde, porque é difícil, hoje em dia, alguém que fale pelos pequenos, pelos menos favorecidos.

Terminando, digo que, neste dia de hoje, é bem melhor plantar fumo que cultivar dólares em cueca. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação da Marucha, da Contag.

Passo, em seguida, a palavra à Confederação Nacional de Agricultura do Brasil, CNA, com o Sr. Pedro Martins Loyola Júnior.

Com a palavra o Dr. Pedro.

O SR. PEDRO MARTINS LOYOLA JÚNIOR – Bom-dia a todos.

Em nome da CNA e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – Faep, eu queria dar as boas-vindas aos Senadores, às autoridades e, principalmente, às entidades representativas.

Acho que este é o momento ideal para exercermos a democracia, mas é até algo inédito, porque, em outras áreas, como o meio ambiente, não temos visto isso. Os agricultores sabem do que estou falando, quando falamos em meio ambiente, pois sabem o que está acontecendo aqui, no Estado do Paraná.

Vou ser rápido. Vou usar meus cinco minutos, não vou usar treze minutos.

Temos ouvido aqui vários argumentos a favor e contra. Não vou entrar na questão de saúde – acho que o médico trata disso. Vou entrar na situação e falar da situação do agricultor. Quando se fala em aprovar essa



convenção, eu ouvi aqui um argumento: “Não, vamos aprovar a convenção e vamos dar condições de trazer algum financiamento para salvaguardar o produtor”. Eu trabalho com a área de crédito rural. Diariamente, vários produtores me ligam, falando-me da sua situação. Vou dar um exemplo hoje: os produtores de trigo. No passado, nosso Governo fez uma carta de intenções com os produtores de trigo. Sentou-se toda a cadeia produtiva e foi feita uma carta de intenções de que teríamos de suprir o nosso consumo interno de trigo, que é de 10 milhões de toneladas. Hoje, produzimos de 5 a 6 milhões de toneladas. O produtor de trigo está tendo prejuízo atrás de prejuízo e temos, do lado do Governo, muito pouco em termos de subvenção, de ajuda, de financiamento. É muito pouco para o que ele precisa. Então, eu me pergunto: se prometermos para os produtores hoje “Vamos aprovar a Convenção-Quadro”, esses financiamentos para o produtor trabalhar em outra cultura, eles virão? Pelo que temos acompanhado em outras culturas, isso não é verdade. Então, temos de pensar.

Acho que o que estamos discutindo hoje aqui é política agrícola. Todo mundo sabe da questão da saúde. Agora, o médico não está na agricultura para saber a situação do agricultor. Estamos num ano de crise muito brava que, no ano que vem, vai piorar. Estamos aqui discutindo para, de repente, ter uma situação que vai tirar o financiamento, tirar o apoio para o financiamento dos fumicultores, para que eles vão produzir outras culturas, onde estamos tendo prejuízo. Então, a Senhar e a FAEP – dos produtores rurais – são a favor de aprovar? É. Vamos aprovar. Desde que primeiramente discuta-se a política agrícola deste País. Estamos discutindo aqui o problema do produtor porque as outras culturas estão com problema. Se você resolver o problema das outras culturas, o fumicultor vai para outra atividade. Se tiver garantia de que durante cinco, dez anos, vai ter a rentabilidade que tem na fumicultura irá para outra atividade, não tenha dúvida. Se o Governo que está aí não resolver o problema da agricultura, se chegarmos ao Ministério da Fazenda e não conseguirmos aprovar nada... Foi feito um trato em Brasília e o Governo fez várias concessões à agricultura. De dez itens emergenciais apenas um foi aprovado, o resto está caminhando lentamente porque estamos, neste País, no passo da CPI. O que aconteceu com a economia? A economia está parada na agricultura e a cidade vai começar a sentir agora. Então, respeito a opinião de todas as entidades, mas não dá para a gente discutir a questão quando o problema nacional, hoje, é a agricultura.

Não estaríamos aqui, hoje, discutindo essa questão. Creio que todos concordam. Se o milho estivesse dando, a soja, o trigo, bem como outras culturas, o feijão, a gente não estaria aqui reunidos. Todos têm consciência disso. Então, a partir do momento em que este Governo realmente der garantias... Não pode fazer como fez no passado com o produtor de trigo, que foi incentivado a produzir trigo e hoje está sofrendo. Ontem, recebi a ligação de um produtor, chorando, porque foi obrigado a vender o que tinha de trigo. O preço do trigo hoje é R\$17,00, R\$18,00, R\$19,00. A política de garantia do preço mínimo é de R\$24,00. O Governo não compra nem 15% da produção nacional. O trigo argentino está entrando,



o trigo misturado. Não pode entrar. Deveria receber uma alíquota maior de tributação, mas não há fiscalização. Há muita coisa errada.

Estamos aqui discutindo a fumicultura porque a política agrícola neste País não é discutida. Há algo muito maior. O fumicultor, hoje, poderia estar em outras culturas. Não precisaríamos estar aqui que o fumo faz mal, que fuma quem quer. Cada um vai ter a sua opinião. Meu tio fumou trinta e cinco anos. Um dia chegou até mim e disse: “Amanhã, vou parar de fumar.” E parou de fumar. Minha mãe fala para mim todos os dias: “Vou parar de fumar”, mas não para.

Faço um pedido aos Senadores que estão aqui, a todas as autoridades, a todas as entidades que pensem primeiro. A convenção Quadro está ótima. O Brasil, hoje, é um País rico. A gente pode ficar discutindo isso aqui enquanto lá fora se dá uma subvenção de 20% ao produtor. Fizemos viagens técnicas para a Europa. O produtor francês está deprimido porque sabe que o Governo tem que falar para ele o que deve produzir e que produzir sem subvenção não vive para competir com os brasileiros. O que o nosso Governo nos dá? Cada vez menos juros, a 8.75, juros controlados. Isso não representa 3% de subvenção. Vamos aprovar a Convenção Quadro? Vamos. Então, oficialmente, vamos competir de igual para igual com o europeu. Aumente-se a subvenção de 3% para 20%. Não se entendeu ainda, neste País, que a agricultura é o motor da economia.

A gente tem muita dificuldade de aprovar coisas no Ministério da Fazenda. Aprova-se muita coisa no Ministério da Agricultura, mas quando chega na Fazenda para. Não estaríamos aqui discutindo se a questão de fumar, não fumar, faz bem à saúde ou não. Estaríamos discutindo, hoje, que bom que a soja, o trigo, recebeu o produtor. Agradeço a todos os agricultores que estão lá fora.

A FAEP está, juntamente com a CNA, a favor de que essas culturas permaneçam, enquanto o Governo não discutir a política agrícola do País com seriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Concedo a palavra, na seqüência, ao Sr. Rogério Almeida, que é Presidente da Comissão Agropecuária da Ancespar, que é nessa região em que estamos, Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná.

Rogério Almeida, que também é Prefeito do Município de Mallet.

O SR. ROGÉRIO ALMEIDA – Bom-dia a todos, bom-dia aos nobres Senadores, aos Prefeitos que aqui se fazem presentes, à nossa Deputada, Prefeitos de outros Estados, aos agricultores que estão aqui dentro e aos agricultores que estão lá fora infelizmente, às demais autoridades que se fazem presentes aqui.

Agradeço ao nobre Senador Flávio Arns pela abertura fora da agenda, para que nosso território possa apresentar ao Senador Heráclito um posicionamento da nossa preocupação, nós como Prefeitos dos nossos Municípios da região.

Rapidamente, em cinco minutos, quero apresentar ao Senador Heráclito a nossa região. Hoje temos um território de doze Municípios, em



que já estamos buscando formas para que possa resolver essa preocupação, que hoje assola todos os nossos agricultores, que é esse debate em torno da Convenção Quadro.

O nosso território tem doze Municípios; uma área de 4,7% do Estado do Paraná; onde temos 39.319 famílias de produtores rurais; 85% dessas famílias, Senadores, são agricultores familiares.

Estamos aqui falando da Convenção Quadro e queremos apresentar, rapidamente, um cenário da nossa região. Essa é toda uma explanação, porque nós, Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná, já tivemos um evento, em que debatemos, Senadores, a questão da fumicultura na nossa região.

Acreditávamos que teríamos mais espaço, mas, em cinco minutos, apresentaremos.

No Paraná, 70% do perfil dos agricultores são proprietários; existem 22% que são arrendatários e 80% da renda bruta total da produção desses agricultores vêm do fumo.

A cultura do fumo no nosso território. Aqui se faz presente todos os Municípios do nosso território, dos doze Municípios, estão presentes aqui dentro ou lá fora.

E aqui queremos apresentar a importância, um pouco, do fumo no nosso território: 38% da área da cultura do Estado do Paraná estão aqui na nossa região, exclusivamente nesses doze Municípios; 39% da produção do Estado estão aqui, dentro dos doze municípios, dos quais teve uma lâmina onde foram apresentados os doze Municípios, sendo que um deles, Inácio Martins, não tem produção. Então, em onze Municípios.

Temos envolvidas 12.328 famílias, hoje, no meio rural, que sobrevivem da fumicultura, que têm a fumicultura como uma das cadeias de desenvolvimento da sua propriedade.

Também, 54% de todas as estufas de fumo do Estado do Paraná estão em onze Municípios, na nossa região, no nosso território.

Esse é um gráfico que muitos não viram, mas é um comparativo dos últimos três anos. A fumicultura no nosso território subiu 108%. Saímos de 13.821 hectares e fomos para mais de 28 mil hectares dentro dos onze Municípios.

No final, faço a conclusão.

Próxima lâmina.

Hoje, pensamos, conversando com os agricultores, com a Emater, com o Iapar* e com a Secretaria de Estado da Agricultura que alternativas temos, talvez, para o território. Aqui, junto com os nossos secretários municipais, elencamos algumas alternativas: reflorestamento, viticultura, bovino, cultura de leite, olericultura, agricultura, peru, plantas medicinais, biodiesel, assunto sobre o qual o próprio Senado também está tratando, turismo rural, frango, mel...

E aqui começa o nosso pensamento, tanto dos Senadores como dos Prefeitos. Hoje fala-se da convenção, nós buscamos alternativas, mas precisamos ter um pequeno entendimento, Senadores. Hoje o fumo tem toda uma cadeia estruturada. Ela fornece insumo, tem assistência técnica, tem



comercialização com garantia de compra e preço, tem transporte disponível, o preço da venda já é tabelado. Antes de o agricultor produzir já tem o preço. Ele produz sabendo o quanto vai ganhar. Tem crédito disponível e já foi falado para a plenária, que o nosso crédito do Pronaf, hoje, a nível de região, ainda não foi disponibilizado para os agricultores. Muitos agricultores querem efetuar as compras para os seus insumos e ainda não foi autorizado.

Aqui está um quadro comparativo da estruturação da cadeia do fumo e as outras cadeias, as outras alternativas que hoje buscamos.

Aqui é um dado interessante, o valor do arrendamento hoje, por litro de chão, são seiscentos e cinco metros quadrados, Srs. Senadores, para qualquer outra atividade, está em torno de cinqüenta a setenta reais, para a fumicultura. Por alqueire, o arrendo seria de dois mil a dois mil e oitocentos se fosse arrendado para a cultura do fumo.

Então, esse é um quadro, uma amostra, de que hoje a fumicultura vem nos nossos Municípios fazendo com que o agricultor permaneça lá no campo, que ele não venha para a cidade. Qual é o custo que ele hoje, lá no campo, teria para nós municípios? Qual é o custo se ele viesse para a cidade? Que problema ele iria trazer?

Então, estamos falando de uma convenção que tem que ser muito bem analisada, tem que ser muito bem apreciada, porque os agricultores vêem que é importante a reconversão, mas que apoio, que subsídio isso terá?

E o último quadro, por favor, rapidamente...

Nossa maior preocupação é que o Senador já deu o sinal.

Temos no território 3 mil e 700 famílias com capacidade de pagamento de arrendamento de áreas que ocupam para moradias. São 3 mil e 700 famílias que, se hoje não plantassem fumo, estariam na área urbana dos nossos Municípios. E o que nós Prefeitos iríamos fazer?

Então, vemos que alternativas temos para alterar esse quadro a curto espaço de tempo?

Então, nós Prefeitos queremos pedir ao Senado que crie apoio para que os agricultores que estão lá no meio rural, aqueles que querem fazer a reconversão da fumicultura, tenham um apoio mais rápido, um crédito mais rápido, uma assistência técnica mais rápida, que os institutos possam disponibilizar rapidamente tecnologias para que eles não venham, amanhã ou depois, penar no meio rural ou na área urbana.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Passo a palavra, em seguida, para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. Fetaesc, cujo representante é o Sr. Padilha.

Muito bem, representando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina, Fetaesc, com a palavra o Dr. Padilha.

Eu queria, antes, saudar as pessoas que estão acompanhando esta audiência pública da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, do lado de fora do prédio. Realmente, o interesse e a participação são intensas e isso justifica, não é, Senador Heráclito Fortes, de maneira



sobeja, a importância de a comissão ter vindo aqui para a região, para que todos pudessem acompanhar e para que os desdobramentos desta audiência pública possam também, com os argumentos todos levantados, serem levados à discussão em Brasília e para análise, para relatórios e outras coisas que têm que acontecer.

Agradeço a participação, ressaltando mais uma vez que isso já foi feito por vários expositores, mas quero saudar todas as pessoas que estão fora deste belo recinto da Câmara Municipal.

Com a palavra então a Fetaesc.

O SR. PADILHA – Sr. Prefeito municipal, anfitrião do nosso encontro de hoje, Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiro (inaudível), que já foi Vereador da nossa cidade também, demais componentes da mesa, acho de suma importância lembrar das pessoas que estão lá fora porque, com certeza, tem mais gente do que aqui. Eu vim acompanhando três ônibus. Sou da cidade da Canoinhas, não sou de muito longe de vocês aqui. Só tive de dar uma volta por causa do rio Iguaçu para chegar até aqui. Fomos a União da Vitória, mas saímos de lá em dois ônibus de Canoinhas e mais um de Bela Vista. Só nós somos mais de cem pessoas. Quando chegamos aqui, vimos uma multidão de pessoas de forma que, certamente, depois que estamos aqui dentro já devem ter chegado mais gente. Senti o movimento do ônibus.

Falar agora aqui fica até um pouco difícil porque já foi dito tudo. Eu gostaria que os Srs. Senadores que certamente tenho gravado todas essas falácias que ouvi até então aqui em relação à questão dos pequenos agricultores. O problema todo que nós...

Eu fui uma pessoa que plantei fumo quando estava na casa do meu pai e conheço. Meus irmãos ainda trabalham com essa atividade, a família. Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas e, no dia-a-dia, conversamos com os fumicultores.

Canoinhas é um Município de Santa Catarina, que, por Município, é o mais planta fumo. Temos mais de duas mil estufas no Município de Canoinhas. Na região do Planalto Norte de Santa Catarina, outro lado de vocês – o outro lado do Iguaçu, como falamos – temos em torno de dezoito mil estufas, contando de Macra até Porto União. Então, é uma região em que se planta muito fumo e que, como dizem os agricultores, que Deus nos livre ficarmos sem essa cultura na nossa região.

Já foi falado em relação aos programas do Pronaf, programas que tem o preço do milho, o preço do leite. Ninguém pense que, quando se fala que o agricultor está recebendo apenas R\$0,40 por litro de leite, tudo isso vai para o bolso dele. Não é não porque tem o desconto do frete. Tem o primeiro frete, o segundo frete, tem o Fundo Rural, tem assistência técnica e, no bolso dele, sobram apenas R\$0,20. Sou um produtor de leite, conheço essa questão. Vender milho nos dias a R\$17,00, R\$18,00 o saco é certamente tomar prejuízo. Digo isso com certeza do que estou falando porque acompanho, sou agricultor e conheço muito bem essa questão.

Qual é a garantia, Srs. Senadores, dessa nova alternativa que vem aí para que tenhamos financiamento para isso? Ontem estive com o gerente do Banco do Brasil, e ele me dizia que o dinheiro do Pronaf está na agência,



mas é o mesmo valor do ano passado. Quer dizer que não tem condição. A cada ano, como se diz – vou usar nossas palavras de agricultores – é mais uma cacetada na cabeça da gente.

Esses números apresentados aqui são verdadeiros. Nós não temos condições mais hoje. A pessoa que falou em nome da CNA deu números aqui corretos em relação ao trigo, à sacanagem que se fez com o agricultor em todas as atividades. O pessoal faz grandes investimentos em atividades, daí a pouco vem a rasteira, e as pessoas vão para o chão também.

Essa questão do pequeno agricultor que está ainda agüentando na roça plantando fumo muitas vezes até em terreno arrendado, em áreas bem pequenas, se não tiver essa atividade, certamente é uma pessoa que vai tentar a vida no meio urbano e será mais um que vai se dar mal. Para isso temos que tomar cuidado.

Essa questão de que cigarro faz mal – não queria ser repetitivo aqui – cada um faz da sua vida o que quer, cada um se governa. Agora, tem outras coisas que fazem mal também. Me desculpa os plantadores de soja, mas, na soja e no milho hoje se usa mais inseticida do que no próprio fumo. Então, nós temos que cuidar com os nossos discursos e cuidar com que fazemos no mínimo que esse agricultor permaneça na agricultura, está segurando a família dele lá. Lá você cria, um filho para criar na roça é bem mais fácil que criar no meio urbano. Eu sei disso, sou uma pessoa que mora no meio rural, tenho filho que estuda na cidade e tenho que estar sempre aconselhando: “cuidado, cuidado com as companhias, cuidado com a droga. Não caia nisso, por favor. Vá a igreja. A igreja segura”. Aconselhando. Mas tem tanta gente que escapa, não consegue ficar na roça, vai para a cidade, aí, com todo o respeito, se tiver algum que usa, daqui a pouco já vê um cara de brinquinho, com a calça frouxa, e pronto, esse não volta mais e tá feita a calamidade. Então, Srs. Senadores, se vocês puderem fazer com que nós possamos continuar trabalhando na roça, permanecer na agricultura, produzir e não precisar ir procurar emprego na cidade, e daqui a pouco se dar mal, e daí estar incomodando na cidade. Lá na roça vivemos muito bem, criamos muito bem nossos filhos. Saber (inaudível) em condições de nós permanecer lá, que já está muito bom.

Gostaria de agradecê-los por terem vindo até aqui. Sei que é difícil sair de lá, há um esforço por trás de tudo isso. Então, que os pague por isso. Mas que vocês façam mais vezes isso, não parem por aqui. Nós precisamos de políticos que vêm aqui na comunidade nos ouvir. Tenho certeza que o prefeito deve estar muito satisfeito hoje de poder ter pessoas na qualidade desses Senadores, Deputados aqui para poder ouvir nós. Isso é que precisa, falar tanto em democracia e de repente nós não poder, às vezes, nem fazer aquilo que queremos lá na nossa roça. Deixa nós cuidar da nossa atividade fumageira, que certamente nós vamos incomodar muito menos do que nós ter que ir lá para a cidade, porque nós sabemos disso, o que é vida na cidade, o que é essas favelas, a gente vê por televisão e sabe como é difícil uma pessoa sair da roça e ter que daqui a pouco se sujeitar a uma vida desse lado, que é muito mais difícil.



Então, quero agradecer pela oportunidade e dizer que nós precisamos realmente de a permanência nossa na agricultura e que nós possamos então... vamos sonhar com essa alternativa, que ela realmente vem, que nós possamos um dia realmente substituir essa cultura, mas desde a hora em que nós tenhamos condições de manter a nossa família também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação da Fetaesc. Como todos devem ter observado, houve vários expositores de outros Estados, particularmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, também, Paraná logicamente, pois aqui estamos. Teremos porque essa legislação naturalmente para o Brasil, é uma convenção quadro a ser ratificada pelo Brasil, com esse debate que está acontecendo para ver a viabilidade, os caminhos a serem seguidos. Haverá desdobramentos disso em Brasília, inclusive um dos pontos ressaltados por vários expositores é no sentido da insegurança em relação à política do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que vai naturalmente demandar da relatoria da Comissão esse debate sobre este ponto levantado e outros também em outras áreas com os ministérios da área. Tudo isso. Os dados estão sendo levantados. Isso exigirá certamente outras iniciativas em Brasília.

Quero lembrar também que sexta-feira, dia 26/8, haverá audiência pública semelhante a esta em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, às 11 horas, para qual também, e é sempre importante que as pessoas de Santa Catarina tenham a perspectiva do Paraná, do Rio Grande do Sul, e dos outros Estados. E, ao mesmo tempo, no sábado, em Santa Catarina, o local é a Assembléia Legislativa, já para todas as pessoas que acompanham pela **TV Senado**; e também no sábado, no dia 27/08, na Câmara Municipal, em Camacuã, no Rio Grande do Sul, também haverá audiência pública para tratar da Convenção Quadro, que trata do controle do uso do tabaco.

Passo, em seguida, a palavra à Sr^a Margaret Matos de Carvalho, que é Procuradora do Trabalho do Estado do Paraná.

A SR^a MARGARET MATOS DE CARVALHO – Bom-dia a todos; faço uma referência especial ao Presidente da Mesa, Exm^o Senador Flávio Arns, e principalmente aos funicultores, que realmente é quem planta o fumo.

Eu quero trazer algumas questões que até agora não foram trazidas, sob a ótica da legislação trabalhista. Fui procurada há dois, três, anos por um grupo de funicultores que tinham se endividado para passar a produzir fumo, mas que infelizmente, não conseguindo pagar o financiamento, a dívida foi executada pelo banco financiador e eles perderam as suas propriedades. Eles estavam sendo executados e perdendo as suas propriedades.

Essa situação me chamou a atenção e eu passei a analisar as condições de trabalho impostas aos funicultores pelas indústrias tabageiras. Uma das coisas que temos de perceber é que realmente as indústrias impõem o preço. Não é esse protocolo que se diz existindo o embate democrático. Ele não faz a discussão do preço do fumo. Ele é imposto, como também é imposto o pacote tecnológico, que significa o pagamento da assistência técnica, pois quem paga é o funiculor. É uma assistência técnica



que não é técnica na sua acepção; mas, sim, o pagamento de pessoas que ficam o tempo todo passando a idéia de que é vantajoso plantar o fumo.

E eu pergunto para quem planta o fumo e para quem depende dessa assistência técnica se realmente ela acontece com a necessidade desejada, com a periodicidade necessária; se realmente esses técnicos ajudam o produtor a produzir mais e melhor. Pergunto também se ele não tem de envolver a sua terra no negócio. Ele se endivida, ele coloca a sua terra como garantia para iniciar a produção. E se ele não consegue pegar o financiamento, ele não tem ajuda nenhuma das indústrias, assim como também ele coloca a sua força de trabalho a serviço da atividade. Colocando a sua força de trabalho, ele também traz ajuda da sua família, porque é uma atividade em regime de economia familiar. Então, todos ajudam, inclusive as crianças. É mentira quando dizem que não tem criança trabalhando. A indústrias fumageiras estão se enriquecendo às custas da ajuda do trabalho de crianças brasileiras, de milhares, milhares. E temos como provar.

Também é questionável o fato de os fumicultores serem obrigados a adquirir o seguro apenas da Fubra, que é um cartel. O valor é fixado pela indústria. O fumicultor não tem alternativa. É aquele e acabou. Se não, nem se assina o contrato. O contrato é de exclusividade. Se o produtor resolver vender para quem paga o melhor preço, as fumageiras ajuízam ação e seqüestram a produção. Alguém está preocupado com isso? Então, a condição imposta de trabalho para os fumicultores brasileiros é uma condição análoga a de escravo, a de servidão, pois ele não tem o direito de escolher; não lhe é dada essa possibilidade. É montado um pacote, em que ele entra e não tem como ele sair mais, pois a sua dívida representa trabalho de cinco a oito anos. Antes disso, ele não consegue pagar o financiamento primeiro. E as indústrias fumageiras facilitam esse financiamento.

E eu pergunto mais uma vez: o Pronaf, que é feito com recurso público, e que financia a produção do fumo, por que não pode também ter essa mesma facilidade para financiar o fumo para financiar o fumo, para financiar outras culturas, inclusive a reconversão? Interessa para a população brasileira que paga esse investimento público, financiar a produção do fumo? Como todos os Srs. Senadores e Srs. Parlamentares, estamos falando em saúde pública, e interessa a toda a nação brasileira, e não apenas a um segmento econômico. Interessa à Nação brasileira financiar o fumo, enriquecendo multinacionais, deixando nosso povo à mercê dos interesses econômicos internacionais?

Outra questão que acho que tem que ser colocada é a saúde do trabalhador, do fumicultor. Quero que os senhores prestem atenção no que estão sentindo, porque vocês podem estar doentes, a sua família, alguém da sua família pode estar doente pelo contato com agrotóxicos, usados indiscriminadamente, e vocês não sabem se é por conta do agrotóxico ou por conta da nicotina que passa pela pele. Prestem atenção e exijam laudo médico de que a causa da doença é em decorrência da utilização indiscriminada do veneno, que depois vocês podem inclusive pedir indenização e responsabilizar quem é de direito.



Prestem atenção: se alguém morre de repente, se alguém tem um mal súbito, dores no corpo todo, câibras freqüentes, isso pode ser sinal de contaminação por agrotóxico.

Também é importante pensarmos no impacto ambiental que representam tantas estufas no Estado, pensarmos no quanto de lenha é consumido, lenha inclusive nativa. Estamos degradando ambientalmente o nosso Estado.

(Manifestação da platéia.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Por favor, peço silêncio.

A SRª MARGARETH MATOS DE CARVALHO - O oportunismo das indústrias quando utilizam a fragilidade da nossa política agrícola como condição para a ratificação da Convenção-Quadro. Isso é oportunismo.

Outra questão que é colocada também em relação à Afubra: muito cuidado ao analisar um abaixo-assinado. Muito fumicultor assinou sem saber direito o que estava fazendo. Muito cuidado ao analisar os dados da Unisc, porque ouvi do próprio representante da Afubra que ele vai mandar a Unisc fazer tal coisa, vai mandar... Se ele manda tão facilmente na universidade, vamos olhar com cautela a confiabilidade desses dados que foram apresentados.

E mais uma coisa: a Afubra não representa os produtores, os fumicultores. Não representa. Ela representa os interesses da indústria fumageira. Então, vamos olhar também com cautela quando nos posicionarmos dessa forma.

Gostaria também de solicitar a essa Comissão que se faça uma investigação em relação à movimentação financeira da Afubra, o quanto ela está recebendo em relação ao seguro, porque existe inclusive a informação de que esse seguro não atende às regras do País no que se refere às seguradoras. Não seria uma seguradora de acordo com a nossa legislação. Gostaria que houvesse uma avaliação nesse sentido.

Os sindicatos dos trabalhadores, que se dizem representantes dos trabalhadores rurais, ou mesmo da área urbana, dos trabalhadores nas indústrias, se forem realmente representantes dos interesses de seus filiados, têm que ser favoráveis à Convenção-Quadro, porque só dessa forma é que será atendido o interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Peço à senhora para concluir.

A SRª MARGARETH MATOS DE CARVALHO - Financiar a produção do fumo é, em última instância, beneficiar as multinacionais em detrimento do nosso desenvolvimento e em detrimento da saúde pública. E essa história de que a pessoa escolhe fumar ou não, eu, por exemplo, não fumo, mas às vezes sou obrigada a inalar fumaça da pessoa que está do lado. Então, até em relação a isso temos que começar a questionar.

Finalizando, Srs. Senadores, espero que realmente a Convenção-Quadro seja ratificada, porque é mentira que ela prejudica os fumicultores, é mentira que ela prejudica o interesse do País. Na verdade, é de interesse público brasileiro que a Convenção-Quadro seja ratificada pelo Brasil, e é



interesse das indústrias fumageiras que ela não seja ratificada, porque a Convenção prejudica o desenvolvimento econômico dessas indústrias, atrapalhando-as a dobrar seu patrimônio a cada ano, como vimos aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Agradeço a participação da Procuradora-Geral do Trabalho.

E, na verdade, esse debate vem na tentativa de se verbalizar, de se externar, de tornar visível o ponto de vista das várias partes envolvidas, para subsidiar uma decisão madura, possível, debatida, para que o melhor para o Brasil e o melhor para o trabalhador, para o produtor seja alcançado.

Há, eu sei, várias entidades que também gostariam de falar. E não só entidades, mas também pessoas. Eu pediria que as pessoas e entidades que gostassem de externar pontos de vista, eventualmente ainda não externados nesta audiência pública, que o fizesse por escrito, que daremos todo valor, como Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, todo valor aos documentos recebidos de pessoas e de entidades, não só verbalmente, como no dia de hoje, mas também, por escrito. Então, isso será, sem dúvida, uma atitude desta Comissão da Agricultura. Procuramos fazer com que as exposições fossem as mais democráticas possível, no sentido de observação do tempo e também no sentido de haver uma intercalação entre argumentos a favor e argumentos contra. Então, se, porventura, ainda outras manifestações vocês julguem necessárias, por favor, façam com que isso venha por escrito, não só hoje, até pode se pensar com tempo...

Particularmente, as pessoas que se reúnem nas associações aqui representadas, que vocês façam uma análise, uma reflexão sobre o que aconteceu. E, na associação, discutindo entre todas as pessoas que fazem parte desta associação, diga: "Olhe, o ponto não foi bem enfatizado. Precisa de mais um argumento aqui" ou "esse outro aspecto foi abordado de uma maneira que poderia ter sido algo diferente". Então, essa reflexão, façam chegar; não se esgota aqui. Nós, eu comentava aqui com o Senador Heráclito Fortes, temos que falar com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, para que eles, também, tenham de dar os posicionamentos dos Ministérios, em relação ao que eles estão propondo. E mesmo propondo, como foi dito aqui por vários dos expositores, mesmo propondo, às vezes, as coisas não acontecem na seqüência. Tudo isso tem que ser muito bem pesado para a tomada de decisões por parte da comunidade envolvida. Eu passo, antes do encerramento, a palavra ao Senador Heráclito Fortes para as considerações, como Relator neste projeto da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes – PFL – PI.) – Alô... Em primeiro lugar, eu quero, por dever de justiça, parabenizar este auditório pelo comportamento e pela maneira como nós conseguimos ouvir as partes e travar este debate até agora. Saio daqui levando uma grata surpresa deste encontro. Ele extrapolou, imensamente, as minhas expectativas. Eu acho que demos um passo, conseguimos ouvir as partes. E... Foi uma questão até delicada e que envolve várias vertentes, não só da economia, mas também da saúde, enfim, um conjunto de problemas de várias naturezas e que



merece uma reflexão profunda. Como Parlamentar, procuro cumprir meu papel. Estou, no Congresso Nacional, há 25 anos. Dividi minha vida ao meio, metade como Congressista e como político: um intervalo como Prefeito e a outra metade – entre nascimento e juventude... Metade da minha vida dentro do Congresso. Metade da minha vida está dentro do Congresso. Sou daqueles que acha que o Congresso tem que enfrentar os momentos difíceis, tem que enfrentar as adversidades e tem que, cada dia mais, lutar pela transparência e, acima de tudo, para estar cada vez mais próximo do que pensa a sociedade brasileira. Daí por que trazer este fórum e este debate para o interior do estado do Paraná. Era muito mais cômodo, para todos nós, fazê-lo em Brasília. Mas eu sou dos que concordam que Brasília é um clube de falsa felicidade. A ressonância do que acontece no País só sabemos, só sentimos, só vemos quando nos aproximamos dos fatos, quer sejam problemas, quer sejam realizações, enfim, só quando vimos, como estamos aqui, e com muita alegria, no Estado do Paraná, pela sua história, pela sua tradição de participação e pelo que representa no cenário do Brasil.

Eu queria apenas pedir à Procuradora, Dr^a Margareth, que, se pudesse... Com certeza, ela já deve ter tomado algumas providências, mas o que me preocupou muito é o questionamento com relação à questão do procedimento de seguro. Evidentemente, se está ferindo a legislação brasileira e não está atendendo ao que ela se propõe, principalmente no que diz respeito ao nosso IRB, eu gostaria que ela remetesse para a Comissão o mais rápido possível. E tenha certeza a senhora que eu, juntamente com o Senador Flávio, tomaremos providências. Embora não seja um assunto eminentemente da questão de que estamos tratando aqui, é dever nosso, a partir do momento que tomamos conhecimento de uma advertência feita por uma pessoa da responsabilidade que a senhora tem, encaminharmos as providências para que seja analisado o caso. E a senhora fique absolutamente tranqüila de que nós faremos isso e estaremos resguardando os trabalhadores, estaremos resguardando o nome do Brasil nessa questão. Era o único pedido que eu queria fazer.

De resto, quero dizer que, como falei no início, vou sair daqui rouco de tanto ouvir, mas ouvi bem, porque as questões foram bem divididas, foram todas elas feitas com argumentos e com convicção.

De mais, o meu abraço e a minha alegria de poder ter estado aqui nesta manhã.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Quero ainda enaltecer a presença do Senador Heráclito Fortes, Relator da matéria, ao Paraná. Que ele possa retornar muitas vezes a nosso Estado. Com muita amizade e muito respeito o receberemos.

Quero agradecer a presença da Deputada Selma Schons, Deputada Federal do PT, com um trabalho muito intenso nesta região.

Agradeço ao amigo Sérgio Stoklos, Prefeito de Irati, que recepcionou a todos no Município, bem como à Vice-Prefeita aqui presente, que já foi também mencionada, amiga Marisa Lucas.



Em nome também do Prefeito, agradeço a todos os prefeitos, vice-prefeitos, ex-prefeitos aqui presentes.

Igualmente, meus agradecimentos aos vereadores de Irati, que cederam este espaço da Câmara Municipal, tão adequado para a realização desta audiência pública, na pessoa do Presidente da Câmara, Roberto Sequinel.

Agradeço também a presença de todos os vereadores.

Meus agradecimentos ao Presidente João Orestes Fenker, da Amcespar, que é a Associação dos Municípios desta região onde a audiência pública se realiza. João Orestes Fenker é também Prefeito de Guamiranga.

Finalmente, agradecemos às pessoas que vieram de outros Estados contribuir com depoimentos, ouvindo, participando da audiência.

Quero dizer, como já mencionei antes, que a Comissão de Agricultura está aberta para receber as reflexões que todos venham a fazer em função desta audiência pública.

Eu acrescentaria ao que disse o Senador Heráclito Fortes quanto à Procuradora-Regional do Trabalho, Dr^a Margareth, que ela realmente envie para a Comissão de Agricultura não só aquilo que falou em relação aos seguros, mas em relação a todos os fatos. Existe uma preocupação intensa do Senado Federal e de todo o Brasil em relação à situação, por exemplo, da criança e do adolescente em situação de risco pessoal, social, de trabalho, em todos os aspectos, como também outras questões que venham a ser levantadas.

Quero enaltecer ainda a participação da TV Senado, que está aqui presente, da Rádio Senado e da Agência Senado.

Esta audiência pública que está sendo realizada aqui terá repercussão no Brasil inteiro, através da transmissão da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado, o que vai ser muito bom. E digo para todas as pessoas do Brasil que vão nos acompanhar nessas transmissões que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária está aberta para qualquer tipo de sugestão e de reflexão que, a partir desta audiência, possam contribuir com os nossos trabalhos.

Estou muito satisfeito por ter estado aqui na condição de Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, neste debate de alto nível, com argumentos, com vivências, com experiências e, essencialmente, desejando no final uma legislação adequada para o nosso País.

Agradeço a presença de todos que estão neste recinto, como também a todos que estão do lado de fora da Câmara de Vereadores de Irati e a todos que nos acompanham.

Obrigado.

Declaro encerrada esta audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, realizada no Município de Irati.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

3º - 19/08/2005



<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CRA/Notas/20050819EX022.rtf>

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública que objetiva instruir o Projeto de Decreto-Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, conforme a aprovação do Requerimento nº 23, de 2005 – CRA – de autoria do Senador Heráclito Fortes, que também é Relator da matéria.

Em primeiro lugar, convido para compor a Mesa o Senador Jorge Bornhausen (Aplausos.); a Senadora Ideli Salvatti (Aplausos.); o Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia de Santa Catarina (Aplausos.); o Deputado Manoel Motta, Líder do Governo (Aplausos.); o Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural de Santa Catarina (Aplausos.); o Deputado Clésio Salvaro que representa o Senador Leonel Pavan (Aplausos.); o Deputado Altair Guidi (Aplausos.); o Deputado Paulo Eccel (Aplausos.); o Deputado Federal João Mattos, Secretário de Articulação do Estado (Aplausos.); e o Vice-Prefeito de Florianópolis, Bitá Pereira (Aplausos.).

Em primeiro lugar, gostaria de ler correspondência que foi enviada por esta Mesa pelo Senador Leonel Pavan:

Cumprimentando-o, agradeço o gentil convite para participar da audiência pública, discutindo o projeto de decreto-legislativo que aprova a convenção sobre o tabaco, que será realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Em razão de compromisso assumido anteriormente, em Mato Grosso, onde participei de evento sobre a discussão da Lei Geral do Turismo, que terá lugar naquele Estado, evento esse que já foi adiado por duas vezes, não podendo mais sofrer qualquer demarcação, gostaria de indicar o Deputado Estadual de Santa Catarina Clésio Salvaro para nos representar nessa audiência da Comissão de Agricultura que discutirá o projeto cuja relatoria V. Exª é detentor, podendo dar a ele a prerrogativa de usar a palavra.

Cordiais saudações. Senador Leonel Pavan.

Queremos registrar a presença no auditório de um representante do Ministério da Saúde. Por gentileza, peço que se identifique. (Pausa.) Muito obrigado, só a identificação. É o Sr. Carlos Spezia.

Um representante do Ministério da Agricultura. (Pausa.) É o Sr. José Oscar Pacheco.



Um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É a Dr^a Emma.

O representante do Governo do Estado de Santa Catarina está aqui; da secretaria de saúde, aqui; assembleia, aqui, prefeituras...

O representante do Instituto Nacional do Câncer, Dr^a Tânia.

Representante da Afubra, Sr. Romeu Schneider.

Representante da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Dr. Ricardo Meireles, da Federação Nacional de Trabalhadores da Indústria de Fumos e Afins, Dr. Dorval está ali, da ONG Tabaco Zero, Paula Jones, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná – são quatro representantes –, da Contag, da Confederação Nacional das Indústrias, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas, Bahia, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, de coração, a presença de todos os senhores nesta audiência pública. Quero deixar claro que seria muito mais cômodo – eu disse isso há poucos dias e digo agora – que essa decisão fosse tomada na frieza dos gabinetes em Brasília, mas essa é uma responsabilidade que o Congresso resolve dividir com a sociedade. É uma discussão delicada, complicada, e é por isso que estamos fazendo essas audiências, cerca de quatro ou cinco audiências que estamos realizando.

Na semana passada, estivemos em Irati e muitos dos que aqui estão estiveram lá e nós tivemos um aproveitamento fantástico. Discutimos durante duas horas, aproximadamente, num clima de cordialidade e urbanismo e apelo a todos os senhores para que assim façamos.

Nós vamos discutir uma questão que tem os favoráveis e os contrários. Que cada um respeite a posição assumida, sem manifestação de plenário, sem agressão, sem vaia, até para facilitar o meu trabalho. Eu vim aqui com o coração e o espírito abertos, exatamente para podermos tirar lições dessa discussão ouvindo os dois lados.

De forma que agradeço, então, antecipadamente, e passo, inicialmente, a palavra ao Senador Bornhausen, meu companheiro de Partido. Embora este seja um encontro suprapartidário, por dever de obrigação, quero dizer que o Senador Jorge Bornhausen está representando Santa Catarina. O Senador Pavan justificou e a Senadora Ideli me disse que viria, mas eu compreenderei se tiver algum... Nós estamos vivendo, em Brasília, talvez o momento mais difícil que vi nos meus vinte e cinco anos de Congresso e compreendo que nós estamos numa fase difícil, com compromissos, com tarefas, o que justificaria a ausência, inclusive, dos parlamentares federais que foram convidados.

Quero agradecer o carinho com que o Jorge me trouxe até aqui, me dando assistência. Esta é uma velha amizade que eu prezo muito e é com muita satisfação que passo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen para manifestar a sua posição a todos os senhores.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Inicialmente, o meu muito boa-tarde a todas às senhoras e senhoritas e aos senhores que vieram



participar desta audiência pública. Meus respeitos e cumprimentos ao Relator da matéria, o eminente Senador Heráclito Fortes, uma das grandes figuras do Senado. Meus cumprimentos ao Presidente da Assembléia Legislativa, nosso Deputado Júlio Garcia, ao Deputado Manoel Mota, ao Deputado João Matos, ao Deputado Altair Guidi, ao Deputado Paulo Eccel, ao representante do Governador, Dr. Luiz Fernando de Vicenzi, ao Deputado Presidente da Comissão da Agricultura, Reno Caramori, ao Deputado Clésio Salvaro, que representa também o Senador Pavan.

Quero começar dizendo algumas coisas de forma muito rápida, mas muito precisas. Em primeiro lugar, o Governo, quando assinou o tratado, deveria ter feito o que está fazendo hoje o Senador Heráclito Fortes: ouvir primeiro, em vez de, autoritariamente, decidir primeiro para, depois, impor as suas condições. O primeiro erro básico desse tratado foi a falta de audiência aos produtores, o que agora se realiza através da iniciativa da Comissão de Agricultura, especialmente do Senador Heráclito Fortes. Por isso, para ele, que pediu que não houvesse nenhum apuro, eu peço as palmas que ele merece. (Aplausos.)

Em segundo lugar, sabemos perfeitamente dos malefícios à saúde que traz o uso do cigarro, do charuto, do tabaco. Isso é inegável; ninguém vai discordar disso. Mas não se resolve um problema de forma autoritária, impondo soluções, sem pensar nos que vivem também disso. Estamos pensando nos que morrem e temos que pensar nos que vivem e nas condições que eles têm para produção. Acho que essa é a razão principal desta audiência.

O Brasil produz 850 mil toneladas de fumo. Santa Catarina é responsável por 34% dessa produção. Ela está localizada principalmente no sul do Estado e no vale do Itajaí. Lá estão os nossos agricultores, que têm uma cultura, que é familiar, que aproveita a pequena propriedade, que tem financiamento, tem assistência técnica e tem comprador. Então, para se pensar em modificar essas circunstâncias é preciso ter, pelo menos, condições iguais ou até melhores.

Então entra o Governo nisso. Para poder assinar um tratado dessa natureza, ele deveria ter ouvido o produtor e ter assumido compromissos com o produtor. Acontece que ele não ouviu, não assumiu compromissos e é um Governo desacreditado, que, por isso mesmo, não vai ter condições de convencer quem quer que seja que cumprirá algum compromisso, já que ele não cumpriu nenhum compromisso com a Nação, nem os de campanha.

Esse é o quadro real da situação. Se vamos penalizar apenas o produtor, é uma profunda injustiça, porque, se se quer acabar com o consumo do tabaco, que não seja proibindo a produção, mas proibindo a produção industrial. Se vamos diminuir a produção local, sem uma substituição adequada, o que vamos ter? A importação do produto, porque os Estados Unidos não assinaram, a China não assinou o tratado. Então vamos importar. (Aplausos.)

Vamos trazer um problema social grave. Portanto, não é algo tão simples. Temos dois lados importantes e qualquer solução passa por uma solução de grande responsabilidade. Daí por que iniciei minhas palavras



louvando a atitude do Senador Heráclito Fortes, que teve a coragem de fazer as audiências, de ouvir todas as partes, que é a nossa obrigação, para depois votar. Evidentemente, fico muito feliz que ele tenha vindo a Santa Catarina e que tenha havido essa mobilização, para que ele possa compreender e nós possamos relatar, em Brasília, quando da decisão, esta audiência pública que se realiza aqui, preenchendo uma lacuna de um Governo que não agiu a não ser de forma arbitrária, autoritária e sem crédito perante a sociedade brasileira. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu gostaria de avisar a todos os senhores que esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado para todo o Brasil. Portanto, peço que seja dada a melhor demonstração possível da nossa maturidade para discutir esse assunto.

Em segundo lugar, peço às pessoas que, ao trafegar na parte central do auditório, tenham cuidado para não interromper as imagens. Essa é uma solicitação técnica que está sendo feita pelo pessoal da TV Senado.

Passarei a palavra ao Deputado Júlio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, nosso anfitrião. Antecipadamente quero agradecer a S. Ex^a, aos Deputados e aos funcionários da Assembléia Legislativa que nos deram apoio na infra-estrutura para a realização desta audiência pública.

Senadora Ideli Salvatti, havia convidado V. Ex^a para compor a mesa. Não abro mão de que V. Ex^a sente-se ao meu lado.

O SR. JÚLIO GARCIA (PFL – SC) – Desejo cumprimentar a todos que comparecem a esta audiência pública e dar as boas-vindas ao Senador Heráclito Fortes, que preside esta reunião e que é o Relator da matéria que está sendo tratada nesta audiência. Saúdo o Senador Jorge Bornhausen, a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Federal João Matos, o representante do Governador, Dr. Luiz de Vicenzi, o Vice-Prefeito Bitá Pereira.

Ressalto que se trata de uma audiência do Senado da República, mas que, tão logo contatado pelo Senador Jorge Bornhausen e pelo Senador Heráclito Fortes, na condição de Presidente da Casa, não poderia deixar de dar ao evento todo o apoio necessário e estabelecer essa parceria salutar com o Senado da República para discutir tão relevante tema. A presença dos Deputados aqui é exatamente no sentido de dar a valoração da questão por parte da Assembléia Legislativa.

Agradeço ao Presidente da Comissão de Agricultura, a quem saúdo, Deputado Reno Caramori, que cancelou compromissos importantes para estar presente. Igualmente fizeram o Deputado Clésio Salvaro, que representa o Senador Leonel Pavan, o Deputado Manoel Mota, o Deputado Altair Guidi e o Deputado Paulo Eccel.

A questão realmente é de fundamental importância e, não fosse o sistema bicameral, certamente o tratado assinado pelo Governo brasileiro já estaria convalidado, posto que foi validado pela Câmara Federal. Chegando ao Senado, os Senadores da Comissão de Agricultura tiveram a clarividência já destacada aqui pelo Senador Jorge Bornhausen de discutir a matéria. A matéria atinge milhares e milhares de famílias, atinge uma região no seu aspecto econômico e, de modo especial, no seu aspecto social. Por isso, não



pode haver uma decisão monocrática, uma decisão de cima para baixo, uma decisão de gabinete. Essa decisão tem que ser tomada de forma amadurecida, discutida e com vagar porque ela tem conseqüências gravíssimas na economia e na sociedade, atingindo famílias e famílias.

Quem de nós ousaria dizer que a saúde não é importante? Ninguém. Se fizermos uma pesquisa aqui mesmo nesse auditório 100% dos presentes vão dizer que a saúde é importante, mas é preciso que se faça um processo discutido, como está fazendo o Senado da República, na tarde de hoje, como já fez em duas outras ocasiões, para que se possa estabelecer o mínimo de condições para, ao longo do tempo, haver uma solução administrada e em que se encontre um denominador comum, um meio-termo, que, tenho certeza, é o que todos desejam, mas com garantia. Essa decisão não pode ser, como se diz, apenas na palavra. (Aplausos.)

É preciso que aqueles que serão prejudicados tenham o mínimo de garantia: garantia de uma transição tranqüila ao longo de décadas para que posamos alcançar o nosso objetivo. Qualquer decisão abrupta, repentina, radical, certamente gerará um conflito de proporções insuperáveis.

Em nome da Assembléia Legislativa, apelo ao Senado da República que não convalide a Convenção (Aplausos.), não para ser contra apenas por ser contra, mas para permitir que, ao longo do tempo, possa se discutir convenientemente a matéria e se chegar ao resultado melhor para as famílias, para a sociedade, enfim, para o nosso Brasil.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço a participação do Presidente da Assembléia.

Registro a presença dos Prefeitos Luiz Kuerten, de Braço do Norte, Santa Catarina, Cássio Luiz Freitas Mota, de Canguçu, Rio Grande do Sul, Elton Dettenborn, de Passo do Sobrado, Rio Grande do Sul, Almedo Dettenborn – devem ser irmãos ou primos –, também do Rio Grande do Sul. São primos?

Para nós, é motivo de muita honra ter Prefeitos aqui. Peço que cada um se identifique com um cartão para que, durante a audiência, eu possa fazer o registro da presença.

Em segundo lugar, aviso, a quem interessar examinar, que há cerca de duzentos avulsos do projeto à esquerda.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Meu boa-tarde a todas e a todos. Cumprimento meus colegas de Senado, na figura do Senador Heráclito Fortes, os companheiros de Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, na presença do nosso Presidente Júlio Garcia, todos os demais membros da Mesa, Prefeitos, Vereadores, representantes das entidades de classe dos fumicultores e todos os agricultores e agricultoras que participam desta audiência.

Este assunto da Convenção-Quadro vem polemizando o Senado da República já há um bom tempo. Temos acompanhado, de forma muito atenta, todo o debate. Creio que o Senado está cumprindo seu papel ao abrir as audiências públicas para que a sociedade brasileira, principalmente os



diretamente interessados, os produtores de fumo, possam dar sua opinião, colocar suas posições, a fim de que, na deliberação do Senado, seja contemplada a opinião da sociedade brasileira.

Já tive oportunidade de receber algumas comitivas em meu gabinete, inclusive representando setores principalmente de Santa Catarina. Quero tornar clara e pública minha opinião, porque só tive oportunidade de expô-la às pessoas que nos procuraram, opinião de que todos nós temos a obrigação de fazer o controle visando à eliminação do fumo. Tenho a convicção de que o fumo e o tabaco são maléficos em termos de saúde. Agora, esse procedimento de como isso se dará... Não basta, unilateralmente, um único país, uma única sociedade tomar a deliberação para sua concretização; isso é um trabalho articulado, que tem de ser feito de forma gradativa, com o jogo combinado inclusive no cenário internacional, porque os interesses da indústria do fumo são poderosíssimos; é uma das áreas da agricultura que tem uma das maiores lucratividades, não só em termos agrícolas, como em termos industriais; tem interesses tributários, porque também é um dos setores em que se arrecada muito imposto; portanto, os interesses são vultosos. E, portanto, tenho o entendimento de que não temos de entrar, como se diz no popular, de gaiato nesse navio, tomando uma iniciativa importante, sem a clareza de tudo o que está em jogo no tabuleiro internacional, inclusive. (Aplausos.)

Agora, é de fundamental importância que façamos o debate, a discussão, sem perdermos a oportunidade de tomar as iniciativas. Por isso, tenho o entendimento de que devemos trabalhar na lógica da audiência, de ouvir, de colher as informações.

Estava aqui o Senador Heráclito Fortes, ainda antes de eu falar, pedindo a minha opinião. Eu quero dizer que, na minha opinião, nós deveríamos caminhar na direção de termos condições de assinar. Quais são as condições para assinar a Convenção-Quadro? Que todos os direitos e as garantias fiquem explicitados e que saibamos diretamente e de forma muito clara qual é o jogo internacional em que nós vamos estar entrando. (Aplausos.) Esta é a garantia fundamental para podermos tomar a iniciativa. Por isso, nada mais correto que a audiência, para podermos debater. Assim, na hora em que tivermos de dar o nosso voto – não é, Senador Heráclito Fortes, Senador Jorge Bornhausen? – que possamos dá-lo com convicção, com conhecimento de causa, principalmente, sabendo de todas as conseqüências que a decisão que o Senado Federal vai tomar vai acarretar; não só para as disputas internacionais, para a posição de nosso País nas disputas e nas relações internacionais, mas com relação às conseqüências para o cotidiano de milhares e milhares, eu diria talvez até milhões, de brasileiros e brasileiras que dependem da fumicultura para a sobrevivência de suas famílias.

Então, deixo aqui de público minha posição, a qual tenho expressado e não poderia deixar repassar de forma muito franca, como costume sempre fazer. Infelizmente, não vou poder acompanhar toda a audiência, até porque temos hoje, simultaneamente, outra atividade com a Ministra Nilcéa Freire,



que está vindo assinar o protocolo de intenções de políticas públicas para as mulheres, com inúmeras prefeituras aqui do Estado de Santa Catarina.

Então, estamos um pouquinho aqui, um pouquinho lá, acompanhando essas duas atividades importantes para o nosso Estado: tanto as políticas públicas para as mulheres, que são mais da metade da população de nosso Estado, como também aqui a atividade com os fumicultores, nesse debate sobre a Convenção-Quadro.

Prestarei muita atenção no resultado, nos debates e nas propostas que vierem daqui, e os senhores podem ter certeza de que o posicionamento desta audiência pública será fundamental na hora de eu decidir meu voto lá, na decisão da Comissão.

Então, era isso que eu queria deixar, desejando sucesso ao debate. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos as palavras da Senadora Ideli Salvatti e passamos a palavra ao Deputado Manoel Motta, Líder do Governo de Santa Catarina.

O SR. MANOEL MOTTA – Quero saudar o Deputado Federal João Matos, saudar a área da saúde, aqui representada – tanto do Ministério da Saúde quanto da Secretaria da Saúde –, saudar o Bita, nosso Vice-Prefeito de Florianópolis, saudar a Fetaesc, saudar os presidentes de sindicatos, saudar nossas fumicultoras, nossos fumicultores, e dizer que hoje é um dia muito importante, é um dia fundamental para a área produtiva do Brasil e muito mais para Santa Catarina.

Tive a honra de ter nascido na agricultura e de ter sido fumicultor por dez anos. Portanto, conheço bem a produção do fumo. Nós, de Santa Catarina, plantamos nas terras menos férteis, em terras em que só se produz mandioca e fumo. Então, evidentemente, não há como manter a área produtiva em seis, sete, oito hectares, com duas (ininteligível) de fumo, onde sobrevive o fumicultor com sua família. Ali os nossos fumicultores sobrevivem, ensinam seus filhos, criam sua família e sobrevivem dignamente.

Existem, em Santa Catarina, setenta mil plantadores de fumo, e a metade está na nossa região. Há praticamente duzentos mil trabalhadores em nossa região que trabalham com o plantio de fumo. Para nossa sorte, o fumo é de qualidade, e aproximadamente 90% do nosso produto são exportados. Daqui sai o fumo e aqui fica o dinheiro para sustentar a família, tratar dos filhos e dar-lhes educação.

Se não plantarmos o fumo, acabaremos com a área produtiva, porque não há como o fumicultor se manter em seis, sete, oito hectares de terra com outro tipo de plantio. Arrebenta o nosso fumicultor, arrebenta a área produtiva, e não há emprego. A população vai ter de ir para a cidade, mas não terá emprego. Então, imaginem o transtorno que vai ocorrer no Rio Grande do Sul e em todo o País, como já ocorre em Santa Catarina, na área onde se planta o fumo. E o que ocorrerá? Se não plantarmos fumo, não vamos ter dinheiro e vai haver desemprego. Vamos ter de tirar o nosso dinheiro para buscar o cigarro podre do Paraguai para atender o Brasil, porque as pessoas não vão deixar de fumar. Essa é uma realidade que deve ser dita neste instante. (Aplausos.)



Por isso, sem emoção, meus eminentes Senadores, cumprimento o Senado pela grandeza que teve de fazer as audiências públicas. Recebi milhares de faxes e de telegramas, aprovando o requerimento encaminhado ao Senado para que essas audiências públicas acontecessem no Rio Grande do Sul e aqui em Santa Catarina. Felizmente, essas audiências estão ocorrendo. Por isso, queremos cumprimentar o Senador e a Senadora e dizer que lamentamos, profundamente, essa situação, porque a Câmara dos Deputados fez um acordo de liderança e aprovou esse decreto legislativo que não podemos aceitar de graça. Não podemos aceitá-lo. (Aplausos.)

Com muita tranqüilidade, muito seguro e muito sereno, ainda ontem fiz um pronunciamento nessa mesma linha, defendendo essa área produtiva, porque o nosso fumicultor merece um respeito muito especial. Neste momento, estão todos sem saber o que fazer. É problema por cima de problema. A minha região, que planta 50% do fumo de Santa Catarina, recebeu o furacão Catarina, que destruiu a região.

Agora, a área produtiva é a do arroz. O preço do arroz, meu caro Senador, é menor R\$5,00 por saca do que o preço que custa na roça. Pensarmos, agora, em prejudicar a área produtiva dos fumicultores é matar a nossa região. Por isso, já disse e continuo dizendo que vou defender os fumicultores com unhas e dentes para que essa área produtiva continue trabalhando. (Aplausos.)

Obrigado, minha gente!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos a palavra do Sr. Líder do Governo na Assembléia e passamos a palavra ao Dr. Luiz Fernando de Vicenzi, que representa o Governador do Estado.

O SR. LUIZ FERNANDO DE VICENZI – Estou numa situação realmente difícil, porque trabalho na área de saúde.

Senador Heráclito Fortes, quero dizer que considero essa atitude realmente perfeita. Estamos junto com a comunidade, junto com vocês que estão com problemas. Nós também já tivemos problemas na nossa área. A posição de todos os Senadores, da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Jorge Bornhausen, e agora também do nosso representante do Governo. Eu fui surpreendido ontem com um convite para representar o Governo aqui, hoje, nesta reunião.

Eu vou falar como médico. Atualmente, estou na direção do Cepon, Centro de Pesquisas Oncológicas. Trabalhamos com câncer. Os senhores já viram que a minha posição na área da saúde tem que ser exatamente contra o fumo. Evidentemente, penso que tudo o que foi dito está correto. Tem que ser feita alguma coisa com alternativas. Vocês também têm o direito de sobreviver.

Preparei alguma coisa aqui que vou ler, para ficar mais tranqüilo e mais seguro. Aqui estou representando como médico. Vou fazer, inicialmente, uma comparação entre doenças e vacinas.

Há mais ou menos 35 anos, andando pela cidade, eu observava crianças com duas muletas, com a perna encolhida, afinada, em consequência da paralisia infantil. Muitas delas conseguimos operar, liberar as retrações e possibilitar o uso de aparelho ortopédico, dispensando, assim,



as muletas. Hoje não vemos mais essas crianças, graças à vacina contra a poliomielite.

No caso do câncer, dos derrames, do infarto, não dispomos de uma vacina tão simples. A vacina de que necessitamos são atitudes preventivas e a ratificação deste tratado será uma delas. É uma vacina diferente, mas será eficaz, pois evitará que, a cada dia, cem mil jovens comecem a fumar em todo o planeta.

A ciência já demonstrou, de forma inequívoca, que o consumo do tabaco é uma doença, uma dependência química que condena seus usuários a desenvolverem doenças graves e fatais. É importante saber que o fumante, após alguns anos de uso, parando de fumar, muitas vezes, não conseguirá reverter os danos já causados ao seu organismo.

No Brasil, duzentos mil atestados de óbito são consequência direta ou indireta do uso de derivados do tabaco e, por este motivo, as entidades médicas são solidárias ao controle do tabagismo.

Sabemos que haverá mudança nos nossos mercados de trabalho. Vocês, agricultores, terão outras alternativas, e nós, médicos, também teremos outros tipos de paciente.

Então, em nome da saúde do Governo do Estado, que estou representando, ressalto que somos favoráveis à ratificação deste tratado por entendermos que traz, na sua estrutura, garantias de alternativas economicamente viáveis para a sociedade catarinense.

Esta é a nossa opinião da área médica.

Obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos ao Dr. Vicenzi pela manifestação e registramos a presença do Prefeito de Jacinto Machado, José Mota Alexandre, e do Vice-Prefeito de Canoinhas, Edmilson Luiz Verka.

Passamos a palavra ao Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

O SR. RENO CARAMORI – Meu amigo Senador Heráclito Fortes, companheiro Senador Jorge Bornhausen, Presidente Júlio, demais Deputados que nos honram com a presença, trago o abraço dos demais Deputados membros da Comissão de Agricultura, Dr. Luiz de Vicenzi, homem que aprendemos a admirar pela sua preocupação com a saúde da nossa gente já há muitos anos, cumprimento o Deputado Federal João Matos, as nossas autoridades representativas dessa classe sofrida que são os nossos produtores de fumo e de outros produtos agrícolas. Quero cumprimentar as nossas ONGs aqui presentes, os nossos empresários da área do fumo e tabaco, representantes de classes, prefeitos, vereadores, enfim, cumprimentar todos os senhores e senhoras que estão aqui neste momento interessados em buscar como nós uma solução.

Senador Heráclito Fortes, recebemos inúmeros apelos na nossa Comissão de Agricultura, formada por Deputados de todos os partidos, e temos debatido bastante. Temos visitado as nossas regiões inclusive em uma situação, lá no Planalto Norte, quando buscávamos uma solução para o produto da seca, para a secagem do fumo, o problema da bracinga.



Já temos enfrentando inúmeros problemas quando se fala no fumo, mas quando olhamos que só no Planalto Norte tem praticamente dezessete mil famílias produzindo fumo, se fizermos uma comparação, Dr. De Vicenzi, a grande maioria dos produtores não fumam, mas produzem porque o Brasil exporta esse produto. Faz parte (Aplausos.). O Brasil exporta, e bastante.

Eu não tenho esses dados, mas visitei a Souza Cruz em Blumenau há pouco tempo, e, conversando com seus dirigentes, eles me mostraram até a possibilidade de importarmos fumo para satisfazer os nossos compradores de outros países.

Olhamos para essa platéia que, tenho certeza, com as mãos calejadas na grande maioria, mantém a sua propriedade, pequena, sim, porque vivemos em Santa Catarina de pequenas propriedades e o fumo lhes dá uma grande rentabilidade, da mesma forma que dá o tomate na minha região. Talvez, Dr. De Vicenzi, o tomate leva na sua produção um número bem maior e quantidade maior e mais perigosa de defensivos agrícolas (Aplausos.).

Outras culturas que conhecemos, como a batata, que é nosso alimento de todo dia, será que também não estão sofrendo as conseqüências dos agrotóxicos? É verdade que o fumo, no prazer de muitos, leva à desgraça, mas eu dizia hoje de manhã aos meus amigos de Itaiópolis: fuma quem quer. (Aplausos.) Tem gente que não come feijão, mas nós plantamos feijão porque há outros que comem. E assim é a vida.

A nossa região do Planalto Norte, Senador, e acredito que a do Sul, Deputado Júlio, Deputado Salvaro, Deputado Altair, que é um grande produtor, teremos problemas seriíssimos não só para o Governo Federal, para o Governo Estadual ou Municipal, mas para a sociedade toda. Teremos problemas sérios porque não é de uma hora para a outra que vamos substituir uma cultura que, numa pequena quantidade de terra, tem uma lucratividade tão grande. (Aplausos.).

Por isso, Senador, quero cumprimentá-lo, e toda a sua Comissão, por essa tentativa de encontrarmos uma solução que não venha penalizar aqueles que produzem não só fumo, mas também outras culturas lá na roça para o homem da cidade e poder viver. O pouco que eles produzem não mantém a sua família, se for dedicar todo o seu trabalho, retirando totalmente a cultura do fumo. Não sobrevive. Não é plantando feijão e milho na agricultura familiar que nós vamos manter nossos filhos no colégio, manter a saúde de nossas famílias, mantê-los vestidos.

Por isso, a Comissão de Agricultura – tenho certeza, senhores produtores –, os sete Srs. Parlamentares que a compõem, está preocupada. Vamos tentar também buscar uma solução junto aos responsáveis, mas não pode ser, Senador Heráclito, uma medida drástica, uma medida terminativa, uma medida que venha apenar essa gente.

E aqui vou dar um exemplo prático. Caçador não plantava muito fumo, mas quem plantava fumo, hoje, planta tomate, que é também uma cultura que se aproxima, por sua lucratividade em período curto e com pequena área de terra utilizada.



Essa é a nossa preocupação, e queremos ser parceiros nessa caminhada para tentar encontrar uma solução, principalmente para vocês, que são os nossos produtores, e para aqueles que, com a sua comercialização, a sua industrialização, deixam grandes divisas para o nosso País.

Um abraço. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos as palavras do Deputado Reno Luiz Caramori.

Registramos a presença de mais um prefeito catarinense: o Sr. Adelmo Alberti, do Município de Bela Vista do Toldo.

Passamos agora a palavra ao Deputado Federal João Matos, Secretário de Articulação Política de Santa Catarina.

O SR. JOÃO MATOS – Saúdo o nosso Senador Heráclito Fortes e todos os componentes da Mesa, incluindo deputados estaduais e o representante do governador. Cumprimento também as lideranças classistas que representam as associações de produtores de fumo, bem como as ONGs participantes deste evento de suma importância para a economia, sobretudo a familiar, para cerca de setenta mil famílias catarinenses que vivem da cultura do fumo, que representa mais de duzentos mil empregos.

Senador, permita-me cumprimentá-lo e ao Senado da República pela medida acertada de corrigir dois erros muito grandes, dois encaminhamentos equivocados. Refiro-me ao fato de o Senado da República, através da Comissão de Agricultura, ter trazido para a discussão com os segmentos interessados essa questão tão polêmica. Parabéns. Corrija-se, dessa forma, o equívoco da Câmara dos Deputados, à qual pertença, mesmo que agora licenciado para as funções de Secretário de Coordenação e Articulação do Governo de Santa Catarina. Foi equivocado o encaminhamento da Câmara, que decidiu uma questão tão importante e tão polêmica, que mexe com a vida de tanta gente, através de um acordo de lideranças, e foi também um equívoco por parte do Governo Federal, do Executivo, cuja prática contrariou a prática do partido que está no poder, que é a de trazer as questões para serem discutidas pelos segmentos interessados. Essa prática de discussão com os segmentos interessados foi sempre a tônica do discurso do partido que hoje está no comando da República Federativa do Brasil. Estranho o ocorrido e, mais uma vez, cumprimento o Senado por corrigir esses dois equívocos que, graças a Deus, puderam ser reparados a tempo.

É do conhecimento da maioria significativa dos fumicultores que aqui estão que, enquanto Deputado Estadual, fui por alguns anos Presidente da Comissão Parlamentar Externa do Fumo, Deputado Mota, comissão da qual V. Ex^a, à época, também já fazia parte. Anualmente, essa comissão promovia encontros entre a classe fumicultora e as empresas que comercializavam o fumo, encontros para debates importantes em defesa dos interesses dos fumicultores catarinenses.

Nessa condição, continuo atento e preocupado com uma atividade que é significativamente importante dentro da economia catarinense. Ratificar, simplesmente, a Convenção-Quadro seria termos o descuido de



olhar os interesses de tantos catarinenses e brasileiros vinculados a essa atividade.

Mas se o encaminhamento for – aí a minha posição é muito clara – pela ratificação da convenção, meus caros Senadores, no Senado da República, que se deixe muito clara a necessidade de definição de critérios para a ratificação da Convenção, garantindo-se aos nossos fumicultores condições de sobrevivência. É muito fácil decidir-se, no gabinete do Ministro ou do Presidente da República, sem se olhar a situação em que ficarão as famílias de fumicultores de Santa Catarina, que representam um terço – ou um pouquinho mais – da atividade no Brasil, e dos demais fumicultores do País.

A minha região, Senadores – sabe V. Ex^a, Senador Jorge Bornhausen, que venho do Vale do Itajaí -, é uma região onde a atividade fumicultora exerce uma importância muito grande no contexto econômico. Por isso, evidentemente, ela está muito preocupada. Eu não poderia deixar, como representante da região, como alguém que já foi presidente de uma CPE do fumo em Santa Catarina, de manifestar a preocupação. Gostaríamos que os Senadores tivessem ou continuassem tendo essa clareza, mas levarei também, como Deputado Federal, mesmo que licenciado, às autoridades do Executivo Federal as preocupações que tenho em nome da gente que represento, entre as quais estão milhares de famílias de fumicultores do Vale do Itajaí, a preocupação com a situação. É muito fácil dizer: vamos ratificar a convenção, a atividade está, daqui para frente, definida dentro dessa política do País. Enfim, é muito fácil. Agora, não é fácil, evidentemente, esquecer-se ou deixar-se de levar em consideração a situação de cerca de setenta mil famílias de fumicultores de Santa Catarina, além dos outros Estados do País.

Por isso, de maneira muito clara, a minha posição: vou reclamar junto às autoridades federais, se o encaminhamento for pela ratificação da convenção, uma vez que, pessoalmente, em termos de voto, neste momento, nada mais posso fazer, já que passou pela Câmara dos Deputados e, mesmo lá, não estou.

Uma vez mais, parabéns ao Senado Federal pela condução, corrigindo dois erros cometidos. Oxalá tenhamos condições de ampliar os debates para que os Senadores possam sair daqui com uma clareza muito grande da posição dos diversos segmentos da sociedade catarinense, levando em consideração a classe fumicultora.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecendo a participação do Secretário João Matos, que, com muita alegria, revejo aqui, pois foi meu colega de Câmara dos Deputados, registro também a presença, neste debate, da Dr^a Margaret Matos de Carvalho, da Coordenadoria Nacional do Combate à Exploração do Trabalho Infantil e representante do Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Clésio Salvaro, que também, nesta solenidade, representa, conforme já foi lido anteriormente, o Senador Leonel Pavan.



O SR. CLÉSIO SALVARO – Senador Heráclito Fortes, que preside esta audiência pública; Senador Jorge Bornhausen; meus colegas Deputados, Presidente da Assembléia, Deputado Júlio Garcia, Deputado Manoel Motta, Deputado Altair Guidi, Deputado Paulo Eccel, Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, Deputado João Matos, representante de Governos de Estados, cidadãos e cidadãs, muito boa tarde. Desejo cumprimentar também aqui o Bitá, Vice-Prefeito de Florianópolis.

Muito me honra, nesta tarde de sexta-feira, aqui representar o Senador Leonel Pavan, que pediu que eu transmitisse um abraço a cada um que aqui estivesse e que levasse a posição pura, clara, de que ele é contra, sem meias-palavras, sem que ficasse dúvida a qualquer Senador da República, a Convenção Quadro. (Aplausos.)

Fiz questão de aqui poder representá-lo, até para atender o seu pedido, porque também tenho uma posição muito clara com relação a esse assunto.

Deputado Reno Caramori, quando presidi a Comissão de Agricultura na Assembléia, durante dois anos, eu e o Sálvio Tonini – que representa a Semear, a Faesc – trabalhamos muito no Estado todo de Santa Catarina para poder liberar o corte da bracatinga. Fizemos a maior audiência pública da história do parlamento catarinense, no Município de Canoinhas, onde mais de 3 mil pessoas – fumicultores, agricultores – do estado todo lá estiveram presentes – porque no Paraná e no Rio Grande do Sul a bracatinga tem o seu corte autorizado por lei. Aqui, no nosso Estado, ainda que mudamos a resolução do Conama, as autoridades estaduais e municipais ainda dificultam. E continuam dificultando. Mas nós vamos – ouviu, Sr. Presidente? – reverter esse quadro. Para dizer que sou favorável ao corte da bracatinga, para dizer que não tenho voto no Senado, Senador Heráclito, a nossa posição também é contra a Convenção Quadro.

Sou filho e neto de agricultor. O meu bisavô, meu “bisnono”, veio da Itália, e eu sei o quanto é difícil tirar do solo o seu sustento. E foi sob o comando de um arado e no cabo de uma enxada que o meu nono criou oito filhos. Agora, esta posição clara do Senado de vir aqui ouvir cada um dos produtores, dos agricultores, é muito importante. Daria para dizer, Senador Heráclito, que V. Ex^a traz do Senado Federal algumas “arobas” de bom senso, e V. Ex^a vai levar daqui também – certamente não um recado – a manifestação ao Governo central lá, em Brasília, de que Santa Catarina depende e deseja que esse segmento tão importante da agricultura, os fumicultores, continue desenvolvendo suas atividades. (Aplausos.) Até porque os poderosos, os americanos e os chineses, são contra. É mais uma vez a agricultura que, pela vontade do Governo central, vai ter que pagar a conta. Mais uma vez. De tantos planos econômicos, de tantas mudanças na economia, de tantos rumos para lá e para cá, é sempre o produtor rural, o agricultor, que paga a conta. Espero que desta vez não sejamos nós que, mais uma vez, vamos pagar essa conta. Por que os fumicultores? Ora, alguém aqui, algum cidadão ou alguma cidadã presente teve notícia de que um casal, uma família, se separou, de que houve rompimento da relação



familiar porque o marido ou porque a mulher fumavam? Não. Agora porque bebia, sim, porque o marido chegava em casa bêbado, batia na mulher, batia nos filhos, aí, sim. (Aplausos.)

Então, é essa posição bem clara que temos que ter.

Então, aqui vai, Senador Heráclito Fortes, a posição deste Deputado, líder da Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa, assim como do Senador Leonel Pavan: não à Convenção Quadro. (Aplausos.)

(Entra vinheta musical.)

O SR. (orador não identificado) – Quero cumprimentar o Deputado Júlio Garcia, nosso Presidente da Assembléia e, em seu nome, todos os Deputados que integram a Mesa, o Secretário João Matos, que representa o Governo de Estado, o Vice-Prefeito Bitá e, de forma especial, saudar a cada um dos senhores que estão aqui nesta tarde, pagando a sua própria despesa, cada um pagou o ônibus em que veio para cá, porque é uma luta justa.

Gostaria de saber quem daqui teve a oportunidade de ler o texto da Convenção Quadro. Eu quero dizer para vocês – foram poucas as pessoas que levantaram a mão – que, como Deputado Estadual, não tenho vergonha de dizer que também não li a Convenção Quadro, mesmo porque o convite chegou para essa audiência há poucos dias. Não vou vir aqui na frente falar bonito, jogar para torcida.

Busquei rapidamente as informações sobre a Convenção Quadro. Parece-me muitas vezes que pode estar se provocando uma falsa polêmica a respeito de um documento que certamente a maior parte de nós, com exceção dos Senadores, não tenha lido isso aqui. Então, como podemos vaiar ou aplaudir um documento que não lemos?

A informação que tenho, neste instante vem de estudos feitos, de todos os lados, de todos os interessados. Agora, um estudo que me chamou a atenção diz que o objetivo da Convenção não é o de extinguir a lavoura de fumo. Não existe no seu texto qualquer menção de proibir os países de plantarem fumo, assim como não há qualquer obrigação de substituir o fumo por outras lavouras.

A Convenção, segundo estudo que tenho em mãos, não estabelece qualquer prazo para implantação das suas medidas relacionadas com os agricultores, inclusive para substituição das culturas. Se esse estudo faz sentido, não consigo enxergar, neste instante, motivo dos agricultores para tanta preocupação.

Proponho que as federações, as comunidades se organizem e opinem sobre a Convenção Quadro, mas a partir da leitura. Porque acho triste chegarmos aqui e ouvir, com todo o respeito ao meu colega que me antecedeu, que fuma quem quer. Tudo bem, fuma quem quer, mas quem é que vai pagar a conta dos milhões que vão aparecer com câncer? Todos nós. Fuma quem quer, mas a conta todos nós pagamos.

Então, o que eu vou fazer e sugiro também à grande maioria que, como eu, também não fez a leitura, que rapidamente leiam a Convenção Quadro para tirarmos as conclusões. Se é maléfico para nós, que nos organizemos e nos mobilizemos para que isso seja aprovado. Agora, se não



traz esse prejuízo todo que se fala, que também abramos a boca e nos manifestemos. Não se trata somente de o Brasil aprovar. Sessenta países já aprovaram. Então, que reflitamos sobre essas questões.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (*Heráclito Fortes. PLF-PI*) – *Quero fazer um apelo no sentido de que não haja esse tipo de manifestação, para que se deixe que livremente cada um manifeste seu ponto de vista. O aplauso, tudo bem: é uma manifestação universal incolor e indolor. A vaia não cabe aqui, no auditório. Eu pediria encarecidamente a vocês, para que se justifique, inclusive, a vinda da Comissão aqui, a Florianópolis.*

Quero mais uma vez dizer a quem não leu o texto ainda que temos cópia aqui, à esquerda. Todos terão oportunidade, desde que desejem, a ter acesso.

Queria apenas dizer ao Deputado Paulo Eccel que concordo que todos devem ler, mas com um pouco de pressa, porque temos um prazo de manifestação. Esse documento tem que estar na ONU no dia 7 de novembro, daí a impossibilidade de se percorrer o Brasil inteiro neste momento. Mas o grande avanço que fizemos foi de procurar ao máximo democratizar, fazendo essas audiências públicas no sentido de que, pelo menos, esse debate se torne democrático.

Concedo a palavra ao Deputado Altair Guidi.

O SR. ALTAIR GUIDDI – Senador Heráclito Fortes, Senador Jorge Bornhausen, meu amigo e Presidente do Poder Legislativo catarinense, meus colegas produtores e produtoras, ONGs, entidades de saúde aqui presentes, gostaria que me permitissem ler o que preparei para esta oportunidade. Uma coisa que não podemos mais admitir é que essa decisão não seja única e exclusivamente de Brasília. Não sei onde estava a Câmara Federal quando simplesmente aprovou, por acordo de Lideranças, sem discussão com a sociedade brasileira.

Na condição de ex-fumante, penso que sou um bom exemplo a indicar que o combate ao fumo pode ser feito de inúmeras maneiras e que, certamente, a pior delas será a aplicação do art. 17 da Convenção Quadro para combate ao tabaco, que prevê a substituição e gradual erradicação da lavoura do tabaco.



Abstraindo todos os aspectos econômicos e sociais que a questão envolve, causa-me espécie o fato de uma organização do porte e da credibilidade da OMS propor uma medida dessa natureza, que, a história comprova, não tem a menor condição de ser eficaz.

Provarei.

Talvez o exemplo mais flagrante da ineficácia que provém da proibição pura e simples de produção de um bem de consumo de massa seja a famosa Lei Seca dos Estados Unidos, adotada naquele país no final dos anos 20 do século passado. Apenas para lembrar, a Lei Seca proibiu a produção, comercialização, consumo de bebidas alcoólicas. A história demonstrou que, em função daquela lei, primeiro, o que aconteceu? O consumo de bebidas alcoólicas não foi reduzido; pelo contrário, se expandiu. Segundo, em função da proibição da produção, foram implantadas fábricas clandestinas – o que terá, também aqui, no Brasil, aí no Paraguai, do fumo, se for o caso – de fundo de quintal, sem qualquer cuidado técnico e sanitário, gerando produtos de péssima qualidade, infinitamente mais nocivos à saúde pública do que as bebidas antes produzidas legalmente. Terceiro. Para burlar a lei, foram constituídas centenas de organizações criminosas, que deram origem ao que hoje é conhecido como crime organizado.

A proibição da cultura do fumo nos levará a um quadro semelhante. O fumo, a exemplo das demais culturas hoje proibidas, como é o caso da coca, da qual advém a cocaína, e da papoula, da qual advém a heroína, continuarão sendo produzidas, mas aí sob o controle de organizações criminosas. O mesmo vai ocorrer com o fumo. A partir daí, os recursos públicos que seriam utilizados para a saúde pública deverão ser direcionados para o combate ao crime. (Aplausos.)

A exemplo do que ocorre hoje com as assim chamadas drogas pesadas, o Brasil é o exemplo para o mundo na condição de programas de saúde pública, como é o caso, por exemplo, do atual programa de melhoria da qualidade de vida dos portadores de AIDS. O Brasil praticamente erradicou a paralisia infantil e uma série de outras enfermidades hoje ainda comuns em países tão pobres quanto o Brasil. Por que não fazer o mesmo do fumo? Por que não desenvolver vigorosos programas de educação e de controle sanitário de sorte a reduzir gradualmente o consumo interno do tabaco. As estatísticas evidenciam que há, no País, ao redor de duzentas mil famílias dedicadas à cultura do fumo, e que a renda familiar média originada dessa cultura gira em torno de 25 a 30 mil reais anuais. Que cultura é capaz de alcançar tamanha renda em propriedade minifundiária, como é nosso caso em Santa Catarina? Quem pagará o prejuízo? O Governo brasileiro, que não tem recurso sequer para armazenar o que produz? O mundo rico vai subsidiar o pequeno agricultor brasileiro para que ele deixe de plantar fumo? Parece claro que não, não é gente?

A proibição do cultivo de fumo vai jogar essas 200 mil famílias na miséria e sem qualquer ganho para a sociedade, a exemplo de casos semelhantes. Os fumantes continuarão fumando, a indústria do fumo, se posta na ilegalidade, continuará operando, mas sob as ordens das organizações criminosas e sem qualquer ganho coletivo. (Aplausos.)



Ninguém ignora os malefícios do hábito de fumar. Sou ex-fumante, tenho consciência e conhecimento disso. Também estou de acordo com os que lutam pela erradicação do fumo, mas há necessidade de um planejamento adequado. Não dá para confiar no nosso governo, governo este que não tem nem capacidade de estocar o que o agricultor produz, quanto mais indenizar. Nos Estados Unidos – atentem bem – há dois estados que não produzem mais fumo, mas os governos estaduais desses estados indenizam todo prejuízo, ano a ano, que esses agricultores tiveram. O Brasil teria condições de fazer isso? Acho que não – e nós nem acreditamos mais em Governo. Mas não será colocada toda essa riqueza nas mãos criminosas, porque os brasileiros nunca abandonarão o vício num passe de mágica. E faço apelo a todos os homens de bom senso deste País, especialmente o parlamento, que numa reunião de Líderes, tomou uma decisão quando deveria consultar as duzentas mil famílias.

Quero agradecer ao Senador Heráclito, ao Presidente Júlio Garcia e aos que estão aqui presentes hoje por este encontro. Acredito que foi aqui introduzida uma grande célula na luta contra um problema social que deverá advir da não-produção, da erradicação, simples e puramente, do fumo.

V. Exas. não podem permitir que se cometa mais um crime contra a agricultura brasileira, como aqui já foi falado. (Aplausos.) Com o que o Motta falou, o que o Reno Caramori falou, o que o Senador Jorge Bornhausen falou, o que o Júlio Garcia falou, o que o Paulo Eccel falou, o que o João Matos falou e o que o Salvaro falou estamos de acordo: tudo na medida certa, tudo tem que ser pensado, ser planejado, tudo tem que se prever para depois poder prover. Vejo dessa forma. Nosso produtor rural, o modelo catarinense, o micro-agricultor – o mini não influiria – não pode deixar passar em branco este momento que estamos vivendo.

Um abraço a todos.

Quero dizer que o Deputado Altair Guidi estará junto com vocês naquilo que ele tiver força. Não depende de nós, mas do nosso movimento.

Um abraço e muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) - Antes de passarmos ao objetivo desta audiência pública, vamos ouvir o último orador inscrito, o vice-Prefeito de Florianópolis, Bitá Pereira.

O SR. BITÁ PEREIRA – Cumprimento os Senadores Heráclito Fortes e Jorge Bornhausen, o Presidente da Assembléia, Júlio Garcia, os demais membros da Mesa e todas as autoridades aqui presentes. Na verdade, quem estava inscrito para trazer a sua palavra era o Sr. Dario Berger, que estou representando. Ele é o Prefeito desta linda cidade, que tem a maior alegria e prazer em recebê-los. Esperamos que vocês, após esta audiência pública, fiquem conosco e passem, quem sabe, o final de semana aqui, compartilhando, vendo e absorvendo as nossas belezas naturais, comendo camarão e peixe. Após uma audiência como essa, que, creio, será um tanto quanto longa, espero que vocês possam conhecer a Lagoa da Conceição, subir o morro, ver uma das vistas mais preciosas e anti-stress que este mundo pode oferecer. Então, o convidado a dar a sua contribuição, a sua



opinião, foi o Prefeito Dario Berger. Na condição de representante, eu me atenho simplesmente a cumprimentá-los, recebê-los e dizer que a cidade está à disposição de vocês para usufruírem o melhor que ela tem.

Quero lembrá-los de algo somente como contribuição. Na Câmara dos Vereadores, o Presidente, ao abrir a sessão, fala: "Invoco a proteção de Deus". E no Livro de Provérbios, na Bíblia Sagrada, Salomão, apesar de ser um rei extremamente sábio, ele declarou assim: "Há sabedoria na multidão de conselheiros." Há uma multidão de conselheiros aqui. Creio que a sabedoria está presente neste local e que a decisão a ser tomada será sábia e boa para todos.

Deus os abençoe. Uma boa audiência para todos.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) - Agradecemos a todos que se manifestaram. A partir de agora, terá início a oitava dos que aqui estão representando os órgãos, as ONGs, enfim, as várias vertentes da sociedade que discutirão o assunto.

Lembro que, a partir de agora, o tempo destinado aos oradores será de cinco minutos, improrrogável. Ao se completarem cinco minutos, haverá um corte do som. É um corte rápido, de segundos, apenas para que quem estiver falando saiba que ele expirou. E se deixará um pequeno intervalo para se completar o raciocínio. Pedimos encarecidamente a colaboração de todos.

O sistema será o seguinte: ouviremos um a favor e um contra, sucessivamente. Antes de darmos início, peço a permissão, já que sou Relator e não Presidente, para, com muito alegria, passar a Presidência destes trabalhos ao Senador Jorge Bornhausen, uma homenagem ao Parlamento catarinense, que tanto tem orgulhado o Brasil.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL - SC) - Vamos dar início, cumprindo rigorosamente o horário, chamando o representante do Ministério da Saúde Dr. Carlos Spezia.

O SR. CARLOS SPEZIA – Boa tarde a todos, prezados membros da Mesa, Srs. agricultores, fumicultores, eu não vou usar parte dos meus cinco minutos para falar que sou a favor da Convenção, obviamente. Também não vou usar parte desse tempo para falar dos malefícios causados pelo fumo e todos relacionados a este. Mas vou usá-los, senhores e senhoras, para dizer que nossa preocupação na Convenção-Quadro, em ratificá-la, não é com os mortos, mas com os vivos e com aqueles que vão viver. Em nenhum momento a Convenção-Quadro quer que percamos empregos, salários, etc. Isso não é correto ser afirmado. Outra coisa: o Brasil é muito conhecido internacionalmente pelo seu controle antitabagista, e mesmo assim estamos aqui lutando para que esta convenção seja aprovada. Como foi falado muitas vezes: a questão econômica fala muito alto! E foi colocado muitas vezes, também, que o que importa é a exportação. Que adianta... Se não me engano, foi dito também que muitos produtores não fumam. O que importa é exportar. O mercado do fumo é altamente valioso. Agora, veja bem: se não ratificarmos a Convenção, ela vai acontecer da mesma forma, e não teremos representantes na própria Convenção. Eu fiquei até sensibilizado, também,



ao ouvir falar da estória dos avós nonos e nonas, porque eu também sou do Vale do Itajaí. Meu nono e minha nona, do Vale do Itajaí. E me lembro muito bem quando o nono morreu de câncer, agonizando, querendo respirar. Isso também tem que ser dito. O Ministério da Saúde está totalmente ciente dos programas que serão cumpridos. O objetivo da Convenção-Quadro, como bem foi colocado aqui, é o controle do tabaco com providências relacionadas a propaganda, patrocínios, política de impostos. O seu objetivo primordial é preservar as gerações presentes e futuras quanto às conseqüências sanitárias, sociais e ambientais resultantes da exposição à fumaça do cigarro. Por isso, a questão de apoiarmos a ratificação da Convenção-Quadro não é meramente política, não é meramente econômica: é uma questão de saúde pública. É o primeiro tratado internacional de saúde pública já realizado no mundo. A participação do Brasil na 52ª Assembléia Mundial da Saúde foi importantíssima para que fosse concebida a Convenção-Quadro. Não é justo agora, para o País, para a nação, para o mundo, que não a ratifiquemos. Seria politicamente infantil não ratificá-la nesse momento, porque, como disse, ela vai entrar em vigor. Ela já está aprovada. Já temos 70 países que ratificaram.

Obrigado a todos. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra ao representante da Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil, Romeu Schneider.

O SR. ROMEU SCHNEIDER – Boa-tarde a todos. Quero saudar o Senador Heráclito Fortes e o Senador Bornhausen e agradecer por eles estarem aqui e proporcionar esta oportunidade para que as pessoas possam se manifestar a favor ou contra. Cada um tem as suas argumentações, tem os seus motivos, para chegar aqui e expor seu ponto de vista e sua realidade. Eu quero saudar principalmente, também, aqui, todos esses produtores que estão aqui. Eles não estão aqui porque alguém exigiu que eles viessem. Eles vieram aqui para demonstrar a sua preocupação com a situação que está por vir para o futuro. Eles estão aqui porque sabem o que isso representa e, certamente, se não fosse essa questão, essa preocupação, eles estariam em casa trabalhando, porque esse é um período que exige muito deles na sua atividade.

Dizem que a Convenção Quadro não prejudica, não impõe restrições, e é verdade. Ela, em si, não impõe restrições; agora as conseqüências que ela vai trazer... Qualquer legislador, em nível municipal, estadual ou federal, poderá criar projetos de lei, encaminhá-los – serão aprovados –, e impor as mais diversas restrições possíveis em todos os sentidos, como mercado, espaços de venda, financiamento, redução no plantio. E o que vai acontecer? Nós não somos contra a ratificação – já foi dito muitas vezes –, a Fibra sempre defendeu que se faça, primeiro, a reconversão, que se procurem alternativas, que se coloque verba à disposição, mas sabendo onde está essa verba, quanto é essa verba, quem tem o controle desse dinheiro. Se eles dizem que têm dinheiro disponível ou que vai haver dinheiro aqui no Brasil, ou lá fora, para financiar a reconversão, devo dizer a todos vocês que isso é um sonho, uma utopia, porque observem os atuais agricultores que



produzem qualquer outra cultura que não seja o fumo, as dificuldades que têm!

Por que o crescimento do fumo, nos últimos dez anos, extraordinariamente, mais que dobrou de produção? Porque existe mercado, existe garantia de preço e existe algo que todos sabem: vão produzir e têm para quem vender. Arroz, soja, milho não têm valor, porque o preço está muito abaixo do custo de produção. Se precisam vender para arrumar um dinheirinho, não conseguem porque não há quem compre. Com o fumo isso nunca aconteceu, sempre havia mercado. Claro que, em algumas oportunidades, o preço não estava o que nós queríamos, que os produtores precisavam, mas tinha para quem vender. Gente, isso é muito importante. E vocês só podem ter uma certeza: onde existe consumidor – e sempre haverá consumidor de cigarro – existirá fornecedor. E quem serão os fornecedores? Os outros países. Nós aqui vamos fumar um cigarro de péssima qualidade, sem controle fitossanitário. Vamos ficar sem o emprego, sem a receita, sem os impostos, e vamos ficar com a tão alegada despesa para pagar a saúde que está sendo prejudicada, o tão alegado prejuízo para a saúde. Isso o Brasil vai ter para pagar. E onde vai estar a contrapartida, a parte boa dessa atividade toda? Infelizmente, isso nós não vamos ter.

O produtor sabe que plantar fumo não é fácil, é um trabalho penoso. Só o fazem as pessoas determinadas, que gostam e sabem trabalhar. Esses são os que plantam fumo. Se houvesse uma cultura que desse uma opção para eles terem a receita próxima à que o fumo dá – nem precisa ser a mesma coisa –, ninguém precisaria dizer para eles não plantarem mais fumo; eles passariam a produzir essa outra cultura, eles fariam a migração, podem ter certeza disso. É esta colocação que quero deixar muito bem clara.

Eu gostaria de abordar mais algumas questões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Seu tempo está esgotado.

O SR. ROMEU SCHNEIDER – Esgotado. Que pena! Eu teria uma porção de coisas para dizer.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Com a palavra, a Dr^a Tânia Cavalcanti, Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro.

A SR^a TÂNIA CAVALCANTI – Eu queria ler um pouco do que eu trouxe, para não esquecer de nenhum detalhe que eu acho extremamente importante.

O início dessa disseminação de verdades começou no ano passado, com informações do tipo: se o Brasil ratificar a Convenção Quadro vai haver perda de empregos na lavoura do fumo e graves prejuízos econômicos. E o Senado muito sensatamente já vem realizando, desde o ano passado, audiências públicas. Esta é a quarta audiência pública que está acontecendo na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Eduardo Suplicy, que já realizou duas audiências, uma em Brasília e outra Santa Cruz do Sul, conhecida como a capital mundial do fumo.



Esses debates foram muito importantes porque a maioria dos argumentos defendidos pelo setor do fumo foram rebatidos e desmistificados.

Como sustentar a afirmativa de que a ratificação da Convenção pelo Brasil causará o caos econômico para os fumicultores, se 85% da produção brasileira de tabaco é exportada, segundo os dados da indústria do fumo, segundo os dados da Afubra? Se o que pode influenciar esse aspecto depende mais de uma dinâmica de mercado internacional, que, por sua vez, independe de o Brasil ratificar a Convenção Quadro?

Como bem colocou o Senador Ideli Salvatti, é preciso entender o tabuleiro internacional, é preciso entender o jogo. Se hoje o consumo interno no Brasil encontra-se em franca redução, como vamos estar entendendo que a ratificação da convenção pelo Brasil vai ter esse efeito? Não existe essa relação de causa e efeito entre a ratificação da convenção pelo Brasil e a causa econômica. Estão tentando disseminar para que vocês fiquem extremamente assustados e hostilizem um tratado que veio para ajudar a resgatá-los de uma dependência econômica de grandes transnacionais do fumo.

Esses debates também deixaram claro que, independentemente de o Brasil ratificar a Convenção Quadro pelo Brasil, o mundo já está se preparando para reduzir o consumo de tabaco. Embora a previsão dessa redução seja para longo prazo, existe um estudo da FAO – um órgão das Nações Unidas – que já demonstra que nos próximos dez anos haverá uma tendência de redução mundial de consumo. Isso independe de o Brasil ratificar a Convenção Quadro.

É preciso que, a partir de agora, estejamos nos preparando para lidar com esse cenário que muita gente está tentando esconder de vocês. Nesse contexto, vale ressaltar que, dos onze principais países para os quais o Brasil exporta a sua produção de fumo, nove já ratificaram a convenção. A China já está se preparando para ratificar a Convenção.

Quero até mostrar para vocês algo sobre a China que saiu agora, no dia 23: Hong Kong e Macau, que são as principais províncias da China, já aprovaram a ratificação da Convenção, então estão em processo de ratificação. Dos onze principais países para os quais o Brasil exporta fumo, nove já ratificaram a Convenção. Gostaria de entregar à Mesa, aos Srs. Senadores, esses dados que estamos comprovando aqui.

As discussões que já foram feitas nessas várias audiências deixaram claro que estar inserido na Convenção Quadro significa que o Brasil poderá usufruir de apoio internacional técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativa ao fumo. Os países produtores que ratificam obrigam-se a encontrar alternativas para os fumicultores.

Eu gostaria que todos lessem com atenção os artigos 4, 17 e 26 da Convenção. Desafio qualquer um aqui a mostrar onde está dito aqui na Convenção que vai ser proibido plantar fumo ou que a convenção vai erradicar fumo. Os senhores encontrarão alternativas e proteção, não ameaça.

Eu também gostaria que algo fosse projetado, mas infelizmente não está sendo possível. Trata-se de uma revista do próprio setor fumo, que faz



análise para aquele mercado, chamada **Tobacco Reporter** – uma das grandes revistas internacionais de fumo –, que, na edição de maio de 2005, traz na capa o Brasil e deixa claro que essas grandes empresas já não avaliam o País como um cenário tão atraente para investimentos para produção de fumo. E em nenhum momento a razão para isso é a Convenção Quadro. Uma das principais razões para isso é que os fumicultores estão brigando por melhores preços, ou seja, já não existe aquela facilidade de mão-de-obra barata para essas grandes empresas se beneficiarem.

Por fim, gostaria de esclarecer que a cada dia fica mais claro que os que defendem a ratificação da Convenção Quadro o fazem não para defender os interesses dos fumicultores brasileiros, e sim para defender as grandes transnacionais de fumo, a quem interessa que esses agricultores não tenham acesso a alternativas economicamente viáveis. Quem não tem alternativa fica dependente, fica na mão daqueles que ditam as regras, muitas vezes perversas, da produção do fumo. Tenho certeza de que vocês que plantam fumo não estão felizes com o trabalho que têm, que gostariam de ser resgatados desse penoso trabalho.

Por fim, queria fazer um alerta para o risco que o Brasil corre de retaliações no comércio internacional, a exemplo com o que aconteceu com a Bombardier e o Canadá. O Brasil hoje é exportador – vou entregar para vocês, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Agradecemos e concedemos a palavra ao Sr. Dorval Knak, Presidente da Frente Fumo.

O SR. DORVAL KNAK – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, senhoras e senhores, estou aqui hoje a dizer que, a cada dia que passa, me indago mais e não entendo qual o interesse dos antitabagistas em ter pressa e vontade de ratificar essa Convenção Quadro quando dizem que em nada altera. Então, não há motivo de ter interesse para sua ratificação.

O cultivo de tabaco no Brasil é uma atividade lícita que gera renda e emprego para milhões de pessoas, gera divisas e gera tributos. Temos, no Brasil, outras atividades mais maléficas à saúde do que o tabagismo e, entre essas, muitas delas ilícitas. O cigarro causa vício, sim, mas não causa dependência. E contesto a quem tem formação científica nesse sentido, porque fumei durante 40 anos e quando decidi deixar de fumar, deixei de fumar, sem a ajuda de ninguém e sem ter conseqüência nenhuma.

Isso acontece todo dia entre amigos e conhecidos, porque tenho 50 anos na indústria fumageira e todos fazem isto da mesma forma: deixam de fumar por sua livre e espontânea vontade, sem seqüelas e sem conselho de ninguém. Não há dependência quanto ao cigarro. Há vício, sim, mas dependência, não. Duvido porque tenho experiência e prática nisso.

Muitos antitabagistas argumentam coisas que nos deixam perplexos. Cito apenas como exemplo, e tenho dito em outras audiências, que no Município de Venâncio Aires cometem-se muitos suicídios por causa do fumo ou dos agrotóxicos que são usados.

Srs. Senadores, temos centenas e centenas de Municípios que cultivam o fumo da mesma forma, do mesmo jeito, com os mesmos produtos



e não há casos de suicídios. Por que, então, só em um Município há suicídios e nos outros milhares de Municípios não? Por favor, usem argumentos mais convincentes porque esses não convencem.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, usando as palavras de uma vereadora de um pequeno Município da região sul do Rio Grande do Sul, uma vereadora do Município de (ininteligível), que, em audiências passadas, disse: cigarro faz mal, sim, mas fome mata.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Meirelles, da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

O SR. RICARDO MEIRELLES – Boa tarde a todos! Novamente é uma satisfação estar dentro do cenário de uma democracia, como é importante no nosso País. Gostaria de cumprimentar a todos da Mesa, nossos Senadores, Deputados e a todos vocês.

Temos o dever de explicar para todos por que a Convenção-Quadro deve ser ratificada.

A Convenção-Quadro é um tratado internacional que visa a proteger a saúde da população mundial. Tabagismo é uma doença, sou médico. Há 10 anos trato de fumantes e sei – não só eu, estudos científicos da Organização Mundial da Saúde comprovam – que tabagismo é uma doença crônica, é uma dependência a uma droga, a nicotina, que é legal, mas é uma dependência. As pessoas fumantes se expõem a 4.700 substâncias tóxicas. Pior, o tabagismo atinge também as pessoas que não fumam e são fumantes passivos. E mais, o tabaco atinge também a pessoa que planta o fumo, porque está comprovado que a nicotina passa pelo manuseio da pele do fumicultor, que se intoxica. É provado que as pessoas que manuseiam o tabaco, pela nicotina, têm náuseas vômito, dor de cabeça, emagrecimento, cólicas e diarreias. Isso não significa que todos vocês vão ter isso, como também não significa que todos os fumantes vão morrer, mas sabemos que o tabaco mata cinco milhões de pessoas no mundo e 200 mil brasileiros por ano, vitimados pelas doenças do tabaco. Sabemos também que 80% dos fumantes brasileiros querem parar de fumar, e só 3% conseguem sem tratamento. Parar de fumar, como dizia Mark Twain, é fácil, ele parou cinco vezes, o difícil é ficar sem fumar.

Louvo as pessoas que conseguem parar de fumar sem tratamento. Quero que todos parem de fumar, mas uma coisa que tem que ficar clara para entendermos, inclusive vocês, primeiro: o consumo do cigarro no Brasil está caindo. As pessoas estão parando de fumar no Brasil, cujo consumo caiu em 50% de 1989 a 2003; segundo, 85% do fumo do Brasil é exportado. Vocês plantam para fora. A Convenção-Quadro já é uma realidade. Ela está em vigor, mas tinham de ratificá-la, 76 já ratificaram. Qual é a tendência no futuro? Não é para vocês, são essas pequenas crianças. Vão plantar fumo para quem?

Se a tendência da Convenção-Quadro é reduzir o consumo de tabaco no mundo, isso vai acontecer, mas não agora, daqui a 10, 15, 20 anos, e, aí, o consumo interno no Brasil está caindo. Então, não vamos importar cigarros, não vamos fumar cigarros importados, porque a tendência



do consumo no Brasil é de queda. E o cigarro, industrializado ou não, faz muito mal à saúde. Existem quatro mil substâncias. Não vamos falar da questão do cigarro falsificado que faz mais mal à saúde, pois é a mesma coisa. Então, eu queria só que vocês entendessem, vocês e os nobres Senadores, que a Convenção-Quadro é a saída para todos nós, da área da saúde, para termos um País mais saudável, e para vocês, fumicultores, porque só com ela poderão buscar mecanismos, até porque, se o Brasil a assinar, tudo o que está no documento será oficial. Então, o Governo brasileiro, independentemente de qual seja, terá de cumprir, e, aí, sim, será obrigado a buscar mecanismos para fazer essa reconversão que vocês querem agora.

Só assinando a Convenção-Quadro, ratificando-a, fazendo parte da discussão é que vamos poder fazer o que vocês tanto querem. Se não entrarmos, será pior, porque ela já existe, já está aí, não é o caso de ratificar ou não, a Convenção-Quadro já foi aprovada e, se o Brasil não a aprovar agora, não vai entrar nas discussões de financiamento. Então, assinando a Convenção é que vocês poderão cobrar essa substituição à cultura que vai ser...

(Tumulto.)

O SR. RICARDO MEIRELLES – Perfeito. Para terminar, eu só queria colocar isto para vocês: sou médico da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Estou aqui porque trabalho com o controle de tabagismo há 10 anos e sei do malefício que o tabagismo causa, tanto para o produtor quanto para o consumidor e, principalmente, muitas vezes, para pessoas que não têm nada a ver com isso, que são as crianças que convivem com o fumante. Então, é um problema sério de saúde pública que tem que ser combatido como tal.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Próximo inscrito: Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Hercílio Jair D'Estefani.

O SR. HERCÍLIO JAIR D'ESTEFANI – Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa, os Senadores, os Deputados, autoridades presentes e, em especial, todos esses agricultores que deixaram os seus afazeres nas suas casas e estão aqui com vontade de estarem no meu lugar falando, mas, por falta de oportunidade, ficam escutando.

Peço a vocês que prestem bem atenção nas falas que se ouvem aqui. Vocês vão analisar quem está falando a verdade e quem está falando de coisa que sequer tem conhecimento. Então, prestem bem atenção. (Aplausos.)

Quero agradecer a oportunidade que a Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, em nome do nosso companheiro Antonino Rovanes, que hoje é Diretor de Política Agrícola da Contag, me deu em estar aqui falando para o Brasil, com muita tranqüilidade, daquilo que conhecemos e sentimos.

Eu li a Convenção Quadro e senti que ela tem artigos que ameaçam – e muito – o nosso produtor de fumo.



Um ponto que merece especial atenção na fumicultura, que temos que levar em consideração, é que o nosso Brasil, o maior produtor de fumo em folhas, o maior exportador, não pode aceitar que esse segmento econômico tão importante poderá, com a ratificação desta Convenção, ter esse prejuízo que com certeza virá.

Sei que na Convenção não se diz que haverá proibição de fumo. Mas o agricultor e nós que estamos nesse meio sabemos, também não somos tão nulos assim, que há oportunidade de se criar taxações tributárias e uma série de coisas que inviabilizarão o nosso agricultor de ter o lucro esperado para se manter na sua atividade.

Então, por isso, quero pedir a essas pessoas que trabalharam nesse projeto, nessa Convenção, que tenham sensibilidade, junto com essas entidades, de buscar soluções sim, com alternativas, que o nosso agricultor tenha um produto que possa ele produzir, vender e se manter com qualidade de vida lá na sua propriedade.

Na hora que o feijão, o arroz, o trigo ou a soja tiver um preço garantido e um mercado garantido, com que o agricultor tenha segurança, com certeza ele poderá mudar, sim, de atividade. Não vou dizer que todos, porque a fumicultura tem uma estrutura que o agricultor levou longo tempo para conseguir. Não é de uma hora para outra que ele pode mudar de atividade, como se fosse empregado de uma empresa e pudesse sair para outra.

No sul do País, duzentas mil famílias estão envolvidas nessa atividade. Temos ainda 69 famílias que trabalham nessa atividade e que não têm terras. Graças à fumicultura eles estão lá trabalhando e estão empregados. (Aplausos.)

Queremos, junto com o Senado e com todas as autoridades, buscar alternativas que garantam um emprego para essas famílias, principalmente para aquelas que não têm terras, para que elas não venham para as cidades criar problemas. Essa questão social poderá ser muito pior do que a produção do fumo.

Quero deixar um abraço a todos.

Espero que, em outras oportunidades, em outras audiências, o Senado possa refletir bem sobre este assunto e achar o melhor caminho para esse povo que está aqui aflito, sem segurança quanto ao seu futuro. Eles precisam ter uma certeza com relação ao seu futuro e de seus filhos.

Obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra à representante da ONG Tabaco Zero, Paula Jones.

A SRª PAULA JONES – Boa-tarde a todos! Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela oportunidade que me foi dada de estar falando diretamente para vocês. E vou dirigir a minha palavra principalmente aos fumicultores. Acho que as informações sobre o teor desse tratado, os nossos Senadores, os nossos Deputados já as receberam. Eles já receberam bastante análise para fazer uma análise sobre o que isso significa. Eu acho muito importante poder esclarecer para vocês quem é quem nesse jogo,



nessa polêmica. É importante explicar um pouco a polêmica que foi levantada. Como muito bem explicado pelo Deputado Paulo Eccel, foi levantada uma polêmica muito grande em torno desse tratado. Esse é um tratado de saúde pública.

Esse tratado de saúde pública foi negociado durante quatro anos, inclusive conheci o Sr. Hainsi Gralow em Genebra, durante as negociações desse tratado. Hoje eu vejo que quem luta contra a ratificação do tratado no Brasil é principalmente a Afubra e algumas entidades aliadas. Mas quem a Afubra realmente representa? Ela realmente representa você, produtor, a pequena família de produtores que está lá no dia-a-dia plantando, ou representa os interesses das multinacionais do tabaco? Eu garanto, afirmo e posso comprovar que ela defende os interesses das grandes transnacionais do tabaco.

O Sr. Hainsi é o Vice-Presidente da ITGA. A Afubra foi uma das fundadoras da ITGA, que é uma associação internacional de produtores de tabaco, e foi criada com o financiamento da indústria do tabaco para se opor a medidas de saúde pública, usando o quê? A voz do fumicultor, a sua voz, sua palavra, para se opor a medidas de saúde pública. Isso não é justo. É extremamente irresponsável. Vocês não podem acreditar que serão os maiores prejudicados com o tratado, quando, na verdade, ele é um elemento de proteção. O perverso é acompanhar a falta de honestidade ética dessas entidades que estão disseminando essas mentiras. A verdade é que isso não é real. Os produtores não vão ser proibidos de plantar fumo. O Brasil pode ratificar essa convenção. Quem sabe não conseguimos criar mecanismos, oportunidades, alternativas economicamente viáveis muito melhores do que o fumo para quem trabalha no campo, no sistema de agricultura familiar?

Gostaria de saber se alguém de vocês aqui tivesse oportunidade, chance, condições de plantar outras coisas que não fosse o fumo e ter uma renda superior gostaria de fazê-lo. Gostaria de obter uma resposta de vocês. Gostaria também de crer que as pessoas que estão aqui neste auditório não são marionetes, que elas estão aqui abertas a ouvir os argumentos expostos, que não sejam manipuladas por esse discurso político, muito bonito, mas que não está falando a verdade, que manipula o povo. O que ouvimos é uma “discurscência” de palavras bonitas, mas quem está defendendo o interesse de quem? Será que é a indústria do tabaco que defende o interesse das pessoas? Ou serão entidades, como a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde, que têm como missão defender o interesse público e não gerar lucro para os seus acionistas vendendo um produto que, infelizmente, mata?

Quiçá não encontraremos um dia uma outra utilidade para a folha do

tabaco que não seja um produto tão nocivo como o cigarro. Existem

pesquisas em andamento. Ou seja, o tratado não vai impedir ninguém de

plantar. As pessoas vão continuar fumando. O que a gente quer é controlar



o aumento do consumo. E alguém vai ter de continuar produzindo. Mas o que se quer fazer com o tratado é dar alternativas para aquelas pessoas que queiram alternativas. Ter alternativa é bom, não é ruim. Isso é um elemento que pode trazer essas alternativas.

Para finalizar, peço que vocês procurem ouvir para depois tirarem as suas conclusões. Durante as negociações em Genebra, onde conheci o Sr. Gralow, havia uma proposta de criação de um fundo internacional para reconversão. Lá, lutou-se contra isso. Quem lutou contra isso foi a ITGA, essa associação internacional de fumicultores que a Afubra representa. Agora, alega-se que primeiro tem-se de criar um fundo de reconversão para depois ratificar. Ou seja, isso não é verdade. Estão enganando vocês. Espero que vocês tenham abertura, que leiam o tratado, como muito bem colocado, e vejam se tem alguma ameaça lá. Prestem atenção em quem defende o interesse de quem. Não é a indústria do tabaco que defende o interesse do pequeno agricultor. Quem lucra menos, quem recebe menos nessa cadeia produtiva é quem planta o fumo. Quem recebe todos os lucros exorbitantes é essa indústria trans-nacional. No dia em que ela quiser fazer as malas e ir embora ela vai. Então, peço muita atenção para a gente tentar perceber realmente quais são os jogos de interesses que estão por trás disso. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Convidamos o Sr. Irineu Berezanski, da Fetaesc.

O SR. IRINEU BEREZANSKI – Boa-tarde à Mesa, boa-tarde produtores. Com a licença dos diretores da Fetaesc e também de todos os agricultores que representamos, preciso dizer que a Fetaesc é uma entidade que representa os agricultores, os trabalhadores rurais de Santa Catarina. Ela tem 235 sindicatos em todo o Estado, representa em torno de 180 mil famílias de produtores rurais e aproximadamente um milhão de pessoas em Santa Catarina.

Quero colocar alguns dados que dizem respeito aos agricultores do Estado, o qual representamos. Quero colocar aos senhores que, conforme levantamento do Incra e da FAO, 97% do valor bruto da produção estão no fumo, que é feito por pequenos agricultores no Brasil. Significa dizer que a fumicultura está na mão dos pequenos agricultores.

Também quero colocar que no Estado temos 61.790 famílias que plantam fumo numa área de 144. 810 hectares, que geram 259.518 empregos diretos. Então, estamos falando, na verdade, em empregabilidade, que neste País se busca tanto. O setor onde esses agricultores trabalham tem esse tipo de trabalho, e estão dentro da fumicultura.

Aqui mostro que o número de hectares por família média está em 19 hectares, e que eles utilizam 2,37 hectares para a produção de fumo. E têm uma renda bruta familiar de R\$29.667,00, ou seja, do fumo vem R\$8.684,00. Portanto, eles têm uma renda oriunda dessa fumicultura.

C:\Documents and Settings\Erica Cavalcanti\Configurações locais\Temporary Internet Files\Content.IE5\HVJ045E6\Notas%20Taquigráficas[1].doc

14/01/11 11:52



E bem lembrado pelo representante da Contag, temos 69 mil famílias no Sul do Brasil que não têm terras, que são meeiros etc.

Aqui está mostrando um quadro comparativo entre essas famílias produtoras de fumo, um comparativo com a renda do fumo e de outras atividades. Então, dá para ver uma diferença: na composição da renda, 75% vêm da fumicultura, e 25% vêm de outra atividade.

Então, precisamos lembrar, não podemos resolver um problema criando outros problemas muito maiores, que estão diretamente relacionados a esses agricultores.

Também precisamos lembrar que a eliminação da produção de fumo no Estado de Santa Catarina não significa que não se vai ter cigarro. Vem cigarro de outros lugares. Portanto, por que despejar os nossos agricultores das suas terras?

O último *slide* diz o seguinte: nós somos um povo democrático, ninguém tem o direito de desalojar pessoas dos seus afazeres sem apresentar uma alternativa conveniente. Se tiver uma alternativa conveniente tudo bem, mas caso contrário não.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL - SC) – Convidamos o representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dorneles Pozzobon.

O SR. DORNELES POZZOBON – Boa-tarde, queria cumprimentar os Srs. Senadores, o Senador Fortes, Presidente da Comissão, os demais membros da Mesa, o meu amigo Deputado Reno Caramori, senhoras e senhores.

A Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina tem o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, cujo presidente é o Deputado Moacir Sopelsa. E S. Ex^a, preocupado com as discussões que envolvem a Convenção- Quadro e toda problemática do fumo, convocou o conselho no ano passado.

Do conselho fazem parte 18 instituições, as principais representantes da agricultura de Santa Catarina, entre elas a Faesc, a Fetaesc, o Sesc, a Fiesc, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Procon e algumas secretarias de Estado – Secretaria da Agricultura, Fazenda, Educação e Saúde.

Foi feita a convocação para a discussão dessa problemática no ano passado ainda. Então, lá todas essas instituições colocaram suas posições, algumas mais contundentes, outras menos, como é o caso da Secretaria da Saúde, que tem uma posição sempre mais preocupada com a questão da saúde, evidentemente. E, ao final, a posição do conselho está registrada em ata. Passei até para os membros da Câmara Estadual e tenho a cópia para passar.

A posição do Secretário Moacir Sopelsa, Presidente do Conselho, é na defesa intransigente das 60 mil famílias de fumicultores de Santa Catarina. Enquanto não tiver uma situação concreta de reconversão e de possibilidade de alta e concreta alternativa de renda, essa é a posição da Secretaria da Agricultura e do secretário Moacir Sopelsa.



Queria dizer também que por nós – eu sou Secretário do Conselho – passam algumas correspondências que são enviadas aos secretários. Algumas delas, ao ver da Secretaria da Agricultura e do próprio Deputado, dizem respeito à questão do preço do fumo, que é uma situação, Deputado Caramori, e falo também ao Deputado representante do sul, Manoel Mota. Quando tratamos da fumicultura, falamos no geral e não muito do preço e daquilo que realmente vai para o bolso dos fumicultores e dos trabalhadores. Então, existe uma mesa de negociação em que o governo tem recebido manifestações, como há pouco, até do norte do Estado de Canoinhas, e desde do ano passado tem sido solicitado como funciona essa mesa de negociação, quem são as entidades que dela fazem parte. Os senhores todos sabem quais são as entidades que fazem parte, e algumas entidades que já estão legitimadas no processo político-econômico solicitam isso.

Era o que queria dizer. Obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Dr. José Oscar Pacheco, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. JOSÉ OSCAR PACHECO – Exm^o Sr. Senador Heráclito Fortes, Exm^o Sr. Jorge Bornhausen, digno Senador deste Estado, demais autoridades componentes da Mesa, Sr. Superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, senhoras agricultoras, senhores agricultores, demais autoridades aqui presentes, inicialmente, gostaríamos de agradecer esta oportunidade que nos foi feita pela Comissão de Agricultura do Senado para que aqui pudéssemos colocar algumas posições referentes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Na verdade, a Convenção Quadro é uma proposta de trabalho, como todos nós sabemos, que foi construída por diversos países, com a participação do Brasil, no sentido de diminuir o consumo do cigarro. Com isso, o grande objetivo era melhorar as condições de saúde do ser humano. Essa proposta, quando chegou aos diferentes países que participaram desse estudo, chegou também ao Brasil e envolveu fundamentalmente, na primeira fase, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura.

O Ministério da Agricultura colocou à disposição uma equipe técnica bastante grande para estudar as propostas ali contidas.

Após inúmeros estudos, essa proposta foi encaminhada conjuntamente, como exposição de motivos, pelo Sr. Ministro da Saúde – à época, Humberto Costa – e pelo Sr. Ministro Roberto Rodrigues, para o Senhor Presidente da República, por meio da Casa Civil. A partir do momento em que um documento como a exposição de motivos é encaminhado com a assinatura de um ou mais ministros, essas autoridades assumem a responsabilidade do que está escrito. E, na verdade, repetindo o que já disse há pouco, a proposta da Convenção Quadro prende-se exclusivamente à melhoria das condições de saúde da população mundial. Porque é absolutamente inadmissível que nós tenhamos, por ano, 5 milhões de



pessoas como nós morrendo por conta do uso abusivo de cigarro. Eu teria exemplos de família que poderia citar, mas não seriam oportunos.

Então, quando nós temos – gostaria de repetir –, quando nós temos uma exposição de motivos encaminhada ao Senhor Presidente da República, e esta é encaminhada ao Congresso Nacional, essa exposição de motivos é a proposta da Convenção Quadro, que é da diminuição do uso do cigarro. Essa proposta tem, obviamente, a concordância plena de todos os Ministros que a subscreveram.

Agora, obviamente, a responsabilidade que passa e que perpassa essa assinatura é muito grande, porque não basta...

Mais um minuto? Não basta somente assinar a Convenção Quadro, ratificar a Convenção Quadro, é preciso que nós todos, todos os Ministérios envolvidos e todos os agricultores envolvidos tenhamos a consciência de que outras coisas também precisam ser feitas em defesa da agricultura e da continuidade da nossa agricultura, sobremaneira da nossa agricultura familiar.

Obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, Dr. Almedo Dettenborn.

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Professor, Senador. Sou um sofrido professor.

Quero inicialmente saudar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Não é Professor Luizinho, não é?

(Risos.)

O SR. ALMEDO DETTENBORN – ...saudar o Senador Heráclito Fortes e perguntar: tem santo com nome de Heráclito? Então, vamos chamá-lo de “O Salvador”. Esse homem tem salvado a liberdade dos agricultores de produzirem aquilo que querem. Quero também saudar, cumprimentar e parabenizar todos os políticos aqui presentes, porque a grande maioria dos políticos é a favor da não assinatura da ratificação da Convenção Quadro.

(Aplausos.)

E essa decisão, minha gente, é uma decisão política, e não técnica, porque os técnicos não estão com a maioria, e muitas vezes o técnico está errado, está enganado.

Mas, a razão de estarmos aqui... Estou representando a maior região fumageira do Brasil, que é a região do Vale do Rio Pardo, e representando mais de trezentos Municípios gaúchos. Está aqui conosco o Prefeito de Passo do Sobrado, está aqui também conosco o Prefeito de Canguçu, que é o segundo maior produtor de fumo. Venâncio Aires, tão citado, tão badalado, tão humilhado, tão sacrificado aqui, com insinuações e injustiças, é o maior produtor de fumo, onde mais de cinco mil e poucos agricultores produzem essa riqueza fundamental para o nosso Município. E, olhem, em apenas 12.720 hectares de terra.

Mas eu venho aqui e estranho, minha gente. Vim aqui e achei que esta fosse uma reunião técnica, porque parece que era na Assembléia, e vejo



aqui essa enormidade de agricultores, robustos, corados, fortes; não raquíticos e não magros, como querem insinuar.

(Aplausos.)

Olhem o alemão que está aqui, filho de plantador de fumo! Não vamos tirar o nosso agricultor como cobaia, minha gente, quando eles deveriam estar neste momento trabalhando na dureza da roça. E eu vi muitos nas estradas, quando eu vim para cá, porque fiz mais de 600 quilômetros com o meu “autinho”. “Autinho” da Prefeitura, porque nós cuidamos muito do dinheiro da Prefeitura. Nós não temos “mensalão” lá em nossos Municípios, vocês não têm “mensalão” nem dólar nas cuecas.

Então, minha gente, já vi movimentos em favor da greve, em favor do aumento no Ministério da Saúde, no Ministério da Agricultura e, agora, na Previdência. Eu nunca vi movimento para trabalhar, para produzir a riqueza deste País, como vocês estão fazendo. Vocês são os legítimos agricultores e não aqueles que estão na beira da estrada, na lona preta, como eu acho que quer o Governo Federal. Com a assinatura do Tratado da Convenção Rural, vai-se enriquecer, cada vez mais, os países mais ricos.

Mas eu estou triste porque, há poucos dias, eu perdi uma indústria para Joinville, em Santa Catarina. Perdi pelos incentivos do Governo de Santa Catarina – do meu amigo, correligionário, Luiz Henrique. E, agora, vem o Secretário, o representante do Governo, dizer aqui que é contra o fumo. Então, devolvam-me a indústria que tirou dois mil empregos. E, Secretário, ajude-me a trazer de volta as 20 carretas que devem estar transitando agora na BR-101, trazendo uma usina de beneficiamento para Joinville.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra ao Sr. Dirceu Dresch, da Fetraf-Sul.

Por favor, solicitamos silêncio para o orador poder se manifestar.

O SR. DIRCEU DRESCH – Boa-tarde a todos os companheiros agricultores e agricultoras. Em nome do Senador que está coordenando a Mesa, quero agradecer este espaço que nós temos hoje.

Não venho aqui fazer um discurso político, inflamado e empolgado, mas refletir com os companheiros e companheiras, porque estou acompanhando a caminhada dos fumicultores há muitos anos e, principalmente, sua grande luta, seu trabalho. Quero defender a luta, a organização e o plantio de fumo. Eu não estou contra o plantio de fumo. Com muita tranquilidade, quero refletir com vocês, agricultores e agricultoras.

A Fetraf-Sul atua nos três Estados do Sul. Na nossa base dos sindicatos filiados estão em torno de 45 mil plantadores de fumo – tanto fumo de estufa quanto o fumo de galpão. Nós atuamos em torno de 300 Municípios nos três Estados. Temos construído uma experiência de organização das mais diversas formas e temos debatido muito o modelo e a forma de se fazer agricultura no Brasil – não falo só da fumicultura. Temos decaído a nossa renda nesses últimos anos. Temos tido problemas gravíssimos e isso não é recente. Quem não se lembra da privatização dos nossos armazéns – da armazenagem dos nossos produtos para a agricultura familiar? Quem não se lembra das nossas crises do leite e das outras crises que tivemos na



agricultura, como a transferência da produção de milho da agricultura familiar para as grandes propriedades do Centro-Oeste, da suinocultura e da avicultura para as outras regiões do País?

A fumicultura, na minha avaliação e na da Fetraf-Sul, não está fora dos demais problemas gravíssimos que a agricultura familiar vem passando. Mesmo que tenhamos rostos sadios, rostos vermelhos, também temos rostos sofridos da luta da nossa história enquanto agricultor familiar.

De fato, eu tinha muitas dúvidas se viríamos fazer este debate hoje, mas achei importante refletir com vocês. Com certeza, vocês vêm de várias regiões – vieram com as mais diversas expectativas, com a história que estamos construindo, de debater o modelo de desenvolvimento perverso deste País “excluidor”, que excluiu, nos últimos quinze anos, mais de 400 mil famílias, que estão à beira das estradas e que estão nas grandes cidades. Principalmente entre a juventude de Santa Catarina. Temos um êxodo rural muito grande da juventude. Temos o problema da masculinização do meio rural, temos o problema da juventude não ficar na roça. Por isso, estamos aqui refletindo justamente sobre essa expectativa do fumo, da importância da fumicultura em Santa Catarina, no sul do Brasil, e trabalhando pela continuidade dessa questão da fumicultura.

Agora, o que precisamos discutir também é a Convenção, com muita seriedade. Fizemos vários debates, reunimos nossos sindicatos, fizemos plenária, e achamos importante que o Brasil – nós não podemos impedir – participe de uma discussão internacional sobre a questão do controle do tabaco. Agora, também sabemos, por outro lado, que o Brasil vai aumentar sua produção de fumo nos próximos anos – isso está claro para nós. Outros países vão parar de produzir, vão aumentar sua produção interna, e por isso vamos estar juntos na luta, sendo favoráveis à assinatura da Convenção Quadro. Agora estamos juntos por uma grande luta, desde que essa luta seja séria, seja ética, para que, de fato, tenhamos condições. Com utopia sim, mas com realidade, para construir no Brasil um grande programa de incentivo à reconversão do fumo, como foi dito aqui.

Esta é uma luta nossa. Lutamos pelo seguro. Lutamos pelo crédito do Pronaf, e avançamos também. Se nós nos organizarmos, ninguém tenha dúvida de que a agricultura familiar é capaz de construir também outras perspectivas, além da fumicultura.

Obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Com a palavra, o Sr. Sálvio Osmar Tonini, da CNA.

SÁLVIO OSMAR TONINI – Ao saudar o Sr. Relator, saúdo a Mesa e saúdo os nossos queridos produtores do fumo.

Gostaria de iniciar dizendo que acho que falo em nome de todas as entidades que conheço e afins, e que nós não somos atrelados a qualquer entidade multinacional que produza fumo. Defendemos sim, porque sabemos da importância do segmento dentro do contexto rural do País, especialmente a região Sul, e por que não a região Nordeste? Lembro-me da visita que fiz a Cruz das Almas, na Bahia, as lágrimas correndo daquela senhora que hoje



não pôde estar aqui, quando soube, contando o fato do fechamento de uma indústria que levou a fome a inúmeras pessoas de sua cidade.

Quero dizer, com isso, que também não somos contra as pessoas que defendem a Convenção Quadro. É um direito deles. Agora, nós queremos sim, e não estamos aqui exigindo nada que não nos é de direito. Estamos aqui porque precisamos primeiro de fatos concretos, que tragam sustentação para dar credibilidade à Convenção que apregoamos. Estamos cansados de promessa. Estamos cansados. No meio rural, qualquer segmento, faz-se uma reunião e dizem que amanhã acontece, e esse amanhã está sempre por vir. Nós queremos coisas sérias, coisas concretas. Não adianta vir aqui com discurso fácil, que existe isso, mais isso, mais isso. Não existe. Tem que provar. Somos pela defesa da não assinatura até que se prove que há recurso para a conversão, até que se prove que há uma alternativa de produção que dê a mesma rentabilidade e sustentabilidade às lavouras e às propriedades rurais que produzem fumo, que, na sua grande maioria, são propriedades de pequenos produtores.

Nós não podemos aceitar passivamente. Está na hora de discutirmos as coisas olhando pra dentro do País, não querendo aparecer lá fora. Está todo mundo assediando, namorando o País, porque se o Brasil não for, ninguém vai. E os grandes não vão, não vão mesmo, porque eles querem abocanhar o que temos. Temos que acompanhar sim, lá fora, os interesses nacionais, o que está acontecendo, porque sabemos que essa fatia que buscamos com suor e com trabalho eles vão abocanhar, e veremos as nossas famílias perdidas no tempo e no espaço, sem o direito à sobrevivência e à dignidade.

(Aplausos.)

Temos tantos meios! Que venha naturalmente a redução da necessidade que saberemos buscar alternativas. Deveria sim, neste momento, o Governo, como órgão que leva até o comando desse trabalho junto à Convenção Quadro, estar discutindo alternativas e investindo em pesquisa. Aí sim, teríamos a confiabilidade necessária.

Nós não acreditamos. Porque se isso desse tudo que estão dizendo, tudo que estão apregoando, nossos representantes não seriam impedidos de entrar na plenária em Genebra e não seria aprovada à surdina, como foi, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Finalizando, Sr. Relator, peço a sua atenção e que olhe com carinho essa gente. Preferimos ver um filho plantando tabaco a vê-lo inchando a periferia marginalizada das cidades, aumentando as estatísticas dos óbitos, influenciado pela falsa magia de “puxar um baseado”.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra à Dr^a Terezinha Serrano, representante da Secretaria de Saúde de Santa Catarina.

A SR^a TEREZINHA SERRANO – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador, estendendo o cumprimento aos demais componentes da Mesa, de me dirigir aos Srs. Agricultores e aos colegas de



trabalho da área de saúde e de colocar a nossa posição, que não poderia ser diferente, em favor da saúde.

Como bem disse o Senador Jorge Bornhausen, há os que vivem do fumo, há os que morrem por causa do fumo e há os que estão doentes por causa dele.

Somos 12 mil profissionais da área da saúde pagos pelo Sistema Único de Saúde, pelo Governo do Estado, mais aqueles que estão em todas as Secretarias Municipais de Saúde. O Secretário de Saúde que me antecedeu sabe o quanto a luta é dura – o Sr. Sálvio foi Secretário de Saúde –, e para toda essa equipe a Secretaria de Estado da Saúde tem investido milhares de dólares na capacitação de recursos humanos, na compra de equipamentos, medicamentos, exames, construção de diferentes centros de tratamento para doentes com câncer. Nosso grande objetivo é minimizar o sofrimento humano.

Contrariando alguém que nos desrespeita em certa parte, quando minimiza a importância da ciência, o tabaco causa, sim, dependência e causa morte, além de infartos, derrames, para citar as doenças mais conhecidas de todos.

Atualmente, sou gerente do Centro de Pesquisas Oncológicas, que tem a grande incumbência estadual de receber e acolher todos os doentes do Estado, que a nós são dirigidos, inclusive, muitas vezes, por intermédio dos Srs. Secretários Municipais de Saúde, Prefeitos e Srs. Parlamentares. Temos atendido, em média, só em Florianópolis, dez novos casos por dia e cinco mil pacientes por mês; muitos deles agricultores e seus familiares, em grande maioria.

Portanto, o investimento tem sido muito alto, e o que se verifica, por meio de estudos não feitos por nós, mas por entidades credenciadas, como a Fundação Getúlio Vargas, é que o que se arrecada hoje, em termos de tributos derivados do tabaco, não cobre 50% dos custos que gastamos com o tratamento dos doentes.

Estamos, portanto, senhores agricultores, diante de uma decisão muito importante. Trata-se de todos nós – quando falamos “nós” não há nenhum segmento prioritário – traçarmos quais os rumos que queremos para a nossa sociedade. Se queremos produzir algo que prolongue a vida e mate a fome, como qualquer tipo de verdura ou cereais, ou optar por insistir em uma cultura que, de antemão, sabemos os malefícios que causa para a saúde e para a Terra. Quando digo isso, não excluo a viabilidade econômica dessas culturas. Não é justo que os senhores fiquem à mercê de falta de políticas seguras. Aqui, ele causa mal, como em qualquer parte do mundo.

Santa Catarina já deu o exemplo no combate à febre aftosa. Trabalhamos muito bem com saúde animal. Convoco a todos da agricultura e de todos os segmentos para trabalharmos muito bem também na área da saúde humana. Nesse sentido, somos favoráveis à ratificação da Convenção, sem, no entanto, esquecer da problemática econômica dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Passo a palavra à representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Dr^a Emma Siliprandi.



A SR^a EMMA SILIPRANDI – Muito boa-tarde a todas as pessoas presentes. Em particular, agradeço à Comissão de Agricultura do Senado Federal por ter nos proporcionado esta oportunidade de externar a posição do Ministério como órgão de Governo. Isso é muito importante porque percebo que aqui as preocupações maiores dizem respeito justamente à questão tão polêmica e tão facilmente resolvível, que é a acusação de que a Convenção Quadro provocaria a erradicação ou a diminuição do plantio do tabaco no Brasil.

Em primeiro lugar, reafirmo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Agricultura Familiar, especialmente preocupada com os agricultores familiares de todo o Brasil, estão plenamente convencidos da necessidade de ratificar a Convenção justamente para proteger e para obter os meios necessários a fim de promover a agricultura familiar em todas as suas formas, e muito especialmente para os que hoje plantam o fumo.

Coloca-se aqui como necessidade para ratificar a Convenção que previamente tenhamos planos de reconversão. Vários outros oradores já analisaram que o que está acontecendo com o mercado do fumo independe da ratificação ou não da Convenção pelo Brasil. A Convenção Quadro de Controle do Consumo do Tabaco já está aprovada e em vigor. O que vai acontecer com o mercado do tabaco independe de o Brasil assinar ou não a Convenção.

Vocês nos perguntariam: por que, então, o Brasil deve assinar a Convenção? Em primeiro lugar, porque é uma posição de defesa da saúde pública e da ampliação da cidadania de todos os brasileiros. Faz parte de uma política de Estado de proteção das pessoas. São políticas que diminuem o consumo do tabaco.

Mas o que os fumicultores têm a ganhar com isso? Se a sociedade inteira tem a ganhar, muito bem. Mas o que os fumicultores têm a ganhar com isso?

Temos a ganhar coisas extremamente importantes para o conjunto da agricultura familiar e, muito especialmente, para os fumicultores. Se nós ratificarmos a Convenção Quadro, mostrando uma posição de coerência do Governo brasileiro e do Estado brasileiro, não só deste Governo, mas como uma política de Estado que permanecerá, sejam quais forem os governos que sucederão este, nós teremos condições de participar ativamente do grupo de países que definirá que meios serão criados, internacionalmente, para promover essa reconversão que tanto queremos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria da Agricultura Familiar querem ter os meios para promover essa reconversão, para, discutindo com todas as entidades representativas dos agricultores, constituir os fundos, os planos e os programas. Para isso, não podemos perder a oportunidade histórica de participar de órgãos internacionais, nos quais esses meios serão discutidos e disponibilizados.

É um engodo pensarmos que, primeiro, precisa haver a reconversão para, depois, haver a ratificação. É exatamente o contrário. Todos estamos conscientes de que a Convenção Quadro não proíbe o plantio do tabaco.



Muito obrigada. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Ouviremos a última oradora, a Dr^a Margaret Matos de Carvalho, da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Infantil e do Ministério Público do Trabalho.

A SR^a MARGARET MATOS DE CARVALHO – Exm^o Sr. Relator Heráclito Fortes, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades presentes. Uma boa-tarde muito especial a todos os fumicultores e fumicultoras presentes que precisam atentar para essa relação jurídica imposta pelas indústrias do tabaco. Afinal de contas, o que significa esse contrato de integração para todos vocês? Qual o impacto disso na vida de vocês?

Sou do Ministério Público. Fui procurada por um grupo de fumicultores que perderam a terra porque o banco que financiou a produção do fumo estava executando a dívida e pegando a terra do pequeno produtor. Eles vieram pedir socorro ao Ministério Público.

Daí, passei a analisar qual a natureza do contrato que vocês assinam e, muitas vezes, nem conseguem conhecer as cláusulas ali colocadas. Ele é muito mais do que uma relação de emprego. O que vocês recebem em troca do trabalho é muito mais do que um salário, é mais sagrado do que o salário. No entanto, a indústria desconta do resultado do trabalho de vocês as sementes, os insumos, os equipamentos de produção individual, o seguro – descontam tudo! –, ofendendo o direito de vocês receberem o salário sem qualquer redução, um princípio defendido na Constituição Federal.

Esse contrato, mais do que acontece em um contrato de emprego, não se apropria só da sua força de trabalho. Ele se apropria também da sua terra, da força de trabalho de toda a sua família, inclusive das crianças. É mentira quando dizem que não há criança trabalhando na fumicultura. Há, e muitas! Quem se aproveita e está enriquecendo ilicitamente com o trabalho de crianças são as indústrias. Tenho certeza de que, se o preço pago fosse melhor, vocês não estariam envolvendo seus filhos nessa atividade. Quem impõe o preço é a indústria. Quem classifica a folha do fumo é a indústria, que classifica depois que já retirou da propriedade, quando já está dentro da indústria e vocês não podem mais dizer que não concordam. Se não concordarem, terão de pagar os custos do transporte de volta para a terra de vocês.

Desafio a classe política de Santa Catarina, especialmente o Senador Jorge Bornhausen, os sindicatos que se dizem representantes dos fumicultores, a CNA e a Contag a defenderem, como dizem que defendem com unhas e dentes, os fumicultores para garantir a melhor fixação do preço, para garantir que paguem o mesmo preço que pagam em outros países, até dez vezes mais do que aqui, para garantir que a classificação seja feita também por vocês. Que produtor não sabe qual é o tipo de folha que está vendendo? Quantas vezes vocês entregam o BO-1, e depois eles classificam dizendo que é outro, que é uma forma de manipular o preço? Sugiro a esta Comissão de Agricultura que reveja a portaria do mapa, a Portaria nº 526, dando a condição de o fumicultor participar tanto da fixação do preço quanto da classificação da folha. E também que seja vista com muito cuidado a



exclusividade que a Afubra tem de vender o seguro. Ela não é seguradora, não é corretora de seguros, não tem autorização junto à Susep, mas vende com exclusividade e desconta do resultado da produção. Além disso, também desafio os políticos (vaias.), dizendo que essa comercialização exclusiva, inclusive dos insumos, contraria nossa ordem econômica e as empresas nacionais. Estamos privilegiando o capital internacional. E mais – para encerrar, senhores: o fumo mata, sim, quem consome, quem fuma, quem planta, e mata nossas florestas. De que argumentos mais precisamos para ratificar a Convenção Quadro? Chega de servidão e chega de morte!

(Aplausos e vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Solicito respeito a cada um dos que aqui se manifestam. Peço desculpas àqueles que solicitaram a inscrição para após o prazo regulamentar. Nós cumprimos o Regimento e estamos encerrando.

Mas neste encerramento quero fazer um agradecimento muito grande ao Senador Heráclito Fortes em nome de todos os catarinenses. S. Ex^a cumpriu uma etapa que o Governo não cumpriu, preencheu uma lacuna que o Governo não preencheu. Meus cumprimentos ao Senador Heráclito Fortes em nome de todos os catarinenses que representamos no Senado da República.

Passo a palavra ao Relator para encerrar os trabalhos.

(Aplausos.)

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Em primeiro lugar, agradeço a todos aqueles que comigo compuseram esta Mesa. Na pessoa do meu companheiro de Senado Federal, Senador Jorge Bornhausen, agradeço aos Prefeitos e às partes envolvidas na questão, aos que são contra e aos que são a favor. Nós nos deslocamos para cá porque o Governo decidiu o que não era de sua competência. O grande erro foi ter assinado o tratado sem a devida competência, que é a competência do Congresso Nacional. Daí por que estamos aqui tentando corrigir exatamente o que foi feito, ouvindo as partes a fim de chegar a uma decisão justa e que não prejudique o País.

Agradeço a todos os senhores pela maneira democrática, educada e gentil com que fomos acolhidos em Florianópolis e parabênzo Florianópolis pela beleza deste Centro de Convenções, que, para alegria minha, é privado, não é público. Logo, deve dar lucro. Fico feliz com o exemplo. Vamos continuar ouvindo. A próxima audiência pública será no dia 16 ou 17, em Camaquã, Rio Grande do Sul; em seguida, vamos a Cruz das Almas, na Bahia, a fim de que, ainda com tempo suficiente, o relatório fique pronto.

Mais uma vez agradeço, de coração, a todos os presentes, com a certeza de que estamos cumprindo o papel que a Constituição nos reservou.

Boa noite.

Muito obrigado.

4º - 26/08/2005

<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CRA/Notas/20050826EX025.rtf>



O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Muito bom-dia. Declaro aberta a 27ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. (Pausa.)

Não havendo quem conteste, aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, assinado pelo Brasil no dia 16 de junho de 2003, conforme aprovação do Requerimento nº 23, de 2005, da Comissão de Agricultura, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que também é o Relator da matéria.

Temos aqui uma relação de pessoas que farão uso da palavra: representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento, o Prefeito de Camaquã.

Para quem já participou das outras audiências, já é uma facilidade de entendimento. Vamos procurar ouvir um orador a favor, um orador contra. O grande apelo que faço a todos é que, concordando ou discordando, escutem para facilitar o meu trabalho como Relator. A manifestação de aplauso é universal, mas peço que não haja qualquer outro tipo de manifestação. Felizmente, nas outras duas audiências públicas, tivemos sucesso. Estou vendo no auditório alguns representantes dos dois lados que estiveram nas outras audiências. O tempo para cada um é de cinco minutos. No quarto minuto, vai haver um corte de som e, a partir daí, tem-se mais um minuto para concluir. O estabelecido para esta audiência pública é, portanto, duas horas e meia, a partir do início, falando cada um dentro desse critério dos dois minutos.

Antes, porém, registro, com muita alegria, a presença do Governador Germano Rigotto, que se deslocou de Porto Alegre para vir até aqui. (Palmas.)

Agradeço a hospitalidade calorosa do Município de Camaquã, aqui representado pelo Prefeito João Carlos Fagundes Machado. (Palmas.) Agradeço à presença, muito importante para mim, das três grandes figuras que o Rio Grande do Sul mandou para o Senado da República: em primeiro lugar, meu orientador, meu guru Pedro Simon e os Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, duas queridas figuras. (Palmas.)

Também quero abraçar um companheiro por quem tenho o maior carinho e que hoje é Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Odacir Klein, que aqui está presente. (Palmas.)

Representará a Câmara dos Deputados aqui e, portanto, terá direito ao uso da palavra o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Deputado Luis Carlos Heinze. (Palmas.)

Cumprimento a Srª Glaci Costa, Presidente da Câmara Municipal de Camaquã.



Representando a Assembléia Legislativa, o Deputado Elmar Schneider. (Palmas.) Também registro a presença dos Deputados Federais Eliseu Padilha, ex-Ministro dos Transportes, Érico Ribeiro, Francisco Turra, ex-Ministro da Agricultura, e Mendes Ribeiro Filho, a quem cumprimento com muito carinho porque é uma amizade herdada do seu pai. (Palmas.)

Peço aos Srs. Prefeitos e Deputados Estaduais aqui presentes que, na medida do possível, remetam para a mesa seus cartões respectivos para que eu possa fazer o devido registro das suas presenças.

De antemão, agradeço o fato de estarem aqui, terem se deslocado de seus afazeres nesta sexta-feira para me dar respaldo para que eu possa, dentro do limite assumido... Quero deixar bem claro aqui um fato: não há nenhum atraso por parte da Comissão. Estamos cumprindo, rigorosamente, o cronograma aditado. (Palmas.) Temos tanta folga no cronograma que já atendemos, de ambas as partes – dos que são contra e dos que são a favor –, pedido de adiamento de reuniões como esta. Meu compromisso é entregar o relatório até o dia 15. Porém, quero ver se antecipo em uma semana para facilitar a sua tramitação.

Dito isso, é com a maior alegria que passo a palavra a este velho companheiro de Câmara, extraordinário Parlamentar e hoje Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. (Palmas.)

O SR. GERMANO RIGOTTO – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Cumprimentando meu prezado Prefeito Municipal de Camaquã, João Carlos Fagundes Machado, cumprimento toda a comunidade de Camaquã, que sempre nos recebe com tanto carinho. Da mesma forma, cumprimento toda a equipe da Prefeitura Municipal, da administração municipal pelo trabalho, pela organização, pela ajuda para organizar este evento. Uma saudação muito carinhosa ao Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, uma pessoa tão querida de todos nós. Aprendemos a respeitar e aprendi a respeitar o Deputado Heráclito Fortes quando seu colega na Câmara Federal. Hoje é Senador. Tendo essa disponibilidade de vir ao Rio Grande do Sul, como Relator, para participar desta reunião da Comissão para discutir um assunto tão importante como este, que são as questões relativas à chamada Convenção Quadro.

Meu prezado Senador Heráclito Fortes, seja bem-vindo ao nosso Estado. Nosso agradecimento pela sua disponibilidade, trabalho e aquilo que, com certeza, V. Ex^a construirá ao ouvir todas as posições envolvidas nessa discussão da Convenção Quadro. Da mesma forma, quero dizer da alegria de termos aqui os nossos três Senadores que representam o Rio Grande do Sul no Senado Federal. Que grande Bancada, que bela Bancada! Uma das bandeiras da política nacional, orgulho-me de ter V. Ex^a como meu mestre – o Senador Heráclito Fortes disse que S. Ex^a é o seu mestre; S. Ex^a é o nosso mestre –, que é o Senador Pedro Simon, nosso Governador de Estado, nosso Senador, esse exemplo de vida pública. (Palmas.) Da mesma forma, essas figuras que têm feito um grande trabalho no Senado Federal, representando o Rio Grande do Sul, e honram o nosso Estado: Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi. Podemos nos orgulhar de ter essa representação no Senado Federal pelo que S. Ex^{as} representam. S. Ex^{as}



trabalham muito unidos, independente das diferenças partidárias. Os interesses do Rio Grande sempre balizam o trabalho dos três. Sou testemunha, como Governador, do apoio que tenho tido da nossa Bancada no Congresso Nacional, meus Deputados Federais, mas da nossa Bancada no Senado, que trabalha com muita unidade. Senador Heráclito Fortes, tenho um enorme orgulho de ter três Senadores desta qualidade. E o quarto aqui, que está dizendo que já é meio gaúcho e representa também os interesses do Rio Grande do Sul. (Palmas.)

Também cumprimento os Deputados Federais, na pessoa do Luiz Carlos Heinze, 1º Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, que aqui representa a Comissão. Cumprimento os Deputados Eliseu Padilha, Mendes Ribeiro Filho, Francisco Turra e Érico Ribeiro, nossa representação no Congresso Nacional, tão qualificada e tão importante para o Rio Grande do Sul. Da mesma forma, cumprimento meus Deputados Estaduais: Heitor Schuch, Leila Fetter, Vilson Covatti, Luis Fernando Záchia, nosso Líder na Assembléia Legislativa, Osmar Severo, Elvino Bohn Gass e Néelson Härter. Minha saudação a essa representação da Assembléia Legislativa que aqui está participando deste ato. Da mesma forma, os nossos Vereadores, na pessoa da Presidente da Câmara Municipal de Camaquã, Glaci Terezinha da Costa, minha saudação a todos os nossos Vereadores.

Não vou poder permanecer durante a manhã, vou ter compromissos ainda em Porto Alegre e fora dos Estado, mas estou aqui hoje com o meu secretário de Agricultura, Odacir Klein, que vai ficar durante todo esse evento. Minha saudação ao nosso secretário Odacir Klein. Minha saudação ao nosso Deputado Estadual Edson Brum, que nos honra com sua presença junto com a representação da nossa Assembléia Legislativa.

Saúdo o Heitor Petry, representando a Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, também saudando todos os Prefeitos aqui presentes, o comando da Brigada Militar, por meio do Coronel Odimar Teixeira. Cumprimentando o Presidente da Afubra, que teve a responsabilidade de organizar esse evento, Hainsi Gralow, cumprimento todos os nossos agricultores, produtores, não apenas aqueles que estão neste auditório, mas os milhares que estão lá fora. (Palmas.)

Minha saudação, meu agradecimento a vocês que estão aqui e àqueles que não estão aqui, mas estão incorporados nesta mobilização, manifestando sua posição e suas preocupações. Da mesma forma, cumprimento os nossos fumicultores.

Cumprimento, prezado colega Heráclito Fortes, meus Senadores, a imprensa aqui presente. A imprensa de todo o Brasil está cobrindo este encontro, não apenas a imprensa do Rio Grande do Sul, mas a da região, a do Estado, a nacional. Minha saudação carinhosa a todos os amigos da imprensa e a todos os Presidentes de entidades. Gostaria de citar cada uma das entidades, mas são várias aqui presentes. Queria cumprimentar cada um dos Presidentes de entidades, agradecendo muito sua presença aqui.

Meu prezado amigo Heráclito Fortes, a responsabilidade do Senado Federal é muito grande. Se sabemos o que representa a Convenção Quadro, se sabemos a preocupação com as questões que envolvem a saúde da



população, os cuidados com a utilização do fumo, as campanhas que devem acontecer de prevenção, de esclarecimento, de educação, sabemos que, neste momento, o Senado Federal vai ter que deliberar sobre a chamada Convenção Quadro para o controle do uso do tabaco.

Esse acordo internacional da Organização Mundial da Saúde tem a adesão de vários países, mas a primeira questão que temos que mostrar: é fácil aderir quando não há dois milhões e quatrocentas mil pessoas envolvidas na produção de tabaco. (Palmas.)

Vejo alguns defendendo a adesão do Brasil porque outros países aderiram. Quero saber, as respostas têm de ser dadas: os países produtores, todos aderiram? Os produtores de tabaco, todos aderiram? Essa é uma resposta que temos de ter. Se outros países grandes produtores de tabaco aderiram, temos de saber. A adesão desses países, o que isso representou com relação aos seus agricultores? A resposta tem de ser dada e não foi dada ainda, meu prezado Heráclito Fortes. Acredito que o Brasil pode assinar essa Convenção, pode assinar esse acordo internacional.

Agora, o que não foi dito ainda é: como fica a substituição da cultura do tabaco por outra cultura? São dois bilhões e setecentos milhões de investimentos feitos. E não estou falando do investimento na tecnologia, no apoio para a mudança de cultura, porque isso tem custo. Será que vão atirar para cima de Estados e municípios de novo essa responsabilidade?

Hoje, eu estou dizendo aqui que mais uma vez prejudicam o Rio Grande do Sul de uma forma absurda com um veto. (Palmas.)

Mas, esperem, não é a Convenção Quadro, não estou falando na Convenção-Quadro. Estou dizendo que ontem foi vetado um dispositivo da LDO que faz com que o Rio Grande do Sul, meus Senadores, e os Estados exportadores fiquem, meus Deputados Federais, de novo sem ter as compensações que deveriam ter por exportarem. O Brasil precisa exportar, o Brasil precisa gerar superávit na balança comercial. Existe uma Lei Kandir, que foi votada. E não é o problema da desoneração das exportações, teria também a reposição para os estados. Essa reposição era de 50% do que os Estados deixariam de arrecadar. No ano passado, foi de 17%. Com muito custo, depois de terem esquecido de colocar na proposta orçamentária os recursos da Lei Kandir, conseguimos modificar a proposta de orçamento: cinco bilhões e duzentos milhões dos nove bilhões que os estados tinham de receber. E o Rio Grande do Sul é o mais penalizado porque é exportador e tem um grande superávit na balança comercial.

Pois bem! Contingenciaram novecentos milhões dos cinco bilhões e duzentos. Cinco bilhões e duzentos! Novecentos milhões evaporaram, estão contingenciados, esqueceram de colocar no orçamento do ano que vem.

Ontem, anunciaram um veto ao dispositivo da LDO, que cria um problema para o Congresso, para melhorar e corrigir o orçamento com relação à Lei Kandir. Tiram dos Estados, empobrecem Estados e municípios, meus prefeitos. Os senhores estarão em Brasília semana que vem e têm de levantar essa questão. Aí, vamos assinar o acordo internacional.

Quero saber como é que ficam os dois bilhões e setecentos milhões de equipamentos que, ao longo do tempo, foram construídos, foram



comprados? Quem é que indeniza isso? Quem é que vai indenizar a substituição de uma cultura por outra? O apoio técnico aos produtores? Então, essas respostas não foram dadas ainda. Se me disserem que essas respostas, o Pronaf, o Pronafinho, os programas federais que existem para proteger o pequeno agricultor, existem independente da Convenção Quadro. Não é o Pronaf e o Pronafinho que resolvem a questão da substituição de uma cultura por outra. Não é o Pronaf e o Pronafinho ou qualquer acordo ou qualquer programa que existe que determina a indenização que vai ter de haver. Ah, mas é dois, é quatro, é cinco anos. Nesses dois, nesses quatro, nesses cinco anos, temos de saber qual é exatamente a ação que vai haver para amparar ou para apoiar técnica e financeiramente os produtores que vão ter de mudar de cultura.

Eu não tenho dúvida, meu prezado relator, Heráclito Fortes, que a questão da prevenção, que a questão das campanhas educativas, que a questão que preocupa as autoridades ligadas à saúde, todas que tenham a ver com a Convenção Quadro, que tenham isso, estão corretas. Só que quando falam em dois milhões e quatrocentas mil pessoas no Brasil que vivem do produto de alguma forma, dois bilhões e setecentos milhões de equipamentos que foram construídos com o tempo, quando falamos de substituição, temos que ter as respostas, que até agora não ouvi. Se os senhores ouvirem, acho que é importante hoje, neste encontro, que se esclareça exatamente como é que vai haver essa transição. Porque ela pode durar dois, quatro, seis, sete anos, mas temos que ter essas respostas para que o nosso Senado Federal possa dizer: sim, está tudo correto. Podemos apoiar a Convenção Quadro e podemos ter o governo brasileiro assinando esse tratado internacional da Organização Mundial de Saúde.

Agora, não joguem para cima de Estados e Municípios a tentativa de Estados e Municípios resolverem uma situação que eles não têm como resolver, com o empobrecimento dos Estados e dos Municípios. Não posso acreditar que simplesmente assinem um tratado e depois vão dizer: não, como tempo a gente resolve.

Alguém me perguntou: Governador, como é que um Estado vai entrar com recursos para resolver isso ou para ajudar a resolver isso? É bom que se diga claramente: o Estado pode fazer parcerias com o Governo Federal, mas o comando desse processo, quando se fala em recursos, num caso como esse, tem que ser federal, não é estadual e não é municipal, porque os Estados e Municípios não têm as mínimas possibilidades de enfrentar de repente um problema. Não estou nem falando em tributação e perdas de arrecadação; estou falando num problema social, estou falando na transição, estou falando na indenização, estou falando no apoio técnico para os agricultores.

Essas questões, meu prezado Senador Heráclito Fortes, meus Senadores, têm que ser respondidas. E só respondidas acredito que poderá o Senado Federal dizer: está bom, está aqui o sinal verde, está aqui a aprovação da Convenção Quadro, está aqui a possibilidade de o governo brasileiro assinar o Tratado Internacional da Organização Mundial de Saúde. Sem essas respostas, acredito que seria uma grande irresponsabilidade



brincarmos com dois milhões e quatrocentas mil pessoas que hoje vivem desse produto.

Era isso. Muito obrigado!

(Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Queremos avisar que se encontram aqui, a nossa esquerda, exemplares do projeto. Alguém que tenha interesse de manuseá-lo, que tenha alguma curiosidade sobre o seu texto, os avulsos estão aqui à esquerda.

Quero registrar a presença do Deputado Estadual Nelson Harter, do Deputado Fernando Záchia, do Deputado Wilson Covatti, do Deputado Osmar Severo, do Deputado Heitor Schuch, do Deputado Elvino Bohn Gass – o Brasil está precisando, da Deputada Leila Fetter, que se encontram aqui.

Em seguida, vamos começar a anunciar a presença dos Srs. Prefeitos.

Quero agora, com muita satisfação, passar a palavra ao Senador Pedro Simon. Comunico ao auditório que, ao ser dado início aos debates, passarei a presidência dos trabalhos, em primeiro lugar, ao Senador Pedro Simon, que posteriormente irá revezar a presidência com os demais companheiros. E aí assumirei a função de relator.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Antes, eu queria apenas fazer o registro e convidar para participar da Mesa, representando a Casa Civil do Governo Federal, que se encontra aqui, o Dr. Erico Leonardo Feltrin. Eu queria que ele tomasse assento à mesa dos trabalhos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Governador, Companheiro Heráclito, nosso Relator, Srs. Senadores, Deputados, meu querido Prefeito, esta é uma reunião realmente muito importante. Ela mostra o sentimento democrático na realidade brasileira.

Vimos essa experiência repetidas vezes. Era muito bom consultar o povo brasileiro na hora de decidir matérias fundamentais; era muito bom consultar o povo brasileiro na hora de decidir matérias penais, matérias com relação a ética, a moral, a dignidade, a seriedade. E é muito bom consultar o povo brasileiro como estamos fazendo agora, na hora de um projeto que foi analisado e votado lá fora, mas que diz de perto aos interesses de grande parcela do Brasil.

É claro que sabemos, não vamos fugir à realidade. O mundo trava uma batalha muito grande com relação a muitos aspectos na produção nacional e mundial: o meio ambiente, a defesa da saúde. Há vários e grandes projetos de grande discussão e que têm unido praticamente o mundo inteiro na sua consolidação. Por exemplo, o Plano de Kyoto, aprovado pela imensa maioria e que visa diminuir a expansão fantástica de gases lançados à humanidade, da qual os Estados Unidos são os maiores responsáveis. No entanto nem os Estados Unidos nem as grandes nações até agora assinaram o compromisso de fazer o controle necessário do lançamento de gases à humanidade.

Eu não tenho dúvida, o poder do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina é muito menor, meu amigo Heráclito, do que a pujança de



São Paulo. Ninguém mexe com São Paulo. Se as duas fábricas de armas que produzem estivessem não no Rio Grande, mas em São Paulo, duvido que tivessem aprovado, como aprovaram, numa hora que nem esta... (Palmas), em que os bandidos, ladrões, as gangues estão se organizando, tendo armamento que nem o Exército tem. É a primeira vez que vejo no mundo começar uma luta contra a violência desarmando aqueles que não atiram, aqueles que têm a arma simplesmente como defesa. (Palmas). Fazem isso porque as fábricas estão aqui no Rio Grande do Sul. Duvido que fizessem isso se as fábricas estivessem em São Paulo.

Vamos discutir o problema do fumo, vamos analisar o que fazer, vamos debater, vamos estudar uma proposta futura. Eu era ministro da Agricultura quando, no governo Sarney, iniciamos a integração do Mercosul. Era governador do Rio Grande do Sul quando iniciamos a implantação do Mercosul. Mas sempre se dizia: vamos implantar a integração dos produtos agrícolas na medida em que fizermos fórmulas e estudos que façam com que o Rio Grande do Sul não pague o preço, porque a Argentina e o Uruguai produzem soja, e produzimos soja, produzem trigo, e nós produzimos trigo, produzem vinho, e nós produzimos vinho, produzem carne, e nós produzimos carne, produzem arroz, e nós produzimos arroz. Enquanto São Paulo produz café, e eles não produzem café; produz suco de laranja, e eles não produzem suco de laranja; produz uma infinidade de produtos industrializados, e eles importam. E ficou decidido que se haveria de estudar uma fórmula para estabelecer preços e fórmulas por meio dos quais o Rio Grande do Sul não pagasse o preço da importação do trigo ou da importação do arroz.

Aprovaram, fizeram a integração do mercado, mas até agora os produtores do Rio Grande do Sul não tiveram um favor que compensasse o que está acontecendo. (Palmas.) Está entrando toda a hora não apenas o arroz, não apenas o trigo produzido no Uruguai, na Argentina, mas até o importado de outros países, que chega aqui pela metade do preço do nosso.

Agora, perguntem para os produtores de arroz como estão vivendo, como estão conseguindo vender o produto deles, se o produto externo entra aqui pela metade do preço. Acreditamos que se deve analisar, debater como ficará a situação, como esse magno complexo que se faz com competência e com grande capacidade será alterado e modificado. O que esses produtores de fumo produzirão que lhes dê uma compensação média? Será maconha? Qual o produto que poderão produzir com um mínimo de garantia para manterem a sua dignidade? E o mais importante, volto a repetir, é que até hoje os Estados Unidos não assinaram e não estão cumprindo o acordo de Kyoto. Esse acordo do fumo, nem os Estados Unidos, nem as grandes Nações produtoras de fumo assinaram, e o Brasil é o maior exportador de fumo do mundo. Penso que deveríamos ficar numa posição de defesa, até no sentido de garantir que haja um momento em que, no mundo inteiro, se diminua a produção de fumo, mas não se tirem as fábricas que estão no Brasil, que, com a maior tranqüilidade, podem plantar fumo ali no Paraguai, ali na Bolívia, ali no Peru... (Palmas)

A produção continuará a mesma, e, em nível internacional, tudo ficará igual. Penso que os nossos irmãos representantes do Ministério da Saúde



estão aqui – e sou igual a eles, defensor do meio ambiente e da saúde – lutando agora, quando, no Congresso Nacional, estão criando um projeto que, em parte, visa praticamente terminar com a Floresta Amazônica, fazendo uma privatização, vendendo aquilo que deve ser um patrimônio da humanidade, vendendo-a em pedaços para cidadãos do mundo inteiro. Ali estão começando a fazer o que não precisa, e a nossa querida Ministra Marina, Senadora líder da defesa do meio ambiente, agora está patrocinando um projeto que visa exatamente o contrário a tudo aquilo que foi a luta de defesa do meio ambiente. Nesse caso, penso que a posição do Governo brasileiro deveria ser tática e política. Vamos discutir, vamos sentar à mesa, trazer os Estados Unidos, discutir com os grandes produtores internacionais de fumo, para estabelecer normas definitivas. Por exemplo, em tal ano, vamos diminuir a produção no Brasil, mas sem que seja reproduzida nem no Uruguai, nem no Peru, nem na África, nem na Índia. Vamos diminuir a produção das fábricas (Palmas) para que, assim, o produtor não tenha para quem vender.

Não estamos assumindo uma posição fria, vaidosa, no sentido de defender o que é nosso, de defender o Rio Grande do Sul, indo contra uma tese que é de toda a humanidade. Respeitamos essa tese, mas ela não pode ficar contra nós, principalmente quando sentimos e até constatamos que podem acabar com o fumo no Rio Grande do Sul, mas não vão diminuir nem um grama do fumo no mundo inteiro. Por aí não! Por aí vai nos prejudicar.

O americano nem está dando bola para o que o mundo pensa. Lá está ele, grande produtor, grande consumidor e grande produtor das fábricas no mundo inteiro. Não assina nem dá satisfação por que não assina. Os grandes produtores europeus estão na mesma posição, nesta posição. Então o que defendemos é o Brasil, meu bravo Relator, colocar em nosso relatório, que será aprovado na comissão e irá ao plenário do Senado, uma tese nesse sentido: queremos estudar mais; queremos aprofundar mais; queremos, em primeiro lugar, ver qual será o destino dos produtores, o que acontecerá com eles. (Palmas.) Em segundo lugar, vamos ver realmente se vamos marchar por uma diminuição da produção do fumo no mundo inteiro.

Então, é uma garantia: o Brasil vai deixar de produzir tantos por cento ao ano; os produtores deixarão de produzir tanto por cento ao ano, durante tantos anos; mas isso que se deixará de produzir aqui não poderá ser produzido em qualquer outra nação do mundo. Deverá haver uma lei que diga: está proibido, daqui para o futuro, produzir novos... **(corte na gravação)** ...atingirá um grande contingente de pessoas que trabalham, que lutam e que se esforçam, enquanto no mundo continuará muita gente rindo de nós.

Por isso, estamos aqui com muita tranquilidade. Temos debatido essa matéria em nível nacional, dizendo exatamente isto: que ninguém nos venha dar lição de moral sobre ética, saúde e meio ambiente, porque são milhões de almas e criaturas que sofrem e precisam ter uma fórmula de resolver essa questão. Estamos juntos nisso, mas vamos encontrar uma fórmula que resolva o problema em definitivo, que não atinja milhões que produzem, sem trazer benefício algum àqueles que sofrem o efeito do fumo. (Palmas.)



Meus amigos, meus grandes companheiros Zambiasi e Paim, estamos aqui com esse extraordinário Relator, que é uma das figuras mais íntegras, corretas e competentes do nosso Senado Federal. Quero que o nosso Relator receba o carinho, o afeto, a admiração do Rio Grande do Sul. S. Ex^a vem de longe. O velho companheiro das lutas da redemocratização, companheiro braço direito do Dr. Ulysses, de Teotônio e de Tancredo está hoje aqui numa causa tão importante e tão justa. Heráclito Fortes é um nome que nos honra, e é uma alegria muito grande saudá-lo em nome do Rio Grande.

Por isso, meus amigos, saúdo nossos companheiros, nossos Deputados, nossos Prefeitos, nossos Vereadores, nossos produtores e, principalmente, os colonos plantadores de fumo. Realmente, colono unido jamais será vencido. É verdade! Nesse sentido estamos juntos para que continuemos a ter uma vida digna, correta. Defendemos sempre os produtores de fumo aqui.

Até anos atrás, os produtores de arroz eram um exemplo para o Brasil. Queremos dar tranqüilidade ao produtor agrícola. Não digo tanto quanto na Europa e nos Estados Unidos, onde dão o dinheiro necessário para garantir a produção. Lá eles têm os insumos; lá o governo banca se há uma desgraça como a que está acontecendo agora, esse furacão. Quando há algum prejuízo, o governo americano vai lá e paga em dólar. Mas, pelo menos, que nós tenhamos condições de ter o direito, de ter o futuro. O futuro é este: produzir, sim; garantir o produto, sim; colaborar com a humanidade, sim; desde que a colaboração nossa seja correspondida à paz para toda a humanidade.

Um abraço, meus irmãos, e que Deus os tenha. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Quero registrar a presença dos que compõem a Mesa: o secretário de obras públicas do Rio Grande do Sul, Sr. Frederico Antônio, e o secretário de justiça e segurança pública do Rio Grande, José Otávio Germano.

Quero registrar a presença nesta audiência do Prefeito Gino Correia, do secretário de agricultura e representante do Prefeito de Sobradinho, Nelson Coimbra; do Prefeito de Arroio do Tigre, Gilberto Rathke; do Prefeito de Ibarama, Paulo Cezar Sebben; do Prefeito de Segredo – se é que ainda existe –, Ademir Ademir Marion; do Prefeito de Paraíso do Sul, Elmo Schmengler; da representante da Prefeitura de Agudo, Cláudia Bernardes; do Prefeito de Novo Cabrais, Valério Lawall; do representante da Prefeitura de Cerro Branco, Alcênio Valdir Escolaldi; de Venâncio Aires, Almedo Dettenborn.

Quero que vocês entendam o seguinte: além de os nomes serem de difícil pronúncia, a letra da assessoria não ajuda em nada.

Felizmente os Srs. Deputados resolveram colaborar com a audiência pública, o que é muito bom.

Vamos ouvir o nosso anfitrião, Prefeito de Camaquã, e, em seguida, vamos entrar no regime das partes, obedecendo aquele critério de cinco minutos para cada um. E os Senadores e Deputados concordaram de, nesse período, fazer o uso exatamente se submetendo ao regime dos cinco



15/09/04

minutos, atendendo à reivindicação feita aqui desde a outra oitiva, quando houve problema exatamente pela falta de critério nessa questão.

Antes, agradeço muito sensibilizado as palavras carinhosas do meu companheiro Pedro Simon. Como ele disse, somos companheiros de velhas lutas. Tenho por ele uma grande admiração pessoal.

Passo a palavra ao Prefeito de Camaquã, João Carlos Fagundes Machado. (Palmas.)

O SR. JOÃO CARLOS FAGUNDES MACHADO – Digníssimo Senador Heráclito Fortes, nossos estimados Senadores gaúchos, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim, quero, em nome de V. Ex^{as}, saudar as demais autoridades da Mesa, todos os Deputados Federais e Estaduais, nossos secretários de Estado, nossos prezados prefeitos, presentes aqui em grande número, entidades, federações, vereadores. Faço uma saudação muito especial aos mais de cinco mil produtores que estão no pátio. Infelizmente não tivemos um espaço para estarem todos juntos. Mas uma saudação muito carinhosa aos mais de cinco mil produtores ali presentes (Palmas) e à nossa imprensa.

Prezados Senadores, queremos inicialmente agradecer, dar as boas-vindas a todos que aqui se encontram, em Camaquã. A cidade sente-se orgulhosa, honrada com a presença de ilustres visitantes até de fora do nosso Estado, da Bahia, de Santa Catarina, do Paraná, enfim, de vários Estados e de vários Municípios. Realmente, Camaquã sente muito orgulho de receber a todos.

Srs. Senadores, também queremos cumprimentar os senhores pela iniciativa dessa audiência pública na região da produção. Merecem os nossos elogios por ouvirem a base, conhecerem a realidade das comunidades. Eu, com a pouca experiência política que tenho, posso dizer aos senhores que sempre que ouvi a base eu acertei. Tenho certeza de que os senhores, desta maneira, decidirão o melhor para o nosso País, certamente na proteção dos nossos milhares e milhares de produtores que hoje têm na fumicultura a sua renda e uma vida com dignidade.

Eu quero dizer aos senhores que nós passamos esse vídeo aqui porque temos ouvido muitas entrevistas, comentários, reportagens, dizendo que as pessoas que trabalham com o fumo são doentes. Nós procuramos ouvir produtores que têm mais de trinta anos na lavoura e ali estão com saúde, com energia, com entusiasmo, produzindo.

Dizem que as crianças da zona do fumo estão na rua e não estão estudando. Estão ali as nossas escolas. Eu estou dizendo isso porque essa é a realidade de todos os Municípios que produzem fumo, não é só a realidade de Camaquã. Estão ali as crianças sadias (Palmas), bonitas, cheias de energia, bem nutridas graças à renda que os seus pais têm hoje da produção do fumo. As nossas crianças, aqui em Camaquã, começam na pré-escola, têm o ensino fundamental completo. E hoje, para nossa alegria, temos também um escola de ensino médio no interior. Os filhos do nosso produtor podem sair direto da colônia para cursar uma faculdade onde escolherem.

Também temos na produção de fumo, na nossa colônia, a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Aqueles produtores que não tiveram



oportunidade de estudar na sua infância estão estudando hoje, se preparando, se capacitando para enfrentar os desafios do amanhã.

Então, essa é a realidade do nosso fumicultor. E sei que essa é a realidade do fumicultor do Brasil, do Estado, é a realidade que Camaquã apresenta.

Quero dizer aos senhores que, na zona de produção de fumo de Camaquã, na nossa colônia, hoje, nós temos o pleno emprego. Há quantidade. Centenas de pessoas, diariamente, saem da cidade para trabalhar na colônia, na zona do fumo. E esse é o discurso que nós sempre ouvimos nas campanhas: da geração de emprego, da geração de renda. Camaquã conseguiu isso na sua colônia graças ao plantio de fumo, porque até hoje não apresentaram uma alternativa que viabilize ao produtor ficar na terra, ter uma vida digna, poder educar os seus filhos e ter o conforto, a dignidade que estão tendo os produtores de Camaquã.

Por isso, eu quero cumprimentar os senhores e desejar que tenham a melhor decisão. Que os senhores levem aos seus colegas essa imagem que estão vendo aqui. Esses milhares de produtores estão aqui em Camaquã porque a economia do fumo – o plantio de fumo, a renda e o emprego – é da maior importância. Ninguém está aqui a passeio. Estão aqui porque querem o direito de continuar produzindo e tendo uma vida digna (Palmas).

Então, para ser breve, quero dizer aos nossos Senadores, aos Deputados, aos Secretários, aos nossos Prefeitos, Vereadores e fumicultores que levem daqui um abraço dos mais de 64 mil camaquenses. Nós temos um orgulho muito grande de recebê-los. Voltem sempre! Camaquã é um parceiro de vocês para lutar e dar mais vida digna a todos os gaúchos e brasileiros. Que Deus os acompanhe e que tenham um bom retorno.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu quero registrar a presença do Deputado Estadual Edson Brum, que é Presidente da Comissão de Fumicultura da Assembléia Legislativa, e do Deputado Reginaldo Pujol.

Quero registrar também a presença do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul, Carlos Sperotto, que está inscrito e falará nos debates.

Vamos iniciar agora a parte das oitavas. Valerão os cinco minutos, com o corte em quatro minutos. Quero pedir, mais uma vez, encarecidamente, que as manifestações se restrinjam a aplausos ou a silêncio, para nos facilitar. Outro tipo de manifestação não acrescentará nada ao que estamos querendo aqui. E como tenho certeza de que estamos em busca de esclarecimento, de verdades, eu vou contar com a colaboração de todos os presentes.

A partir deste instante, a Presidência ficará sob a responsabilidade do Senador Pedro Simon. Eu assumo, então, a Relatoria. E quero aqui – sem avisá-lo nem consultá-lo, porque tenho certeza de que ele concorda – passar a Sub-Relatoria para o Senador Sérgio Zambiasi. A partir deste instante, Senador, considere-se Sub-Relator. (Palmas)



Passo a palavra ao Senador Pedro Simon. Antes, porém, quero dizer que, ontem à noite, quando jantávamos, fiz uma proposta a ele que é para valer, Srs. Gaúchos. Durante muitos anos, fez-se uma parceria no Brasil chamada “café com leite”. Deu certo, deu errado, mas existiu. E a minha proposta a ele, de coração, é que façamos uma parceria para valer, que é a do “chimarrão com rapadura”, o Piauí com o Rio Grande do Sul. (Palmas).

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Então, de acordo com a determinação do Sr. Relator, são cinco minutos.

Representando a Casa Civil e a Ministra Dilma Rousseff, o Assessor Técnico da Casa Civil Érico Leonardo Ribas Feltrin. Com a palavra S. S^a.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Bom-dia, Senhoras e Senhores, Senador Heráclito Fortes, Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi, Deputados, colegas dos Ministérios e toda a comunidade de Camaquã.

A missão que tenho, hoje, aqui, é muito difícil. Senti já na entrada a preocupação dos senhores e compartilho esse sentimento. Eu sou gaúcho. Meu pai foi plantar soja em Goiás, e entendo o sentimento que devem ter em relação ao Governo. Mas eu gostaria de deixar bem claro, desde o princípio, que o Governo Federal não encaminharia esse tratado ao Congresso se houvesse qualquer possibilidade de prejuízo para os senhores agricultores, principalmente nesse setor que sabemos ser formado predominantemente de agricultores familiares. Mas percebo que é muito fácil os senhores estarem angustiados e tensos com a situação, porque, hoje mesmo, pela manhã, em um jornal de grande circulação, havia uma nota em que se dizia que esse tratado implicava a erradicação das culturas do fumo.

Eu até gostaria, sinceramente, que os senhores pudessem levantar a mão. Quem teve a possibilidade de ler esse tratado? Quem? São poucas as pessoas que leram. Nós temos, aqui, cópias.

Senhoras e senhores, não há, em nenhum momento, nesse tratado, qualquer menção... Eu desafio qualquer pessoa a encontrar, nesse tratado, qualquer menção à erradicação da cultura do fumo, porque ele trata, basicamente... São políticas que ninguém... E acredito que nenhum dos senhores seria contra. Que é a educação, que é as pessoas terem consciência dos malefícios e dos perigos que o fumo pode trazer para a saúde humana.

Este Governo apóia a iniciativa, que não é deste Governo. Toda tramitação e discussão do tratado, os senhores sabem, teve início, o texto foi acordado e concluído durante o Governo anterior. Mas este Governo reconhece que é um tratado interessante para o País, é muito importante para que nós consolidemos como políticas de Estado as políticas hoje desenvolvidas para a conscientização da população e para o controle da exposição à fumaça das pessoas que não fumam.

O tratado traz alguns dispositivos de especial interesse para os senhores, neste momento, que falam do apoio à eventual necessidade, em uma redução de consumo, se houver impacto na demanda. Logicamente, os senhores produzirão, se houver demanda. Então, os senhores teriam, por



meio do tratado, recursos internacionais. Inclusive, havendo a ratificação do tratado, há a oportunidade de se colocar, no Orçamento Federal, recursos para as políticas aqui pleiteadas. Como é que vamos colocar programas de capacitação e de reconversão se não houver uma ratificação ou um instrumento jurídico que permita isso? A ratificação do tratado possibilita justamente esse fato. E os senhores não terão essa oportunidade se o Brasil não o ratificar.

O tratado implica em uma possibilidade de redução de consumo. Há expectativas de que, mesmo com a ratificação, a produção e o consumo ainda aumentem até o ano de 2010. Quer dizer, as políticas devem começar o mais rápido possível para que os senhores possam diversificar suas atividades e inclusive negociar melhores condições de venda do seu fumo. Se os senhores tiverem mais de uma atividade, possivelmente poderão controlar isso de melhor maneira. Isso é em longo prazo. O tratado não implica que amanhã os senhores terão, se o Brasil assinar, ratificar hoje, problema de venda. Isso é claro. É uma política de longo prazo. Quantos anos se passaram para o Brasil atingir a redução de consumo que conseguiu? Foram mais de vinte anos de políticas intensivas de conscientização. Isso é o que vai acontecer no mundo, mas hoje o consumo ainda é crescente. Tais políticas devem acontecer no momento adequado, mas a ratificação do tratado é um importante marco jurídico para os senhores colocarem no Orçamento e exigirem do Governo Federal que cumpra os programas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor está coberto de razão. É apenas para que eu tenha uma base no relatório, pois o documento é da maior importância. Afinal de contas, o senhor representa a Ministra da Casa Civil da Presidência da República, que o credencia para isso. É uma colaboração que peço, como Relator, a fim de que possamos, baseados nela, tomar providências em relação ao rumo do relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra a irmã Lourdes Dill.

A SR^a LOURDES DILL – Uma saudação muito especial aos Senadores, representantes da Mesa, Deputados, Prefeitos, organizações sociais, pastorais, produtores de alternativas da cultura do fumo e fumicultores. Com todo o respeito, saúdo a todos e a todas, tendo a alegria de participar desta audiência pública que pretende refletir sobre a importância do tema.

Digo, como em outras audiências de que participamos, que represento aqui o Projeto Esperança/Cooesperança, da Diocese de Santa Maria, um trabalho integrado à Caritas Brasileira, que hoje está presente em mais de duzentos países do mundo, trabalhando a defesa da vida e também a segurança alimentar, com qualidade e quantidade de vida.

Nossa experiência com o Projeto Esperança/Cooesperança tem vinte anos de história, Srs. Senadores e equipe da Mesa, e digo que temos, sim, um caminho de alternativas à cultura do fumo. Trabalhamos há mais de quinze anos com seminários regionais de alternativas à cultura do fumo, em



que produtores, organizações, movimentos e pastorais estudam, dialogam e buscam caminhos e alternativas. Muitos produtores deixaram a produção do fumo e trabalham em alternativas.

Convido os senhores e as senhoras para visitarem as proximidades de Porto Alegre, onde há uma grande feira de economia solidária, com duzentos grupos participantes, muitos deles ex-plantadores de fumo, expondo ali produtos da agroindústria, da agroecologia, muito bem aceitos pelos consumidores de Porto Alegre e da região.

Nossa experiência tem vinte anos e cerca de 220 grupos associados, representando mais de quatro mil famílias que caminham na perspectiva de alternativas. Temos quarenta pontos fixos de comercialização direta, o caminho que o produtor encontrou para diversificar sua produção e colocá-la diretamente na mesa do consumidor. São, como eu disse, mais de quatro mil famílias beneficiadas, e as pessoas têm uma qualidade e quantidade de vida bem mais ousada do que quando plantavam o fumo.

Nessa perspectiva, defendemos a idéia da aprovação, da ratificação da Convenção Quadro como um trabalho de processo, não como pacote. Queremos desafiar o Governo Federal, sim, para incluir recursos de políticas públicas para aqueles produtores que queiram parar de plantar fumo. Temos certeza de que a Convenção Quadro vai trabalhar em vinte, trinta, cinquenta anos esse processo da reconvenção, sem criar em ninguém o clima de pavor que as fumageiras e aqueles que defendem o fumo estão criando.

A Convenção Quadro não veio para criar um clima de pavor. Quem está criando são aqueles que defendem o sistema de morte que é o fumo. Acreditamos que o fumo, de fato, cria esse clima de morte.

(Vaias.)

A Mesa pediu o respeito de todos e que não houvesse esse tipo de manifestação. Pena que nem todos sabemos respeitar.

Temos certeza de que a Convenção Quadro propiciará aos países que a ratificarem uma melhor qualidade e quantidade de vida para aqueles produtores...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a LOURDES DILL – Foi deixado um momento para o silêncio de quem defende a vida, a quantidade e a qualidade de vida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra, da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Fumo e Afins, Dorval Knak.

O SR. DORVAL KNAK – Srs. Componentes da Mesa, todos os integrantes já citados pelo Protocolo, Senhoras e Senhores, não vou eu, aqui, voltar a defender as 2 milhões e 400 mil pessoas que dependem exclusivamente do fumo, mas vou fazer uma reflexão. E peço licença ao Senador Paulo Paim e ao Sr. Heitor Petry, Presidente da Famurs, para dizer



algo que ele já disse: Que bom que ninguém aqui está fumando! Que bom também que aqui ninguém está bebendo bebida alcoólica! Lá fora, muitos estão fumando e muitos estão bebendo bebida alcoólica. Os que estão bebendo, neste momento, estão causando acidentes, estão causando brigas e assassinatos, estão perturbando a ordem pública, estão “dando” em seus filhos, destruindo lares, coisa que o fumo não faz. (Palmas.)

Portanto, pergunto: por que só quanto ao fumo e não quanto à bebida alcoólica? (Palmas.)

Estão falando da saúde. A bebida alcoólica causa muito mais danos à saúde que o fumo. Um antitabagista, defensor da Convenção Quadro, me disse que se o Brasil não ratificar essa convenção, com certeza, não terá assento na ONU. Por favor, meus amigos, vamos rifar nossos trabalhadores e nossos empregos para conseguir um cargo na ONU? (Palmas.)

Companheiros, vamos pensar no que eu já disse na Convenção em Florianópolis. Repito as palavras da Vereadora de um Município vizinho, que, em outra audiência pública, disse: cigarro faz mal, sim, mas fome mata. (Palmas.)

Então, Srs. Senadores, vamos refletir bem antes de ratificar só para fazer bonito lá fora e para ser simpático a outros países, em detrimento do povo brasileiro. Não é possível. Vamos pensar primeiro internamente, no povo brasileiro, para depois pensar nos outros lá fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Vamos, rapidamente, ganhando tempo, passar a novas manifestações. Chamo aqui, para se manifestar, o representante do Ministério da Saúde, Dr. Carlos Humberto Spezia, consultor da Assessoria de Assuntos Internacionais da Saúde e membro da Comissão de Implantação da Convenção Quadro. Com a palavra o Dr. Carlos Humberto Spezia, representando o Ministério da Saúde. (Palmas.)

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Prezados Senadores, prezados membros da Mesa, prezada Camaquã, primeiramente, agradeço – espero que vocês não me vaiem (Risos.) – o momento de estar aqui com vocês.

Seria muito fácil colocar os números todos, que sabemos de cor, como, por exemplo, que o fumo mata quinhentos milhões de pessoas ao ano, e outros mais.

Senhores, o que acontece é o seguinte: a Convenção Quadro está em pleno vigor. É bem verdade que seria muito ruim para o Brasil – seria até uma posição vexatória – se não a ratificasse, porque o Brasil foi expoente em seu planejamento, em sua concepção, em sua redação final e em todo o seu apoio. Como foi dito aqui pelo nosso ilustre colega da Casa Civil, o Sr. Érico Leonardo ribas Feltrin, a posição do Brasil foi fundamental. Pior que isso, é sabermos que mais de 80% do tabaco produzido é exportado. E 10 de nossos 11 maiores compradores já ratificaram a Convenção. Mas, vejam



15/09/04

bem, a Convenção vai continuar, independente de um ou outro país deixar de fazer parte. Já são 80, inclusive a China, com toda a sua capacidade, em termos de mercado do tabaco, assinou.

E digo: economicamente, se não participamos, não teremos acesso a expor nossos interesses econômicos em relação às culturas alternativas, em relação ao preço, às negociações de mercado; não poderemos nos sentar junto ao Conselho Diretivo da OMS para opinar, para transmitir a posição do Governo brasileiro. Depois de ouvir a sociedade, aí sim, senhores, teremos problema; aí sim, os fumicultores, nós todos sofreremos impacto de mercado, que não se resume a um palanque político. Ele acontece, quer queira, quer não.

Escutei aqui coisas que me deixaram num misto de emocionado e perplexo. Falaram sobre o desarmamento e o fumo – não sei se foi uma analogia ou uma comparação – e que a Convenção erradica o fumo. Não, não tem isso, a Convenção está aqui para quem quiser ler. E há resumos da Convenção nos sites do Inca e do Ministério da Saúde.

A Convenção é uma preocupação com a saúde internacional, com a saúde de todos nós, de todos vocês que estão aqui. O nosso interesse, do Ministério, não é econômico.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.)

Claro que a cocaína é melhor.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Talvez. Se você achar que é melhor, plante cocaína então.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.)

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Se você tiver sua ratificação, sim.

Discordo da colocação feita aqui sobre plantar maconha. Não, vamos plantar algo que nos dê dignidade.

A SR^a ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (Fora do microfone.) E as alternativas?

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – As alternativas vão depender da nossa participação, senhoras e senhores, no Conselho Diretor da OMS.

(Interferências fora do microfone.)

É por isso mesmo que devemos participar. As coisas vão acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Vou interromper um segundo. Peço à platéia que, por favor, ouça com a mesma atenção com que ouviu aqueles que são contra a Convenção Quadro aqueles que vêm defendê-la. Isso é fundamental e democrático.

Muito obrigado.

(Palmas.)

Asseguro a palavra ao Dr. Carlos Humberto Spezia.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Muito obrigado.

Portanto, nosso compromisso – quando digo nosso é do Ministério da Saúde, Assessoria Internacional do Ministério da Saúde mais



especificamente – é com a saúde, obviamente, mas estamos vendo lá na frente que devemos participar para poder votar, devemos participar para ter acesso de mercado. E desafio novamente, como fez meu colega Wellington: não existe no texto da Convenção Quadro algo que mencione erradicação do tabaco. Medidas serão tomadas sim, como consequência da participação e da discussão, por um time de *experts* da OMS, pessoas expoentes nas áreas de economia e de agricultura, que vão ajudar os países que dela fazem parte. Apenas esses.

Agradeço.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. S^a tem mais um minuto.

O Presidente Heráclito Fortes teve o cuidado de dizer: aplausos ou silêncio. Vamos manter essa ordem a fim de que possamos continuar o diálogo através da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Gostaria de fazer um apelo. Esta audiência está sendo transmitida para todo o Brasil pela TV Senado. O Brasil inteiro está interessado na questão, e está assistindo. Vamos deixar essa imagem ruim para nós, que estamos aqui e viemos de longe, para a cidade e para a causa. Temos todo o direito de concordar e discordar, mas vamos discordar da maneira mais inteligente do mundo, que é pelo silêncio. Não há nada que doa mais do que o silêncio. O apelo que faço é no sentido de não dar ao Brasil essa impressão. É a terceira audiência que estamos realizando. Nas anteriores, não tivemos dificuldade. Não gostaria de, exatamente aqui, após propor o acordo do chimarrão com a rapadura, ter de interromper ou adiar; seria realmente triste. Peço encarecidamente a colaboração dos Senhores.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Muito obrigado pelo espaço democrático. Eu mesmo pedi a vocês que, com todo o respeito, não vaiassem.

Estamos cientes, Senhoras e Senhores, de todo o poder da indústria do tabaco e, de certa forma, obviamente, como qualquer indústria, respeitamos. Nossa preocupação é com o tratado de saúde pública, com uma vida melhor. É bem verdade, como foi dito, que a fome mata. Lógico, que coisa triste. Nem por isso vamos deixar de combater. O cigarro mata também, mata sem ar. É terrível. A fome e o cigarro são problemas de saúde, temos de combater os dois. Não é orientando um para excluir o outro. O álcool, como foi colocado, para que vocês saibam, será objeto da pauta da próxima Assembléia Mundial de Saúde sim. Vai ser combatido? Vai também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Peço que conclua, Dr. Carlos Humberto Spezia.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Em função das interrupções, o Sr. Carlos Humberto Spezia falou por 10 minutos. É bom que acompanhemos democraticamente; dessa forma, ganhamos tempo.



Vamos chamar, então, para a sua manifestação, o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, o Sr. Irineu Berezanski. (Palmas.)

O SR. IRINEU BEREZANSKI – Cumprimentando a Mesa, cumprimento as demais autoridades, e trago o abraço dos agricultores de Santa Catarina a este povo gaúcho, porque muito nos honra estar aqui.

Digo, desde já, que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, que representa 180 mil famílias, é contra a ratificação da Convenção Quadro. (Palmas.)

Ela conclui que não podemos resolver um problema criando outros, com todas as famílias de agricultores. É preciso, também, mostrar alternativas verdadeiras para os agricultores que plantam fumo, e não apenas falácias, apresentadas a eles como solução. É preciso mostrar verdadeiramente o que eles irão fazer. Não há meios de dizer que vão eliminar a fumicultura e não serão responsáveis por esses agricultores, que há tanto tempo trazem progresso ao Brasil. É muito fácil morar no 11º, 12º andar de um prédio e de lá criar normas sem ter o prazer de pisar na terra e ver o que os agricultores fazem. (Palmas.)

A Federação é contra pela sobrevivência de 62 mil famílias de agricultores que vivem da fumicultura no Estado de Santa Catarina. Também é contra porque a fumicultura gera 260 mil empregos diretos. O que eles irão fazer? Receber cesta básica? É isso? Então, precisamos pensar melhor em uma política de desenvolvimento e nos responsabilizar pelas famílias desses agricultores. O fato de não plantar fumo não significa que não virá produção de outros lugares. Por que só parar de produzir? Vamos eliminar o consumo. Experimente dessa forma.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura também é contra em razão de o que esses agricultores irão fazer no espaço rural. Eles vão para a cidade criar favelas ou vão criar favelas no meio rural? É isso que se espera deles? Viemos aqui criar políticas e progresso para esses agricultores ou só trazer meios para que sofram. Nós, sim, somos a favor da saúde, mas somos muito mais a favor da vida desses agricultores.

Somo, também, um povo democrático. Ninguém tem o direito de desalojar pessoas de seus afazeres sem apresentar uma alternativa conveniente. É por isso, então, que os agricultores e a Federação dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina são contra a ratificação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Assessoria da Comissão de Agricultura do Senado Federal vai entregar, na primeira fila, a lista, e todos podem ir assinando. Podem registrar a sua presença, e passar para o outro, até o final, sem tumultuar a reunião. Há um avulso à disposição de cada uma das senhoras e dos senhores. Trata-se de um impresso da Convenção Quadro para levar para casa, ler, interpretar e entender a proposta.

Rapidamente, vamos chamar a representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Dr^a Emma Siliprandi, Assessora da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



A SR^a EMMA SILIPRANDI – Muito bom dia a todos os presentes, aos Senadores e Deputados, aos representantes das famílias de agricultores que plantam fumo e estão preocupados com a situação.

Venho, em nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário, colocar a nossa posição enquanto Ministério e órgão de Governo que compartilha a posição do Governo Federal de enviar o texto da ratificação da Convenção Quadro ao Congresso Nacional, que é quem de direito deve tomar essa decisão.

Senhoras e Senhores, é muito importante que fique claro. Chegando em Camaquã, assim como em outras ocasiões, em outras audiências, percebemos a quantidade de material com manipulações, com distorções, criando verdadeiro clima de terror, como se o cultivo do fumo estivesse a ponto de ser proibido no Brasil. A Convenção Quadro não estabelece isso em momento algum. Por isso, estamos muito tranquilos em dizer a vocês que é muito importante fazer essa ratificação. Ela significa que o Brasil vai poder, como foi afirmado anteriormente, participar de todos os fóruns de decisão internacional em que serão distribuídos e decididos os fundos internacionais que permitirão justamente – e este é o ponto com que todos nós estamos preocupados – fazer uma transição responsável, lenta, em tempo certo, no momento em que for preciso. E o momento não é agora. O momento não está batendo em nossa porta. Todas as informações e estimativas de órgãos internacionais dizem que, com a ratificação da Convenção Quadro, seus efeitos, em termos de diminuição do consumo vão demorar pelo menos dez anos.

Teremos tempo, Senhoras e Senhores, se estivermos lá decidindo como que será feita essa transição. E como também já foi colocado aqui, a Convenção-Quadro é uma realidade, ela já existe e já está em vigor. Ela não depende da nossa opinião sobre ela; ela não depende do que o Brasil venha a achar sobre ela. Ela já existe e vai mexer, no médio e no longo prazo, no mercado internacional do tabaco como foi dito aqui. Oitenta e cinco por cento do fumo produzido no Brasil é exportado. Esse mercado vai ser afetado.

Ou olhamos para essa realidade de frente hoje e pensamos o que é melhor para nós, o que é melhor para os agricultores brasileiros, uma vez que existe uma perspectiva de que em dez, quinze anos, esse mercado vai ser afetado. O que é melhor para nós? Cruzarmos os braços e fingirmos, colocarmos a nossa cabeça embaixo da terra como avestruzes e fingirmos que esse problema não vai nos afetar? Não é verdade. Se fizemos isso, estaremos sendo irresponsáveis com as nossas famílias, com os nossos filhos.

Por isso, Senhoras e Senhores, é importante que a gente veja com clareza, que não nos deixemos enganar. Se não estivermos lá, estamos dando um tiro no nosso pé e, aí sim, estamos renunciando a nossa possibilidade de fazer essa transição de forma responsável. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)– Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Bom-dia a todos.



É uma grande alegria em estar aqui com vocês e quero dizer que não sou membro da Comissão de Agricultura, estou a convite, como Senador gaúcho, do meu amigo Senador Heráclito Fortes, mas quero dizer a vocês que esse projeto vai para a Comissão de Assuntos Sociais e, lá, por entendimento feito com o Sr. Senador Valadares, assumirei a relatoria e quero dar a esse tema o mesmo caminho e a mesma forma que deu o Senador Heráclito Fortes.

Tenham certeza de que a matéria será debatida amplamente antes da votação. (Palmas)

Eu acho que isso contempla as duas posições.

De imediato, convido a fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil.

(Pausa na gravação)

(...) na entabulação de regras produtivas que dá status sindical a uma organização laboral ante uma empresa ou associação de empresas ou de ramo produtivo ou perante o próprio Poder Público. Nesse sentido, se interpretarmos a expressão criação a que alude o inciso II, do art. 8º da Constituição Federal, expungida de todo viés cartorial e lhe atribuímos um sentido de incipiência na mobilização de empresários e trabalhadores.

(Pausa na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de conceder a palavra ao Presidente da Afubra, temos aqui alguns Deputados Estaduais que não fazem parte do debate e que aqui estão. Estou propondo ao Senador Paulo Paim e à Mesa que, a cada cinco debatedores, abra-se o espaço de três minutos para uma pequena mensagem dos que estão aqui.

Vamos ter, a partir de agora, a partir de cinco minutos, um traz a sua pequena mensagem em retribuição inclusive a atenção aos Parlamentares que estão tendo de vir até aqui.

O SR. HAINSI GRALOW – Bom dia a todos! Saúdo a Mesa, as autoridades aqui presentes. De forma especial, a nossa saudação às agricultoras, aos agricultores. Um abraço não só aqueles que estão neste recinto, mas, também, de modo especial àquela grande quantidade de pessoas, àqueles milhares de pessoas que estão assistindo a este encontro pelo telão. Muitas dessas pessoas, Senadores, saíram de suas casas às quatro, cinco horas da madrugada e vão voltar às suas residências talvez às oito ou nove horas da noite. Isso ninguém faz por esporte. Isso só se faz quando se tem a convicção de que é um assunto extremamente importante. Ademais, esses agricultores estão decidindo, principalmente nas regiões onde nós tivemos uma das piores estiagens das últimas épocas. Aos que não sabem eu gostaria de dizer que esses agricultores têm uma diversificação de culturas. Eles plantaram milho, feijão, e, infelizmente, não colheram nada. Infelizmente lhes ficou apenas o compromisso da dívida no banco. E agora o que temos? Preços baixos, insuficientes. Não falo só do fumo. Falo do arroz,



do milho, do feijão, do leite. As dívidas no banco devem ser pagas. Nós precisamos realmente diversificar, mas o que vamos dizer para essa gente que agora me diz o seguinte: “Gralow, nós precisamos de duas, três safras boas de fumo para pagar as contas das dívidas das outras atividades. Esta é a realidade. (Palmas.)

Em Genebra, disseram o seguinte: “O fumo efetivamente deve ser derrotado”. Isso foi dito no início. Depois se achou uma palavra melhor – ratificação da Convenção-Quadro – para nos tranquilizar. Mas é importante que as senhoras e os senhores saibam – quero ressaltar às autoridades – que, naquele recinto onde falavam, onde negociaram durante quase quatro anos, não tinha vez quem dissesse alguma coisa positiva sobre o fumo. Quem fez isso, no dia seguinte, encontrava o seu nome inscrito no mural como forma de inibi-lo a não tentar, de algum modo, dizer alguma coisa positiva sobre o fumo. Esse foi o clima que reinou em Genebra. Infelizmente, continuou essa situação no Brasil.

Sabemos da pressão que sofrem todos. Sabemos do desconforto dos Deputados Federais. Sabemos o quanto sofrem essa gente boa que nunca ficou sabendo que estava circulando a aprovação da ratificação Quadro. Juntaram simplesmente uma pessoa de cada Partido e assinaram uma aprovação por voto de Liderança.

Eu gostaria que voltassem a atenção. Vamos terminar dentro de um minuto. Mas preciso também dizer que o que eu tinha preparado para ser mostrado eu já pedi para não ser mostrado. Este quadro, gente, há pouco tem falado sobre interesses internacionais. No dia 31 de agosto, apareceram dentro da Afubra seis mascarados. Falaram apenas em inglês. Nós os detectamos. E sabem de onde são? São da Virginia, nos Estados Unidos, pressionando a Afubra pela ratificação. Sabem por quê? Porque os Estados Unidos perderam a liderança e nós a assumimos. Eu quero ver o que vai acontecer conosco, brasileiros, quando formos para os Estados Unidos nos infiltrar e fazermos o que esses americanos fizeram. Felizmente as nossas câmaras internas flagraram e nós sabemos quem transportou essas pessoas para a nossa localidade. Essa é a versão que está sendo tratada, esse é o rancor que se está somando contra o fumo, e isso não pode prevalecer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Convidamos, de imediato, o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmº Sr. José Oscar Miranda Pacheco, chefe de gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária – Mapa.

O SR. JOSÉ OSCAR MIRANDA PACHECO – Eu queria saudar inicialmente as autoridades componentes da Mesa, queria saudar a todo o público aqui presente e queria dizer que me sinto em casa porque também sou gaúcho.

Quando eu vinha, eu estava pensando de que forma eu iria abordar essa questão da Convenção-Quadro.

Aqui na entrada, junto com o Dr. Francisco Sigma, o Senador Heráclito Fortes atendia a um dos inúmeros repórteres que o entrevistavam. Um repórter perguntou do que se tratava esse evento, essa audiência



pública. O Senador disse mais ou menos dessa forma: “basicamente é uma discussão social, desejável, democrática e livre entre, com todo respeito, a questão da saúde e a questão do desenvolvimento rural.”

Na verdade, o que estamos fazendo é ouvindo pessoas, áreas e segmentos da sociedade, alguns a favor, outros contra a assinatura da Convenção-Quadro. Quando essa questão chegou ao Ministério da Agricultura, houve uma série de reuniões, uma série de debates sobre o assunto e basicamente a conclusão a que se chegou é que sem saúde não há desenvolvimento rural. Dentro desse pensamento, dessa ótica, após essas reuniões, o Sr. Ministro optou por apoiar integralmente um ponto de vista do Ministério da Saúde, que luta pela saúde, entendendo que a questão do desenvolvimento rural que diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e também ao Ministério da Agricultura, é de nossa não somente preocupação, mas, também, de nossa responsabilidade.

Tendo sido tomada essa decisão, foi feito o encaminhamento da proposta conjunta ao Senhor Presidente da República, que a encaminhou ao Congresso Nacional. Então, eu queria dizer para os senhores que podem ficar tranquilos. Sou engenheiro agrônomo com 43 anos de trabalho, dos quais trabalhei 15 aqui no Estado. A proposta da Convenção-Quadro não é de eliminar realmente a lavoura de fumo, não é de acabar com os fumicultores, que se assim fosse o nosso Ministro da Agricultura não assinaria embaixo. A proposta da Convenção-Quadro, na verdade, é de juntar esforços no sentido de melhorar as condições de saúde da população urbana e da população rural. Esta é a proposta. E dentro dessa proposta, estamos discutindo, acho que a posição tomada pelo Congresso é extremamente salutar, de que se ouça a sociedade, para que possamos avançar ainda mais.

Bom, o que eu tinha a dizer era isso e agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Chamamos, de imediato, representando a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Luis Carlos Heinze, 1º Vice-Presidente da Comissão de Agricultura daquela Casa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – *Querida cumprimentar o Senador Paulo Paim, que está presidindo os trabalhos; o Senador Sérgio Zambiasi; o Senador Pedro Simon e em especial o nosso Senador Heráclito Fortes, que é o relator dessa matéria. Em nome dele também cumprimento o Senador Sérgio Guerra, que tem trabalhado e participado para que possamos trazer esse assunto à tona e fazer os esclarecimentos necessários.*

Igualmente, cumprimento o Prefeito João Carlos, que liderou essa grande mobilização para que hoje esses mais de cinco mil fumicultores estivessem aqui na zona sul do Rio Grande do Sul, para trazer o testemunho deles a V. Ex^a, que está



preparando um relatório para dar uma certa tranqüilidade a esses produtores.

Cumprimento os Deputados Federais que aqui vieram: Deputado Francisco Turra; Deputado Érico Ribeiro; Deputado Mendes Ribeiro Filho; Deputado Eliseu Padilha. Cumprimento também os Deputados Estaduais aqui presentes, tão importantes, aos prefeitos, vereadores, sindicatos patronais, sindicatos de trabalhadores e aos produtores em geral.

Senador Heráclito, eu ouvi muitas manifestações a respeito. Nós temos discutido essa questão na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados. O Brasil tem, hoje, mais de seis milhões de propriedades rurais. Em torno de quatro milhões não têm acesso a crédito, tecnologia ou assistência técnica no País. Quatro milhões de propriedades rurais!

Dizer que nós vamos fazer reconversão da economia dessa atividade, com 250 ou 260 mil produtores entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Bahia, é uma piada. Não tem dinheiro suficiente no Orçamento da União para dar crédito a quatro milhões de produtores que vivem hoje no Brasil. (Palmas.)

Eu tenho um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa que mostra, Sr. Senador, a renda dos produtores rurais. Aqui está o Ex-Deputado Odacir Klein, Secretário de Agricultura, que tem conhecimento do assunto. Na Região Norte do País, em propriedades de 0 a 100 hectares, sabem qual a renda média? R\$64 por mês. É a renda média da propriedade na Região Norte, de 0 a 100 hectares. Na Região Nordeste dá R\$64 por mês. Na Região Centro-Oeste são R\$125 por mês. Na Região Sudeste, que é bem desenvolvida, R\$241 por mês. Menos de um salário mínimo por mês é a média das propriedades de 0 a 100 hectares. E no Rio Grande do Sul, na Região Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, R\$270 por mês.

Sabe qual a renda média, Sr. Senador, dessas 250 mil ou 260 mil famílias desses Estados produtores de fumo? Quase R\$3 mil por mês. Como se vai pedir para abandonarem essa atividade? De que jeito?

Eu sou engenheiro agrônomo, técnico agrícola e produtor rural. Quando falo em subsídio... Veio aqui o representante administrativo falar que vai ter subsídio para a atividade. Nós estamos desde o ano passado pedindo recursos para o Governo Federal, para subsidiar o arroz. Aqui há arrozeiros à vontade e tu és arrozeiro. Sabe por quanto estão vendendo o arroz hoje no Brasil? Na Região Centro-Oeste, Norte e Nordeste é por R\$8 ou R\$9 a saca, com um custo de vinte e poucos reais. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul o custo é de R\$28 ou R\$29 e estão vendendo a R\$15 ou R\$16 o saco; 40% ou 50% abaixo do custo de produção. Alternativas? O trigo, no ano passado com o custo de R\$24, está sendo vendido a R\$17 ou R\$18. E neste ano, pasmem os senhores, nós vamos colher lavoura de trigo. O Paraná está colhendo. Sabe qual o preço mínimo, Senador Heráclito? R\$24 o saco. Sabe por quanto estão vendendo no Paraná hoje, que está colhendo trigo? Estão vendendo a R\$16 ou R\$17 o saco. Não tem dinheiro, tchê!



15/09/04

Isso sobre o que o Hainsi Gralow fez a colocação aqui – eu quero dizer a todas as senhoras, aos senhores e ao Sr. Coordenador – é uma guerra comercial daqueles que querem o mercado que o Brasil, a duras penas, pela capacidade dos produtores das indústrias e dos técnicos, conquistaram. O Brasil é o maior exportador do mundo hoje. Em cima disso querem tomar esse mercado. É uma guerra comercial e estão usando o subterfúgio da saúde. É isso o que está acontecendo!

Nós não podemos ser ingênuos, como disse o Senador Pedro Simon. Aqui estão as indústrias de armas. Nós vamos votar daqui a alguns dias e os senhores precisam ajudar nisso.

A Rede Globo está fazendo campanha para quem? Para liquidar com essas indústrias de armas e deixar o cidadão de bem desarmado, tchê! E vai fazer o quê? É isso que está acontecendo aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sabe que um dos itens já existe, Senador Heráclito, hoje? As indústrias estão produzindo um cigarro que não faz fumaça, que é produzida pelo alcatrão que faz mal para a saúde. Logo, logo nós teremos esse cigarro. Daqui há pouco nós não vamos produzir mais, mas os gringos dos Estados Unidos farão isso, porque o Presidente Bush prometeu para eles, em campanha política, que não iria acabar com a lavoura de fumo deles e os está protegendo. Portanto, é extremamente importante que haja essa organização e os Senadores, conscientemente, façam esse trabalho.

Quero render as homenagens aos Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Pedro Simon, que têm sido uns guerreiros, uns heróis na defesa dos interesses dos setores social e econômico do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Brasil pelo qual nós estamos fazendo isso.

O Senador Heráclito terá sensibilidade suficiente para, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e depois na Comissão de Assuntos Sociais, defender a tese desses mais de dois milhões de famílias, de pessoas, no Brasil, que vivem dessa atividade decentemente e não vão pedir Bolsa Escola e Bolsa Família, batendo às portas das prefeituras que não vão ter dinheiro para lhes dar o sustento. (Palmas.)

Um abraço a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos de imediato a palavra, representando o Inca – Instituto Nacional do Câncer, à Sr^a. Érica Cavalcanti, Coordenadora Nacional do Programa de Controle do Tabagismo, do Ministério da Saúde.

A exemplo do que fizeram os Senadores Heráclito Fortes, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, eu faço um apelo ao Plenário para o silêncio ou para as palmas.

Obrigado.

A SR^a ÉRICA CAVALCANTI – Boa-tarde a todos. É um prazer ver diversos representantes da fumicultura.

Excelentíssimos Senhores Senadores; autoridades da Mesa; fumicultores e demais representantes da sociedade brasileira presentes



nessa audiência pública de Camacua, o Instituto Nacional do Câncer não poderia deixar de expressar a indignação com o retardo da adesão do Brasil a uma das mais importantes iniciativas da história da humanidade, que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o primeiro tratado internacional de saúde pública do mundo cujo objetivo é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

A Convenção-Quadro foi uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde, em decorrência da expansão mundial do tabagismo, que mata cinco milhões de pessoas ao ano no mundo, sendo que dessas mortes todas duzentas mil ocorrem no Brasil. Nós não podemos fechar os olhos para essa situação.

A Convenção é um compromisso ético e moral dos seus governantes com a população, pois visa ao bem da humanidade. Nos seus artigos e preâmbulos não proíbe, em momento nenhum, e nem prevê a extinção à plantação do fumo, como foi erroneamente disseminado na Região Sul, gerando pânico nos fumicultores.

A Convenção é um mecanismo de proteção aos fumicultores e estabelece salvaguardas nos seus arts. 4º, 11, 17 e 26. Ela reconhece o impacto que a redução global do consumo poderá trazer, a longo prazo, sobre a produção. E ela promove a busca de alternativas economicamente viáveis para os fumicultores.

O que penso importante ressaltar para vocês lembrarem que, independente do Brasil ratificar ou não a convenção, esse tratado já uma realidade no mundo. Entrou em vigor em fevereiro de 2005. Então, o Brasil precisa estar preparado para a transição que o mundo vai sofrer com relação ao consumo e à produção do tabaco. Isso é um fato.

Em fevereiro de 2006 acontecerá a reunião da Conferência das Partes que vai definir as regras para os mecanismos de apoio técnico, financeiro, assim como as demais decisões políticas sobre a Convenção-Quadro.

Considerando que o País é o segundo maior produtor e o maior exportador da folha de fumo e tem 85%, de acordo com a Afubra, da sua produção exportada, é lógico que esse cenário de desaceleração mundial, a longo prazo, vai interferir diretamente nessa lavoura – não tem como.

A China, que é o primeiro produtor, já ratificou esse tratado em 30 de agosto. E a produção desse país é voltada para o consumo próprio. Hoje, já temos 86 países que ratificaram, sendo o tratado internacional que teve mais adesões rapidamente. Importante ressaltar também que a Índia, que é o terceiro produtor mundial, também já ratificou.

Informamos que 11 dos principais países, para os quais exportamos fumo, dez já ratificaram. De acordo com o cenário apresentado, acredito que hoje é de interesse para toda a cadeia produtiva do fumo a ratificação. Não podemos mais ficar de fora da Conferência das Partes, à mercê do que vai ser estabelecido por outros países. E nem correr o risco de, no futuro, sofrer as famosas retaliações comerciais, porque exportamos...



(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a dispõe de mais um minuto. Fique à vontade.

A SR^a ÉRICA CAVALCANTI – ...porque exportamos um produto que mata 50% de seus consumidores.

Exm^{os} Senadores, o Brasil lidera uma cruzada mundial de combate à fome e reivindica assento no Conselho de Segurança da ONU. Ele poderá cair em descrédito internacional se não ratificar a Convenção-Quadro para o controle do tabaco, demonstrando estar refém de interesse escuso das grandes transnacionais do fumo.

Precisamos de agilidade e de comprometimento nesse processo, pois está extinguindo o prazo para participarmos da Conferência das Partes. Se não depositarmos o voto até o dia 07 de novembro na ONU estaremos fora desse grande encontro que irá definir as regras de financiamento da Convenção-Quadro.

O Ministério da Saúde, o Inca, está tranqüilo porque está fazendo o papel dele de divulgar, esclarecer, fornecer material, que se encontra aí embaixo para que fumicultores possam ler, estudar e ter uma opinião própria, e não servirem de instrumento de manobra para as grandes indústrias do tabaco. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos, de imediato, a palavra para o representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Elmar Schneider.

O SR. ELMAR SCHNEIDER – Cumprimentos à Mesa, de forma especial aos colegas Deputados que aqui se encontram, Deputada Leila Fetter; Deputado Osmar Severo; Deputado Edson Brum, que preside a nossa comissão na Assembléia Legislativa do Estado; Deputado Heitor Schuch; Deputado Néelson Härter; Deputado Jerônimo Goergen; Deputado Wilson Covatti, nosso ex-Presidente; nossos Senadores; Relator; Prefeito; Secretário de Agricultura; Lideranças e Imprensa que aqui estão, penso que, neste momento, com todo o respeito à opinião de todos e às manifestações aqui já ouvidas, qual será a alternativa para o nosso agricultor.

A nossa agricultura vive este momento com tantas dificuldades, com a questão do leite, do arroz, da soja. Portanto, o nosso agricultor é aquele que ainda acredita neste País e quer apenas algo: continuar a trabalhar. Ouvimos aqui que o cigarro faz mal, mas o que mata é deixar o ser humano sem emprego, sem direito à saúde, ao hospital, à educação e a uma vida digna.

Tomara Deus, que neste País, principalmente os Senadores que nos orgulham e que estão percorrendo os Estados brasileiros para ouvir a nossa gente, apresentem uma alternativa; e não tenho dúvida de que o farão, porque ninguém aqui quer invadir, mas, sim, quer continuar a trabalhar para manter a sua família com dignidade. Portanto, a Assembléia gaúcha, sem dúvida nenhuma, oportuniza também nesta nossa Comissão este debate, para conhecermos a vida dos nossos agricultores, a vida de quem trabalha no setor do tabaco. Aquele que começa com uma casinha simples, mas como a renda é boa, ele vai melhorando: o filho compra uma moto, depois um



carrinho e assim vai a vida do agricultor que trabalha com fumo. É renda, gente! É vida! (Palmas.)

Esperamos que um dia apresentem, daqui a cinco, dez, quinze ou vinte anos, alternativa para o nosso agricultor substituir o tabaco. Mas hoje não vejo nenhuma alternativa e peço sinceramente ao nosso Relator, que nos honra hoje em sua visita ao Rio Grande, e peço de forma especial aos Deputados Federais e aos nossos Senadores que olhem para nós e entendam as dificuldades. O Estado do Rio Grande do Sul, que enfrentou uma das piores estiagens da sua história, merece ser olhado com um pouco mais de bairrismo, e deve-se verificar que o Rio Grande se mobilizou.

Fiquem todos com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Representando a ONG Rede Tabaco Zero, passo a palavra à Sr^a Paula Jones e, com muito orgulho, passo a Presidência ao Senador Pedro Simon e depois ao Senador Sérgio Zambiasi.

A SR^a PAULA JONES – Boa-tarde a todos.

Agradeço a oportunidade de falar diretamente a vocês, que são os primeiros interessados na questão. Gostaria de começar dizendo que concordo com os que dizem que hoje não há alternativa para o plantio de fumo nos Municípios fumageiros da região Sul e que há muito dinheiro investido. É verdade, e é justamente por isso que o Brasil

(INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra o Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Prefeito Municipal, demais autoridades, eu estava reservando-me para falar mais ao final deste debate, mas, às vezes, alguns fatos ocorrem, na verdade, em determinado momento.

O Senador Pedro Simon, presidindo os trabalhos, concedeu-me a palavra agora e parece-me oportuno que eu possa manifestar-me neste momento, complementando aqui o que já disse o Governador Germano Rigotto.

Sou Secretário de Agricultura e Abastecimento e, em conseqüência, integro o Governo. O Governador já se manifestou com muita clareza, com uma posição contrária a uma assinatura açodada de uma convenção como a Convenção Quadro. (Palmas.)

Mas, relativamente a este assunto, parece-me que há uma colocação maniqueísta, bem e mal. Bem de um lado, mal de outro. Saúde, bem; economia, mal. Quando, na verdade, não é disso que estamos tratando. Estamos tratando do aspecto social. Estamos tratando de geração de emprego, de garantia de subsistência, de garantia de renda. Estamos tratando de garantia de recursos para as administrações municipais. Estamos tratando de um fato para que não haja um processo de reconversão, de uma hora para outra, sem condições de os Municípios substituírem aquilo que é necessário para continuarem tendo renda para aplicar na saúde, na educação, nas mais diversas áreas dos mais diversos serviços sociais. Não



estamos tratando desta posição maniqueísta: saúde ou economia. É o contrário. (Palmas.)

A questão da saúde, na Constituição Federal, na legislação ordinária, é contemplada e há legislação, inclusive, obrigando a divulgação dos malefícios do consumo do fumo para a saúde humana, o que é feito em cumprimento a dispositivos legais. A saúde tem recebido os devidos cuidados, e há o consumo de fumo por quem deseja fazê-lo; ele não é compulsório. Pelo contrário, há toda uma tentativa de fazer com que o consumo seja coibido. (Palmas.)

Não podemos deixar de lado o aspecto social por uma posição fanática e maniqueísta. É preciso que pensemos na questão social. É preciso que tenhamos responsabilidade com o emprego, com a renda, não, meramente, com a economia. (Palmas.)

Por isso, complemento aqui a posição do Governador Germano Rigotto.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra o Dr. Luiz Carlos Corrêa, da Associação Médica Rio-grandense.

Passo a Presidência para o companheiro Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Por favor, silêncio para que o Doutor possa manifestar-se e, assim, possamos dar mais celeridade à nossa reunião.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA – Ilustríssimos senhores representantes desta Mesa, representantes do nosso povo, para aquilo que o nosso povo mais precisa hoje; senhores fumicultores representantes das diversas instituições, inclusive as não só de plantio, mas que, de alguma forma, tem algum interesse no setor; senhoras e senhores, inicialmente quero agradecer este espaço dado à palavra de um médico que, há 40 anos, trabalha exatamente na área das doenças respiratórias. Eu vejo a outra ponta. Vocês estão num extremo, eu estou no outro. Vocês causam, e eu tento tratar, sem nenhuma acusação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Por favor, combinamos aqui que manteríamos o nível necessário e vamos assegurar o tempo ao Dr. Corrêa.

Dr. Corrêa, toda interrupção que façam ao senhor, o tempo será compensado depois.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA – Estamos aqui em nome da Associação Médica do Rio Grande do Sul, que representa 20 mil médicos gaúchos, do Conselho Federal de Medicina, que representa 300 mil médicos no País e que, com as suas famílias, são mais de um milhão de pessoas. E por que não em nome de milhões de jovens brasileiros que ainda não se iniciaram no vício do tabaco? E por que não em nome da expectativa pela credibilidade que o nosso povo tem e sempre terá nas suas lideranças políticas?

Estamos aqui com um único objetivo: que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal desempenhe o seu papel; que ela nos



ouça a todos, que trace e veja o que é melhor, principalmente para um futuro, não imediatista, porque hoje, pelo que vejo, ninguém está muito bem no nosso País. Temos que nos preparar para o que vem aí, e nós nos preparamos a cada dia, não por decreto, não por manobras, mas por cidadania.

No mês passado, o Ibope fez um questionamento e a resposta foi que os médicos são, no País, a categoria, a classe e os profissionais mais confiáveis. Vocês podem ver no Ibope de agosto do mês passado. E estou aqui em nome dessa confiança que o povo tem nos seus médicos.

O que se passa com os fumicultores neste momento, sob o ponto de vista de negócios, poderia também estar acontecendo com os médicos. Os fumicultores hoje são dependentes desse cultivo, e é compreensível que estejam assustados quando nos ouvem dizer que eles não mais poderão plantar fumo. Isso não é verdade. A Convenção não diz, não escreve e não pretende isso. O que se propõe é fazer novos investimentos e com incentivos, por exemplo, para a produção de alimentos, do que mais o nosso povo precisa. O que se propõe é buscar junto ao Governo melhores condições para o fumicultor poder migrar adequadamente, no momento oportuno. O que se propõe é que o plantador não sofra tantos prejuízos, pois o seu investimento tem um retorno proporcionalmente muito inferior à lucratividade de outros partícipes no negócio.

Se houver a redução do plantio de tabaco, haverá um número menor de fumantes, menos pessoas ficarão doentes, e os médicos também perderão. Preciso dizer mais? Se se trata de negócio, os médicos perderão mais do que os senhores se o tabaco for erradicado do mundo. No entanto, a classe médica tem consciência da sua missão; ela está plenamente de acordo de que a Convenção tem que seguir em frente, com negociações.

Neste momento em que discutimos se o Brasil deve ou não confirmar a sua participação na Convenção-Quadro, gostaria apenas de lembrar alguns fatores importantes, inicialmente o problema do tabagismo para a saúde. Já foi dito que é uma epidemia e que está aumentando. Sobre a Convenção-Quadro, ela é um tratado internacional que já está em andamento, ou entramos ou ficamos fora. Não há outra posição neste momento.

Em nome das instituições que aqui represento e dos cidadãos brasileiros que priorizam a saúde, quero manifestar a expectativa de que a decisão dos Srs. Senadores seja a mais sábia, para o bem da nossa população. Esperamos que principalmente o Estado do Rio Grande do Sul seja para sempre lembrado pelo seu desenvolvimento, graças a grandes projetos de crescimento, sempre em benefício de todos e nunca em troca do prejuízo de milhões de cidadãos. Esperamos que o Brasil não seja, num futuro próximo, lembrado e estigmatizado como sendo um País que mais exporta um produto que mais malefícios causa para a espécie humana. Esperamos que os fumicultores brasileiros de hoje sejam amanhã beneficiados pelas políticas que serão implementadas pela mudança de cultivo e pelos novos projetos que vêm aí. Esperamos que os políticos envolvidos neste processo sejam para sempre lembrados como os iniciadores de uma nova era da Nação brasileira.



15/09/04

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O Dr. Corrêa tem mais um minuto assegurado em função da interrupção havida anteriormente.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA – Em que se prioriza a vida e o bem-estar do cidadão, mesmo que isso tenha de acontecer com algum detrimento de resultados financeiros imediatistas. E que se o contrário acontecer, que exista plena consciência da responsabilidade pelas conseqüências que advirão pela atitude tomada.

Em nome dos médicos do Brasil, tenho a seguinte frase para dizer a todos aqui: que Deus ilumine esta tomada de decisão, que tudo fique muito bem claro e que todos tenham sempre as suas expectativas preenchidas dentro das negociações. Por favor, não fiquemos fora das negociações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra, o prefeito de Santa Cruz do Sul, José Alberto Wenzel, Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo.

O SR. JOSÉ ALBERTO WENZEL – Obrigado, Senador.

Respeitáveis Senadores, Deputados, representantes de entidades, Prefeitos, Vereadores, comunidade em geral, especialmente nossos trabalhadores, sou Presidente da Amvap da maior região produtora de tabaco deste País. Sou Presidente de uma comunidade ordeira, trabalhadora e tenho aqui comigo os Prefeitos da nossa Amvap. Estão aqui o Almedo, a Beatriz, o Mário e tantos outros.

Preciso agora dizer uma coisa que me parece muito séria. Há pouco foi citado o nome de uma pessoa que eu não conheço de reuniões, que eu não conheço de dois ou três encontros lá em Brasília; eu conheço do dia-a-dia lá na lavoura, lá onde estão os trabalhadores trabalhando. Falar que o Sr. Hainsi Gralow é contra... (Palmas.) Falar que o Sr. Gralow não defende o fumicultor é não conhecer um minuto da sua biografia. Falar e deixar sob suspeita que o agricultor tem alguma coisa a ver com a indústria, que a indústria tem a ver com o mensalão, é um desrespeito a um trabalhador, é um desrespeito, é uma coisa que nos deixa extremamente angustiados. Onde estão os valores? Onde é que as pessoas estão em família, trabalhando lá na sua terra e de repente isso passa a ser ruim? Onde nós estamos? Mas eu descobri, já que o Fome Zero está zero aqui no Brasil, querem salvar na ONU. Vamos fazer alimentação para todos é aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul, nos Municípios da Amvap, nos Municípios de toda a nossa região produtora.

Gente, pelo amor de Deus, outra coisa é dizer que não está no texto da Convenção a diminuição do tabaco... Isso é para quem não leu o texto. Todo o texto é de restrições: o art. 17, o art. 26. Essas salvaguardas o que são? Elas estão dizendo: vocês parem que vamos ver se ajudamos vocês. É isso que dizem esses artigos! Pelo amor de Deus, vamos jogar limpo. Não vamos enganar o nosso trabalhador, o nosso produtor rural.

E essa Convenção não é boa para o trabalhador, não só para o trabalhador rural, o trabalhador da indústria, do transporte, do comércio, de todos os serviços que envolvem a cadeia. Segundo, não é boa para os



Municípios; os Prefeitos estão aqui e sabem disso. Oitenta e cinco por cento da economia dos Municípios dessa região – e são mais de trezentos só no Rio Grande do Sul – dependem do fumo. Quarto, não é boa para o País; está em jogo uma questão de soberania.

Portanto, quero, em nome de todos os Prefeitos da Amvap, dizer que nós somos contra a Convenção-Quadro, e nós somos, sim, a favor da dignidade, da saúde, do meio ambiente e do trabalhador lá na sua terra, na sua casa e não em escritórios. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra agora o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul, Albino Gewehr. S. S^a representa a Fetraf-Sul.

O SR. ALBINO GEWEHR – Boa-tarde, Senadores, demais autoridades e, especialmente, a todos fumicultores e fumicultoras que acompanham este debate em Camaquã, também em suas casas.

Acho que é importante dizer neste momento que estas audiências – está já é a quarta – para nós são de vital importância porque passamos a perceber um pouquinho mais sobre o assunto, ouvimos opiniões diversificadas e, certamente, se chegamos aqui com uma idéia, sairemos com ela em dúvida e talvez formulando uma nova.

Já fui o maior plantador de fumo do Rio Grande do Sul, de 1982 até 1986. A minha família ainda planta fumo e já chegou a plantar dois milhões de pés de fumo. Neste momento, planta em torno de um milhão de pés – inclusive, quero saudar a delegação de Candelária e muitos deles que estão aqui presentes.

E por que estamos plantando menos e vamos plantar cada vez menos? Porque estamos enxergando a realidade, porque o mundo está decidindo parar de fumar, e o mundo vai fumar cada vez menos; é isso que está sendo decidido no âmbito da Convenção-Quadro. E lá, na Convenção Quadro, nos arts. 4º, 17, 18 e 26, está escrito que, se o negócio do fumo se tornar inviável, nós teremos apoio para nos preparar para outras produções. Nós já tomamos essa decisão. E temos que tomá-la não só por ordem da Convenção-Quadro, mas porque nós temos que plantar cada vez menos fumo para termos mais poder de negociação. As mesmas multinacionais que para nós pagam R\$ 60,00 a arroba de fumo; ali, nos Estados Unidos, pagam R\$ 300,00; na Europa, pagam R\$ 600,00 pela arroba de fumo; e, no Japão, chegam a pagar R\$ 1,1 mil pela mesma arroba de fumo. E o que está acontecendo? Elas que planejam, elas que organizam a produção estão trazendo essa produção para o Brasil. Hoje, nesta safra, produzimos 840 mil toneladas. Quem produzia 840 mil toneladas há 10 anos eram os Estados Unidos, e nós, só 350 mil. Agora se inverteu a posição. Nós estamos produzindo 840 mil, e eles, menos de 300 mil. Por quê? Porque aqui nós entregamos o produto por um preço muito inferior àquele que elas têm de pagar em outros países. Elas planejam isso e trazem para nós produzirmos.

Meu pedido é este: vamos produzir menos; vamos cobrar mais; vamos valorizar o nosso trabalho. Só com menos produção, com mais conhecimento e com mais organização isso será possível.



A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) é uma federação nova. Os dirigentes da Fetraf se assustaram com esse dado, porque atuamos em 300 Municípios dos 3 Estados do Sul, onde há pouco tempo não se produzia fumo. Agora já temos 45 mil fumicultores plantando fumo nesses 300 Municípios. Quem começa a plantar fumo embarca no sonho de ficar rico, de melhorar de vida e se dá conta que, com o passar do tempo, o sonho da riqueza não existe para nós; o sonho da riqueza está na mão das multinacionais. Fala-se muito que banco é o que mais ganha dinheiro neste País. Os bancos têm lucro sobre o patrimônio na ordem de 10 a 15%. As fumageiras têm lucro, nos últimos três anos, sobre o seu patrimônio líquido, na ordem de 45 a 68%. Pergunto: As multinacionais, que podem, a cada dois anos, dobrar o seu patrimônio, fazer uma nova estrutura igual àquela ou distribuir essa renda entre os seus, conseguem fazer isso, esse lucro, então qual é o fumicultor que, a cada dois anos, pode comprar uma propriedade igual à que ele tem? Comprar mais um carro novo ou fazer tudo de novo? Quem tem essa possibilidade? Sim, o fumo é um bom negócio para as multinacionais do fumo.

E agora, só para fechar, o Governador do Estado do Paraná é a favor da ratificação, o Governador do Estado de Santa Catarina é a favor da ratificação, por essas... **(Falha na gravação. Inaudível.) (Manifestação da platéia.)**

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Atenção! Vou pedir à platéia que, por favor, respeite, democraticamente, cada posição. Conforme orientação do Presidente Heráclito Fortes, estamos chegando ao final, já com as últimas inscrições, e, por sua autorização, os Parlamentares, Deputados Estaduais, terão exatos três minutos para cada manifestação. A primeira, do Presidente da Comissão de Fumicultura da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual Edson Brum, por três minutos. (Palmas.)

O SR. EDSON BRUM – Sr. Presidente, quero saudar os Parlamentares que fazem parte da Mesa, as representações, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores. Não chega a três minutos para nos manifestarmos.

Queria fazer um pedido: Eles que vieram até aqui, com muita coragem, defender os interesses, na minha opinião, de multinacionais e países que não querem a vida no campo aqui no Brasil, eu queria que esses representantes que estão no Governo Federal tivessem a coragem de defender uma reforma tributária para dar mais dinheiro para os nossos Municípios e para o nosso Estado. Eu queria que eles viessem aqui defender saúde no campo, porque a ratificação da Convenção Quadro é miséria no campo, é fome, é doença, não é aquilo que estão pregando por aí. E como disse o que nos antecedeu antes, o sonho acabou. O sonho acabou sim. Porque da



maneira que estão importando leite, importando arroz e ratificando a Convenção Quadro, vão liquidar com a nossa agricultura.

Por isso firmamos nossa posição a favor dos agricultores, a favor dos produtores de fumo, a favor daqueles que trabalham na indústria e trabalham na cadeia. **(Manifestação da platéia.)**

Viva o nosso produtor! Viva o Rio Grande! E que o Governo Federal pague o que deve ao Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado, Deputado Edson Brum.

Chamamos para se manifestar o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Rivaci Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Estamos sim, meu caro Odacir Klein, representando o Governo do Estado aqui, neste momento, muito gratos e satisfeitos por estarmos aqui com o Senador Heráclito Fortes. E é de gente forte que precisamos, Senador, é de gente corajosa, é de gente que tenha condições, como o senhor tem, de analisar este Plenário, de analisar os produtores e produtoras que aqui estão, de analisar os vídeos que aqui foram apresentados, onde o senhor está vendo, está presenciando a necessidade de salvarmos, meus caros Deputados que aqui estão, Estaduais, Federais, que sabem perfeitamente o que se está pretendendo fazer com o campo do Brasil. Muitos setores já desestabilizados, muitos setores em dificuldades. E aqui falou, não me lembro bem, foi o Governador do Estado, criticando o veto que ontem aconteceu, no que diz respeito à Lei Kandir. Vou me referir ao outro veto que aconteceu.

Ontem também, Srs. Senadores, Srs. Secretários, nós tivemos o veto da verba de 20 bilhões, que estava justamente negociada na LDO, para que o produtor pudesse ter a oportunidade de adequarem as suas contas, tendo em vista as dificuldades pelas quais o setor está passando. Foi vetado.

Sabemos que um dos únicos segmentos da agricultura brasileira, que hoje está a apresentar resultados favoráveis, é esse que aqui hoje estamos a discutir. E a tentativa de desorganizar, de desestabilizar se faz presente aqui sim, Heinze, faz-se presente dentro da intenção e dentro das manifestações que aqui ouvimos.

Nós ouvimos o Instituto do Câncer falar em câncer, mas não falou no índice que existe de câncer em quem está trabalhando e produzindo o fumo. Consumindo é uma coisa, agora quem está produzindo é outra.

Ouvimos aqui o representante da área médica dizer que é a classe mais confiável. Acredito que o agricultor não estava nessa enquete no momento em que apontaram a medicina como a mais confiável. **(Manifestação da platéia.)** (Muito bem! Palmas.)

Porque, meus caros produtores, somos relegados a um plano inferior. Ou melhor, éramos, não somos mais, Srs. Prefeitos! Não somos mais! Somos



o segmento da economia brasileira que garante a sustentação dos resultados positivos da balança comercial, independente dos prejuízos que temos no desenvolvimento das nossas atividades.

E aqui, meu caro Prefeito João Carlos, eu diria que este momento aqui é histórico, é um momento histórico, em que o Prefeito Heinze soube, com veemência, responder e rebater uma acusação, uma generalização que aconteceu ao se referir a mensalão dos produtores. Talvez, Sr^a representante, seja o mensalão o diferencial que existe entre a renda desta cultura, que são R\$3 mil, conforme o Deputado Heinze aqui colocou, R\$3 mil por mês em relação à renda média de 270, que é a maior, no Brasil inteiro, que temos na Região Sul. Talvez seja o mensalão sim, mas um mensalão ganho com dignidade, ganho com trabalho, ganho com empenho. **(Manifestação da platéia.)** Isso, nós não podemos admitir que se generalize e que prolifere, não só neste ambiente, mas no que ali fora está, nos que estão ouvindo e nos que vão ouvir por este Brasil.

Parabenizo o Senador Heráclito no momento em que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Tem mais um minuto, Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Obrigado, Senador. Concluirei.

Parabenizo-o pela posição que o senhor aqui colocou. E o que aqui está acontecendo hoje, o Brasil inteiro tomará consciência. E acreditamos que assim como estamos discutindo esse tema, com a profundidade que ele merece, temos a certeza de que o relatório vai refletir essa realidade. E temos a certeza que o Senado vai recuperar, talvez, um desleixo que aconteceu na nossa Câmara dos Deputados, quando este projeto passou sem discussão. (Palmas.)

Meu caro Deputado Érico, genérico ó... Na Câmara, o projeto passou com voto de lideranças. A discussão não aconteceu na forma como está o Senado a tocar. Não temos nada contra os nossos Deputados Federais, muito pelo contrário, sempre precisamos e precisaremos do apoio dos nossos Deputados. E temos que estar muito atentos, porque estamos vendo, presenciando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O tempo é limitado para todos.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Mas tem o cortador aí?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Tem cortador de microfone...



O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Parece os caras da CE(?). (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. S^a tem trinta segundos para concluir.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Então, eu diria que levo na tranquilidade, e vamos aqui parafrasear o nosso Relator, para dizer que a maneira mais inteligente de se manifestar, e que nós acreditamos, seja a posição que o Brasil tenha que adotar em relação à Convenção Quadro, ou seja, silenciar. Conforme V. S^a, silenciar é a maneira mais inteligente. (Palmas.) E acreditamos que essa resposta agradará a esses produtores e ao Brasil inteiro que deverá agradecer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra agora o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas, Bahia, Sr^a Josenita Souza Salomão.

A SR^a JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Srs. Senadores e populares aqui presente, os meus cumprimentos.

Eu gostaria, Sr. Senador, eu tenho o que falar, mas gostaria que o Presidente da Câmara de Vereadores falasse por mim, de lá de Cruz das Almas. (Pausa.) Não pode, não?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Não. A senhora está inscrita, a palavra é sua.

A SR^a JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Certo, eu falo. Depois eu... (Risos.)

Venho alertar para o desequilíbrio social que a comunidade rural irá enfrentar após a ratificação da Convenção Quadro.

Quero informar aos senhores que no Recôncavo Baiano milhares de famílias sobrevivem do cultivo do fumo e educa seus filhos.

Pequenas propriedades com solos arenosos, com chuvas irregulares e subsolos pobres, sem reservatório de água e a falta de política de assistência ao pequeno produtor não permitem a viabilização de outras culturas economicamente viáveis. Todos sabem que a ratificação prematura da adesão à Convenção Quadro será uma triste “puxada de tapete” desse humilde povo. Tenho certeza que a erradicação da cultura do fumo causará um caos social insuportável, bem como o fechamento de aproximadamente cem mil empregos diretos e indiretos. E também reduzirá fortemente a renda **per capita** das famílias produtoras de tabaco, além de subtrair milhões de dólares da exportação baiana. Alerto, também, para o caos social que será promovido nas cidades em função do incremento do êxodo rural.

Se os senhores se preocupam com o bem-estar desse povo sofrido do campo, dêem um Não à Ratificação da Convenção Quadro (Palmas.) e vivam em paz com as suas consciências.

Como Presidente do Sintifa, sediado em Cruz das Almas, Município centralizador de mais de oitenta mil beneficiamentos do fumo produzido na Bahia, ratifico aqui o nosso pleito para a realização de audiência pública em nossa cidade.



Por tudo isso, Srs. Senadores, eu e milhares de familiares que represento apelamos para a sensibilidade e a complacência de V. Ex^{as} a não ratificar a Convenção Quadro, pois se ela for realmente ratificada, sem sombra de dúvida, ameaçará a sobrevivência de milhares e milhares de famílias espalhadas pelo País.

O nosso muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado. E me perdoe pela pouca elegância, mas a sua inscrição é que a gente estava garantindo aqui. Se o Vereador tivesse manifestado anteriormente o interesse, ele estaria inscrito, com certeza.

Vamos passar a palavra, agora, por três minutos improrrogáveis, ao Deputado Estadual Osmar Severo.

O SR. OSMAR SEVERO (PDT – RS) – Tomara que os funcionários da CE não cheguem perto de mim agora.

Cumprimento a todos que estão aqui presentes, ao homem do campo, homem da roça, aos amigos e trabalhadores, aos Prefeitos e Vereadores, e a todos aqueles empresários também que estão aqui hoje preocupados com a real situação dos agricultores de fumo.

Cumprimento o nosso Relator, o nosso Senador que está com a consciência tranqüila do que está olhando, do que está acontecendo no Sul do Brasil, aqui, no Rio Grande do Sul. Aos nossos Senadores, aos nossos Deputados Federais e Estaduais, e aos nossos honrados Prefeitos, em nome do Prefeito de Camaquã e de Santa Cruz do Sul, cumprimentando a todos os Prefeitos preocupados com a real situação.

Eu sou da roça, vim da roça. São 54 anos de história. Eu nasci produzindo fumo e tudo que consegui, a minha educação, o meu trabalho, o meu primeiro tamanco, foi produzindo fumo, com a minha família. E a minha família toda ainda é produtora de fumo. Aos nossos amigos que estão hoje aqui, entre discursos calorosos e a discussão, pergunto: hoje ouvi aqui do Luiz Carlos Heinze uma proposta fantástica, como ele falou, mas pergunto ao povo brasileiro, porque neste momento, estamos falando “Levanta Rio Grande, e escuta o Brasil!” Estamos falando para o Brasil, através da **TV Senado**, porque precisamos dizer não para muitas propostas políticas. O Presidente da República veio ao Sul do Brasil e andou pelo Brasil inteiro, fazendo sua proposta de campanha e sua promessa. E Sua Excelência veio aqui dizer que ia cuidar do trabalhador, ia cuidar do nosso fumicultor, que tínhamos de votar nele, que ele ia matar a fome do povo do Rio Grande do Sul, que tínhamos de apostar nele. (Palmas.) E apostaram e Sua Excelência foi – é o tal caso combinado, os acordos –, foi lá e voltou nos dizendo: “O que eu combinei com vocês foi tudo mentira!”. Agora, vocês têm de ir lá mostrar para o Presidente... E o Presidente quer agora a Convenção Quadro sobre o fumo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a dispõe de mais trinta segundos.

O SR. OSMAR SEVERO (PDT – RS) – Pergunto, fome provoca ladrão; fome faz os nossos jovens virarem bandidos; e por que ele, então, não dá uma mesada para o agricultor? Uma mesada, e não tirar o próprio



fumo. E digo: vamos votar não ao desarmamento e pedir aos Senadores, pelo amor de Deus, é não à proposta do Senado, o fumo não, porque precisamos sobreviver! Somos rio-grandenses; temos filhos; somos trabalhadores. Queremos os nossos direitos!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra agora, por três minutos também improrrogáveis, a Deputada Estadual Leila Fetter.

A SR^a LEILA FETTER (PTB – RS) – Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais e Estaduais, todos os presentes aqui, com todo o respeito, Senador Heráclito Fortes, quero fazer, neste momento, um pedido a V. Ex^a e aos demais Senadores, como ao Senador Sérgio Zambiasi. Esta audiência pública está aqui para discutir um dos maiores problemas dos fumicultores gaúchos. E a democracia é importante, porque ela permite que as pessoas possam exprimir a liberdade de pronunciamento e de dizerem o que sentem. Por isso, acho importante que na democracia existem os aplausos, sim; mas as vaias são uma demonstração clara dos produtores aqui presentes de que não concordam com o que está acontecendo no nosso Brasil. Quero dizer também que o meu antecedente aqui falou – e eu me lembro muito bem – que, no ano de 2000, o Presidente Lula tinha no seu Programa de Governo não ratificar a Convenção Quadro; que Sua Excelência dizia exatamente o contrário: que o Serra e o Fernando Henrique é que com tantas outras coisas, está fazendo exatamente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a dispõe de trinta segundos, Deputada Leila.

A SR^a LEILA FETTER (PTB – RS) – Muito obrigada.

Quero também ratificar um item importante que falou o Deputado Luiz Carlos Heinze, que tanto tem lutado pela agricultura do Rio Grande do Sul: os arrozeiros estão, desde março, pedindo pelo amor de Deus para o Governo resolver seus problemas e o Governo me parece que quer acabar não só com os arrozeiros, mas com os fumicultores e com aquele pequeno agricultor. Não à Convenção Quadro! Vamos lutar por isso e esperar, principalmente, pela responsabilidade dos Senadores que nos representam no Senado Federal.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado, Leila.

Concedo a palavra ao Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Sr. Sérgio de Miranda, Vice-Presidente da Fetag do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO DE MIRANDA – Em nome da Contag, da Fetag do Rio Grande do Sul, dos 350 sindicatos de trabalhadores rurais filiados à nossa Federação, aqui em nosso Estado, quero cumprimentar os Srs. Senadores, parabenizá-los pela concessão desta oportunidade ao povo gaúcho e ao Brasil todo de fazer essa discussão. Pena que a Câmara dos Deputados não tenha feito o mesmo, perderam uma grande oportunidade de prestar um importante serviço à sociedade. Queremos saudar também, com alegria, as demais representações, instituições que aqui se fazem presentes,



as demais autoridades; quero cumprimentar os meus colegas de movimento sindical e faço isso saudando o meu colega e Diretor da Fetag o Deputado Estadual Heitor Schuch. Quero fazer uma saudação muito carinhosa, muito especial a cada agricultor e a cada agricultora que, sem dúvida nenhuma, são os maiores interessados por estarmos todos aqui fazendo essa discussão.

Para começar, eu quero deixar claro, para que não fique mal-entendido, que defendo os produtores e não a indústria. Estamos aqui exatamente para fazer a defesa dos interesses dos nossos agricultores. Tivemos, muitas vezes, dificuldades na hora de negociar preços, já estivemos acampados por mais de sessenta dias na frente das indústrias; já teve dirigente sindical nosso respondendo a processo, e está até hoje, por ter feito a luta na defesa dos interesses dos produtores. E isso nós vamos continuar fazendo, porque esse é o nosso papel, essa é a nossa função. (Palmas.)

Temos certeza de que ninguém planta fumo porque gostar de plantar e muito menos porque gosta da indústria. Planta-se fumo porque essa é uma forma de ocupar a mão-de-obra, especialmente dos agricultores familiares. Planta-se fumo porque esse é o salário do agricultor. O agricultor precisa de salário, de renda, de condições para viver e manter a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Trinta segundos.

O SR. SÉRGIO DE MIRANDA – Não. Eu tenho cinco minutos e até agora V. Ex^a só me deu dois e meio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a está enganado. Está sendo controlado por um... OK! Vamos lá, mais um minuto para encerrar.

O SR. SÉRGIO DE MIRANDA – Muito bem. Acho que ele deu os três minutos para Deputado, mas eu não sou Deputado.

Mas, de qualquer forma, queremos concluir dizendo que V. Ex^{as}, Srs. Senadores, terão oportunidade de ficar na História ou por terem ajudado a defender os interesses dos produtores, por terem ajudado a manter esses agricultores nas suas atividades, ou por terem contribuído para que essa atividade vá se esfacelando, ou por terem contribuído com o fim da fumicultura. Essa, sem dúvida nenhuma, é uma responsabilidade que vai ficar com os senhores. Temos a certeza de que o Senado Federal vai estar ao lado dos produtores, vai estar também defendendo os interesses de quem constrói a riqueza deste País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado pela sua compreensão.

Já estamos aqui há três horas e meia debatendo esse tema; o tempo começa a ficar curto para quem usa e longo para quem escuta.

Vamos chamar, rapidamente, o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que representa a CNA na Câmara Setorial da cadeia produtiva do fumo, Sr. Marco Antônio dos Santos.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS – Boa-tarde a todos os senhores e a todas as senhoras, com referência especial ao Senador Sérgio Zambiasi, em nome dele eu gostaria de cumprimentar a todos os Senadores,



Deputados Estaduais, Federais, em nome do Prefeito João Carlos de Almeida e do meu Prefeito de Santa Cruz do Sul, José Alberto Wenzel, cumprimentar todos os Prefeitos, aos produtores e produtoras aqui presentes.

Estou representando, hoje, a Confederação Nacional da Agricultura e temos uma posição muito clara a respeito da Convenção Quadro. Somos contra essa convenção. Gostaria de dar um depoimento, não como dirigente sindical, mas como produtor de fumo. Sou produtor de fumo há mais de vinte anos e a renda da minha família, durante mais de quinze anos – eu mesmo plantei fumo –, é oriunda da cultura do fumo.

Então, nós temos lá um bom entendimento entre produtores e parceiros. E quero salientar também que, dentro da cultura do fumo, nós temos algo especial que grande parte, uns 20% dos produtores, não tem: a propriedade; eles plantam através de parceria com aqueles que têm propriedade. Eu praticava essas parcerias juntamente com outras pessoas, e essas pessoas tinham condições de ter seus filhos na escola juntamente com o meu filho, participando da recreação nos campos de futebol, participando na igreja; viviam e vivem dignamente ali com o cultivo do produto.

Então é uma integração social, neste momento, que desejo representar.

Ouvimos aqui várias manifestações a respeito da questão da ação social, do poder econômico, tudo isso sabemos. Mas não podemos desconhecer o que está acontecendo; nós não podemos, de maneira nenhuma, pensar nesse momento em que os produtores vivem sérias dificuldades, porque temos na cadeia produtiva da agricultura problemas seriíssimos: a seca do Rio Grande do Sul, o problema do arroz e uma série de outros problemas que vem nos atacando, nos atingindo e não temos soluções. Então, vamos criar mais um impasse, mais um problema para uma cadeia que, ao longo dos anos, vem dando uma garantia, vem dando uma renda ao produtor rural?

Peço, com a sabedoria de V. Ex^{as} e com a inteligência que V. Ex^{as} têm, que não aprovem essa convenção, nesse momento, porque é um entrave a um setor que vem produzindo e que vem dando certo – e temos aí as provas necessárias através da rentabilidade e da questão social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos, agora, a palavra, pelos mesmos três minutos improrrogáveis, ao Deputado Estadual Heitor Schuch. (Palmas.)

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus colegas de profissão, meus agricultores, não venho aqui fazer um discurso, quero fazer umas duas ou três perguntas que me parecem oportunas. Dizem por aí que o fumo custa caro. Até posso concordar de que tem algum que precisa de tratamento de saúde sim. Mas só que eu quero dizer que o nosso fumo custa muito menos do que a bebida alcoólica que mutila as pessoas no trânsito, na estrada, onde se bebe, se dirige, se mata e se desagregam famílias inteiras com as drogas e outras coisas mais. Quero dizer, também, que é muito mais fácil mantermos os produtores de fumo e...



5º - 23/09/2005

<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CRA/Notas/20050923EX027.rtf>

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A partir de agora, vamos passar para a parte formal da nossa audiência pública. É a quarta e última audiência pública que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária fará no Brasil, sendo esta a primeira e a última no Nordeste, exatamente aqui em Cruz das Almas.

Quero fazer um pedido que já fiz em outras cidades em que estivemos. Esta audiência está sendo transmitida pela TV Senado. Devemos passar para o Brasil exatamente a imagem de que estão lutando por seus direitos, pelas suas reivindicações, em um clima de harmonia e de respeito. Dito isso, faço um apelo encarecido para que as manifestações se restrinjam a aplausos ou a silêncio, até para que não se passe para o Brasil afora nenhuma imagem negativa da causa que defendemos ou da causa que cada um defende, tampouco desta hospitaleira cidade nordestina. Portanto, faço esse apelo.

Além disso, informo que, após a apresentação e a palavra do Prefeito e dos membros da Mesa, vamos passar à audiência pública. O pessoal que já participou dessas audiências públicas em outras cidades sabe exatamente como elas são realizadas. São cinco minutos, exatamente e absolutamente cinco minutos. Ao quarto minuto, faz-se uma interrupção rápida para avisar que, a partir desse momento, resta mais um minuto para acabar o tempo. Desse modo, queremos pedir a colaboração de todos com relação ao cumprimento desse protocolo.

Não sei ainda o total, porque não foi feita aqui a contabilização, mas há vinte intervenções, e vamos aplicar, na medida do possível, o mesmo critério que se adota em todos os lugares: um “sim”, um “não”, um “sim”, um “não” até esgotar. Se, no final, ficar um número maior de “sim” ou um número maior de “não”, obedeceremos exatamente aos critérios.

Dito isso, passamos, então, a partir de agora, à parte formal da presente reunião.

Declaro aberta a 29ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o controle do uso de tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, conforme aprovação do Requerimento nº 23,



de 2005, da CRA, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que também é Relator da matéria.

Farão uso da palavra representantes de algumas entidades, que serão, no momento certo, devidamente anunciados.

Na primeira etapa, eu irei presidir a reunião e, na hora do início das oitivas, eu terei o prazer de passar a Presidência a este grande representante da Bahia no Congresso Nacional, Senador César Borges. Nesse momento, assumirei a função de Relator, procurando extrair do que for dito aqui as melhores informações e os melhores subsídios para o meu relatório.

Inicialmente, faço um agradecimento pela acolhida que recebemos, desde a hora em que chegamos a Cruz das Almas. Antes de passar a palavra ao Prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho, quero antecipar-lhe o meu agradecimento e dizer que, ontem, recebi um telefonema muito cuidadoso e zeloso do Ministro Jacques Wagner, que é meu amigo pessoal, como os companheiros de Mesa da Câmara dos Deputados. S. Ex^a me confidenciou, na impossibilidade de vir a esta audiência, que eu tivesse o maior carinho com o Prefeito e com a cidade, pedido que recebi também da Bancada do Senado em Brasília, do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador Rodolpho Tourinho. Não estranhem a ausência de alguns Parlamentares, tanto do Senado como da Câmara aqui, nesta data de hoje.

O Brasil está vivendo um momento em que falta tempo e sobram problemas para cada um de nós. Os Deputados Federais estão em Brasília, hoje, de plantão, na expectativa de tentar votar ou rejeitar a Medida Provisória do Bem e os Senadores, da mesma maneira, encontram-se em Brasília, acompanhando de perto os fatos que sucedem, que se avolumam e que são do conhecimento de todos os senhores.

Dito isso, passo a palavra ao Prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho, a quem, como anfitrião, cabe a honra da primeira fala. (Palmas.)

O SR. ORLANDO PEIXOTO PEREIRA FILHO – Bom-dia a todos, a todas. Saúdo os componentes da Mesa, Senador Heráclito Fortes; todos os presentes a esta audiência pública, em nome do Exmo. Sr. Senador pelo Estado da Bahia, Dr. César Borges; o Secretário de Agricultura, Sr. Pedro de Deus; nosso querido amigo, Presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas, Vereador Alberto Santana; nosso querido diretor. Nós nutrimos a esperança forte que será o futuro reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, meu amigo e colega também Dr. Paulo Gabriel Kassif. Quero pedir, Senador, neste momento, licença a V. Ex^a para, antes de saudar as demais autoridades aqui presentes, Deputados, Prefeitos, Vereadores, empresários do setor fumageiro, fazer uma saudação especial às operárias e operários da indústria do fumo. (Palmas.)

A nossa região, para informação da delegação gaúcha que está aqui, caracteriza-se pela produção do fumo capeiro e do fumo aromático, com a produção de charutos. E todos nós, que moramos em Cruz das Almas e residimos no Recôncavo da Bahia, estamos lembrados da verdadeira romaria, quando toca e quando tocava principalmente, há cerca de 20, 30 anos, as sirenes da Danneann e da Suerdieck, grandes exportadoras de charuto, e essa cidade se transformava numa verdadeira procissão, numa



verdadeira romaria, principalmente de mulheres. Quantas mulheres abnegadas trabalhadoras conseguiram construir dignamente suas famílias mediante o emprego, o trabalho, a indústria do fumo! Portanto, faço essa saudação especial a essas mulheres guerreiras, operárias da indústria do fumo.

Saúdo, ainda, os Deputados Federais porventura presentes ou representados neste momento. Estamos aguardando ainda a presença do Deputado Walter Pinheiro, que estará chegando ao aeroporto por volta de meio-dia e me disse que chegaria até às 14 horas a esta reunião. Saúdo também todos os Prefeitos presentes, por intermédio do meu colega e amigo Antonio Pimentel, Prefeito do Município de Governador Mangabeira; todos os Vereadores presentes dos diversos Municípios da região do Recôncavo da Bahia, do Brasil, por intermédio do Presidente da Câmara de Cruz das Almas, Vereador Alberto Santana; os empresários do setor fumageiro. Gostaria também de fazer uma saudação calorosa e especial a esse povo bom, lutador e bravo do Rio Grande do Sul, que se dirigiu até aqui ao Município de Cruz das Almas para, junto conosco, engrossar o caldo, engrossar as fileiras dessa luta pela preservação da cultura do fumo.

O povo gaúcho, por quem tenho um grande apreço (Palmas.), porque fui muito bem acolhido quando tive a oportunidade de realizar a minha pós-graduação na Universidade Federal de Santa Maria, no coração do Rio Grande; enfim, saudar as demais autoridades aqui presentes, os representantes da Imprensa da região Sul, da Bahia, da TV Senado, Rádio Santa Cruz, Rádio Alvorada, Rádio Panorama, Rádio Clube, Rádio Vox, todas as emissoras da nossa região.

Quero rapidamente, de início, registrar o reconhecimento da população cruz-almense, da região do Recôncavo Baiano à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, por meio do Senador Heráclito Fortes e do Senador César Borges, por ter se sensibilizado com a nossa solicitação pelo ofício que encaminhamos para a comissão do Senado, no sentido de que fosse realizada essa audiência pública no Município de Cruz das Almas.

Para ser justo, o ofício encaminhado pelo Executivo Municipal, pelo Prefeito de Cruz das Almas e também pela Câmara Municipal, por meio de uma movimentação do Vereador Paulo Morais, para que fosse realizada essa audiência pública no Município de Cruz das Almas na sede da Primeira Escola de Agronomia do Brasil, que recentemente se transformou na sede da segunda Universidade Federal Baiana, ou melhor, na sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e que, brevemente, ainda este ano, estará sendo inaugurada pelo próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem até Cruz das Almas no final de outubro ou, no mais tardar, no próximo mês de novembro.

Eu conversava com o Ministro Jacques Wagner hoje – e o Presidente também esteve naquela solenidade, na colônia de pescadores do Rio Vermelho, convidando o Governador Paulo Souto para acompanhá-lo no momento em que formos lançar a pedra fundamental da Universidade



Federal do Recôncavo da Bahia, que representa uma reparação extraordinária do Governo Federal, do Governo Lula com o Estado da Bahia.

Este evento democrático, suprapartidário, como não poderia deixar de ser, que reúne representações das mais diversas forças políticas do Nordeste e do Sul, tem importância, Senadores, especial para o nosso Município e para a nossa região. Nos orgulhamos muito de produzirmos laranjas adocicadas, certamente as mais saborosas do País, como também nos orgulhamos da nossa produção da farinha de copioba, com qualidade reconhecida em todo o território nacional, mas não é nenhum exagero reconhecer que nenhuma cultura agrícola, Sr. Secretário, aliás que nenhuma outra atividade econômica teve e tem tanta importância para o desenvolvimento dessa nossa região quanto a cultura do fumo.

Aqui, nessa região denominada de mata fina do Recôncavo Baiano, temos condições edafoclimáticas invejáveis para a produção do fumo capeiro e do fumo aromático. Somente igualáveis às condições de solo e clima de Cuba. Aqui nessa região da Bahia se concentra a totalidade da indústria de charutos e cigarrilhas do País. Uma curiosidade: 90% da indústria de charutos e cigarrilhas tipo exportação do País, do Brasil, estão localizadas na nossa região da Mata Fina do Recôncavo da Bahia.

Aqui se chegou a produzir, na década de 60, 240 milhões de unidades por ano de charutos tipo exportação para América do Norte e Europa principalmente, o equivalente a 90% da produção nacional de charutos e cigarrilhas, gerando divisas para a Bahia e o Brasil, além de emprego e renda para nossa gente.

Hoje, mesmo produzindo menos do que no passado, a cultura do fumo ainda é responsável por cerca de 15 mil empregos diretos e pela sobrevivência de cerca de oito mil agricultores familiares, envolvendo a sobrevivência direta de mais de 100 mil pessoas na região do Recôncavo, além de contribuir para o aquecimento geral da economia dessa região.

Portanto, ao contrário de estar aqui discutindo restrições à cultura do fumo, deveríamos estar discutindo incentivos para melhorar as condições de produção e, conseqüentemente, gerar mais emprego e renda para nosso povo e mais divisas para nosso Estado da Bahia e para o Brasil. (Palmas.)

Obviamente, não se deve confundir este evento, ou não se deve confundir esta minha fala como uma apologia ao hábito de fumar. De forma alguma. Qualquer tentativa nesse sentido deve ser refutada como uma distorção de má fé. Não se trata disso. Considero legítima e importante a preocupação de organizações mundiais de saúde, a preocupação de algumas organizações religiosas, dentre outras, com o hábito de fumar ou mesmo com o vício de fumar, para não dizer que eu estou aqui sofismando o debate. Como disse, não se trata dessa questão. Até mesmo porque duvido que a permanência ou não desse hábito ou vício esteja condicionada à ratificação da Convenção-Quadro. Não sejamos hipócritas. Todos nós sabemos que o hábito ou o vício de fumar permanecerá, com ou sem a Convenção-Quadro, de forma consentida ou clandestina.

Dentro dessa lógica e desse contexto, tenho certeza de que a ratificação da Convenção-Quadro será ruim para o Brasil, péssima para os



agricultores familiares da nossa região, e um desastre para as operárias e operários da indústria do fumo.

Dessa forma, tomo a ousadia de sugerir, por intermédio do Senador Heráclito Fortes e do Senador César Borges, ao Senado Federal, por meio dessa comissão representada pelos Exm^{os} Srs. Senadores, que defendam o emprego e a renda dessa região do Recôncavo da Bahia, posicionando-se decididamente contra a ratificação da Convenção-Quadro pelo Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos, de maneira sensibilizada, as palavras do Prefeito Orlando Peixoto Filho, e passamos a palavra ao próximo orador, que é o Dr. Pedro Barbosa de Deus, Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, que fala também como representante do Governador Paulo Souto.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Bom dia a todos. Saúdo, inicialmente, o Senador Heráclito Fortes, o Senador César Borges, o Prefeito Orlando Peixoto, o Diretor da Escola de Agronomia, Paulo Gabriel. Cumprimento, particularmente, os pequenos agricultores presentes nesta audiência pública e visitantes de outras regiões produtoras do Brasil.

Quero dizer, Senador Heráclito Fortes, Senador César Borges, da nossa grande esperança de que o Senado da República possa agir com total equilíbrio no exame desta matéria.

Nós, do Estado da Bahia, temos, Srs. Senadores, 36 Municípios envolvidos com essa atividade, predominante na agricultura familiar dessa região. Cerca de 15 mil agricultores estão envolvidos diretamente nessa atividade. Várias indústrias se dedicam à exportação de matéria-prima e também de produtos acabados.

Nós fazemos um cenário do que possa acontecer, se efetivamente o País ratificar essa convenção. Imaginamos que, de uma hora para outra, tenhamos um dano econômico muito grande, mas teremos um dano social enorme, com a perda de milhares de empregos Brasil afora, principalmente no Rio Grande do Sul, na Bahia e no Estado de Alagoas.

Fazemos também um cenário do que possa acontecer, de uma hora para outra, aqui no Estado da Bahia. Senadores, teremos o fechamento de sete indústrias de charutos e cigarrilhas. Teremos o fechamento de sete empresas produtoras de fumo aqui no Estado. Teremos o desemprego imediato na indústria charuteira de mil pessoas diretamente envolvidas com o trabalho e de 2.800 envolvidas indiretamente. Teremos o desemprego imediato nas empresas que processam e beneficiam o fumo: 4.138 empregos diretos e 14 mil empregos indiretos. Teremos lavradores desocupados pelo fim da atividade fumageira, estimados em mais de 26 mil lavradores desocupados. Como todos sabem, a atividade logística nesse ramo de atividade é muito grande e mais de 68 mil pessoas poderão estar desvinculadas, de uma hora para outra, da atividade produtiva.

Na parte da infra-estrutura na região, teremos dezenove armazéns desativados, quase quatrocentos mil galpões em mãos de pequenos produtores. Uma perda de divisas estimada em R\$ 17 milhões. Deixarão de circular mais de R\$ 100 milhões nesses pequenos Municípios produtores.



Teremos, portanto, uma enorme retração na economia desses Municípios. Teremos o êxodo rural, porque não temos, a rigor, nenhuma atividade agrícola que responda imediatamente na intensidade com que responde a fumicultura. Estamos falando aqui de uma atividade que ocupa pessoas com um hectare, com uma tarefa, com duas tarefas. Não temos alternativa agrícola que dê uma resposta imediata numa eventual substituição. Teremos, conseqüentemente, uma enorme pressão social sobre os Governos, particularmente sobre os Governos locais, os Governos Municipais, mas também sobre os Governos Estaduais. Imaginamos até um aumento da violência nesses Municípios. Teremos uma retração do comércio, com a enorme possibilidade de inadimplência generalizada. Teremos uma retração nos negócios que orbitam em torno do fumo. Teremos uma maior pressão sobre os serviços públicos, particularmente aqueles da saúde, da educação e da seguridade social.

Portanto, Srs. Senadores, depositamos uma enorme confiança de que o Senado da República possa avaliar essa questão com muito equilíbrio. Sabemos que essa é uma questão que alcança todo o Mundo, que alcança o Brasil. Essa é uma questão muito séria. Só no Brasil, são mais de trinta milhões de fumantes. Porém, não podemos imaginar que, nessa questão, exista um caminho fácil e que possamos cortar caminho. Precisamos avançar sob o ponto de vista da educação, das campanhas educativas, com campanhas publicitárias maciças feitas pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Agriculturas. Precisamos continuar com esse trabalho, porque não imaginamos que a simples eliminação da produção de fumo no Brasil, por exemplo, possa, de uma hora para outra, fazer com que essas trinta milhões de pessoas possam deixar de fumar – nem aqui no Brasil, nem os milhões de pessoas mundo afora...

(Interrupção de gravação.)

...facilite, possa criar uma oportunidade para outros países, porque nós não podemos ser ingênuos ao ponto de imaginar que esse espaço vai ficar sem ser ocupado. Que os franceses, que os espanhóis, de uma hora para a outra, vão deixar de fumar. Não! Vão aparecer, certamente, outros países dispostos a abastecer esse mercado.

Portanto, Senadores, ao dizer essas palavras, quero pedir que o Senado possa agir com o máximo de equilíbrio no exame dessas questões. Examine, de um lado, essas questões da saúde evidentemente tão importantes para a nossa população. Mas que examine também todos os eventuais danos que uma medida dessa possa trazer ao nosso povo, ao povo do Rio Grande do Sul, ao povo da Bahia, ao povo de Alagoas, ao povo de Sergipe, principalmente àqueles milhares de pequenos agricultores que só têm como possibilidade de sobrevivência essa atividade.

Então gostaria de terminar, desejando sucesso a esta audiência e que todos tenhamos a competência de sensibilizar esses Senadores, essas pessoas que se dedicam, com muita dedicação à causa pública, para que, mais uma vez, sejam capazes de entender a gravidade do momento e tomem



uma posição equilibrada que permita que o Brasil combata o tabagismo, mas que também, de uma hora para a outra, não deixe milhões ou milhares de pessoas desempregadas.

Muito obrigado!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Gostaria de agradecer a presença aqui do Prefeito Municipal de Canguçu, do Rio Grande do Sul, Cassio Luiz Freitas Mota.

Gostaria de pedir a todos os prefeitos que estão aqui, da Bahia ou de outros Estados do Brasil, que mandem sua identificação, ou cartão, para a mesa, para que fizéssemos o registro de suas presenças. É muito importante para nós.

Também temos a presença do Prefeito de Venâncio Aires, Almedo Dettenborn.

(Palmas.)

Temos aqui uma lista de presença. Gostaríamos que, na medida do possível, todas as pessoas que estão representando aqui, neste ato, entidades, municípios, fizessem o seu registro, por meio da assinatura. Vou passar a lista ao Secretário, que, então, passará a todos vocês.

Passo, agora, a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas, Alberto Santana.

(Palmas.)

O SR. ALBERTO SANTANA – Senhoras e Senhores, quero-lhes pedir permissão para fazer uma saudação especial ao Senado da República Federal do meu País!

(Palmas.)

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a não imagina a importância deste ato. Quando estivemos em Camaquã, no Sul do meu Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, e no meio de uma multidão de mais de 10 mil pessoas, o Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado faz uma manifestação e pergunta: “Onde está o Presidente da Cidade de Santa Cruz das Almas, na Bahia?”. Levantamo-nos, e ele disse: “A próxima audiência pública será na sua cidade.” A partir daquele momento, Senador, percebemos a grandeza de um ato democrático, quando 4 audiências públicas já haviam acontecido no Estado de Santa Catarina, no Estado do Rio Grande do Sul, e não havia, sequer, uma manifestação de que o Nordeste e o Norte brasileiros também seriam contemplados, a despeito de o Relator da Comissão ser um dileto piauiense, orgulhosamente nordestino, como nós. E, naquele momento, entendemos que, com todas as atribuições do Senado Federal, Senador César Borges, houve uma manifestação de respeito ao Nordeste brasileiro com todas as atividades que o Congresso enfrenta no presente momento. O Norte e o Nordeste do Brasil, hoje, estão representados no território de Nossa Senhora do Bonsucesso, em Cruz das Almas.

Por isso, digo-lhes, precisamos determinar sobre nossas mentes os objetivos que nos faltam, nesta manhã do dia 11 de outubro do ano de 2005. Cruz das Almas está, historicamente, sediando uma sessão plenária do



Senado Federal da República, numa audiência em respeito aos trabalhadores do Nordeste brasileiro, do estado da Bahia, e, em especial, de Cruz das Almas.

Senhores e Senhoras visitantes, que se deslocaram de suas regiões em torno de 5 mil quilômetros, a exemplo desses rio-grandenses-do-sul e catarinenses que para cá se deslocaram com o objetivo de irmanar-se em um propósito e em projeto, de buscar, consolidar, com convencimentos e informações básicas, a não-ratificação dessa Convenção.

Eu quero fazer uma saudação especial aos Presidentes e aos Vereadores de Câmaras de todo o Estado da Bahia, e, em especial, do Recôncavo Baiano, de todos que para cá se deslocaram.

Quero fazer uma saudação e pedir a compreensão de todos, daquelas autoridades que defendem a ratificação. Eles têm os seus motivos e os seus objetivos. Não haveremos aqui de não lhes permitir que se expressem, mas haveremos única e exclusivamente de buscar sensibilizá-los para uma questão que nos afeta sobremaneira.

Eu gostaria de dizer, Sr. Secretário de Agricultura do meu Estado que por trás dessa ratificação, por trás desse projeto que tramitou de uma forma até clandestina e pouco respeitosa para com a sociedade brasileira na Câmara dos Deputados, num acordo de Lideranças, teve o resgate do Senado Federal trazendo, como objetivo, a discussão pública no meio de nossa sociedade. Porém, algo está implícito, que eu ainda não tenho condições de avaliar a propósito de:

Cabe aos Estados Unidos, cabe aos americanos, cabe ao imperialismo e ao

protecionismo daquele povo ratificar esta Convenção antes que este País a ratifique. Porque entendo, sem dúvida nenhuma, de que se algo de bom estivesse acontecendo neste Planeta seria a ratificação do tratado de Kyoto, que visa, sobremaneira, a redução da emissão dos gases poluentes na atmosfera, que visa reduzir o efeito estufa e que visa melhorar as condições de vida de todo um Planeta. E os americanos arrebanharam o mundo para um projeto, e na hora do vamos ver, na hora da ratificação deram para trás, não ratificaram, a exemplo de jogar 25% de todos os gases poluentes do efeito estufa na atmosfera. E quem nos garante, que haverá de nos garantir de que esses mesmos americanos agora ratificarão a Convenção Quadros depois que o Terceiro Mundo assim o fizer? Quem nos garante? Eles não respeitaram sequer a ONU, invadiram o Iraque e até hoje matam vidas inocentes lá?

O que no momento eu vos peço, eu busco é provar à sociedade que temos a lavoura fumageira, temos as atividades subseqüentes e coligadas à verticalização. Temos 90% da exportação desse produto. Temos os fumantes, que causam, sem dúvida nenhuma, efeitos negativos na sua própria vida, à saúde pública do País. E o que se propõe acaba com a lavoura fumageira, acaba com a indústria agregada, acaba com a exportação do fumo, mas não acabaremos com o fumante. E aí deixaremos de ser exportadores e passaremos a ser importadores de cigarro desses diletos americanos que por lá estão.



Eu quero lhes dizer, quero deixar muito claro, não prego, não faço alusão e nem apologia ao uso do cigarro, até porque as restrições, e hoje, socialmente, fumar é relegado por parte da sociedade. Ninguém aprova o cigarro. E por que as pessoas ainda fumam? Vamos continuar fazendo as restrições. Antigamente, fumava-se nos ônibus e hoje não se fuma mais. Fumava-se nos aviões e hoje não se fuma mais. Fumava-se nos restaurantes e hoje não se fuma mais. Vamos aumentar essas restrições, mas vamos permitir que o nosso povo brasileiro, o nosso povo baiano, o nosso povo nordestino, o nosso povo sulista continue sobrevivendo das suas atividades e daquilo que eles aprenderam a fazer. (Palmas.)

Esta cidade de Cruz das Almas tem 60 mil habitantes, 15 mil pessoas dependem diretamente dessa lavoura. E se algo acontecer, Senador Heráclito, o colapso econômico estará estabelecido, catástrofe nunca vista na economia aqui acontecerá. Bastou uma única indústria fechar, a Agro-Comercial Fumageira e a Suerdieck, e foram 5 mil desempregados, e até hoje carregamos as seqüelas. O que mais importa, neste momento, está aqui falando um ambientalista, está aqui falando um engenheiro agrônomo, nós ainda não temos, Prof. Paulo Gabriel, uma empresa sucedânea para o fumo, que possa fornecer ao mesmo tempo os trabalhos na agricultura, os trabalhos nos transportes, os trabalhos na transformação e na industrialização e na exportação.

Quero aqui encerrar as minhas palavras, fazendo um agradecimento especial aos diletos funcionários da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Dr. Marcelo Varela. Quero lhe dizer que o seu trabalho tem sido enaltece a todos nós. Parabéns. E obrigado pelo seu empenho. Obrigado, Senador. Viva a República do Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Convidamos para fazer parte da Mesa, o Deputado Estadual, pela Bahia, Edson Sampaio Pimenta.

Registro a presença dos seguintes Prefeitos: João Batista Gomes Santos de Cabaceira do Paraguassu; Humberto Augusto Rodrigues Alves de São Feliz; José Carlos Lacerda de São Gonçalo dos Campos; Antônio Pimentel de Governador Mangabeiras; Roque Luiz Dias dos Santos de Muritiba; do Presidente da Câmara Municipal de Canguçu, Rio Grande do Sul, Hélio Ernesto Hoffmann.

Passo agora a Presidência dos trabalhos ao Senador César Borges, que, a partir de agora, irá comandar nossos trabalhos. Antes, porém, quero agradecer aqui as referências que o Sr. Alberto Santana, Presidente da Câmara Municipal fez a mim e, principalmente, ao pronunciamento que eu fiz no Rio Grande do Sul, que, de maneira desavisada chamei Santa Cruz das Almas. Talvez, eu tenha errado em parte, mas foi um erro bom que eu cometi, porque, a partir daí, vocês não imaginam a quantidade de e-mails, de correspondências e de referências que eu recebi de pessoas, citando o meu erro. Daí por que, César, eu alerto a todos para o perigo que é a TV Senado. Todo mundo viu, todo mundo assistiu. Quando eu cheguei aqui, várias pessoas comentaram o meu erro...(falha na gravação.) Imaginem vocês se



eu tivesse cometido uma gafe grave, o que não seria de mim, nesta manhã, aqui.

Faço um registro aqui, por dever de justiça. Vários foram os fatores que nos remeteram à Cruz das Almas, o que representa, no contexto desta discussão, seu Estado nordestino, tem a Bancada que a Bahia tem, não só na Câmara como no Senado, a pressão que recebi dos Parlamentares da Bahia. O Brasil tem começado aqui, mas também faço um registro, por dever de justiça, que é a Josenita Salomão, que está aqui, e é presidente de Sindicato. (Palmas.) Desde o primeiro momento, ela soube pedir de uma maneira, sem ser arrogante, aquela manifestação de pôr os olhos (Falha na gravação)...de forma que está feita a vontade da Bahia, a vontade sua, Josenita.

Obrigado, Santa Cruz das Almas, por me receber aqui neste dia. (Palmas.)

Passo a palavra ao meu caro companheiro de Senado, que é um orgulho para o Brasil todo, Senador César Borges. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL - BA) – Quero dar um bom-dia a todos vocês, amigos Cruz das Almas e do Recôncavo que aqui se encontram.

Minhas primeiras palavras são para saudar esse amigo e nobre Senador da República, que tão bem representa o Estado do Piauí e todo o Brasil, Senador Heráclito Fortes. A Bahia lhe agradece. Cruz das Almas e Recôncavo lhe agradecem por essa sua disposição, seu carinho, sua maneira democrática e aberta de ficar apenas lá no recinto da Comissão de Agricultura, porque ele poderia fazer isso. Para vocês que não conhecem o trabalho do Senado, às vezes, é muito fácil o Presidente do Senado fazer convocações, convites, e as pessoas se dirigem ao Senado, em Brasília, para discutir os assuntos que lhe interessam e que são debatidos no Senado. Mas o Senador Heráclito Fortes, como homem do sertão, do Piauí, e que gosta do contato povo direto, saiu de Brasília e foi ouvir os produtores onde estão. Como está aqui hoje, em Cruz das Almas. Por isso que ele merece todo o nosso aplauso e reconhecimento. (Palmas.)

Isso revela sensibilidade, por um lado, e também o espírito democrático, porque, em suas mãos está um assunto complexo, que merece todo o cuidado. E o Senado Federal, esta Casa Revisora, está fazendo o seu papel. Em lugar de aceitar simplesmente algo que veio e foi aprovado de forma açodada pela Câmara dos Deputados, ele trouxe ao Senado a discussão pública, democrática, aberta, que no momento estamos fazendo aqui.

Eu só posso agradecer a todos aqueles que estão nesta mesa, o Prefeito Municipal que nos recebeu com tanto carinho, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Deputado aqui presente, o competente Secretário da Agricultura, Pedro Barbosa, que fez uma excelente defesa dos interesses da Bahia, o diretor da Escola, tantos visitantes que vêm do Rio Grande do Sul, Prefeitos Municipais, Vereadores de toda a região. Antes de iniciar os trabalhos propriamente, quero falar aqui que recebi um telefonema da Deputada Estadual Jusi Maria de Oliveira, que atua politicamente na Bahia,



mas veio do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Agricultura, e que me pediu para transmitir também que não pôde estar presente, mas que gostaria de estar aqui conosco. Da mesma forma, meus colegas Senadores, Senador Antonio Carlos Magalhães e Rodolpho Tourinho, que estão, um em missão no exterior, e o outro em Brasília, e não puderam comparecer ao nosso encontro, mas que eu poderia falar no nome deles. E vou falar. E vou dizer que essa questão é polêmica, mas, antes de tudo, nosso compromisso é com os interesses da Bahia, do Recôncavo Baiano. Por isso, estamos dizendo que apoiamos a permanência da cultura fumageira que emprega tantos baianos, (Palmas) e que a sabedoria, a **sapientia** do Senador Heráclito Fortes e dos demais Senadores que compõem a Comissão de Agricultura saberão encontrar um caminho, onde, por um lado, num País tão carente de emprego e de renda, não podemos sequer pensar em extinguir um emprego que seja. Queremos mantê-los. E esta história de que vamos fazer reversão da cultura do fumo e ter financiamentos para novas culturas, não podemos aceitar. É uma posição temerária, que sabemos que hoje, para as culturas existentes, falta apoio. A agropecuária está passando uma crise. Há uma crise em todo o País, pelo dólar baixo, pelos juros altíssimos, pela política econômica que foi, infelizmente, adotada pelo nosso Governo. Precisamos apoiar as atividades agrícolas. Porque, se por um lado, elas não geram recursos, como (defeito na gravação), por lado, o emprego está no campo. A agricultura gera 38 % de todos os postos de trabalho no Brasil. E nós temos que defender exatamente a cultura do fumo, seja no Rio Grande do Sul, seja em Santa Catarina, seja no Paraná, seja na Bahia ou no Estado de Alagoas. Aqui, temos condições de solo e clima especiais. Aqui, nós produzimos, antes de tudo, algo que é conhecido internacionalmente, a qualidade de nossos produtos. São charutos, ci-garilhas destinadas à exportação. Vou me comungar com os demais, apesar de não ser defensor do tabagismo, nunca fumei em minha vida, nem pretendo fumar, mas isso não impede que possamos apoiar a cultura do fumo para a exportação para os países europeus, inclusive para os Estados Unidos e para a China. Não vamos ceder a nossa posição de líder mundial. Somos vice-líder mundial, por que vamos abrir mão para outros países? (Palmas.) Para desejos imperialistas, como bem colocou o Senador Heráclito Fortes, os Estados Unidos podem estar por trás disso querendo atingir Cuba na sua ação persecutória em cima do país cubano. E não se faz dessa forma, tentando destruir uma cultura que aqui é uma tradição. Os senhores sabem que nós do Governo do Estado – eu tive a honra de governar este Estado, e hoje está aí o Governador Paulo Souto – como temos lutado para trazer indústrias para a Bahia, especialmente para a região, para Cruz das Almas, para Santo Antônio de Jesus, para Cachoeira. Mas aqui receberam indústrias de Aranuá milhares de empregos. Vamos criar empregos de um lado e extinguir de outro? De forma nenhuma. Então, de forma democrática e aberta, ouviremos todos, todas as posições. Desde já quero dizer a todos que a minha posição, como Senador baiano, como político baiano, é de intransigente defensor da permanência dessa lavoura, que gera mais de 14 mil empregos e que sustenta 100 mil baianos. Essa será a nossa posição no Senado. A



oportunidade que houver para votar, votarei contra a ratificação desse Tratado, que é pernicioso à lavoura de fumo em todo o Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

Vamos iniciar o debate, e já que tivemos aqui vários pronunciamentos, inclusive o meu, contra a ratificação da Convenção, vamos abrir o debate com alguém que acredito que é a favor da ratificação, que é o representante do Ministério da Saúde, a Sr^a Érica Cavalcanti Rangel, analista do Programa Nacional do INCA, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas.)

A SR^a ÉRICA CAVALCANTI RANGEL – Boa-tarde! Eu gostaria de cumprimentar a mesa, Srs. Senadores, autoridades presentes, a todos os fumicultores presentes e outros segmentos da sociedade.

Enquanto Ministério da Saúde, eu gostaria de trabalhar com vocês hoje, acho que a minha fala vai ser para vocês, para os fumicultores a respeito da Convenção Quadro. Então, eu acho que a minha função hoje, aqui, é desmitificar para vocês o que é a Convenção Quadro. A Convenção Quadro é o primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública que foi constituída 4 anos, de 1999 a 2003 pelos 192 países-membros da Organização Mundial da Saúde, que preocupados com os dados alarmantes do consumo dos produtos do tabaco, e isso gerando cinco milhões de mortes ao ano no mundo, sendo que, dessas cinco milhões, duzentas mil ocorrem no Brasil. Esse tratado foi negociado durante os quatro anos. O Brasil foi uma grande liderança porque tem um forte programa de controle de tabagismo. Nós conseguimos reduzir o consumo de 32%, em 1989, para 19%, em 2003. Isso provou que o Brasil poderia conduzir essas negociações. Esse tratado, em primeiro lugar, vem para reduzir o consumo do tabaco, dos produtos do tabaco, mas também prevê que, em longo prazo, haverá uma redução desse consumo por todas essas medidas que estão sendo colocadas.

Pensando nisso, nos arts. 7º, 22, 26 e 17, colocou mecanismos de proteção aos fumicultores. Está consciente de que isso terá um impacto nessa produção. Então, pensando nisso, as organizações pensaram nesses mecanismos de proteção ao fumicultor. Então, se o Brasil ratificar esse tratado, o fumicultor será favorecido com esses mecanismos.

Em fevereiro de 2006, acontecerá a I Conferência das Partes, da qual só irão participar os países que ratificaram esse tratado internacional. Nessa conferência, serão acordados todos esses mecanismos de proteção, de ajuda, de subsídio técnico e financeiro. E, como grande País produtor, não podemos ficar fora dessas negociações. Vamos ficar à mercê do que será estabelecido lá fora num cenário que, com certeza, causará impacto aqui no Brasil, porque, se 85% do nosso fumo é todo exportado. Então, o que acontecer lá fora vai interferir aqui.

Independentemente de o Brasil ratificar ou não, ele já está em vigor desde fevereiro de 2005. Então, está independente. Se o Brasil vai ratificar ou não, com certeza vai sofrer as conseqüências do que for decidido por outros países. O Brasil pode ficar de fora. Essa ratificação é de interesse para toda a cadeia produtiva do fumo, principalmente para os fumicultores.

Não me lembro de, na câmara setorial do fumo, estarem defendendo os interesses dos fumicultores. Não vejo isso. Não vejo ninguém falando que



o fumicultor está recebendo pouco, porque ele recebe muito pouco e, quando vai vender esse produto lá fora, ganha muito. Então, é para vocês, fumicultores, que falo hoje. Prestem atenção ao que está sendo feito para vocês não servirem de escudo para a indústria do tabaco, que está garantindo seus interesses comerciais. É a isso que vocês têm de ficar atentos. Nossos Senadores têm a obrigação, o compromisso ético e moral de resguardar a nossa população. Aqui ninguém está falando que não vai plantar, que vai acabar o fumo. Quem quiser plantar fumo vai continuar plantando.

Dos onze países para os quais exportamos o tabaco, dez já ratificaram. A China já ratificou... (interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Queria pedir a Dr^a Érica que remetesse à Mesa essa ratificação da China, para que o Relator tenha acesso a ela.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Edson Pimenta, que representa a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, por cinco minutos.

O SR. EDSON PIMENTA (PCdoB – BA) - Saúdo os Ilustres Senadores Heráclito Fortes e César Borges, representando aqui o Senado; o Secretário de Agricultura; o Ilustre Prefeito da Cidade de Cruz das Almas, companheiro Orlandinho; o Presidente da Câmara, companheiro Alberto Santana, o Representante da Escola da Agronomia, Prof. Paulo; e as demais autoridades aqui presentes. Saúdo todos os representantes aqui dos Municípios produtores de fumo do Recôncavo Baiano, os representantes de outros Estados que nos orgulham muito com as suas presenças, como os do Rio Grande do Sul e os de Santa Catarina; e faço uma saudação também às autoridades e a todos os cidadãos baianos.

Gostaria de registrar o empenho deste atual Governo, que fez pressão em cima do Congresso para que fosse aumentada a divulgação dos males causados pelo fumo. O Governo fez isso e, hoje, nos horários nobres de televisão, não se pode mais propagandear.

Mas, amigos e amigas, não podemos ter, neste Brasil ou no mundo, a proibição da produção de todos os produtos que causam mal à saúde. Temos que adotar uma postura a fim de que se cumpra o que deseja hoje a Organização Mundial da Saúde, que é uma campanha de esclarecimento à população, alertando-a de que fumar é prejudicial à saúde. Mas não podemos tirar o direito daqueles que, mesmo sabendo, querem continuar fumando. Trata-se de uma questão de direito.

E quanto a essa história de que o fumo provoca câncer, se formos por aí, vamos encontrar em outros alimentos consumidos, sem nenhuma restrição, uma alta incidência também de malefícios à saúde. (*Palmas.*)

Vamos encontrar no álcool, nos refrigerantes, no açúcar, os mesmos índices de problemas da saúde humana. Então, não é proibindo que se vai resolver o problema; não é por aí.

Nós temos de nos preocupar com a questão do desemprego. O desemprego hoje é o grande mal da humanidade.



Onde vamos colocar mais de um milhão de pessoas que dependem hoje da produção de fumo no Brasil? Nem vou falar de outros países do mundo.

Nós somos hoje o segundo maior exportador de tabaco, e temos aqui hoje essa quantidade de pessoas envolvidas na produção.

Por isso, a posição do movimento sindical é de conscientização, de buscar um manejo mais sustentável, em que as empresas tenham responsabilidade com a saúde da família de quem trabalha na produção.

Srs. Senadores Heráclito Fortes e César Borges, acho que o Senado pode contribuir muito nesse sentido, ou seja, em vez de ratificar a Convenção, condicionar a necessidade das empresas que compram o fumo do produtor de oferecer saúde, teste para poder obter o índice de contaminação pelos agrotóxicos. Hoje as pesquisas nas escolas de agronomia já mostram que é possível produzir com o manejo mais sustentável e diminuir a grande quantidade de agrotóxico, porque essa, sim, é a questão que mais prejudica quem trabalha com o fumo, porque muitos dos que produzem, muitas vezes, nem sequer consomem.

O direito de consumir não pode ser retirado por um tratado ou um decreto. O correto é esclarecer as pessoas para que possam, livremente, escolher o que é bom para si mesmas. Eu não fumo. Não fumo, mas tenho o dever de defender essas pessoas.

E aqui faço um registro histórico. Tivemos aqui a maior região produtora do Brasil e, diante da paralisação dessa atividade, até hoje pagamos uma dívida incrível. Temos muito patrimônio, prédios, áreas abandonadas, em razão da falta da continuidade da atividade fumageira aqui na região.

Temos produtores tradicionais que só fazem isso. Se hoje os proibíssemos de produzir, estaríamos jogando-os no rol dos desempregados, na marginalidade.

E quanto a essa história de dizer que se vai trabalhar também outras culturas, defendemos que o produtor não trabalhe somente com a monocultura do fumo, mas que ele possa produzir o fumo, o amendoim, a laranja, a mandioca. Mas a opção de um produto para o qual ele terá garantia de compra por parte de uma empresa é um direito do produtor.

Então, a nossa posição é contrária, até porque dos 132 países que aderiram à Convenção, só 32 ratificaram. E nós esperamos, como disse aqui muito bem o Presidente da Câmara, que os países consumidores tomem essa posição, porque podemos cair no rol da pressão dos grandes grupos econômicos.

Estava dizendo aos senhores que a posição é de apoio à agricultura familiar, para a qual o Governo Federal disponibiliza hoje mais de R\$ 9 bilhões.

Então, o produtor de fumo que quiser ampliar a sua produção poderá obter financiamento para plantar outras culturas que não sejam somente fumo. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao representante do Ministério da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Érico Leonardo Ribas Feltrin.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Bom-dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Vereadores, Prefeitos e demais autoridades.

Bom-dia a todos aqui, produtores rurais, estudantes, toda a sociedade que está aqui hoje presente.

Ouvi aqui as primeiras manifestações e acho que há uma grande possibilidade de entendimento, porque, se entendermos o que abrange esse tratado, vamos ver que o direito de plantar fumo não está, em nenhum momento, sendo proibido. Esse tratado abrange basicamente medidas para o controle do consumo. É disso que tratam a maior parte dos dispositivos do tratado.

Onde ele se refere à redução da oferta – que é uma das questões que me parece que causa um certo problema de entendimento – essas medidas são: eliminação do contrabando da falsificação e da fabricação ilícita, que todos os produtores de fumo no Brasil querem, inclusive a indústria. Essa é uma das medidas para a redução da oferta.

A outra medida é a restrição dos jovens ao tabaco, que já é feita no Brasil – a venda já é proibida aos menores de idade. E a outra medida que está lá elencada é o apoio, não proibição à produção, mas o apoio à diversificação e à substituição de culturas.

Senhores e senhoras, seria uma discussão muito relevante se considerássemos a produção rural de tabaco a questão mais importante desse tratado; seria importante que essa discussão tivesse ocorrido quando esse tratado estava sendo discutido na Organização Mundial de Saúde. Naquele momento, faria sentido. Hoje, senhores, o tratado já está em vigor, não interessa mais se o Brasil vai ratificá-lo ou não. O efeito no consumo mundial vai acontecer. Quanto aos empregos, a produção rural de fumo realmente sofrerá as conseqüências. Essas conseqüências estão programadas para ocorrerem em longo prazo, em 10 anos, em 15 anos, ninguém sabe quando. Mas, em curto prazo, não vai haver.

Então, senhoras e senhores, as medidas de apoio aos agricultores são muito importantes. As medidas de apoio, de financiamento que estão elencadas aqui devem ser olhadas com prioridade neste instante.

Sabemos que o Governo Federal tem restrição de recursos; toda a agricultura necessita ser apoiada. Mas, não podemos abrir mão dos recursos internacionais, recursos financeiros internacionais que estão sendo previstos para o apoio.

Se não ratificarmos, a única coisa que estaremos perdendo nesse instante em relação ao apoio ao agricultor são esses recursos internacionais, recursos técnicos e financeiros, que os senhores necessitarão para diversificar as suas atividades.

Então, é com muita tranquilidade que eu lhes falo que o Governo não está defendendo aqui a proibição do plantio, o direito dos senhores de produzirem. Mas, alertamos que deverá ocorrer uma redução do consumo. Isso quer dizer que, se não houver comprador, os senhores deverão



diversificar a atividade, deverão procurar renda com outras coisas, complementá-la, talvez não toda. Talvez 90% da produção de fumo seja garantida, mas alguma coisa necessitará ser diversificada.

Então, é basicamente isso que eu gostaria de falar e agradeço, em nome da Ministra Dilma Rousseff, o convite à Casa Civil para participar. Estou representando-a porque, justamente, esta é uma discussão muito técnica, sobre a qual ainda há muita dúvida, quanto ao tratado também, e nós, como técnicos, somos quem instruímos os tomadores de decisão, os Ministros, no sentido de que não seja colocado em risco o agricultor familiar, o direito dele de plantar fumo.

Muito obrigado e sucesso nos trabalhos, hoje. (*Palmas.*)

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Dr. Érico, eu gostaria da colaboração do senhor.

Estou lutando contra o tempo – eu tenho um prazo e quero honrá-lo. Gostaria de saber se o senhor poderia nos dar alguns esclarecimentos. O Senado ainda não conseguiu, de maneira clara, ter um entendimento da operação técnica, o que temos de concreto, as contra-partidas e o que trará para o País no caso da assinatura. Mas de maneira bem concreta e rápida possível, a fim de que possamos ter um balizamento seguro na decisão que iremos tomar. Evidentemente que não há a necessidade de o senhor responder agora. O senhor poderia mandar para a Relatoria...

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Eu gostaria de responder. As medidas de cooperação técnica – por isso que é importante que o Brasil esteja presente na primeira conferência das partes – não estão ainda definidas, como elas ocorrerão e quais os países que terão prioridade. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais. É provável que o Brasil receba uma parte considerável dos recursos, porque é um país em desenvolvimento. Os países que receberão esses recursos de apoio aos agricultores estão aqui no tratado: são países em desenvolvimento e economias em transição. Então, não podemos falar em tese, Senador. Nós temos que falar quando tivermos discutido e acordado essas medidas de cooperação internacional.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Dr. Érico, veja bem...

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – E acho importante nós sabermos o que é um tratado, Senador. Os senhores sabem muito bem, mas talvez o público não saiba. Trata-se de um acordo de cooperação internacional. Quando nós falamos, por exemplo, do combate ao tráfico ilícito, a China, que já ratificou o tratado e talvez seja uma das origens do fumo contrabandeado, vai se comprometer a dar informações importantes para nós controlarmos esse contrabando. Os países vão acordar medidas de cooperação internacional. É disso que nós estamos falando. Agora, nós já estamos com mudança no Pronaf, medidas concretas; nós já estamos com outras medidas, no âmbito do Governo, para arrumar esses recursos e essas medidas que deverão ser colocadas em prática quando a redução do consumo tornar essa necessidade mais premente.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Está bom. Veja bem a situação. Eu quero um diálogo bem franco. Nós iremos, no caso de ratificar



este acordo – e temos um prazo curto –, entregar um documento, um comprometimento em troca de algo que eu gostaria de, concretamente, saber o quê. Porque o acordo de cooperação técnica, a possibilidade é muito vaga. De forma que acho que é preciso que não ocorra o que ocorreu com Kyoto. Nós assinamos alguns tratados em troca de alguns benefícios, e esses benefícios não estão chegando. E estão chegando de maneira demorada. *(Palmas.)*

Uma coisa é o Governo chinês assinar um tratado... O senhor sabe que, pelo regime de governo dele, nós sabemos quando o governo começou e quando terminou; no Brasil, nós temos uma democracia. A cada quatro anos, muda-se o Presidente. E se daqui a dois anos a política for diferente da de hoje? Então, nós temos que ter uma situação concreta. Era para isso que eu queria pedir a sua colaboração.

O senhor – e nós todos – temos que vencer o mal que comanda o nosso País, de que nós não temos culpa, que é a burocracia. Então, seria de grande importância se o senhor pudesse levar para a Comissão, digamos, quinta-feira ou sexta-feira. Aguardarei algo mais concreto, mais musculoso para que eu possa, com a consciência tranquila, tomar uma decisão sabendo que não vou cometer nenhuma injustiça nesse caso.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – A meu ver, o Senado e o Executivo têm de entrar em entendimento o quanto antes, para saber concretamente do que se trata, porque nós ouvimos hoje aqui que não há entendimento quanto ao que se trata esse acordo internacional; estão sendo faladas coisas completamente divergentes.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O senhor tem razão com relação a isso.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Precisamos entrar em entendimento.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Absoluta razão.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Então, convido o senhor para uma reunião junto com o Ministro Jaques Wagner, que é o nosso articulador das relações institucionais, para entrarmos num acordo, termos entendimento entre o Governo e o Senado e termos essa segurança. Vou tentar arranjar essa reunião para quinta-feira a fim de discutirmos isso.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O senhor sabe qual é a grande dificuldade? A Casa Civil pensa assim. A Ministra Dilma Rousseff é uma das pessoas mais sérias deste Governo. Vamos ver se conseguimos nos unir numa posição concreta, e que seja uma posição de Governo, e não uma posição de parte do Governo. E que deixar bem claro, de antemão, que essa não é uma questão partidária; essa é uma questão nacional.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Exato.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Vamos ver se conseguimos fazer uma reunião com a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, a Casa Civil, ou seja, de Governo, com os Srs. Senadores, para entrar nesse quesito que, a meu ver, é uma construção saudável para a solução disso tudo.



O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Muito obrigado, de coração, por sua participação, por ter vindo e, juntamente com a Érica, ter tido uma participação fantástica nesse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de dizer que a Sr^a Érica, que está aqui presente, distribuiu uma notícia de que a China teria ratificado o Tratado Anti-Tabaco. Agora, quando se lê a notícia, vê-se o seguinte: “A China, o maior mercado de cigarros do mundo, ratificou um tratado internacional com o objetivo de frear as mortes tabaco-relacionadas, anunciando o banimento das máquinas de vender cigarros”. Nós também somos favoráveis a banir as máquinas de vender cigarros, mas somente isso. E corre inclusive um projeto de lei no Senado Federal a esse respeito, mas isso não significa banir a cultura do fumo. (*Palmas.*)

Quero registrar a presença também honrosa do Prefeito de Maragogipe, Sr. Sílvio Ataliba, e, dando oportunidade inclusive a nossos visitantes, passo a palavra ao Presidente da Afubra, Sr. Hainsi Gralow.

O SR. HAINSI GRALOW – Boa-tarde a todos.

Saúdo o Senador-Relator, Heráclito Fortes, também o Senador César Borges, o Prefeito Orlando Pereira, e, em seu nome, todas as demais autoridades municipais e também o legislador Alberto Santana, e todos que estão lá fora assistindo a esta audiência pública através dos telões.

Senhoras e senhores, 89 Países, diz a Internet, ratificaram a Convenção-Quadro – China ainda não consta, mas, quem sabe, está entre os 89. Mas vemos que, desses 89 países, 80 não têm plantação de tabaco, não têm nenhuma expressão. São pequenos países ou pequenas ilhas onde ninguém tem o seu sustento na produção de tabaco. E logo se diz que não será proibido plantar fumo. Para os baianos diz-se que não será proibido fabricar charuto. Se quiséssemos tratar desse assunto com honestidade, eu preferiria que constasse isso, porque aí nós teríamos a quem responsabilizar. Da maneira como está escrito, da primeira à última palavra, na Convenção-Quadro, nós só vemos naturalmente contrariedades ao tabaco. Se estivesse isso claro, evidentemente, poderíamos até analisar um pouco mais a fundo. Dizem também que é bom ratificar a Convenção-Quadro, que é bom para os produtores, que é bom para os empregados e que poderão ser criados recursos para reconversão. Fomos verificar isso e ainda não há absolutamente nada, nem no âmbito internacional, nem no âmbito nacional. Nada existe ainda.

Vejo também o palestrante anterior, que eu respeito muito, porque, senhor, nós temos que nos respeitar, mas não se tem uma única informação de que haverá algum valor. E aí dizem: “Ah! Vocês ratificam. Se vocês ratificam e se tiver, quem sabe, constituído algum fundo nacional ou internacional, vocês até poderão receber”. Mas, na verdade, não existe nada disso. E até determinado momento, se dizia que – isso foi dito em Camaquã – estariam contrário à criação de um fundo internacional para ajudar os produtores e os empregados.



Espero que sejam colocadas essas cartas aqui, para que possamos olhar que, de 06 de novembro de 2000 até o dia 07 de agosto de 2002, centenas de correspondências foram mandadas ao Embaixador Seixas Corrêa, ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde, ao Ministro da Agricultura e tantos mais, até a Dr^a Tânia Cavalcanti recebeu uma das nossas cartas, solicitando a criação desse valor. Infelizmente, até agora, nada existe.

Aí se diz também que se, evidentemente, tivermos essa informação, aí será tudo muito melhor. O que se quer é a ratificação, é a assinatura em branco, uma nota promissória que não tem valor, que não tem data.

Gostaria de trabalhar de uma forma diferente e, naturalmente, pensando no que foi dito em Camaquã, lembrei-me logo de algo. Há questão de dois meses, eu escutava pessoas na televisão, principalmente no Senado, na Câmara dos Deputados, nas CPIs e dizia-se que aquela pessoa não precisava falar a verdade, que ela podia mentir, porque nada aconteceria. Eu não sabia disso. Eu não sabia que se podia mentir, e acredito que pessoas honestas jamais fazem isso.

Naturalmente, a nossa proposta é a de sempre e independe do Rio Grande do Sul, da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura. Ela não mudou; queremos a reconversão, queremos que todos os que trabalham com fumo, sejam plantadores, sejam empregados nas empresas, diretas ou indiretamente, tenham convertido a sua atividade, tenha um outro emprego dando-lhes a mesma garantia. Aí sim, poderá vir a ratificação da Convenção-Quadro.

Não façamos como foi feito em Genebra; não façamos como foi feito na Câmara dos Deputados; não façamos como foi dito em algumas oportunidades. Façamos com que os 2,4 milhões empregos valham mais do que uma cadeira em Genebra.

Gostaria que fosse entregue mais este documento ao Senador-Relator, para que olhasse todos que foram enviados.

Temos cópias para as demais autoridades também, para verificarem se aí consta a realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Dando continuidade, vamos passar a palavra ao próximo orador que representa o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. José Oscar Miranda Pacheco, Chefe de Gabinete da Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, pelo tempo de cinco minutos. (Palmas.)

O SR. JOSÉ OSCAR MIRANDA PACHECO – Muito obrigado.

Senador Heráclito Fortes, Sr. Senador César Borges, demais autoridades componente das Mesa, meus amigos, senhores e senhoras, prezados agricultores, nós aqui representamos o Ministério da Agricultura, que está perfeitamente cômico da importância de eventos como esse. Por quê? Primeiramente, porque é a oportunidade democrática que a Comissão de Agricultura tem de ouvir a sociedade em assuntos da mais alta importância, como esse, para que possa tomar a sua decisão livremente e com toda a justiça.



Há outra importância para esse tipo de evento: é a importância, também democrática, essencialmente democrática, de se ouvirem todas as classes, todas as áreas envolvidas nessa discussão. É importante ouvir os agricultores, o Governo, os Parlamentares, os Srs. Prefeitos, as associações de produtores, a indústria – isso é da mais alta importância.

Estivemos reunidos com o Sr. Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, na sexta-feira de manhã e ontem pela manhã, e S. Ex^a relatava que é francamente favorável à ratificação da Convenção-Quadro. Porém, S. Ex^a também externou sua profunda preocupação com o futuro. Daqui a cinco ou 10 anos, à medida que a demanda do tabaco vier a diminuir, o que será feito dos nossos agricultores? Bem sabemos que a nossa agricultura familiar é muito diversificada – sou engenheiro agrônomo há 42 anos, e toda minha vida preguei a diversificação de culturas. Sabemos que o agricultor familiar planta fumo, mas também milho, feijão, batata, arroz etc.

Sabemos também – e essa foi uma questão que o Ministro apresentou com muita clareza – que compete ao Ministério da Agricultura a responsabilidade de zelar pela agropecuária brasileira, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, relativamente à agricultura familiar.

Nesse sentido, na sexta-feira à noite, o Ministro Roberto Rodrigues manteve uma reunião com o Presidente Lula e com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Na ocasião, o Ministro Roberto Rodrigues apresentou propostas concretas, para que tivéssemos a possibilidade de garantir aos agricultores condições, alternativas de apoio, para que esses agricultores, quando chegasse o momento, pudessem optar por outros tipos de atividade. O Ministro me autorizou a informar aqui que o Presidente Lula foi altamente receptivo, acatou a proposta do Ministro Roberto Rodrigues e, inclusive, já socializou o assunto com a Ministra Dilma Rousseff.

Finalizando, queria dizer, de coração mesmo, que, como engenheiros agrônomos e do Ministério da Agricultura, preocupamo-nos, sim, com a agropecuária brasileira, mas também com a saúde de todos, porque, sem saúde, não há emprego, não há atividade agrícola.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agora, tenho a satisfação de convidar a Sr^a Josenita Souza Salomão, Presidente da Sintifa. (Palmas.)

A SR^a JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Srs. Senadores, minhas saudações. Fico muito feliz por esta audiência estar acontecendo aqui, em Cruz das Almas. Deputado Estadual, Deputados Federais, Secretário, Presidente, Diretor desta Casa, todo o pessoal da área fumageira, que está aqui dentro e lá fora, estou muito emocionada de estar aqui falando em nome de toda a comunidade cruz-almense, dos empregados na indústria do fumo e também das famílias dependentes do plantio do fumo em nosso Estado. Nosso muito obrigado por ter-nos dado oportunidade de demonstrar o quanto é importante para nós a manutenção dessa cultura.

Senhores, eu poderia dizer neste momento que, em nosso Estado, existem mais de 100 mil famílias, pessoas dependentes da cultura do fumo; que, no Recôncavo Baiano, todas as famílias, de uma forma ou de outra,



dependem ou já dependeram do fumo. Na verdade, o que estamos querendo é a manutenção do meio de sobrevivência desse povo, seja dos que trabalham na indústria, seja dos que plantam o fumo.

Quero, neste momento, ilustrar nosso pedido de não-ratificação da Convenção-Quadro.

Na cidade, temos também um exemplo muito recente: um grupo fumageiro teve suas atividades encerradas na década passada, e ainda existem seqüelas. Afirmando aqui, na presença de todos, que foi um período horrível. Muita gente passou fome, e o caos social instalado teria continuado até o dia de hoje, se não fosse a própria cultura do fumo, a qual ocupou o espaço deixado por aquele grupo, devolvendo a dignidade e a esperança para milhares de trabalhadores rurais, bem como o restabelecimento da ordem social.

Exemplo como esse reforça os nossos temores quanto à ratificação do Brasil à Convenção-Quadro, que levará ao ostracismo não só a cultura do fumo, mas também milhares de famílias que dependem dela. Com a mais absoluta certeza, a ratificação levará milhares de famílias ao ostracismo social.

Nós, trabalhadores na indústria do fumo e plantadores, só queremos continuar sustentando as nossas famílias com dignidade. Mais uma vez, peço-lhes: não puxem o nosso tapete, não contribuam para a instalação do caos social para o nosso povo e não ajudem a inchar mais as nossas cidades com o êxodo rural; não assinem, Srs. Senadores, a marginalização desse povo tão sofrido e desassistido na zona rural. Encontrem, primeiro, alternativa para a substituição da cultura do fumo. Só após uma transição que não fira a nossa dignidade, estaremos aptos à ratificação da Convenção-Quadro. Por enquanto, fica transmitido aos senhores mais um apelo regional digno: “não” para a ratificação da Convenção-Quadro.

Muito obrigada, Srs. Senadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço o pronunciamento da nossa querida oradora, Josenita Salomão. Anuncio a presença entre nós da Sr^a Maria Delian Gomes, Superintendente Federal da Agricultura da Bahia, e passo a palavra ao próximo orador, o Sr. César Neves Medeiros, que é assessor do Departamento de Assistência e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. CÉSAR NEVES MEDEIROS – Saúdo os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, os Srs. Prefeitos, os Srs. Secretários e principalmente todos os agricultores aqui presentes.

Vou tentar esclarecer algumas dúvidas, alguns problemas de comunicação e de entendimento, principalmente de conhecimento do que é a Convenção-Quadro.

A ratificação do acordo é importante para o Brasil, pois significa um compromisso do Governo e da sociedade para com a saúde da população, que efetivamente carece de uma legislação mais restritiva aos mecanismos de estímulo ao consumo de cigarro, além de oferecer maior proteção aos



agricultores que hoje cultivam fumo, mas que pretendem mudar de atividade, ofertando assistência técnica e financiamentos ao processo de transição.

Ratificar a Convenção é condição para que o País possa participar da Conferência das Partes, um fórum internacional no qual será decidido o tipo e o nível de apoio a ser disponibilizado para os países em desenvolvimento que pretendam adequar seus sistemas às novas condições previstas na Convenção.

Evidentemente, existem setores contrariados, como os segmentos que controlam o comércio de cigarros, que patrocinam campanhas publicitárias milionárias destinadas a manter seus mercados cativos.

Por isso, muitas inverdades têm sido veiculadas junto aos agricultores, distorcendo os objetivos da Convenção e criando um clima de terror. Afirma-se, por exemplo, que será proibido o plantio de fumo no Brasil. Todavia, repito, não há, em nenhum momento, no texto da Convenção, a menção de se proibir os países de plantarem fumo, assim como não há – repito – conotação de obrigatoriedade da substituição do fumo por atividades alternativas. O que existe é uma recomendação para que se adotem estratégias de assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores cujos meios de vida venham a ser afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco.

Gostaria apenas que o representante da Afubra prestasse atenção, porque ele citou que nada foi feito até agora, nem por parte das entidades internacionais nem por parte do Governo Federal.

Nesse contexto, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, alterou as normas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o Pronaf.

Os mais de 160 mil agricultores familiares que se dedicam à produção de fumo, em regime de parceria e integração com as indústrias fumageiras, já podem hoje ter acesso a financiamentos nas linhas de investimento do Pronaf, reduzindo a sua dependência em relação à cultura do fumo.

Na safra de 2005/2006, como já foi citado, são R\$ 9 bilhões, e a expectativa é que sejam firmados dois milhões de contratos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – a FAO, os efeitos da Convenção serão sentidos no mercado mundial em dez anos.

Considerando que 85% do volume colhido é destinado à exportação, o momento é de criar alternativas viáveis para a reestruturação da matriz produtiva e ratificar a Convenção.

Queria que os senhores atentassem para o seguinte: o acordo – ratifique ou não o Brasil – já está em vigor. O que queremos é justamente tentar criar alternativas para que esses produtores que venham a ser prejudicados possam optar por outras culturas.

Creio que poucos aqui leram o texto da convenção. A esses poucos que o leram peço que me mostrem onde está escrito no documento que será proibido o cultivo de fumo ou obrigatória a sua substituição. Não se trata



disso. Nós estamos aqui justamente para oferecer alternativas àqueles que venham a ser prejudicados.

Cabe ao Senado Federal, com apoio do Governo, principalmente da sociedade brasileira, dar esse passo corajoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Passo a palavra ao Sr. Orlando Sampaio Passos, representante da Confederação Nacional de Agricultura, se S. S^a estiver presente.

O SR. ORLANDO SAMPAIO PASSOS – Saúdo o ilustre Senador César Borges, o ilustre Senador Heráclito Fortes. Saúdo também todos aqueles que detêm cargos eletivos e que se fazem presentes. Minha saudação toda especial às pessoas de Cruz das Almas e das adjacências, aqui presentes. Trago o carinho e o abraço da gente catarinense a todos vocês. (Palmas.)

Falar em Convenção-Quadro é falar numa decisão extremamente importante. Neste País, ou você é contra, ou você é a favor. Jamais sentamos à mesa, na qualidade de representante dos produtores, para pôr os nossos objetivos e as nossas propostas relativas à Convenção-Quadro. Jamais nos deram esse direito; proibiram-nos de fazer isso desde Genebra. Que não há nada escrito no sentido de proibir está claro, mas isso está intrínseco no que está redigido, escrito, nos termos da Convenção-Quadro.

Sugiro ao nosso País que diga aos países lá de fora o seguinte: adotem o que nós adotamos aqui na política antitabagista no que tange à proibição do cigarro. Isso, porque só existem dois países no mundo que têm, na sua carteira, a imagem que é divulgada aqui no Brasil: nós e o Canadá. E o resto?

Vamos falar em saúde. Vamos falar no câncer. E pergunto às mulheres, que constituem a maioria da mão-de-obra no segmento fumageiro desta região: quantas companheiras vocês já perderam em razão do câncer, por causa de um simples exame de prevenção do colo do útero ou de mama? (Palmas). Por que elas não podem ter o direito à vida? Por que não podem ter o direito de fazer uma simples mamografia ou um exame laboratorial? Quantos homens perderam sua vida por causa de um câncer de próstata e por não terem acesso a um exame de PSA? Eles não têm acesso nem a um exame laboratorial quanto mais a um tratamento! Nós temos que olhar os brasileiros, e não os estrangeiros. Como diz o jargão da propaganda institucional: o melhor do Brasil somos nós, os brasileiros. (Palmas).

Ninguém é contra a Convenção-Quadro. Queremos que as coisas aconteçam de forma disciplinada, ordeira. Digo às autoridades que lá fora nos representaram e aos Srs. Senadores que começamos a casa pelo telhado. Casa que começa pelo telhado não tem sustentação. A casa tem que começar a ser feita pelos alicerces. Será que nos é motivo de vergonha ir à Organização Mundial de Saúde e pedir que nos auxilie no combate ao câncer de outras maneiras?

Não podemos, pelo simples fato de se alicerçar o único item da saúde, jogar para debaixo de um pavilhão, para debaixo de um viaduto, para debaixo de uma lona preta mais de 2 milhões e 400 mil brasileiros. Senhores



que representam as instituições, lembrem Srs. Senadores, lembrem-se dos brasileiros. Chega de fazer imagem bonita para o exterior. Façam imagem maravilhosa para esse povo, que é o nosso orgulho.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Quero passar a palavra ao Sr. Albino Gewehr, representando a Fetraf-Sul.

O SR. ALBINO GEWEHR – Boa-tarde, Senadores, especialmente Senador César Borges, que coordena este trabalho. Vou dispensar as apresentações, que já foram formalizadas, mas agradecer em nome do prefeito a cordialidade da recepção de Cruz das Almas e abordar nesse curto espaço de tempo alguns aspectos. Gostaria de tentar, na minha fala, chamar a atenção dos senhores para a conjuntura mundial do tabaco. Lembrar que a produção do fumo no mundo todo não é planejada nem por nós, Brasil, nem pelos chineses, individualmente, nem pelos americanos. Quem planeja a produção de fumo e a forma como ela se dá, são as multinacionais do tabaco, que estão instaladas principalmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e em alguns países da Europa. São elas que controlam a produção mundial e são elas que contratam pessoas aqui no Brasil para organizar essa produção. Minha companheira Josenilda, queria fazer só uma frase: puxaram muito o nosso tapete, puxaram o tapete dos trabalhadores quando aqui, no município vizinho, uma fábrica de cigarro fechou, foi embora. Puxaram o tapete de Venâncio Aires no início do ano, quando fecharam uma unidade em Venâncio Aires e se transferiram para Santa Catarina, nem dando bola para o prefeito, que tem uma posição contundente, favorável, que respeito muito. Passaram, puxaram o nosso tapete quando a mesma multinacional que aqui no Brasil paga para nós, fumicultores, míseros 4 reais por quilo, paga mais de 30 na Europa, paga 45 reais pelo mesmo quilo de fumo no Japão e paga em torno de 10 reais aqui nos Estados Unidos. Eles planejam essa produção e pagam o que bem entender nesses países. O que vai acontecer no Brasil, vocês vão se surpreender com o que vou falar, é que a produção de fumo vai dobrar, pode até triplicar, porque hoje existe um movimento mundial de redução da produção de fumo. Opa, mas isso é contraditório. Ele está dizendo que existe um movimento de redução e, ao mesmo tempo, ele vai dizer que no Brasil a produção vai aumentar? Sim, por uma razão muito simples. Eles optaram por produzir fumo no Brasil, onde nós, fumicultores, onde vocês, trabalhadores da indústria, trabalham por uma meia dúzia de reais. Aqui é mais barato. Então, vou fechar a produção na Europa, onde tenho de pagar dez vezes mais do que pago aqui, vou desativar a produção nos Estados Unidos, onde tenho de pagar cinco vezes mais do que pago aqui, e trago para o Brasil. Trazendo para o Brasil, essa é uma decisão que é da indústria. Todos os analistas dizem isso, eles querem o Brasil livre. Aqui, eles não querem ter controle, porque eles querem continuar puxando o nosso tapete, porque a produção vai dobrar, vai triplicar no Brasil e elas não querem a Convenção-Quadro aqui no Brasil, porque quando o negócio do fumo se tornar ruim, o consumo de cigarros cair e tivermos 1 milhão de produtores neste país, eles vão simplesmente nos dar as costas e ir embora. Aí, sim, teremos um problema muito grande para resolver. Só fechar a Convenção-Quadro é um assunto de Estado. Isso vem sendo discutido pelo Governo



Fernando Henrique, pelo Governo Lula. Não é posição de governo a, de governo b. É a relação do nosso Brasil com o mundo.

E nós, que lideramos a cruzada mundial de combate à fome, que pedimos um assento no Conselho de Segurança na ONU, nesse momento, certamente, não daremos as costas para o mundo.

Muito obrigado.

Espero que esse seja o voto do Senado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Passo a palavra ao próximo orador Secretário de Saúde do Município de Sapeaçu e ex-prefeito de Cruz das Almas, Dr. Jean Cavalcanti.

O SR. JEAN CAVALCANTI – Meu bom-dia a todos, em especial a todos os trabalhadores ligados à labuta do fumo, à área fumageira, não só de Cruz das Almas, mas do Recôncavo e do Estado da Bahia, e aos amigos que ora nos visitam também de outros Estados. Meu bom dia ao Prefeito Municipal, ao Presidente desta Mesa, neste momento, o Senador Heráclito Fortes. O meu bom-dia ao Senador César Borges. Meu bom-dia às demais autoridades aqui presentes ou representadas.

Meus amigos e minhas amigas, operárias do fumo que ora nos assistem pessoalmente, nos auscultam, através do sistema de comunicação, e que nos estão vendo, por meio também do sistema televisado da Rede Senado e outras televisões que aqui se encontram presentes.

A minha fala, Senador Heráclito Fortes, minhas senhoras e meus senhores, é de preocupação. Por que de preocupação? Sou médico, 30 anos que labuto nesta região, tendo como meu local Cruz das Almas, minha sede, na área de anesthesiologia e conhecedor demais das doenças cardiopulmonares.

Fui prefeito desta cidade nos últimos oito anos. Então, conheço muito de perto, Sr. Deputado Élcio Pimenta, os problemas, Sr. Secretário de Agricultura, que afligem este povo, principalmente desta região. Gostaria de passar para vocês, inicialmente, a minha primeira preocupação.

Foi aprovado um texto da Convenção Quadro de controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. O Ministro Humberto Costa do Governo atual assinou o texto, foi o segundo signatário. O segundo país que assinou esse texto desse tratado foi o Brasil. Por que não houve divulgação? Por que não houve audiências públicas para consultar o povo se era a favor ou não da assinatura pelo Ministério de um partido que tanto prega a participação popular, que tanto prega as audiências públicas?

Colocamos, Sr. Prefeito Orlando Peixoto, do PT, uma grande interrogação. Por que não se ouviu o povo para o Ministro Humberto Costa assinar? Por que a nossa Câmara dos Deputados assinou, em 14 de maio, aprovando esse tratado? Foi aprovado na calada da noite. E o País não teve conhecimento, a imprensa não teve conhecimento. Os deputados, muitos deles, nem lá estavam. Acordo de lideranças, como fizeram para o salário de R\$300,00. E lá foi aprovado pela Câmara.

Parabéns, Senador Heráclito Fortes, parabéns, Senador César Borges, que seja extensivo a todos os Senadores do Parlamento deste País.



A sabedoria, Senador Heráclito Fortes, levem a seus pares lá no Senado, Senador César Borges. Porque vocês tiveram que ouvir o povo deste País nessas audiências públicas. Estivemos lá em Camacua, Senador. Sabe o senhor que luta tivemos. Estávamos em uma comitiva suprapartidária, com a presença dessa grande baluarte, Zenita Salomão, com o secretário de agricultura deste Município, inclusive somos do mesmo partido, com o Presidente da Câmara, Alberto Santana. E, lá, pedimos a V. Ex^a para que aqui fizesse essa audiência pública. E agradecemos a V. Ex^a. Queremos mais transparência, para que possamos talvez um dia votar a favor da Convenção Quadro. Hoje, somos totalmente contrários à Convenção Quadro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (César Borges PFL – BA) – Quero passar a palavra ao Secretário de Agricultura do Município de Cruz das Almas, Oswaldo da Paz.

O SR. OSWALDO DA PAZ – Meu boa-tarde! Quero saudar primeiro a Mesa, os Srs. Senadores, o Sr. Prefeito, secretários e demais autoridades presentes e representadas. Dizer que não estou aqui como Secretário de Agricultura de Cruz das Almas, mas estou aqui como porta-voz de Governador Mangabeira, de Muritiba, de São Felipe, São Félix, Cachoeira, Maragogipe, Cabaceiras do Paraguaçu, Santo Estevão, Ipecaetá, Sapeaçu, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Amargosa, São Gonçalo, Irará, Ipirá, região de Feira de Santana, que são diversos municípios, e região de Alagoinhas, porque essas cidades, juntas, geram em torno de cento e quatro, Senadores, mil empregos, diretos e indiretos, essas cidades geram com a cultura do fumo. 74% dos agricultores... – desculpem-me, não saudei a grande estrela desse evento, que são os trabalhadores e as trabalhadoras da indústria do fumo, vocês sim são a grande estrela desse evento.

Continuando, 74% dos agricultores são pequenos agricultores familiares com áreas inferiores a cinco hectares, o que mostra claramente, Sr. Pedro de Deus, que é difícil numa pequena área você substituir outra cultura que gere tanto emprego e tanta renda para esses pequenos agricultores. E 82% desses agricultores são proprietários de terra, o que mostra claramente que eles não são explorados. E muito difícil fazer essa substituição, aqui temos um exemplo claro que é difícil, temos a Embrapa, um grande centro de pesquisa que gera tecnologia. Estava aqui o Haroldo, pesquisador, está aqui representando a Embrapa. É difícil. Porque se fosse simples substituir essa cultura, a Embrapa, com tanta tecnologia, poderia já ter substituído. A Embrapa já tentou, já fez inclusive várias quadras experimentais com abacaxi e com acerola. E é difícil porque são pequenas propriedades. E o agricultor e a agricultora, acostumados a gerar renda, é com o fumo que têm uma cadeia fechada, desde a assistência técnica até a comercialização. O agricultor não ganha dinheiro plantando, o agricultor ganha dinheiro comercializando sua produção, por isso é que é difícil. Nesse momento conclamo os Senadores para dizerem “não” à Convenção Quadro e “sim” (Palmas.)...



024 verificar

O SR. – Boa tarde aos trabalhadores e trabalhadoras da indústria fumageira.

Quero saudar o Presidente desta reunião, o Senador César Borges, saudar o Senador Heráclito Fortes, saudar o Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, representando o nosso Governador, saudar o Prefeito de Cruz das Almas e, através dele, saudar a todos os Prefeitos que vieram aqui – do Sul – e aqueles da região; saudar os Presidentes de Câmara de Vereadores que estão aqui presentes e todos os Vereadores, em nome do Vereador Alberto Santana e saudar, também, os Deputados em nome do nosso grande companheiro, o Deputado Estadual do Pc do B aqui presente.

Neste momento, quero dizer que sou médico e posso falar, na frente do pessoal do Ministério da Saúde que, como médico e como Secretário de Saúde, não posso desconhecer, de maneira alguma, os males que são causados pelo uso do tabaco mas, como médico, como Secretário de Saúde, como cidadão, como agente político, não posso ver esta situação apenas por um prisma. Tem que ser vista por um prisma maior e, aí, eu posso dizer que as outras drogas lícitas – e está aí o álcool para provar – causa muito mais prejuízos à saúde, além de separar a família, faz a exclusão social e outros problemas gravíssimos.

Neste momento, Srs. Senadores, não podemos partirizar isto aqui ou levar para a área política, de maneira alguma. Temos que ser suprapartidários porque no Senado não pode acontecer o que ocorreu na Câmara dos Deputados: sem nenhuma conversa, sem nenhum entendimento, todos os Líderes dos Partidos, inclusive do meu e do seu, Dr. Jean, votaram por acordo de Líder de Bancada. Isto não pode acontecer no Senado. Isto tem que ser feito do jeito como estamos construindo aqui e, por último, eu quero dizer aos técnicos dos Ministérios de que, antes de se criar o Fundo, deveria ter sido conversado. Não se criou fundo algum, nem pela OMS e nem pelos Governos Federais e nem pelos Governos Estaduais para modificar a cultura de fumo e nós não podemos ficar a mercê disto, até porque, Srs. Senadores, aqui, em Cruz das Almas, nós já conhecemos esse filme. Há 10 anos atrás, nós assistimos ao fechamento da Agrocomercial Fumageira e, até hoje, os funcionários não receberam os seus salários. Por isto, é que nós devemos saber onde estamos pisando e o que estamos fazendo. Por isto, eu acredito que o Senado Federal irá ver esta situação da forma que nós estamos colocando porque não existe droga pior, meu amigo, do que a fome e o desemprego. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Estamos caminhando para o final da reunião, altamente proveitosa e resta o orador que nos foi indicado pela Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo. A ele chamamos e concedemos a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Almedo Dettenborn, Prefeito de Venâncio Aires.

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um minuto de atenção para que nós possamos – e ficasse fora do



tempo – nós, do Rio Grande do Sul, uma homenagem a esse querido e simpático município de Cruz das Almas que nos recebeu tão bem. Desde ontem, nós estamos sendo cativados pela cortesia, pela amabilidade do povo desta terra. E a delegação gaúcha que aqui está, representada pela liderança maior Sr. Hainsi Gralow, presidente da Afubra, pelo prefeito Cássio Mota, de Canguçu, o segundo maior produtor de fumo do Brasil, pela nossa pessoa, que representa Venâncio Aires que é o maior produtor de fumo do Brasil, representado por sindicalistas, vereadores, quatro emissoras de rádio, cinco jornais e também por um representante do Governo do Estado, Sr. Hermes Pinheiro, vem aqui agradecer ao nosso querido Prefeito Municipal Armandinho, conhecido pelo seu nome popular (Palmas). Queremos cumprimentá-lo não só pelo povo, Prefeito, mas pela tua bela e acolhedora cidade, a esse nosso Presidente da Câmara de Vereadores, que já se tornou tão amigo convivendo conosco quase quarenta e oito horas, o Alberto Santana (Palmas), a nossa querida simpática companheira em memoráveis audiências pelo Brasil afora, a sexta de que ela participa, a nossa Josenita Salomão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aos vereadores deste Município.

Olha, que gesto bonito e democrático aconteceu ontem à noite, memorável ato, que deve ficar na história da democracia desta cidade, quando os vereadores abriram mão e abriram as portas para que a delegação gaúcha fizesse a saudação e explanasse a esse povo numa prévia audiência pública a verdadeira situação da fumicultura no Brasil e esse povo está clamando, esse povo está pedindo que deixe eles produzirem, que deixe eles plantarem fumo porque é do fumo que eles educam seus filhos e que arrancam a riqueza da terra.

Nós não podemos deixar, Presidente Heráclito, V. Ex^a que tem sido um pai, um democrata e também o Senador César Borges, de prestar essa homenagem a esse povo que nos cativou.

Obrigado e que Deus ajude. (Palmas)

Nós estamos representando nesse ato com muita alegria a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, maior produtor de fumo do mundo. Estamos representando a Famurce, que representa os 496 municípios do Rio Grande do Sul e que 351 municípios produzem fumo e nós estamos representando a nossa querida Venâncio Aires.

Ouvimos, assistimos com muita atenção todos os demais e eu acho que nós temos uma solução. É tão simples. Vamos assinar essa convenção. Vamos assinar, mas daqui a vinte anos. Foi isso que decidiram os prefeitos do Vale do Rio Pardo. Primeiro vamos dar oportunidade para que o Governo se organize, para que aloque recursos nos orçamentos para nós fazermos a diversificação. Vamos dar oportunidade para que o governo busque no exterior os recursos, tão necessários, para a reconversão. Aí sim, vamos assinar a convenção porque terá mais um período para nos organizarmos. Vinte anos é tão pouco. Vinte anos... os meninos que estão aqui poderão escolher outras formas de sobrevivência porque serão os futuros produtores nesse País. Vamos, nesse ínterim, minha gente, nesse espaço tão pequeno e tão rápido, combater com veemência o contrabando do cigarro porque os



senhores sabem, Senadores, esse País deixa de arrecadar R\$720 bilhões devido ao contrabando que vem do exterior pelas fronteiras e que é impossível o seu controle.

E vamos combater nesse período com mais veemência o uso do cigarro. Mas vamos combater também o álcool, que arrasa e que termina, que mata e que, a cada fim de semana, eu tenho certeza, Vereadora Margarida, você que é provedora do hospital, enche esse hospital de batidas de automóveis, de fraturas, de vítimas oriundas do consumo do álcool, que é exagerado geralmente nos fins de semana.

Mas essa questão, minha gente, de assinar ou não a Convenção é uma decisão política e, por onde temos passado, srs. tecnocratas dos Ministérios, os que têm voto são contra a assinatura, os que têm voto são contra e estão do lado dos trabalhadores; e, aqui, há milhões e milhões de voto, e, ali, temos os profissionais tecnocratas, que se negam a olhar e a conviver com o povo, porque têm os olhos vendados, causados pelos interesses internacionais, porque a ONU não está preocupada. Por acaso ela está preocupada com as mortes que aconteceu pelo mundo e que ela provocou? Com a guerra, com a desgraça. Aí ela não está preocupada. Será que a ONU é tão boazinha assim? E o Iraque? Quem comandou as vítimas do Iraque? Foi a ONU, e, agora, querem tornar este País, os verdadeiros trabalhadores deste País, querem tornar o quê? Mais 250 famílias lonas pretas, que vão ocupar a beira da estrada e viver às custas de também organizações internacionais, que vocês conhecem muito bem.

Obrigado, Cruz das Almas, e partimos daqui com a grande esperança que o não será o grande vencedor.

Muito obrigado.

Quero deixar o documento da nossa associação, em que fizemos essa sugestão dos vinte anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Bom, meus amigos, vamos anunciar os dois últimos oradores. Os dois últimos oradores democraticamente solicitaram a palavra, e vamos anunciar: o Sr. Francisco Natal Signor, que é Superintendente Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul, seguido do Sr. Hermes Ribeiro de Souza Filho, Diretor do Departamento de Agronegócio e da Agroindústria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Aos dois, estamos concedendo a palavra para o encerramento dessa proveitosa reunião nessa querida cidade de Cruz das Almas.

Com a palavra, o Sr. Francisco Natal.

O SR. FRANCISCO NATAL SIGNOR – Bom-dia, Senadores, bom-dia, Prefeito – bom dia ainda. Estamos ainda aguardando almoço. Bom dia, Senador, bom dia, Secretário, bom dia a todas e a todos que estão aqui, hoje, neste momento cívico, oportunizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Estou aqui ocupando este espaço não como Superintendente Federal de Agricultura do Rio Grande do Sul, mas como Secretário Executivo da Câmara Setorial do Fumo, instituída pelo Ministro Roberto Rodrigues,



seguinte orientação do Presidente Lula, e me sinto à vontade para fazer algumas colocações, Senadores, porque notei que aqui se respeitou o objetivo desta audiência pública e não descambou para o lado da política partidária. Meus parabéns, Senador Heráclito.

No Rio Grande do Sul, até a uma altura, foi bem e, no final, descambou para um lado só infelizmente. Aí apareceram muitos papagaios de pirata de última hora, tentando tirar proveito dessa situação. Aqui, em Cruz das Almas...

(Palmas.)

O nosso Prefeito é do PT, meu companheiro político, que tem o entendimento diferente do que tem outros companheiros do PT. Por isso, não está no campo partidário essa discussão, porque, no ano passado, em maio de 2004, quem fez o requerimento interno na Câmara do pedido de urgência para que fosse votada na Câmara dos Deputados a Convenção-Quadro não foram só deputados do PT, mas de todos os Partidos.

Sr. Hainsi Gralow, no ano passado, durante uma reunião da Câmara Setorial do Fumo, em Brasília, que tem no seu seio os prós e os contras – eu acho que tem mais a favor do que contra, em função da sua composição –, percebemos que na Câmara dos Deputados o assunto passou batido e sem discussão porque não queriam se comprometer com o setor de um lado ou de outro e achamos que deveríamos peregrinar pelo Senado para que houvesse discussão, para que houvesse audiências públicas. Esse foi o trabalho feito pela Câmara Setorial. Nós discutimos na Câmara Setorial vários temas: o contrabando, o comércio ilegal de cigarros e também a distribuição da renda. É coisa dura a distribuição da renda, mas foi discutida, sim. Tenho certeza de que a Câmara Setorial prestou um bom serviço, sem entrar no mérito, de ser a favor ou contra.

Estamos aqui hoje graças à mobilização, sim, primeira da Câmara Setorial, instituída pelo Ministro Rodrigues, evidentemente sob os acordos do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges PFL – BA) – Havíamos anunciado a palavra do Sr. Hermes Ribeiro de Souza Filho. Lamentavelmente não o tínhamos visto, mas vamos anunciar a palavra ao último orador, o Sr. Mauro Flores, depois do Sr. Hermes Ribeiro Souza Filho.

O SR. HERMES RIBEIRO SOUZA FILHO – Sr. Prefeito deste Município, Presidente da Câmara, Diretor da Faculdade que nos recebe nesta manhã e tarde, Senador César Borges, confesso que o conheci através da grande mídia, ao longo do tempo, como Governador e ultimamente como Senador. Tivemos uma oportunidade, no Tratoração em Brasília, há dois ou três meses, e ontem à noite, chegando a Salvador e no deslocamento até esta cidade, por orientação do motorista, fiquei conhecendo várias obras, várias realizações do seu Governo, quando passou aqui, atesta deste palácio.

Senador Heráclito Fortes, tivemos a oportunidade de conversar longamente em Porto Alegre, na Farsul, e posteriormente acompanhar o seu trabalho em Camaquã. Quero cumprimentar pela disposição que não se



encontra em todos os Senadores da República de percorrer o Brasil e ouvir as bases, como os senhores estão ouvindo, assistindo e acompanhando neste dia. Eu que conheço um pouco da história do Congresso, da Câmara e do Senado, não esperava de V. Ex^a outra atitude a não ser a forma como vai se posicionar. E o objetivo maior é ouvir a opinião dos brasileiros para ter a sua opinião formada, quem sabe, no dia 15 ou dia 20 deste mês.

Não posso usar o mesmo tratamento ao Executivo, que encaminha um projeto desta grandeza e não manda para este plenário, a exemplo do que também não fez em Camaquã e Santa Cruz do Sul, quando não mandou ministros para discutir com o povo e acompanhar a manifestação das lideranças maiores do setor.

Quero nesta hora, com todo respeito que tenho pelos técnicos, que não sei se são do segundo, do terceiro ou do quarto escalão, fazer um registro em nome do Estado do Rio Grande do Sul. Evidentemente, venho aqui nesta manhã e tarde falar em nome do meu Estado, que é o maior produtor de fumo do Brasil, o Estado onde há 380 Municípios ligados diretamente a esta atividade, num universo, numa administração, numa distribuição política de 495 Municípios. Temos esse número de Municípios, com mais de 100 mil famílias, com abrangência de 500 mil pessoas envolvidas diretamente na cultura e na atividade do fumo.

Parabenizo Hainsi Gralow e todos os Diretores da Fubra pelo trabalho extraordinário que estão fazendo na defesa. Quero, senhoras e senhores produtores do Brasil que me acompanham neste dia pela TV Senado, saudar as autoridades presentes e as que nos acompanham, saudando o Prefeito e o Presidente da Câmara do meu Município, segundo maior produtor de fumo do Brasil, Cássio Luis Freitas da Mota e Hélio Ernesto Hoffmann.

Para encerrar – porque sei que o tempo é curto –, gostaria, neste minuto que me resta, de dizer que é fácil aderir quando não há 2.400 milhões produtores envolvidos na produção do tabaco. Falta-nos respostas, Srs. Senadores. Grandes países produtores de fumo aderiram. Os Estados Unidos aderiram. Quem aderiu como resolveu ou vai resolver o problema dos produtores? Como fica a substituição do tabaco por outra cultura? Quem vai indenizar investimentos da ordem de R\$2.000.700 bilhões feitos ao longo do tempo no Rio Grande, no Brasil? (Palmas)

No Rio Grande, há a experiência da lona preta. No Rio Grande, há produtores que estão na atividade do arroz, pagando para produzir. No Rio Grande, há produtores de trigo, pagando para produzir. E agora há, pela frente, este projeto que nos preocupa como autoridades, que preocupa produtores homens e mulheres de uma cultura que deu certo ao longo do tempo e é a mais bem organizada desde a elaboração do projeto até a última hora da operação de venda. É a produção de fumo a mais bem organizada no Brasil. (Palmas)

Por isso, nesta hora, em que encerro, Senador César Borges e Senador Heráclito Fortes, renovo o pacto feito por V. Ex^a em Camaquã. Como V. Ex^a propôs o pacto do chimarrão com a rapadura, proponho abrangência maior: chimarrão, rapadura e o acarajé da Bahia.



Parabéns e cumprimentos a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Com a palavra o último orador, Sr. Mauro Flores.

Antes, no entanto, gostaria de dizer que esta Mesa recebeu ofício da Câmara de Diretores Lojistas de Cruz das Almas, demonstrando sua preocupação com o assunto que hoje está sendo tratado e enumerando diversas razões que levam a recomendar aos Srs. Senadores uma profunda reflexão sobre a ratificação da Convenção-Quadro sobre Controle de Tabaco, pois o equívoco poderá ser, irreversivelmente, danoso ao nosso País, especialmente às regiões produtoras do fumo. Assinado pelo seu Presidente Everaldo Guedes Pereira, a quem agradecemos a carta. (Palmas.)

O SR. MAURO FLORES – Sr. Prefeito Municipal de Cruz das Almas – se se pode chamá-lo assim, fiquei conhecendo domingo à noite –, nosso amigo Orlando; e o Presidente da Câmara de Vereadores deste Município, que também conhecemos nos últimos dias, Sr. Alberto. Em nome desses dois, saúdo a todos os políticos presentes, as pessoas da Bahia e todos os visitantes que aqui estão.

Srs. Senadores, é uma satisfação para nós gaúchos ter aqui as suas presenças, como a presença do Senador Relator deste projeto, Heráclito Fortes, e o Senador César Borges. Estão aí fazendo o seu trabalho, esse trabalho que teria que ter sido feito, como outros que me antecederam já falaram.

Mas por que é que nós estamos aqui hoje, na Bahia, participando desta audiência pública? Porque nós temos no Rio Grande do Sul, como já foi dito, mais de 100 mil famílias que cultivam o fumo; mais de 100 mil famílias que trabalham sustentando sua família com o sistema integrado, que é o melhor sistema que existe no mundo, em que o produtor – como eu sou produtor de fumo, eu sei –, ao preparar o viveiro de mudas, já sabe pelo mínimo que vai vender seu produto e sabe que vai vender toda a sua produção. Esse é o sistema integrado na cultura do fumo. E com uma assistência técnica gratuita para o produtor, o que é importante. Além dessa assistência técnica, o produtor também, muitas vezes, mora a alguns quilômetros da sede, ou seja, da cidade. No meu Estado, mais precisamente no meu Município, há lugares bastante dobrados, difíceis até de chegar ou encostar o caminhão para carregar o produto. Assim, o produtor tem que levá-lo de carroça de boi, às vezes a um, dois quilômetros de distância, para carregar seu produto. E ali ele vive, trabalhando com a sua família, mantendo seus filhos na escola e tendo uma vida digna, uma vida de cidadão, com toda a sua família.

Por que desestabilizar um sistema que hoje está funcionando há mais de cinquenta anos, e está funcionando? Por que desestabilizar?

Alguém falou aqui: “Trocar por outra cultura; não é simplesmente a Convenção-Quadro proibir plantar fumo; pode trocar por outra cultura, vamos fazer a reconversão”.

Olha, o agricultor hoje é livre. Eu quero saber que agricultor está plantando fumo obrigado! Quero saber se tem alguém que cultiva sendo obrigado a plantar fumo, ou se ele planta porque quer ver a sua família viver



com dignidade, ganhar o seu dinheiro honestamente, não com promessa, não sendo enganado.

Se ele quiser trocar de atividade, hoje ele pode, sem assinatura da Convenção-Quadro; ou com assinatura ele pode trocar de atividade. Mas ele não o faz por quê? Ir plantar fumo por quê? Para ver aquela mudinha crescer e ficar bonitinha, verdinha? Não, senhores! Ele planta fumo porque ele quer dar o sustento a sua família, e a cultura do fumo é a única hoje que dá rentabilidade, principalmente em pequenas propriedades. Porque nós temos que mais de 19% dos produtores de fumo não possuem terra, e mais de 36,7% têm de um a dez hectares de terra. Qual é a outra cultura que daria a rentabilidade para ele manter a sua família?

Foi falado aqui também, por alguém do Ministério da Agricultura: “Eu confio no Ministro Roberto Rodrigues, confio no trabalho dele e sei que ele sempre defendeu a agricultura”. Só que, na hora de falar em liberação de recurso, não é ele que tem a chave do cofre, e quem a tem não a libera ao Ministro Roberto Rodrigues.

(Palmas.)

Por isso, nós temos que ter um cuidado muito grande, e eu confio nos Senadores da República. Tenho confiança nos Senadores e sei a sua missão, que é difícil. É difícil, sim, para o Governo e, principalmente, para o Ministério da Saúde, fazendo pressão para que se assine a Convenção-Quadro para vir recurso. Mas vir recurso de onde? Se querem mandar recursos, os cofres do Brasil estão abertos, o Ministério da Fazenda certamente vai receber esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Primeiro, quero agradecer novamente ao Senador Heráclito Fortes em ter prestigiado o nosso Estado, em particular a cidade de Cruz das Almas e o Recôncavo Baiano, trazendo aqui esta audiência pública. Muito obrigado, Senador. Foi muito importante para nós podermos colocar aqui esta posição baiana.

Em segundo lugar, uso a palavra para dizer aos senhores que confiem neste trabalho desenvolvido pelo Senado. Tenho certeza de que o Senado saberá ouvir todos esses reclamos e vai procurar uma saída para permanecer uma cultura que é tão importante na geração de emprego e renda de brasileiros. Por outro lado, também deverá proteger a saúde do cidadão brasileiro com relação ao tabagismo.

No entanto, para que prevaleçam os interesses de tantos trabalhadores e trabalhadoras que estão no campo brasileiro, como os senhores que estão aqui, é necessário que todas essas lideranças que vieram aqui, inclusive de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, as lideranças também da agricultura baiana, possam ir a Brasília pressionar, esclarecer, porque nem todos Senadores estão tendo oportunidade de participar dessas audiências públicas, que são esclarecedoras. Então, a pressão no Senado é legítima, é justa.

Vamos com essa força, a região mobilizada, para que, finalmente, os objetivos de permanecer a região se desenvolvendo, plantando a sua cultura tradicional do fumo, possa ser uma realidade.

Muito obrigado.



Foi um prazer estar com os senhores aqui hoje.

(Palmas.)

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Quero pedir permissão à Mesa para falar a Cruz das Almas de pé, pela maneira com que se comportou a cidade, neste ambiente com liberdade, com democracia e, acima de tudo, com educação. É uma grande lição; mais uma lição que estou levando dessa enriquecedora experiência na minha vida pública.

A política brasileira, meu caro Prefeito, é muito rica em histórias e seu folclore é insuperável. No Piauí, quando eu era garoto, havia um político sábio –, daqueles que hoje chamam de raposa, ou se chamava àquela época –, que tinha apenas o curso primário, mas era determinado na arte de fazer política. Foi Vereador, Deputado Estadual, Governador do Piauí e Deputado Federal. Tinha um nome comprido, mas, carinhosamente, todos nós o chamávamos de Joqueira.

Conta-se uma história muito interessante sobre ele. Joqueira era daquela época em que os políticos recebiam em casa os aliados, os amigos, os companheiros que o procuravam com os mais diversos objetivos, desde a receita médica à salvação da alma. Era aquela infinidade de visitas que ia noite adentro, regada sempre ao bolo frito e ao cafezinho quente, até a hora do tocar da corneta da Polícia Militar, anunciando que já eram nove e meia da noite, portanto hora de ir para casa antes que a luz se apagasse, porque, naquela época, a luz tinha horário limitado. Certa vez, Joqueira recebeu em casa uma mulher que fazia queixas graves do marido, de que ele estava bebendo muito, chegando em casa tarde, de que tinha uma amante e por aí afora. Joqueira ouviu aquilo tudo calado e, ao término, disse à senhora: “Sabe que você tem razão? Mas, de qualquer maneira, diga ao seu marido que venha aqui amanhã falar comigo”. No dia seguinte, obediente, o marido chegou na hora aprazada, e Joqueira o recebeu. Ele perguntou, como orientador, o que estava havendo, e o marido disse: “Minha mulher está nervosa, começou a chegar naquela idade do desespero, não me dá mais atenção, a comida é fria, o café não sai na hora” e fez várias queixas da mulher. Joqueira ouviu e disse: “Sabe que você tem razão?” Dona Ercília, sua mulher, que ouvia tudo calada, tricotando, à saída do marido da contenda, vira-se para Joqueira e diz: “Meu filho, você disse ontem a ela que ela tinha razão e disse hoje a ele que ele tinha razão. Afinal de contas...” Ele, então, respondeu: “Sabe que você tem razão?”.

Essa é posição em que me encontro aqui hoje, pois estou com vontade de dizer aos dois lados que ambos têm razão, porque os dois lados defendem, se avaliarmos todos os pontos, causas justas e nobres. Precisamos respeitar o ponto de vista de cada um, porque tudo que se faz com convicção e com crença deve ser respeitado. O importante destas audiências públicas é exatamente trazer o problema para a rua e acabarmos, na medida do possível, com aquela velha tese, com aquela velha história, de que o brasileiro – no caso, o eleitor –, só é importante na hora de votar e não de decidir. (Palmas.)



Essa decisão poderia ser tomada na frieza de um gabinete, mas seria uma decisão tomada de maneira arrogante e, acima de tudo, ambiciosa, sem se ouvir a voz da rua. É sacrifício? É, mas é dever também.

O Senado procura nessa medição, nessa caminhada que nós fizemos e hoje a quarta audiência pública, reparar um erro na origem, que foi a falta de discussão na outra Casa. No bicameralismo, funciona essa possibilidade de consertar o que um erra. Um erra aqui, o outro acerta ali.

O Senado é a Casa Revisora, mas nem por isso pode dar-se o luxo de deixar de errar. Nesta semana mesmo – o Senador César é testemunha –, estamos vivendo um problema. Acreditamos num acordo feito sem discussão e votamos a MP do Bem. Só que, no seu bojo, lá no meio, há itens que prejudicam principalmente os aposentados brasileiros. E o Senado, humildemente, se depender de mim, vai pedir que a Câmara, pelo amor de Deus, corrija um erro que, por boa vontade, cometemos. É assim. A Câmara errou em não discutir essa questão. O Governo errou em não fazer mais claro o debate. O Ministro, ao assinar, devia ter chamado primeiro a Casa Legislativa da qual dependia e discutir de maneira mais clara e mais concreta.

Não podemos trocar coisas objetivas por lotes na lua. E aí vem o legislador. Nós temos a convicção da dificuldade que o Governo enfrenta num problema desses na sua relação internacional, e, no mundo da globalização, ninguém consegue ser uma ilha como país. O isolamento destruiu e vem destruindo várias economias. E nós não podemos ser isolados nessa questão. Mas não podemos também abrir mão da nossa soberania. E não são os outros que vêm dizer aqui o que é bom e o que é melhor.

Não quero entrar no mérito da questão, até porque ainda procuro a essa altura, desesperadamente, uma solução que não prejudique o trabalhador brasileiro, mas que também não prejudique as relações que o Brasil procura ter mundo afora, no momento em que concorre, inclusive numa caminhada visionária, embora legítima, a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Mas não a este preço.

Portanto, nada mais proveitoso, pelo menos na minha parte, do que esta caminhada. O técnico que está aqui vê a árvore, e o político tem obrigação de ver a floresta. Daí por que esses debates são positivos.

Rendo aqui sinceramente a minha... (falha na gravação...) no período de discussão, porque o Governo – e não é o Governo atual, foi o passado e será o futuro – ...técnicos a tarefa, mas não lhes dá os instrumentos, as informações e os esclarecimentos para que, com convicção, se discuta a questão.

Está avançando. Compromisso assumido, eu tenho data e quero honrar meu compromisso. E estou procurando e vou tentar, até o último momento, encontrar uma solução que não desempregue, mas que também... (falha na gravação...) ...Brasil fora. Vamos encontrar mecanismos. A imaginação é fértil. O jeitinho brasileiro de última hora vamos tentar dar. Mas é preciso também.... ...jogo não é determinado e definitivo do Governo.



Eu ouvi aqui vinte e poucas intervenções, todas elas positivas. Não adianto nenhum ponto do que será meu relatório, até porque digo: na hora em que eu falar e se eu falar aqui, perde o objetivo e perde a função.

Ressalto, com toda a convicção, que procurarei fazer o melhor pelo Brasil. E os representantes do Ministério da Agricultura estão presentes. Já temos crises demais para criarmos outras.

De repente, aparece hoje a da aftosa, que nos pega desprevenidos - pois achávamos que estávamos livres dessa doença - e que me faz crer, meu caro Senador, que, de repente, pode ser algum tipo de boicote, porque é uma coincidência muito grande, Secretário: no momento em que o Brasil é afetado com a crise da aftosa, a Bolívia, com a gripe do frango. São dois fatos pontuais que me deixam a convicção de que é preciso que todos nós fiquemos alertas.

O mercado comercial, o mercado internacional não tem fronteira - a globalização não permite. E os maiores continuam como sempre, desde a nossa origem, a querer engolir os menores. E temos que ter a nossa capacidade de sobrevivência. Temos que ter a capacidade de garantir e de exaltar a nossa soberania.

Daí por que acho da maior importância, meu caro Prefeito, meu caro Deputado Pimenta... (falha na gravação) ...Câmara, Secretário de Agricultura, Sr. Reitor - futuro Reitor -, todos os que estão nesta mesa e, de maneira geral, quero novamente agradecer a Cruz das Almas.

Quero agradecer de maneira carinhosa a esse grande companheiro que é o César Borges. Eu gosto muito de ser sincero nas minhas coisas e não tenho a vocação de torcer contra o sucesso de ninguém, mas nunca torci tanto na minha vida que ele não se elegeisse prefeito de Salvador, porque o Senado não podia perder o César Borges, pela capacidade, pela competência e, sobretudo, pelo espírito de luta.

(Palmas.)

A Bahia leva uma vantagem muito grande sobre o resto do Brasil, primeiro pela bancada; segundo, pela união. Daí porque tivemos esse grande avanço, a Bahia teve esse grande avanço, o que tem colocado o Nordeste, felizmente, em uma situação confortável.

Portanto, meus amigos de Cruz das Almas, agradeço sinceramente a todos vocês a paciência com que nos ouviram e peço só mais um pouquinho de paciência. O meu tempo está chegando ao limite, o meu prazo é o dia 15, e quero entregar à Comissão de Agricultura, cumprindo o meu compromisso, cumprindo o que foi acordado, o meu relatório. E que seja o melhor, repito, para o País.

Portanto, muito obrigado aos Prefeitos da região, aos que vieram do Sul e que nos acompanham desde o início dessa discussão. E me permitam apenas eu errar de novo.

Muito obrigado, Santa Cruz das Almas.

(Palmas).



Obs.: creio que a reunião encerra-se aqui. No entanto, estavam gravados no MD os dois textos abaixo, sendo o primeiro deles uma propaganda veiculada na Rádio Senado. Adorília.

A TV Senado está apresentando uma nova série de documentários produzidos por nossa equipe de jornalismo.

Santeiros do Piauí. A religiosidade ganha formas e cores nas mãos de artistas do povo. "Um dia eu cheguei em casa lá para meio-dia e disse 'não, eu vou criar o meu estilo'".

Estão aqui presentes já temos crise demais para criar outras. De repente, aparece hoje a da aftosa que nos pega desprevenidos e achávamos que estávamos livres e que me faz crer, meu caro Senador, que, de repente, pode ser algum tipo de boicote porque é uma coincidência muito grande, Secretário. No momento em que a América do Sul é afetada com a crise da aftosa no Brasil, a Bolívia com a gripe do frango. São dois fatos pontuais que me deixam a convicção de que é preciso que todos nós fiquemos alertas.

O mercado comercial, o mercado internacional não tem fronteira. A globalização não permite e os maiores continuam como sempre, desde a nossa origem, a querer engolir os menores e temos que ter a nossa capacidade de sobrevivência. Temos que ter a capacidade de garantir e de exaltar a nossa soberania. Daí porque acho da maior importância, meu caro Prefeito, meu caro Deputado E..Pimenta, Câmara, Secretário de Agricultura, Sr. Reitor, todos os que estão nesta mesa e, de uma maneira geral, quero novamente agradecer a Cruz das Almas.

Quero agradecer de maneira carinhosa a esse grande companheiro que é o César Borges. Eu gosto muito de ser sincero nas minhas coisas e não tenho a vocação de torcer contra o sucesso de ninguém, mas nunca torci tanto na minha vida que ele não se elegeisse prefeito de Senador porque o Senado não podia perder o César Borges pela capacidade, pela competência e, sobretudo, pelo espírito de luta.

A Bahia leva uma vantagem muito grande sobre o resto do Brasil. Primeiro porque pela bancada e, segundo, pela união (**fita com falha na gravação**). Em briga de baiano...cuidado. Eu muitas vezes...sai perdendo...é o camarada...do acarajé. Ele sempre comemora e a Bahia sai ganhando. Daí porque tivemos esse grande avanço e a Bahia teve esse grande avanço, o que têm colocado o Nordeste em uma situação confortável.

Meus amigos de Santa Cruz das Almas, agradeço sinceramente a todos vocês a paciência com que nos ouviram e peço só mais um pouquinho de paciência, o meu tempo está chegando ao limite, o meu prazo é o dia 15 e quero entregar à Comissão de Agricultura cumprindo o meu compromisso, cumprindo o que foi acordado em meu relatório e que seja o melhor, repito, para o País. Portanto, muito obrigado aos Prefeitos da região, aos que vieram do Sul e que nos acompanham desde o início dessa discussão e me permitam apenas eu errar de novo. Muito obrigado, Santa Cruz das Almas. (Palmas).



A TV Senado está apresentando uma nova série de documentários produzidos por nossa equipe de jornalismo.

Santeiros do Piauí. Religiosidade ganha formas e cores nas mãos de artistas do povo. “Um dia eu cheguei em casa lá para meio-dia e disse ‘não, eu vou criar o meu estilo’”.

Prefeita Martha Suplicy, no mesmo ano 2001, sob o caso Valdomiro agora ou, melhor, “agora já soube este caso da segunda-feira”, disse a Prefeita. Acredito que, se a partir desse encaminhamento, a partir das investigações, for necessário uma ampliação, eu acho que a gente deve ser contra a CPI, mas acho que seria precipitado hoje, neste momento, instalar uma CPI.

Minha Nossa Senhora, como a memória desse povo é curta e como esquece com facilidade o que fizeram no passado e o que estão dizendo agora à sociedade e a credibilidade desse Governo diminuindo, o Governo está acuado, o Governo está incomodado, o Governo está sem coragem de ir a rua, não vemos mais aquele sorriso aberto do núcleo duro do Palácio, pelo contrário.

O SR. MÃO SANTA – Senador, eu...
(Falha na gravação.)

6º - 11/10/2005

<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CRA/Notas/20051011EX029.rtf>